



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**PARA UM ESTUDO DA MEMÓRIA E
IDENTIDADE PORTUGUESAS
COM ANTÓNIO LOBO ANTUNES**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Comparada

por

Jorge Manuel de Almeida Gomes da Costa

Faculdade de Letras - Centro Regional das Beiras

julho de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**PARA UM ESTUDO DA MEMÓRIA
E IDENTIDADE PORTUGUESAS
COM ANTÓNIO LOBO ANTUNES**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Comparada

Por Jorge Manuel de Almeida Gomes da Costa

Sob orientação de Professora Doutora Adriana Alves de Paula Martins

Faculdade de Letras - Centro Regional das Beiras

julho de 2013

Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo a apresentação de uma proposta de abordagem da problemática da memória e identidade portuguesas, no que diz respeito ao período compreendido entre o evento do 25 de Abril de 1974 e os finais da primeira década do século XXI. Adota para esse efeito uma perspetiva comparatista entre dois modelos distintos de representação: por um lado, o da imagem oficial da nação, tipicamente suportado por um vetor de poder estatal, que o impõe de forma constante sobre o aglomerado de indivíduos que integram o país; por outro, e problematizando essa mesma forma de representação oficial, um modelo discursivo de matriz literária, assente na obra de António Lobo Antunes, que deriva, precisamente, da exploração da perspetiva única do indivíduo, que se vê confrontado com os efeitos dessa vivência em comunidade. Partindo do confronto entre o texto inaugural da Constituição da República Portuguesa (datado de 2 de Abril de 1976) e as diversas revisões a que se vê sujeito ao longo das últimas décadas, demonstra que o projeto de um Portugal democrático, nela, inicialmente traçado, é alvo de sucessivas reconfigurações, que correspondem, também, a alterações profundas, no que às políticas de memória e identidade que lhe subjazem diz respeito, assim como no que toca aos próprios vetores de poder que determinam e impulsionam tais políticas. Daí deriva a possibilidade de identificação de quatro etapas distintas de evolução da imagem oficialmente partilhada pelo país, as quais, muito por causa de uma estratégia comum de apagamento forçado de tudo aquilo que possa revestir-se de natureza problematizante, conseguem, apesar de tudo, manter a ilusão de uma quase perfeita continuidade discursiva entre o Portugal de 1974 e o do século XXI. A identificação de tais etapas conhece, no entanto, novos contornos, a partir do momento em que, com base na proposta de uma poética de memória em António Lobo Antunes, se procede à identificação das dinâmicas discursivas que se desenvolvem por debaixo dessa imagem oficial, revelando, através da ficcionalidade, todo um conjunto de representações alternativas e tipicamente silenciadas da nação portuguesa, as quais evidenciam as lacunas inerentes ao seu discurso oficial de memória e identidade das últimas décadas, e atestando, em última análise, o verdadeiro carácter pós-moderno e pós-colonial de que a produção literária do autor se reveste.

Palavras-chave: memória e identidade; António Lobo Antunes; Portugal; pós-modernismo; pós-colonialismo.

Abstract

This dissertation aims to present an approach to the question of the evolution of Portuguese memory and identity, since the inaugurating event of April 25, 1974, until the end of the first decade of the 21st century. It sets out to develop a comparative perspective between two distinct modes of representation of memory and identity: on the one hand, that of the official image of the nation, which is typically supported by the government and therefore enforced upon all the individuals who make up the national community; on the other, that which stems of the literary work of António Lobo Antunes and his endeavours to explore the unique perspective of the individual who is confronted with the effects of living in a community, as a means to problematize such an official image. The approach to the first mode of representation is carried out by analysing the original version of the Constitution of the Portuguese Republic (2 April, 1976) and the various changes it undergoes over the last decades, clearly demonstrating that not only the project of a democratic Portugal it initially outlined but also the vectors of power responsible for such an image have been reshaped on several occasions, which also gives way to the notion of profound changes in the politics of memory and identity they support. This analysis leads to the identification of four distinct stages in the evolution of that official image imposed on the country, even though, largely due to a deliberate strategy of censorship of everything that may problematize the nation's ideal image, they are systematically kept hidden from the public eye in order to maintain the illusion of an almost perfect continuity between the Portugal of the revolution and the 21st century one. This illusive continuity is, however, disrupted if one takes into account the proposal of a poetics of memory in António Lobo Antunes' postmodern and postcolonial fiction and the way it depicts the real dynamics underneath that official image, while voicing an entire set of alternative and typically silenced representations of the Portuguese nation, thus highlighting the huge gaps inherent to its contemporary official discourse of memory and identity.

Keywords: memory and identity; António Lobo Antunes; Portugal; postmodernism; postcolonialism.

Agradecimentos

Agradeço à minha esposa, minha filha, meus pais e ao meu irmão pelo contínuo apoio, carinho e incentivo – notas dominantes de toda a minha vida –, que, uma vez mais, estiveram presentes em todo este caminho, particularmente, nos momentos mais difíceis.

Agradeço ainda, em especial, à Doutora Adriana Martins pelo modo cativante e entusiástico como me lançou este desafio, mas, acima de tudo, pela compreensão e talento com que me conduziu ao longo de um percurso que acarinhou desde o primeiro instante.

Índice

Introdução	1
Capítulo I – <i>Memória, discurso, poder – da identidade em Portugal</i>	22
1.1 – <i>Que memórias na Memória?</i>	32
1.2 – <i>Portugal em Perpétuo Movimento</i>	57
1.3 – <i>António Lobo Antunes e a poética de um retorno</i>	88
Capítulo II – <i>Fado Alexandrino - Fados de um Portugal-revolução</i>	110
Capítulo III – <i>As Naus - Alegoria de um Portugal-evolução</i>	143
Capítulo IV – <i>Chegados à Utopia- O Esplendor de Portugal</i>	172
Capítulo V – <i>E depois do Adeus? – O meu Nome é Legião</i>	200
Conclusão	222
Bibliografia	231

Introdução

Será legítimo, nos dias de hoje, falar-se realmente de uma “memória coletiva portuguesa”? E, se sim, reger-se-á esta de acordo com os mesmos paradigmas que a caracterizaram, por exemplo, há uma ou duas décadas atrás?

Mover-nos-emos no mesmo plano de memória e identidade ou algo, entretanto, se modificou? E que efeitos poderá essa hipotética metamorfose ter acarretado?

Numa etapa em que o sentimento de crise se encontra definitivamente instalado no horizonte existencial de todo o país, é francamente notória a tomada de consciência de uma perda significativa do caráter essencial do modelo identitário que lhe é próprio enquanto comunidade. No entanto, quer a definição clara do que efetivamente se terá perdido quer o conjunto de causas que terão concorrido para tal perda, quer, por último, o tipo de estratégias que se desenvolvem para a sua superação, estão aparentemente longe de se verem definidos, esforço esse que tentarei levar a cabo no espaço do texto que agora desenvolvo.

Pretendo, pois, com a presente dissertação, lançar, num primeiro momento, novas luzes sobre o estado da memória e identidade portuguesas no início da segunda década do século XXI, considerando, no entanto, que, para tal efeito, se torna necessário perspetivar aquele que foi o seu desenvolvimento a partir do 25 de Abril de 1974 - incontornável ponto de viragem na orientação dos discursos que, entretanto, se foram consolidando.

Liberto de um longo período de relacionamento problemático com a sua memória, instilado ditatorialmente por uma discursividade eufórica dos feitos bélicos e expansionistas do seu passado histórico, o Portugal de Abril de 74 vê-se confrontado com o desmoronar da grandiosidade imperial que, até esse ponto, havia assinalado o discurso identitário e de memória que oficialmente vigorava no seu espaço interno. Amputado da vasta dimensão territorial que, de algum modo, corporizava também essa projeção da sua imagem e que lhe outorgara, em dada altura, o direito a reclamar uma posição de relativo destaque no plano geopolítico, o país vê-se imerso numa avassaladora dimensão traumática que o força a uma situação de fechamento em si próprio, em convivência extrema com um

sentimento de fracasso nacional e diante da aparente ausência de possibilidades de reatar novamente a sua marcha em direção ao futuro.

Assumindo, desde o primeiro momento, uma opção de marcada ruptura com as práticas ideológicas e discursivas que o antecederam, o movimento revolucionário que está na base do Portugal contemporâneo direciona a sua atuação para a criação de um discurso de memória e identidade de matriz tendencialmente distinta, de modo a dar resposta a esse cenário de estagnação nacional, sendo que não contempla qualquer espaço para a inclusão dos discursos que vem suplantar. Para o período de instabilidade que se vive na sua imediata sequência e para a resolução da profunda crise identitária em que o país se vê mergulhado, esse movimento encontra na excessiva promulgação de uma imagem de um Portugal europeísta, moderno e orientado para o futuro, a solução possível para que as engrenagens nacionais voltem mais uma vez a entrar em funcionamento.

O recurso ao passado, no Portugal revolucionário, torna-se, pois, tendencialmente diminuto, sendo que nas ocasiões em que tal prática se verifica é, regra geral, com o intuito de fortalecer a nova imagem que se pretende criar, denunciando, pois, o caráter expiatório e eminentemente negativista que a esse passado é atribuído. Uma vez cumprida esta sua (forçosamente temporária) missão inicial, é sistematicamente entregue ao apagamento forçado, no âmbito do novo modelo de memória e identidade oficial que se implementa, sendo que esse mesmo passado poderá eventualmente vir a ser recuperado, numa altura em que o seu potencial de subversão se apresente como inócuo.

No fundo, este tipo de estratégia corresponde ao mesmo que se observa, por exemplo, nos anos imediatamente subsequentes ao desfecho da 2ª Guerra Mundial, mais particularmente, no que toca à nação alemã, que encontra numa espécie de pacto de silêncio nacional¹ (e em quase cumplicidade com os restantes intervenientes no processo de armistício) a solução ideal para atenuar o peso da sua responsabilidade no desenrolar do conflito, de modo a conseguir encontrar a união necessária para a reedificação de um país completamente devastado pela guerra (Richard Ned Lebow, 2006).

Quanto ao Portugal de Abril e à nova imagem que luta por concretizar, o que se obtém é, no fundo, um modelo identitário que encontra na fuga seletiva ao passado a estratégia preferencial para a manutenção do caráter ideal de que se pretende revestir. Tendencialmente direcionado para o desvio sistemático de situações ou eventos que levantem a ponta do véu traumático e do secreto terror do fracasso nacional (o mesmo será

¹ O mesmo será dizer que a natureza do relacionamento com o seu passado traumático é enquadrável nos moldes de um modelo de “dialogic forgetting”, segundo a terminologia de Aleida Assman (2010).

dizer, que remetam, ainda que por instantes, o país para um plano de eventual autoquestionação), esse modelo configura-se preferencialmente de acordo com uma vivência cada vez mais obcecada pelo momento presente e de olhos postos num futuro cujos meandros desconhece.

Efetua-se, assim, a passagem de um modelo identitário de matriz ditatorial que insufla permanentemente o espírito de união nacional, por meio da prática de celebração exacerbada de um imaginário passadista, para um discurso de identidade de cunho revolucionário, que opta tendencialmente por assinalar esse mesmo passado com um carácter quase proibitivo, no espaço português, dimensão esta que tende a adensar-se com o decurso do tempo.

Mas, se esta transposição entre modelos de identidade se efetiva realmente é porque, pelo menos, numa etapa inicial, para além da convivência implícita entre as forças responsáveis pela sua concretização, a própria essência dessas mesmas forças, com particular destaque para os órgãos do poder nacional, se mantém praticamente inalterada, no que diz respeito à sua capacidade de modulação de uma determinada imagem e à agremiação do esforço coletivo em torno de si.

Obviamente distinto, em termos discursivos, do modelo governativo de cariz ditatorial, o facto é que também o aparelho de Estado do pós-25 de Abril explora vetores de funcionamento próximos daquele que o antecede. Reúne, de igual modo, as características fundamentais que o dotam de um carácter centralizador, autoritário e interventivo em virtualmente todas as áreas de funcionamento do país, o que lhe permite moldar de forma praticamente inexpugnável o modo como a sua política de memória se implementará em território nacional.

O modelo governativo derivado da Revolução continua a ser, para além de mais, autónomo na sua atuação em prol dos interesses nacionais, mas, mais do que isso, dotado de uma capacidade redobrada de exercício de poder, porquanto democraticamente representativo de uma vontade coletiva responsável pelo abandono voluntário do paradigma identitário anterior. Dessa forma, reveste-se da legitimidade necessária para efetivar as mudanças conducentes ao conjunto de respostas que o país, à partida, pretende, bem como do carácter exigível para que o processo de identificação coletiva com a sua proposta de política de memória se concretize sem grandes alterações.

Como num prolongamento da atuação incontestável do poder estatal, a nova imagem do Portugal contemporâneo assume um carácter simbolicamente inexpugnável, remetendo para o plano do silêncio forçado toda e qualquer voz alternativa de memória que

se apresente com o potencial de a fragilizar ou problematizar, procedimento, aliás, comum, também, em relação ao próprio passado histórico, que, de algum modo, possa provocar o mesmo tipo de efeitos.

Lançadas que estão as bases para a imaginação da sua nova identidade coletiva, encontra-se Portugal perante o desafio de encontrar os meios necessários para que esta ganhe finalmente corpo, e lhe possibilite, de uma vez por todas, a tão ansiada libertação do lastro doloroso que a sua aventura colonial acarretou, o que vem a acontecer, sensivelmente, em 1986, com a sua adesão à, então, Comunidade Económica Europeia.

Marco incontornável da história nacional, a entrada na C.E.E. assinala claramente o início de uma nova etapa fundamental no desenvolvimento desse novo discurso identitário português, ao aliar ao carácter, até aí, somente idealizado da sua imagem, uma poderosa dimensão concreta de implementação, em passo de corrida, de profundas reformas estruturais nos mais variados setores, com vista a assegurar o seu direito à permanência nesta coligação de Estados, à qual corresponde também um sentimento oficial de expectativas francamente positivas em relação ao futuro.

Esbatidas as fronteiras geográficas com o acordo de Schengen, dá-se início também à gradual reformulação das “fronteiras” identitárias nacionais. Para além de concretizada por meio do contínuo abandono de práticas tidas como retrógradas, esta reconfiguração é também responsável pelo início do processo de esvaziamento progressivo da imagem oficial que, até esse ponto, vigorara no país, através da supressão de inúmeros aspetos fundamentais com os quais se relacionara no passado.

No entanto, ainda que essa consciência pública de abandono da imagem em que se revira enquanto coletivo até esse ponto se possa manifestar de forma episódica (e em grau variável), o facto é que tal tendência se vê compensada face ao poder inebriante dos fundos estruturais vindos da Europa, que capitalizam as expectativas nacionais até a um grau de realização tal que a questão do apego à memória do passado, mais do que uma obrigação da comunidade, se transforma em algo praticamente irrelevante ou episódico, para o ponto em que se encontra.

É nesta atmosfera de deslumbre capitalista que Portugal se movimenta, desde finais dos anos 80, até, sensivelmente, ao início do século XXI, momento em que, a meu ver, se abre uma nova página no seu percurso identitário, e que se pode localizar em torno do momento de implementação da moeda única.

O desaparecimento definitivo da sua unidade monetária – o Escudo –, um dos elementos simbólicos remanescentes da antiga identidade coletiva nacional, corresponde a

um avolumar da tomada de consciência do tipo de sacrifícios que, à partida, a concretização da sua nova imagem realmente implicou. A partir desta data, o relacionamento da comunidade portuguesa com o modelo identitário que marcara a sua existência anterior caracteriza-se claramente por um sentimento de separação efetiva, sem que, no entanto, a imagem europeísta que se foi implementando se apresente enquanto verdadeiramente unificadora ou indisputável.

São cada vez mais frequentes as dificuldades em manter a nação unida sob um discurso único de identidade de cariz oficial, por um lado, dadas as profundas alterações sofridas pelo próprio aparelho de Estado, enquanto regulador de uma política de memória e identidade bem definida, e por outro, devido à disseminação generalizada da capacidade de acesso à informação, por parte da população portuguesa, que se processa cada vez mais fora da alçada governativa.

De uma dimensão omnipresente e responsável por todos os setores de atividade nacional, de acordo com uma dinâmica inicialmente orientada para a defesa da vertente social, o Estado desloca-se para uma posição de natureza progressivamente diminuta, centrada, acima de tudo, na necessidade de implementação, em território nacional, do conjunto de políticas comuns definidas pelas instituições de regulação europeia, regra geral, vinculadas a uma dinâmica essencialmente economicista.

Para o acentuar do enfraquecimento da sua capacidade de ação contribuem também os profundos efeitos derivados da globalização – fenómeno de mutação à escala planetária –, que, para além de dar azo à sistemática problematização da imagem nacional tão arduamente edificada – revelando as profundas discrepâncias entre os discursos oficiais e a crua realidade do país –, a impregna sistematicamente de matrizes culturais e memórias alternativas, que remetem para um plano cada vez mais distante a especificidade do “ser português” e até a do “ser europeu”.

No entanto, apesar do esvaziamento da sua capacidade de agregação coletiva atingir níveis progressivamente reconhecíveis na esfera pública, a atuação dos órgãos de governo continua a pautar-se por linhas discursivas que visam perpetuar a manutenção da imagem de autonomia e representatividade nacional que lhes era particular, evidenciando uma clara relutância em reconhecer as transformações que sofreram ou, muito certamente, uma incapacidade de adaptação à nova realidade comunitária em que se veem envolvidos.

De facto, o panorama nacional contemporâneo aparece assinalado, não por um modelo de Estado-nação ou Estado-forte (Boaventura de Sousa Santos, 2002a), nos moldes típicos do paradigma anterior à aventura europeia, mas antes, por uma espécie de Estado-

simulacro, que assume discursivamente o tipo de características daquele que o antecede, ainda que na realidade se revele incapaz de preservar o modelo identitário coletivo que edificou ou, muito para além disso, de contribuir para a imaginação de um novo modelo que o possa suplantar.

Não é, pois, de surpreender que a manifesta consciência da problematização com que se depara a identidade nacional portuguesa, no momento atual, se traduza numa cada vez mais acentuada tendência, por parte dos cidadãos, para um fenómeno de “desidentificação” com as linhas condutoras da hipotética imagem oficial do país e, por outro lado, numa tentativa de busca individual de caminhos alternativos que, de algum modo, possam dar resposta às suas ânsias de pertença a uma dada comunidade, assim como de resolução dos problemas que pressentem no seu íntimo.

É também partindo de tal consciência que pretendo, com a presente dissertação, levar a cabo um aprofundado estudo da memória e identidade portuguesas, no período compreendido entre as últimas quatro décadas, considerando que, em tal domínio, é possível identificar etapas de natureza claramente distinta, quanto à sua evolução.

Para esse efeito, proponho como base de trabalho um modelo de análise dos processos de configuração da identidade nacional, subdividido em quatro etapas fundamentais: a primeira, que designo de *Portugal-revolução*, no período compreendido, sensivelmente, entre 1974 e 1982; a segunda, do *Portugal-evolução*, entre 1982 e 1986; a terceira, que corresponde ao *Portugal-europeu*, entre 86 e 98; e a última, a do *Portugal-legião*, de 98 à atualidade. Estas, por sua vez, aparecem assinaladas por políticas de memória derivadas de três formas distintas de atuação do aparelho governativo nacional português, que correspondem, no fundo, também a três tipos de configuração diferentes do modelo de Estado, os quais, partindo inicialmente das propostas de Boaventura de Sousa Santos (2002a), opto por identificar de acordo com as designações de “Estado-forte”, Estado-enfraquecido e Estado-simulacro.

No entanto, dada a especificidade que assinala a questão da nação portuguesa e o seu problemático relacionamento com as dimensões da memória e identidade, considero que tal abordagem se quedaria redutora, sem o acesso aos domínios mais recônditos da sua imagem coletiva, isto é, subtraindo-lhe a possibilidade de rastreio dos principais silêncios e processos de apagamento de memórias alternativas que tiveram de ter lugar, para que tal imagem de coesão nacional (pelo menos, no plano dos discursos oficiais) pudesse vir a concretizar-se.

Na verdade, se o que publicamente se celebra no espaço de uma comunidade

constitui a manifestação mais óbvia da política de memória vigente nesse momento – que condiciona, claro está, o que realmente “merece ser lembrado” (Judith Butler, 2004) –, a procura de tudo aquilo que, por algum motivo, é impedido de aceder a esse estado de comemoração, torna-se um verdadeiro imperativo, na medida em que é aí que se depositam os resquícios de todos os jogos de forças travados anteriormente. É aí que a dimensão do poder se faz sentir de forma mais explícita. É, por fim, nessa dimensão do esquecimento forçado que se encontram as pegadas deixadas por uma nação, na sua tentativa de perdurar ao longo dos tempos.

Para este avultado processo de rastreio, selecionei, de entre o vasto panorama literário que marca a atualidade nacional, a produção romanesca de António Lobo Antunes, por considerar que se destaca de forma notória no potencial de concessão das ferramentas, à partida, necessárias para um exercício dessa natureza.

Ao apresentar-se declaradamente enquanto voz alternativa de memória, ainda que matizada pelo ficcional (logo, não reclamando para si, numa primeira linha de análise, o paradigma da veracidade histórica oficial), permite, a meu ver, o seguimento do complexo e, não raras vezes, labiríntico processo da reconfiguração identitária portuguesa, dotando-o, no entanto, de uma perspetiva única: a do olhar e experiência individuais, face às pressões constantes de um qualquer discurso coletivo que se impõe.

Este processo de desconstrução sistemática dos discursos identitários oficiais portugueses, que, na obra do autor, se opera precisamente pela ênfase depositada na voz do cidadão comum, fornece informações preciosas que denunciam verdadeiras revoluções em curso no íntimo da nação, ao longo do período temporal que identifiquei anteriormente. Para além disso, evidencia, também, autênticos vírus em latência que, apesar de remetidos de modo sistemático para o plano do silêncio forçado, continuam a pulsar com uma força praticamente idêntica à inicial, antecipando, como posteriormente se verifica, o que constitui um substrato ideal para a eclosão de novos cenários de problematização identitária.

Dado, no entanto, o facto de este trabalho de reflexão se debruçar sobre a obra de um autor vivo e de produção manifestamente prolífera, o que pode, a dado momento, resultar num acréscimo da dimensão do corpus de análise, torna-se necessário, pois, fixar a minha abordagem, sob a forma de uma delimitação de um conjunto de títulos, sem prejuízo do eventual cruzamento de leituras com o restante da sua produção, sempre que daí advenha um enriquecimento da discussão das problemáticas em causa.

Esta opção deve-se também ao facto de considerar que é possível proceder-se a

uma categorização do projeto literário de António Lobo Antunes em etapas relativamente bem definidas, sendo que os romances selecionados assinalam pontos significativos de viragem no desenvolvimento da sua obra, assim como no tipo de tratamento levado a cabo em relação aos discursos de identidade e memória nacionais, prestando-se, em última análise, à caracterização dos vetores fundamentais do modelo de configuração identitária que proponho.

Como identifico quatro momentos perfeitamente distintos em termos identitários, desde o pós-25 de Abril até a atualidade, serão, pois, também quatro as obras que me proponho trabalhar, dada a relativa proximidade cronológica entre a data da sua publicação e os pontos de vigência de cada uma das etapas no meu modelo. Para além disso, considero que a especificidade das temáticas abordadas em cada uma das obras permite, de facto, o desenvolvimento de uma perceção global do tipo de condicionantes que se foram estabelecendo em redor da imagem coletiva portuguesa, moldando-a progressivamente e tornando-a naquilo que é hoje.

Assim, *Fado Alexandrino* marcará o ponto de partida na análise do modelo de configuração identitária que proponho (correspondendo à fase do Portugal-revolução), pois considero-o um remate maduro do primeiro ciclo de produção literária do autor, porquanto evidencia um esforço de apresentação de um discurso alternativo em relação à questão colonial, que, desde a publicação de *Memória de Elefante*, em 1979, se vem ensaiando progressivamente, atingindo nesta etapa um carácter claramente estabilizado e coerente.

Abordado no Capítulo II da presente dissertação, este romance ditará a forma de acesso distanciado ao Portugal do período pós-revolucionário, envolto em pleno processo de problematização identitária e de busca de possíveis caminhos para a edificação de uma imagem nacional coletiva de natureza diferente, isto é, tentando a todo o custo voltar as costas para o mar e direcionando o seu olhar para uma nova terra onde possa ancorar-se em termos identitários.

É nesta etapa que se oficializa a passo acelerado o processo de autonomia das antigas colónias, num último reduto de conservação da dignidade nacional, vendo-se o país, para além da fragilização inevitável da sua imagem, a mãos com uma situação humanitária de complexas proporções, derivada do regresso de milhares de cidadãos, que, fugindo do conflito armado, buscam na metrópole a tranquilidade que lhes fora sonhada.

Incapaz de dar resposta de forma eficaz a esse fenómeno de retorno, Portugal corporiza, no domínio da gestão social, um tipo de procedimento aproximável ao que delineia como estratégia preferencial para se reequilibrar em termos identitários e de

memória: a criação de zonas populacionais periféricas para acomodar aqueles que, vindos das colónias, não têm ainda modo de reclamar plenamente a sua pertença a essa comunidade.

Esses verdadeiros “ghettos” da memória, para além de assinalados pelo incontornável estigma do retorno malogrado, constituem também uma espécie de espaço anódino em termos identitários, pois, muito embora dentro de fronteiras nacionais, denunciam, pela sua localização geográfica, uma tendência consciente para o plano do isolamento, como se, por parte do país, houvesse, de facto, a necessidade de criação de um espaço particular, para onde remeter potenciais situações traumáticas associadas ao desaire colonial e ao sentimento de fracasso nacional daí adveniente.

Em *Fado Alexandrino*, é também este o tipo de atmosfera que se pressente com particular incidência, em primeiro lugar, pela sistemática exploração romanesca de motivos que obrigam, de imediato, o leitor ao contacto com um plano de ostracismo constante.

Explorando a noite enquanto tempo diegético preferencial, o romance reforça em termos estéticos e metafóricos, desde o início, a questão da necessidade de encobrimento, de exclusão de uma dimensão interdita da vida nacional, de apagamento de tudo aquilo que, pela sua natureza, deve forçosamente permanecer a coberto do manto da escuridão. Não é, portanto, uma noite apaziguadora, simbolizando o repouso de memória desejado, que se constata, mas antes uma clara forma de manifestação de uma existência alternativa, claramente banida do universo do aceitável, em termos sociais ou coletivos, ou, de outro modo, com um potencial de ameaça para o discurso de identidade que vigora em território nacional.

São prostitutas, alcoólicos, travestis, as personagens que desfilam reiteradamente ao longo das páginas, partilhando com os militares que conduzem o enredo da narrativa (assim como com as memórias da experiência da guerra colonial que vão reavivando), um mesmo estatuto de proscritos do modelo identitário coletivo português.

O espaço no romance é também disso evidência. A *boîte* decrépita em que se desenvolve grande parte da intriga, a necessidade sistemática dos militares de se reunirem em locais preferencialmente fechados, que os salvaguardem dos olhares de uma sociedade ameaçadora, reforçam a consciência de uma profunda contradição inerente ao discurso identitário que se funda no pós-25 de Abril. Como se a “artificialidade de cartão” da imagem coletiva portuguesa, a qual o autor havia já denunciado em *Conhecimento do Inferno*, fosse, mais do que dirigida àqueles que nos veem do lado de lá da fronteira, uma condição indispensável para que o país conseguisse perpetuar o seu funcionamento interno

enquanto comunidade.

À assunção pública de um discurso oficial de memória e identidade que se professa, fundamentalmente, de natureza inclusiva corresponde, na verdade, como se constata à luz de *Fado Alexandrino*, um tipo de relacionamento com a questão do trauma similar àquele contra o qual a própria Revolução de Abril se veio insurgir, porquanto também o ideal de nação que, à partida, se virá a concretizar explora mecanismos de censura e repressão de memória, a fim de evitar potenciais cenários de problematização.

Decorrida sensivelmente pouco mais de uma década, encontra-se finalmente a nação portuguesa diante do momento por que há tanto almejava.

A adesão oficial à Comunidade Económica Europeia corporiza também, aos olhos nacionais, o reconhecimento da validade da nova roupagem identitária de que tão arduamente se tinha vindo a recobrir, purgando-a (finalmente) do trauma do passado colonial, por meio de contínuas promessas de um futuro brilhante (liberto dos retrocessos herdados ainda do período ditatorial) e de ocupação de uma nova centralidade, desta feita, em partilha com as demais nações europeias.

Ainda que mais breve do que os restantes períodos que enformam o modelo que proponho, o período do Portugal-evolução assinala um momento fundamental na mudança efetiva do tipo de relacionamento que a nação desenvolve com a questão identitária. Pelo seu carácter inaugural, este é um momento em que o país (ainda que temporariamente) pode, de facto, respirar de alívio, não só, por ver aparentemente concretizadas as suas expectativas em relação ao futuro, mas, acima de tudo, porque nele se reforçam os efeitos da sua nova política de memória e das estratégias de apagamento forçado da dimensão de fracasso nacional, com que teve de lidar durante tanto tempo.

Enquanto base de trabalho para o Capítulo III da presente dissertação, o romance *As Naus* (1988) começa precisamente por explorar esta tendência generalizada para o esquecimento apressado por parte de um Portugal-evolução, com um Luís de Camões retornado e anacrónico, que (com outros indivíduos que, com ele, partilham a condição) se vê sistematicamente impossibilitado de ingressar de forma plena no tecido comunitário nacional.

Mais do que uma reiteração do retrato ficcional, traçado em obras anteriores, do tipo de acolhimento desenvolvido em relação aos indivíduos assinalados pelo estigma do colonialismo – ou de toda a dimensão traumática que o processo em si acarretou –, pelo distanciamento temporal que o enforma, mas, mais do que isso, pelo profundo tom irónico de que se reveste, o romance em questão não deixa de evidenciar, também, um

posicionamento nacional distinto, agora que a sua imagem ideal se vê, de algum modo, homologada pelo acesso à Europa.

As Naus assinala, portanto, na vertente ficcional, aquilo que, no plano da memória e identidade portuguesa, corresponde ao momento de transição entre um modelo identitário coletivo que ainda se vê profundamente apegado aos efeitos do passado histórico, para um outro modelo em que a fratura efetiva entre Portugal e esse mesmo tempo se começa a desenhar, insuflada pelo início oficial da aventura europeia.

É a partir deste momento que se instaura também o início de um alargado processo de mutação na própria forma como o discurso identitário oficial português se passará a desenvolver, numa dinâmica que considero progressivamente alheia aos órgãos governativos nacionais e, em grande medida, propulsionada, por um lado, à escala continental, pelos efeitos que o ingresso na União Europeia vem a produzir e, por outro, à escala planetária, com a realidade avassaladora da globalização.

Tais efeitos, no entanto, veem, de algum modo, a sua ação dissimulada pela especificidade do período que se segue na marcha da nação portuguesa e que, conjuntamente com a análise de *O Esplendor de Portugal*, caracterizarei no Capítulo IV, a fim de dar a conhecer o terceiro vetor de funcionamento do modelo de estudo que proponho.

Esta nova etapa corresponde, *grosso modo*, a um período cronológico mais extenso (compreendido, sensivelmente, entre meados da década de 1980 e os finais do século XX), em que, de facto, a imagem coletiva da nação parece dotar-se de uma autonomia cada vez mais acentuada na sua capacidade de afirmação pública, apresentando, de forma gradual, um maior grau de abertura à integração de discursos alternativos de memória e identidade, que não necessariamente definidos ou sancionados em exclusivo pelos órgãos de poder nacional.

É um período assinalado por profundas transformações a todos os níveis, que, se por um lado, se manifestam, numa primeira fase, no domínio de criação das infraestruturas indispensáveis de adaptação às dinâmicas economicistas europeias, por outro, acarretam sérias consequências, também, no plano identitário português, com a sucessiva extirpação de práticas e símbolos ancestrais tipicamente associados à imagem nacional que se fora conservando.

A cedência, por exemplo, dos direitos de exploração da zona marítima portuguesa, elemento preponderante do imaginário coletivo, não só em termos económicos, mas igualmente pelo seu peso simbólico, constitui uma pequena amostra do preço a pagar em

troca dessa nova imagem que se edifica, impulsionando, neste caso, o processo de reconfiguração económica também uma descaracterização identitária do próprio país.

O modelo de Estado-nação, até à data, virtualmente único responsável pelos mecanismos de perpetuação do discurso de memória e identidade oficial português, assim como pela fidelização do coletivo de indivíduos em redor das suas linhas de orientação, vê a sua capacidade de atuação efetiva sistematicamente manietada pelo conjunto de compromissos assumidos diante da Europa comum.

A estes alia-se também a ação subversiva dos meios de comunicação social de iniciativa privada que se vão estabelecendo, bem como o crescente acesso populacional às tecnologias de informação, que, no seu conjunto, potenciam uma enorme variedade de discursos alternativos que se oferecem à apreciação do coletivo, e, não raras vezes, em manifesta discordância com a visão oficialmente veiculada pelos órgãos de poder.

Resultado mais visível de tal processo é que o fosso entre a visão “oficial” do país e aquelas que alternativamente ganham força, na esfera pública, se reveste de uma dimensão progressivamente acrescida, lançando as bases para o que virá a converter-se numa tendência para o afastamento generalizado em relação à imagem coletiva que se veicula oficialmente ou, pelo menos, para um aumento exponencial da capacidade de rastreio dos silêncios que, à partida, essa imagem acarreta.

Este repartir de forças no tabuleiro dos discursos de memória e identidade nacional constitui, a meu ver, evidência manifesta do processo de esvaziamento do paradigma de Estado-nação e da sua conversão em algo de natureza muitíssimo diversa, que designarei de Estado-enfraquecido, o qual recupera sistematicamente práticas discursivas que visam criar a ilusão de que, de facto, a sua natureza é ainda a tipicamente centralizadora e incontestável do modelo que o antecedeu.

Como estratégia para a superação de cenários de eventual problematização, despoletados pelos restantes poderes de modulação identitária nacional, o Estado-enfraquecido encontra na celebração exacerbada do seu contributo para a consecução das antigas aspirações europeístas do país, ou no delinear de novos projetos megalómanos que mobilizem (ainda que temporariamente) a comunidade, a forma ideal para elidir o grau de real comprometimento em termos de poder em que se encontra.

Principal aliado desta dimensão paradoxal do Estado-enfraquecido é, claro está, o poder inebriante dos constantes fundos comunitários injetados para dentro de fronteiras nacionais, que potenciam a criação de uma atmosfera de alheamento dos reais problemas, ao assegurar financeiramente a capacidade portuguesa de concretização das suas

expectativas mais ambiciosas, mantendo, por isso, artificialmente o sentimento de orgulho coletivo em pertencer a uma comunidade.

No seu expoente de afirmação máxima, a consequência fundamental deste processo de criação de uma espécie de paz podre de memória é o total e completo erradicar, da imagem que vigora oficialmente no espaço português, do conjunto de efeitos nefastos derivados do seu traumático passado, o que, aliás, se torna sintomático, aquando da realização da Exposição Mundial de Lisboa, em 1998. Símbolo último do espírito de realização coletiva de um povo, que se pauta por uma nova imagem claramente moderna e progressista, é inevitável notar que é precisamente o tema do mar aquele que dita as linhas de orientação do evento.²

Curiosamente, no entanto, e apesar da ênfase que a questão da expansão ultramarina nela se reveste, nem a exposição em si, nem os discursos em torno da sua organização, afloram a problemática do desaire colonial, sendo que este se vê por completo elidido ou, muito possivelmente, sublimado, pela força de uma imagem de Portugal – curiosamente, também –, enquanto nação que “veio dar novos mundos ao mundo”.

É difícil passar ao lado de tal máxima sem trazer à memória, quase de imediato, o período da história portuguesa em que foi usada pela última vez, com o propósito de engrandecer o sentimento de orgulho nacional e de agremiar o coletivo em torno de uma causa única – o do Estado Novo.

De facto, a sua utilização sem reservas, no caso do Portugal de finais do século XX, só se tornaria realmente compreensível, dada a sua carga simbólica, se encarada enquanto totalmente liberta da associação a esse período banido da memória nacional, isto é, recuperando o seu intento original renascentista de celebração dos feitos grandiosos do passado, que, como demonstrei anteriormente, o país entendeu, a dada altura, como retrógrado, remetendo-o ao silenciamento, nos seus desígnios de libertação do trauma e de edificação de uma imagem consentânea com as nações europeias.

Neste sentido, *O Esplendor de Portugal* apresenta-se, desde o primeiro momento, enquanto construção romanesca, que, partindo do próprio título, remete para a necessidade de entrecruzar três linhas interpretativas distintas, no que toca à problemática da memória e identidade portuguesas, para se conseguir articular uma visão o mais plena possível desse estádio evolutivo da nação.

Trata-se, por um lado, do efetivo esplendor progressista de que se reveste

² O tema da Exposição foi “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”.

obstinadamente a imagem do país no momento presente. Por outro, assinala inevitavelmente o passado grandioso da era ultramarina, conquistado por meios próprios, que se viu, no entanto, eventualmente sucumbir. Por fim, dados os contornos irónicos que assinalam também o título do romance, evidencia a real ausência de uma dimensão esplendorosa, derivada do preço pago por Portugal, na persecução de uma imagem marcada pela artificialidade do desenvolvimento económico vindo do exterior, cuja consequência última, mais do que uma rutura com a sua memória, se apresenta sob a forma de incapacidade de reatar a ligação com o seu passado e de dar, de facto, aos indivíduos que o compõem, o sentimento de pertença a que necessariamente aspiram.

É, em última análise, o prenúncio de uma incapacidade de imaginação de uma imagem coletiva o que se indicia em *O Esplendor de Portugal*, porquanto as imagens que vigoram em território nacional são essencialmente edificadas segundo moldes aproximados, isto é, preferencialmente afastadas de uma revisitação despidorada da dimensão traumática do seu passado. Por consequência, é também a incompletude do discurso de memória coletiva português que aqui se evidencia, ao não conseguir inspirar o sentimento de comunidade nos cidadãos que a ele supostamente estariam adectos, nem tampouco de os dotar dos mecanismos necessários para que busquem eventuais caminhos de reaproximação dessa unidade perdida.

O Esplendor de Portugal acompanha, assim, o crescendo da imagem portuguesa de inspiração europeia, até ao seu ponto de realização máxima, período após o qual, abre portas à antevisão do que vem a revelar-se o processo de declínio (e consequente problematização) dessa mesma imagem.

Eis Portugal finalmente enquadrado em pleno século XXI e a braços com uma década que traumáticamente o irá colocar diante da sua real imagem, levantando questões prementes de natureza essencialmente económica, política e social, mas também velhos problemas que haviam já sido esquecidos e que, mais uma vez, se apresentam no horizonte nacional.

Regresso do recalcado? Fracasso do Portugal Europeu? São questões que marcarão a entrada no Capítulo V, onde, com base em *O meu Nome é Legião*, procederei à ilustração do último vetor de funcionamento do meu modelo, que designo de Portugal-legião, desta feita, regulado, em termos de memória e identidade, por um modelo de Estado-simulacro.

Este é o período em que o país começa a ser gradualmente espoliado do enorme fluxo de fundos europeus (que diminui drasticamente), vendo avolumar-se o sentimento de instabilidade nacional, face à necessidade de fazer frente aos compromissos cada vez mais

de acordo com os seus próprios recursos internos.

A tomada de consciência de que os ajustamentos estruturais a levar a cabo nas décadas anteriores, afinal, ficaram aquém do realmente necessário e de que as consequências, daí advenientes, se adivinham avassaladoras, no que toca à estabilidade nacional e à dos seus membros, dissemina-se de modo virtualmente incontrolável, dando azo a um cenário propício à ocorrência de novas questionações, em torno da imagem oficial do país vigente até essa altura.

O ideal europeísta, moderno e de progresso de Portugal começa sistematicamente a revelar as suas fragilidades, ao ver-se minado por um discurso alternativo de identidade, potenciado essencialmente pelos média, enquanto nação que, desta feita, se caracteriza pela marcha inevitável para o abismo do défice e da bancarrota, realidade que ninguém, à partida, estaria preparado para aceitar, mas que progressivamente se apresenta como a única possível.

Desenha-se, nesta etapa, com inequívoca acutilância o colossal desfasamento entre, por um lado, o discurso oficial dos órgãos de poder em relação à imagem nacional e os discursos alternativos que se oferecem à apreciação pública um pouco por toda a parte (contando, em particular, com o apoio dos meios de comunicação social para esse efeito), e evidenciando as marcas claras da incapacidade, por parte do aparelho de Estado, de conter as permanentes invetivas de que é alvo – e que, por sua vez, em tempo quase real, desconstroem virtualmente todos os seus argumentos avançados na esfera pública –, numa derradeira tentativa de continuar a agremiar esforços em torno da “causa única nacional”.

Denuncia-se também, neste momento, a definitiva redução da sua capacidade atuante, porquanto são cada vez mais as imposições vindas do exterior que se abatem sobre o coletivo, no sentido de dar resposta às exigências da dinâmica economicista europeia e mundial, contra as quais não consegue reagir, assumindo sistematicamente um posicionamento de submissão. Rompem-se, neste sentido, compromissos, extinguem-se direitos sociais em favor de uma lógica de contenção de despesas, tudo para a salvaguarda dos interesses nacionais.

Daqui deriva que todas estas oscilações na atuação discursiva dos órgãos de poder, para além de denunciarem claramente uma incapacidade de preservar a imagem coletiva do país (que durante aproximadamente duas décadas vigorou de forma mais ou menos estável), revelam, mais do que isso, uma incapacidade de lançar as bases para uma imagem nacional de matriz distinta ou, pelo menos, para uma qualquer derivação da atual, ainda que reabilitada de alguma forma.

Portugal depara-se agora com uma espécie de efeito mosaico, no plano da sua memória e identidade, resultante de um generalizado processo de fragmentação do ideal coletivo, agudizado pela dinâmica de forças dos discursos que lutam por implementar-se nessa mesma dimensão.

Consequência última de todo este fenómeno é o rompimento dos mecanismos essenciais de comunicação, que tradicionalmente, no seio de uma comunidade, asseguram a manutenção das relações entre os seus membros, fomentando, em último caso, os elos de ligação necessários para que, de facto, se entendam enquanto parte integrante de um conjunto mais alargado (John Fiske, 2002).³

Como tal, com o corrente panorama de desagregação que se associa à vertente coletiva portuguesa, o sentimento de crise e eminente ameaça constituem linhas dominantes do horizonte existencial de grande parte da população, reconduzindo os seus elementos, no que toca à questão da identidade, para um plano de atuação cada vez mais isolado e desprovido de referências e alternativas viáveis.

O meu Nome É Legião antecipa com manifesta pungência o retrato do Portugal que, hoje, por meio da desagregação dos efeitos do seu discurso oficial de memória e identidade europeísta, se torna sobejamente reconhecível.

Transpondo, num paralelo interpretativo, as linhas fundamentais do episódio bíblico que dá o título ao romance, para o plano da discussão da memória e identidade portuguesas da atualidade, a ideia subjacente da diversidade individual que, no entanto, se unifica num só corpo e em partilha de um mesmo objetivo, não deixa de se revestir de um significativo, ainda que complexo teor irónico.

Se numa análise mais imediata, o título pode remeter, de facto, para a questão da polifonia, enquanto estratégia literária para apresentação de diversas mundividências em contexto romanesco, que se reuniriam hipoteticamente num mesmo indivíduo (quicá, a figura autoral), a verdade é que o fator de reconhecimento da especificidade do Portugal de hoje, no espaço do romance, é incontornável para qualquer leitor.

Também o é, desde as primeiras páginas, a inexistência de uma atmosfera de autêntica ligação ou coesão comunitária, patente quer na incomunicabilidade manifesta

³Um claro exemplo deste processo é o sistemático esvaziamento do peso identitário de que se revestem os atos nacionais de comemoração pública de memória, aquando, por exemplo, dos feriados nacionais. Questionados acerca do significado da data em questão, são muitíssimo frequentes os casos de desconhecimento demonstrados pelos cidadãos interpelados pelos meios de comunicação social. Como é óbvio, este é também um indício de que profundas transformações no relacionamento de um indivíduo com a história da sua comunidade tiveram, de facto, lugar, para que tal relativização se possa operar. Em última análise, é também denunciador de uma falha no papel formador da própria comunidade ou, de outro modo, evidência de uma desagregação dos seus mecanismos ou capacidade de formação.

entre aqueles que dividem uma mesma situação na intriga, quer na impunidade ou impotência com que alternadamente a sua movimentação se vê condimentada.

Grassa no corpo do romance o sentimento de existência isolada num país à deriva, assim como a necessidade premente de reatar ligações a todo o custo com um qualquer passado pessoal perdido, muito certamente enquanto estratégia de recentramento identitário, pois tal só se justifica, quando, no coletivo, se não encontram as linhas necessárias para um enquadramento em termos de identidade.

O ideal de união na diversidade, para o qual *O meu Nome É Legião*, à partida, remeteria, também no plano da nação portuguesa, é, assim, uma construção vazia que agrava a perceção de uma imagem de Portugal enquanto país estagnado, problematizado, em plena questionação diante de um novo cenário de fracasso nacional, e, aparentemente, sem forma de recuperar forças para uma nova imagem, esquecido que foi do mar e perdido que está em terra europeia.

À luz de tal perspetiva, a temática da incomunicabilidade patente no romance – estratégia essa, aliás, recorrente em toda a produção literária do autor –, ganha, neste caso, uma acrescida importância, porquanto, nos diversos planos em que se verifica, remete para uma consciência das profundas incongruências no âmago do tecido social português, às quais estão indelevelmente associadas as marcas do tratamento a que a memória nacional esteve sujeita, de forma a possibilitar a edificação de uma imagem pública nos moldes hoje conhecidos.

Para além da falta de diálogo entre indivíduos dentro de um mesmo plano identitário, trata-se, em primeiro lugar, da impossibilidade efetiva de comunicação entre os vários grupos que ocupam o espaço nacional, nomeadamente, dado o estigma da inferioridade cultural que a eles se associa – veiculada reiteradamente sob a forma de uma visão preconceituosa e xenófoba, que recupera todo o discurso típico da era colonial, supostamente elidido do imaginário coletivo, por ação das políticas de memória que o regularam no decurso do tempo.

Por arrastamento, e ainda que de forma assumidamente velada pelo próprio tom confessional de grande parte da obra em questão, esse juízo de valor, orientado inicialmente na direção da comunidade africana, espraia-se, claro está, para o tipo de apreciação acerca dos restantes subgrupos minoritários (nomeadamente, os derivados dos fenómenos de imigração recente), que, de igual modo, são entendidos como fonte de ameaça ao plano de estabilidade nacional, em direta contradição com as matrizes de multiculturalidade e inclusão, próprias do discurso identitário oficial português do

presente.

Mais significativa, no entanto, é a incapacidade de comunicação dentro de um mesmo grupo – seja este associado ao modelo de identidade oficial seja a outro de cariz minoritário –, por parte dos seus membros mais velhos em relação às gerações mais recentes, as quais deveriam idealmente ser responsáveis pela perpetuação dos valores recebidos no núcleo cultural que as acolhe.

É, mais uma vez, diante dos efeitos da *memória geracional* (Fogu & Kansteiner, 2006) que o leitor se encontra, mas que, neste caso, muito por força da denúncia romanesca de António Lobo Antunes, em relação ao tipo de apagamentos seletivos que a memória portuguesa sofreu, desde o período do pós-25 de Abril, possibilita a compreensão do verdadeiro carácter fragmentado da imagem nacional contemporânea, assim como da eventual impossibilidade, por parte desta, de se poder vir a reedificar ou assumir um carácter uno e inquestionável aos olhos do coletivo, segundo moldes convencionais.

O facto é que, desde que a política de memória derivada da Revolução se instaura, implicando, necessariamente, para a sua concretização, os apagamentos forçados que apontei anteriormente, dá azo, em simultâneo, a uma nova imagem assente na amputação de uma vertente do passado que, de algum modo, legitimaria a sua própria existência. Para a geração que surge após o 25 de Abril, e que vive unicamente dentro do plano dos ideais de liberdade, deixa virtualmente de existir um contraponto de memória efetivo, excluído previamente que foi por todos os que a antecederam. Quanto muito, essa memória perdurará com algum grau de intensidade numa época mais próxima do evento em si, aquando da sua celebração pública, mas dotar-se-á gradativamente de um carácter residual, até ao ponto em que a sua carga simbólica inicial se desvanece quase por inteiro.⁴

Fragiliza-se, desta forma, *ab initio*, o potencial de transmissão dos valores identitários àqueles que se seguem no tempo, sendo que, no caso português, este enfraquecimento se acentua ainda mais, a partir do momento em que à imagem de Portugal de Abril se vem sobrepor a de matriz europeísta, com todas as suas transformações no domínio tecnológico, cultural e identitário, remetendo para um plano irreversivelmente longínquo tudo aquilo que a antecedeu e, mais uma vez, comprometendo a eventual possibilidade de imaginação de uma comunidade portuguesa, tal é o carácter imensamente

⁴ Aliás, na última década, o excesso de produções cinematográficas e documentários televisivos, em torno de questões associadas à guerra colonial, à Revolução de Abril ou até à exploração das dimensões “secretas” da existência de António Oliveira Salazar, são prova disso mesmo. Como se por meio de uma sobrecarga de material de informação se pretendesse compensar o que se evidencia já como uma tendência generalizada para o esquecimento por parte das gerações mais novas.

multifacetado que comporta.

A prática reiterada do esquecimento oficial, que, a partir de dada altura, no contexto português, dá azo à criação de uma atmosfera que favorece a incomunicabilidade, faz com que a possibilidade individual de acesso ao passado, ou melhor, a capacidade por parte do indivíduo de compreender a sua existência enquanto parte integrante de um movimento contínuo, se perca irremediavelmente, estando, pois, qualquer modelo identitário configurado nos moldes do da nação portuguesa condenado à (pelo menos) questionação, se não à eventual erradicação completa.

É precisamente a partir desta dinâmica de sobreposição de discursos de identidade, em conjugação com a questão da memória coletiva e do papel que nela desempenha também a memória geracional, que darei seguimento ao Capítulo I da presente dissertação, que visa lançar as bases para um aparelho teórico que sirva de apoio, por um lado, à compreensão da problemática da memória e identidade portuguesas na sua vertente de expressão oficial, e, por outro, das obras seleccionadas de António Lobo Antunes, enquanto propostas alternativas, não só de apreciação do seu funcionamento efetivo, mas também de construção de um modelo distinto de relacionamento com o país e com a sua imagem.

Nesse sentido, o referido capítulo, organizado de acordo com uma estrutura tripartida, prestar-se-á, em primeiro lugar, a um esforço de consolidação das inúmeras vertentes teóricas em torno do conceito de memória coletiva, assim como das propostas de modelos de funcionamento que tipicamente aparecem associados à sua concretização e vigência, em dada etapa de evolução de uma comunidade.

Para tal, num primeiro momento, analisarei a essência das propostas inaugurais de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, relativamente à questão da memória e sua inevitável ligação com a problemática da identidade, à luz de uma crítica contemporânea, que se desenvolve com particular incidência em direta conexão com as dimensões do trauma do Holocausto, no contexto da 2ª Guerra Mundial, assim como dessa mesma problemática no domínio dos processos de desagregação colonial, que condicionaram de forma variada as diversas potências que neles tomaram parte.

Mais do que uma perspetivação de natureza histórica, pretendo, acima de tudo, diante de eventuais cenários de problematização, isolar casos particulares de reconfiguração nacional de identidades coletivas, para que daí advenha um conjunto recorrente de modelos de atuação, que permita posteriormente avaliar o percurso evolutivo da nação portuguesa, desde o período do pós-Revolução até à atualidade. Este processo de análise obedecerá, sempre que possível, não só à definição das linhas discursivas

associadas à ação dos órgãos de poder vigentes em dada altura da história dessas mesmas nações, mas também aos mecanismos de resistência das vertentes ostracizadas de memória que se vêm sucumbir à sua ação, uma vez que é precisamente com base nesse caráter de resiliência que assenta o potencial de reformulação identitária de uma dada comunidade, sempre que um cenário de problematização se instaura.

A passagem para a secção 1.2 do capítulo em questão processar-se-á, uma vez finda tal abordagem, na medida em que se encontram estabelecidos os pressupostos que permitirão caracterizar a especificidade do caso português, no que toca aos órgãos ou vetores de poder que se associaram à sua regulação identitária, no decurso das últimas quatro décadas, assim como os efeitos que provocam no modo como a nação se vai revendo oficialmente até aos dias de hoje.

Com base na tipologia avançada por Boaventura de Sousa Santos (2002a), em torno dos processos de globalização, enunciarei, então, as propriedades típicas dos diferentes modelos de regulação coletiva atual, salientando também a natureza do seu real contributo para a configuração e perpetuação de um determinado discurso de identidade, a fim de proceder à delineação de um seu perfil, de acordo com as designações anteriormente avançadas – Estado-nação, Estado-enfraquecido e Estado-simulacro.

A parte final desta secção colmatará esse trabalho de sistematização teórica com a sua aplicação ao percurso oficial da nação portuguesa, em termos de memória e identidade, no período que me proponho a tratar.

Partindo do pressuposto de que é possível isolar quatro momentos evolutivos distintos, traçarei um retrato das linhas discursivas fundamentais que aparecem associadas à imagem oficial que se vai desenvolvendo no imaginário coletivo português, desde o 25 de Abril de 1974, até, sensivelmente, aos finais da primeira década do nosso século, altura em que conhece o seu processo de desagregação e em que denuncia, claramente, a tentativa de implementação de um conjunto de posicionamentos que trazem à memória mecanismos idênticos aos colocados em prática no período histórico que veio suplantar.

É, por fim, com base nessa leitura da voz oficial do aparelho de Estado português, ao longo das últimas quatro décadas, que darei início à terceira e última secção do capítulo a que me reporto, desenvolvendo uma proposta de uma poética de memória em António Lobo Antunes. Aí, e ainda que de forma necessariamente sumária, farei corresponder os romances do autor que constituem o *corpus* de análise da presente dissertação, às etapas que integram o percurso de memória e identidade da nação portuguesa, no intuito de demonstrar o contínuo diálogo que com esta estabelecem, assim como o conjunto de

representações alternativas que têm para lhe oferecer.

Partindo do pressuposto de que, também, em Lobo Antunes é possível determinar uma política de memória e identidade própria, e, por isso mesmo, muitíssimo distinta daquela cujos moldes a nação tipicamente se habituara a reconhecer, procedo, por fim, à identificação de todo um conjunto de estratégias, mas, mais do que isso, de modos de configuração romanesca que se sucedem e reinventam de forma exímia em diversos momentos, configurando, no seu conjunto, um ambicioso projeto literário, que, muito para além da mera dimensão estética, aponta no sentido de uma intencionalidade formativa e, acima de tudo, problematizante das representações oficiais de memória e identidade do Portugal contemporâneo, que nos coloca diante da mais premente questão:

Depois do fracasso do mar e o aparente fracasso na Europa, para onde dirigir, desta feita, o olhar nacional?

Capítulo I

1. Memória, discurso, poder – da identidade em Portugal

A percepção hermética para a qual, à partida, o mote que selecionei para este capítulo poderá ilusoriamente remeter visa recriar um cenário com o qual me vi sistematicamente confrontado, no decurso do meu trabalho de investigação em torno da obra literária de António Lobo Antunes, como ponto de partida para a edificação de uma outra perspetiva sobre a problemática da identidade no espaço nacional português, no período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e a atualidade.

Munido das palavras do autor e de uma questão primária (“Que dizer acerca da identidade em Portugal?”), cedo se tornaram explícitas, no acompanhamento do aparelho crítico que se me ia oferecendo, a incontornável recorrência dos termos que optei por isolar na parte inicial do título apresentado, assim como as inúmeras possibilidades de relacionamento entre si, sendo que a cada combinação correspondia inevitavelmente uma reformulação profunda da questão inicial.

Muito embora, numa primeira etapa, o objetivo geral traduzido naquela pergunta permanecesse inalterado, o facto é que, no contato com modos distintos de pressupor a natureza do relacionamento dessa tríade conceptual, novos trilhos se sucediam, apontando, por sua vez, para outras metas a atingir, resultando, no final, num curioso jogo de linguagem que anunciava de forma sumária a complexidade da tarefa que me propunha levar a cabo.

Se a memória resulta de um discurso do poder, que dizer acerca da identidade em Portugal? Se a memória age em prol de um discurso do poder, que dizer acerca da identidade em Portugal? Se a memória condiciona o discurso do poder ou se a memória enquanto discurso condiciona o próprio poder, que dizer...

Em breve, a questão de que partira expandira-se já para outras formas, em que o “que dizer acerca” se associava, desta feita, aos termos que isolara gradualmente, revelando ainda mais caminhos a explorar.

Que dizer acerca da memória da identidade em Portugal? Que dizer acerca do discurso da identidade em Portugal? Que dizer acerca do poder da ...

Se, à partida, estas questões ofereciam um índice de resistência variável no seu tratamento, tal facto dever-se-ia, claro está, em primeira linha, à especificidade do caso nacional em análise, mas, acima de tudo, muito por força da relativa dificuldade em encontrar um consenso em redor do termo que assistia à dinâmica fundamental em todas elas – o de *memória* –, tal era a variedade de abordagens que se oferecia para o efeito.

O presente capítulo reflete, pois, também um pouco esse percurso de busca individual, se não de um consenso, pelo menos de um plano de relativa estabilidade conceptual que suportasse os efeitos de uma análise aprofundada do que hoje assinala o que se entende por “ser português”, e, por inerência, das eventuais etapas de evolução que lhe estariam na base.

À falta de melhor termo, constituiu a expressão “memória coletiva” o ponto de partida para a incursão no domínio teórico relativo à problemática da memória, e que ocupará a primeira parte deste capítulo. De acordo com uma perspetiva convencional de tratamento bipolarizado, encontrava naturalmente na “memória individual” o seu contraponto direto em termos funcionais, abalizando, desse modo, uma plataforma inicial aparentemente potenciadora de uma clarificação dos conceitos em jogo, e da sua eventual aplicação à questão nacional portuguesa, bem como ao contributo que a produção literária de António Lobo Antunes nela poderia oferecer.

Cedo, no entanto, a “memória coletiva” se viu alastrar para o plano da capacidade de *imaginação* de um grupo alargado de indivíduos (Benedict Anderson, 1991), fundindo-se, em certa medida, com a questão da “identidade”. Implicaria também modos distintos de relacionamento e conceção das dimensões temporal e espacial, estando na origem de verdadeiras revoluções na vivência do ser humano (Henri Bergson, 2005).

Dependeria a sua origem de um universo comunitário, embora, a dada altura, com base na interação comunicacional que a ele subjaz (Jan Assmann, 2006), passasse a controlá-lo de modo praticamente inexorável, no sentido de garantir a sua perpetuação e a do próprio universo que a vira surgir, numa espécie de simbiose paradoxal.

A memória coletiva seria, assim, também conjunto de símbolos e práticas simbólicas, forma de representação discursiva ideologicamente determinada (Linda

Hutcheon, 1995), em estreita dependência de um qualquer vetor de poder que nela se via prolongado, condicionando de um plano supremo os horizontes existenciais de um dado coletivo.

Dependendo da perspetiva adotada, memória coletiva seria, no fundo, para além de tudo isto, também rememoração coletiva, memória social, memória cultural, mito, trabalho de memória, cultura histórica.

Acumulação preciosa no espaço de um século, todos estes contributos para o estudo da memória deixavam, no entanto, a descoberto algumas indefinições, em particular, no que dizia respeito às dinâmicas do seu funcionamento em determinados estratos da esfera comunitária, impossibilitando, dessa forma, uma perspetivação mais aproximada da sua real natureza ou, posto de outro modo, perpetuando uma certa tendência para um grau de relativização do uso a que o termo “memória coletiva” aparentemente se prestaria.

Como Maurice Halbwachs (1992) havia implicitamente demonstrado, a ação da memória na tessitura social exercia-se de acordo com diversos graus de “coletividade” ou em “quadros sociais” de distinta dimensão, organizados segundo uma estrutura por níveis, sendo que, no seu centro, estaria a família, unidade mínima numa longa hierarquização de relações, que se via integrada em grupos progressivamente mais alargados até ao fechamento desse sistema, com a consecução de um coletivo de escala nacional.

O mesmo será dizer que o termo “coletiva” se presta à categorização do conjunto de símbolos e práticas que caracteriza, por exemplo, o discurso de memória de uma qualquer nação ou, por outro lado, o conjunto que definirá o de um grupo de menor dimensão (de cariz religioso, partidário, económico, por exemplo), gerando, desse modo, também de forma implícita, a impressão de uma plena sintonia entre discursos de memória que, apesar de se tocarem em determinados pontos e corporizarem linhas de força comuns, não constituem uma única forma de memória coletiva, mas sim, várias e necessariamente distintas.

A questão do “grupo”, apesar de fundamental para a perceção de um dos pilares de funcionamento da memória no plano da comunidade, não se prestava, pois, por si só, a uma desejada análise mais próxima da sua dinâmica de funcionamento, pelo que se impunha a consideração de outras estratégias.

A incursão no domínio da vertente simbólica da memória e suas variantes nos modos de representação dos diversos coletivos que compunham uma qualquer nação, assim como o tipo de relacionamento mantido por estes últimos com a dimensão do poder sobre eles exercido (e que exercem também de acordo com escalas e modos não

necessariamente coincidentes)⁵, constituiu o ponto de partida para um esforço de reconceptualização do termo “memória coletiva”, que, na sua vertente de afirmação comunitária máxima, me conduz à necessidade de propor a designação de macrodiscurso oficial de memória.

Como demonstrarei na secção 1.1 do presente capítulo, entendo (*lato sensu*) tal designação enquanto constructo de natureza complexa e plurifacetada, desenvolvendo-se permanentemente (ainda que em graus de intensidade variável) sobre um universo comunitário, de acordo com a orientação ideológica de um qualquer vetor de poder em que se apoia e simultaneamente suporta. Para além disso, eliminando, *a priori*, no plano da sua manifestação simbólica, qualquer espaço permeável à infiltração de práticas alternativas que problematizem o seu carácter de homogeneidade comunitária. Por outras palavras, assumindo-se sempre enquanto real “espelho de uma nação” ou em total correspondência com a plenitude dos membros que a integram, extirpando, por isso, nos seus atos de afirmação, a variabilidade e conflituosidade que sempre lhe subjazem.

Conceber tal problemática segundo estes termos acarreta profundas implicações, pois com base no tipo de distinção que potencia, e sempre tomando em linha de conta o íntimo relacionamento entre memória e poder, nunca perdendo de vista as variações que a sua configuração discursiva poderá conhecer, permite encontrar um aparelho suficientemente flexível para descrever, não só os mecanismos do seu funcionamento nos vários níveis que compõem uma dada comunidade, mas também o conjunto de vetores que assiste e reforça esse potencial de afirmação ou, eventualmente, o problematiza.

Este enfoque de natureza discursiva, potencialmente autoritária (ou normativa) e estratificada sobre a memória abre portas, pois, à compreensão de uma mecânica de inter-relacionamento de coletivos de diferentes dimensões, que se presume de tipo comunicativo e essencialmente bidirecional (onde cada um pode influenciar o outro e vice-versa).

Nessa propriedade assenta, aliás, uma das dimensões fundamentais que concorrem para o carácter performativo da própria memória, e que se traduz na sua capacidade de perpetuação no espaço coletivo, mas, em simultâneo, de se reconfigurar, adaptando-se, face às alternativas que, a dado momento, conquistam o potencial de afirmação necessário para ascenderem a um estatuto de influência mais alargado, nesse mesmo espaço comum.

⁵ Diferentes níveis coletivos implicam também diferentes níveis de exercício de poder (Judith Butler, 2004), o que é indispensável para compreender o processo de emergência de memórias alternativas (oriundas de coletivos subalternos de um discurso oficial de memória) à dimensão discursiva máxima que regula uma dada comunidade.

À escala do coletivo nacional, a análise dos vários eixos comunicativos e, em particular, da questão da bidirecionalidade efetiva que os assinala (porquanto na estrita dependência da atuação do poder que regula o conjunto de relações possíveis entre grupos), constitui, pois, etapa fundamental a percorrer para a compreensão, por um lado, da especificidade do discurso de memória nele vigente, assim como dos efeitos que pressupõe na dinâmica de funcionamento desse coletivo. Por outro, tal análise reflete inevitavelmente o caráter particular dos próprios vetores de poder que concorrem para a promulgação e reforço de um dado discurso de memória, sendo que, por consequência, permitirá, à partida, isolar também modelos distintos, quanto à natureza da sua atuação.

Se um discurso de memória se vê, a dada altura, problematizado e diante de um cenário em que a sua reconfiguração se concretiza, tal corresponde também a uma reformulação de grau variável do paradigma de poder vigente nesse mesmo coletivo. O mesmo será dizer que, dada a proximidade de relações entre memória e poder,⁶ o momento em que aquela sofre alterações (mais ou menos profundas) nos moldes discursivos, segundo os quais é veiculada no espaço comunitário, se encontra intimamente ligado a um desequilíbrio nos jogos de força que tipicamente se desenvolvem no plano da comunicação bidirecional.

Aí, um qualquer coletivo que, até dada altura, se encontrava numa posição subalterna passa a ver a sua capacidade de atuação ocupar o lugar inverso, isto é, ascendendo ao plano máximo da discursividade oficial e determinando, naturalmente, não só a especificidade do discurso de memória daí em diante, mas também a própria natureza do poder que assistirá à sua afirmação e perpetuação públicas.

Identificar as mutações de memória e identidade, que se manifestam no plano máximo de afirmação discursiva de uma qualquer nação, constitui, deste modo, apenas uma parte fundamental da questão, sendo que a outra diz claramente respeito à própria natureza dos órgãos de poder que regulam esse mesmo plano, pois é em função deles que, em última análise, o produto subsequente (ou, se se pretender, o novo discurso) se irá efetivamente desenvolver e implementar.

É com base neste conjunto de pressupostos que desenvolvo a segunda parte do presente capítulo, ensaiando a sua aplicação à realidade nacional portuguesa, desde o início do período do pós-Revolução de Abril de 1974 até à época atual.

⁶ E que se vê também reforçada pelo facto de serem, no fundo, na sua vertente discursiva, ambas de natureza *guerroyante*, na aceção de Foucault (1988), isto é, objetos de contenda, mas também espaços em que essa contenda se desenvolve.

Contemplando, com particular ênfase, o eixo comunicativo que se orienta desde o plano do “coletivo” até aos grupos de menor dimensão que o compõem (isto é, dotados de uma visibilidade pública ou capacidade de exercício de poder mais reduzidos), ou, de outro modo, a efetiva atuação do aparelho de Estado nacional, no que toca à imagem oficial do país que promulga, no decurso das últimas três décadas e meia, procedo à identificação de etapas fundamentais, fortemente condicionantes do processo de mutação em que a identidade nacional portuguesa se vai vendo envolvida, até derivar no estado em que hoje se encontra.

Muito embora radizando as suas origens no evento fundacional revolucionário que, ainda hoje, publicamente se comemora, apresentando-se discursivamente segundo uma linha de continuidade do conjunto de ideais que assistiu à concretização do mesmo, constitui o momento atual, a meu ver, algo de natureza profundamente diversa daquilo que, por um lado, terá estado na base desse projeto de um “novo” país, cuja política de memória se vê plasmada na Constituição de 2 de Abril de 1976, e, por outro, distinto também do que efetivamente hoje se professa enquanto discurso oficial de memória e identidade coletiva.

Nesse sentido, proponho um modelo de leitura da realidade nacional portuguesa, subdividido em quatro momentos distintos, que, por sua vez, correspondem também a periodizações particulares (e necessariamente aproximadas), nos quais se assiste à concretização de políticas de memória que, apesar de constituírem na sua essência um afastamento progressivo e irreversível do “projeto” inaugural do Portugal da 3ª República, se recobrem sistematicamente de fortes linhas de contato com o mesmo, nas suas práticas de afirmação discursiva.

Por meio de uma metáfora que designo “do perpétuo movimento” (que perpassa todo o percurso português das últimas décadas, encontrando-se, no presente, esgotada por completo⁷), tento caracterizar os diferentes mecanismos de atuação dos vetores de poder

⁷ Esta metáfora visa designar uma estratégia oficial de modulação discursiva subjacente a todos os momentos da história nacional portuguesa contemporânea, e que pode ser entendida como espécie de reconfiguração de uma prática próxima a algo já identificável no período ditatorial. Em termos gerais, a metáfora do perpétuo movimento constitui uma espécie de mensagem subliminar do discurso oficial de memória e identidade português contemporâneo, que visa fazer com que o país, apesar de, em determinados momentos, se ver confrontado com cenários reais de problematização profunda ou verdadeiras ameaças às suas aspirações de marcha contínua em direção ao futuro, seja conduzido a ignorá-las, evitando, assim, os seus potenciais efeitos de enfraquecimento da coesão comunitária, de agregação em redor dos mecanismos de poder que supostamente a sustentam, ou de redução de expectativas de cumprimento de um destino futuro. Desta forma, assevera-se de modo quase constante, no plano discursivo oficial, a manutenção de um clima de esperança em relação ao futuro e à criação de uma ilusão de constante movimento ou progresso, quando, muitas das vezes, é a efetiva estagnação nacional que marca a realidade portuguesa. Como demonstrarei na secção 1.2 do presente capítulo, dada a problemática conjuntura económica e social do país no início da segunda metade do nosso século, mas, acima de tudo, devido às profundas transformações do paradigma de poder que se

derivados da Revolução de Abril, em associação com as problemáticas da memória e identidade nacionais, com o intuito de demonstrar que, muito embora obedecendo a matrizes de orientação que se reclamam distintas, incorrem na prática da criação de todo um tipo de efeitos que se alastra sobre o coletivo nacional de modo semelhante ao que, na ótica de José Gil (1995), se verificou no período de vigência do regime ditatorial.

Esta tendência sistemática, por parte do Portugal de Abril, de apropriar-se de linhas de força próximas das que caracterizam o modelo contra o qual se insurge e que convenientemente se encontra obscurecida pela força com que a celebração pública das suas políticas de memória se efetiva em território nacional, denuncia, claro está, não só, um mecanismo de garantia da perduração desse mesmo discurso, mas, acima de tudo, uma hábil estratégia de sobrevivência do próprio modelo de Estado que se esconde por detrás dele. É, aliás, nesta tendência para uma espécie de apego “inconsciente” às matrizes de atuação do regime passado que o próprio caminho escolhido, em termos de configuração da natureza dos órgãos de poder, parece processar-se, tal é a proximidade que apresenta na sua essência com aquela que caracterizou, a partir de dada altura, o Portugal de Salazar.

O país saído da Revolução é também um que encontra inicialmente num modelo de Estado ubíquo, forte e centralizador o seu ponto de partida para a busca de novos caminhos a trilhar,⁸ derivando daqui, em última análise, a possibilidade de rastreio da segunda dimensão a que me referi anteriormente, isto é, aquela que diz respeito à caracterização do próprio poder e seus vetores, os quais se associam ao tratamento da memória e da identidade.

Partindo das propostas de Boaventura de Sousa Santos (2002a), identifico três tipos de atuação dos órgãos de poder em Portugal (em íntima associação com as quatro etapas evolutivas que a nação percorre, desde o 25 de Abril até aos dias de hoje⁹), ou melhor, três modelos de Estado que condicionam de modo distinto a forma como o discurso oficial de memória português se metamorfoseia, denunciando nessas mudanças, não só políticas de

associa à veiculação do seu discurso oficial de memória e identidade, a metáfora do perpétuo movimento revela-se esgotada nos seus moldes originais (ainda que seja possível deslindar já o que entendo como novas tentativas da sua reconfiguração).

⁸ Muito embora o período imediato do pós-Revolução seja marcado por um acentuado jogo de forças entre as diversas fações ideológicas que intentam uma subida à esfera máxima da governação nacional, o paradigma de poder que daí vem a derivar é fundamentalmente próximo (na sua capacidade de regulação) daquele que o antecederá.

⁹ A saber, a primeira, que designo de *Portugal-revolução*, no período compreendido, sensivelmente, entre 1974 e 1982; a segunda, *Portugal-evolução*, entre 1982 e 1986; a terceira, *Portugal-europeu*, entre 86 e 98; a quarta e última, *Portugal-legião*, de 98 à atualidade.

memória bem determinadas, mas também estratégias de recuperação e sobrevivência, sempre que aquelas, por algum motivo, se veem problematizadas.

Para a caracterização deste modelo tripartido entre os vetores do Estado-forte (Boaventura de Sousa Santos, 2002a), Estado-enfraquecido e, mais particularmente, do Estado-simulacro, torna-se, de novo, necessária a recuperação da metáfora do perpétuo movimento e, em especial, do vínculo de continuidade que a ela se associa, para que, de facto, se compreenda o tipo de fatores que, a dada altura, potenciam a ação condicionante dos órgãos de poder sobre um determinado coletivo, mas que, por inerência, limitam também o tipo de atuação que poderão ter, desse ponto em diante.

Isto implica que, por um qualquer conjunto de motivos, ainda que o poder de atuação do vetor de Estado em vigência se encontre irremediavelmente comprometido ou votado a um grau de impotência variável, justificando-se, pois, uma alteração de paradigma de funcionamento que abra portas à implementação de um novo vetor, esse processo não pode efetivar-se realmente na sua plenitude no espaço da esfera pública, uma vez que isso implicaria a cessação do tipo de vínculos que une o coletivo a esse seu regulador máximo, bem como uma drástica alteração nos mecanismos de funcionamento típico dos discursos oficiais de memória que o regem.¹⁰

Daqui deriva que a solução encontrada pelos órgãos de poder passa por uma oclusão de todo este processo, reelaborando de forma subtil a sua obrigatoriedade de adaptação e eventual perda de legitimidade de existência, assumindo no espaço público o mesmo tipo de configuração que o modelo de Estado-forte possui, ainda que, por detrás desta construção discursiva, se esconda um outro vetor: o do Estado-enfraquecido ou o do Estado-simulacro.

¹⁰ Como Durkheim (2007) demonstra, há três princípios fundamentais que regulam o funcionamento de uma comunidade, as formas de interrelacionamento possíveis entre os seus membros e, em última análise, a preservação de toda esta complexa estrutura: a “generalidade” de um conjunto de valores estipulados por uma entidade reguladora (para o autor, a própria sociedade), que assegura a ilusão de partilha de identidade entre membros; a “exterioridade” desses mesmos valores aos olhos do indivíduo, que os assume como meta-individuais, incorporando-os, a fim de poder integrar o sentimento de pertença ao coletivo; a implícita natureza “coerciva” desse processo de integração e reatualização de tais valores, por parte do indivíduo, quer em relação a si próprio quer em relação aos que o rodeiam. Faltou ao autor contemplar, neste modelo, a dimensão do poder estatal enquanto corporização máxima do espírito coercivo comunitário e o seu contributo irrefutável na manutenção de todo o processo. Porventura deixe de atuar o aparelho de Estado nos moldes necessários de regulação que, à partida, corporiza, a comunidade tende a fragmentar-se em função dos conflitos entre discursos de memória e identidade alternativos que, face à ausência de um órgão de regulação máxima, se veem libertos para se manifestarem sem qualquer espécie de controlo, abrindo portas a um potencial cenário de fragmentação identitária nacional. Não é, pois, de surpreender que os órgãos de poder de uma comunidade desenvolvam tipicamente esforços no sentido de manter sempre presente aos olhos dos seus subalternos essa vertente de autoridade coletiva que corporizam, sob pena, caso contrário, da sua completa desagregação.

A conclusão inicial a que se chega diante deste aparelho crítico é que, no fundo, quer o Estado-enfraquecido quer o Estado-simulacro constituem produtos de um esforço de reconfiguração, por parte dos órgãos de poder nacional, enquanto estratégia de resposta a um cenário em que a sua capacidade de atuação junto do universo coletivo, assim como de eficaz controlo dos discursos de memória e identidade se veem problematizados, o que, no fundo, acaba por corresponder realmente a tentativas distintas de reinterpretação e de reabilitação de um mesmo modelo original já extinto – o do Estado-forte.

Uma outra conclusão é que, de facto, ambos os derivados desse modelo de Estado inicial são produto de conjunturas particulares, para as quais concorreu precisamente o tipo de política de memória que se definiu como ponto de partida e de chegada, para abalizar o percurso nacional português.

Na sua dimensão de Estado-forte, o aparelho de poder nacional corporiza implicitamente o papel de significante máximo do ideal coletivo, sendo que, por consequência, esse papel assiste também à sua legitimidade de ação omnipresente, no que toca à regulação de um discurso oficial de memória e identidade que se espera indisputável, coeso e representativo do aglomerado de indivíduos que o compõe.

A manutenção deste conjunto de traços (ou melhor, expectativas), em associação com a vertente da omnipresença, colide diretamente com as linhas centrais do discurso oficial de memória derivado do pós-Revolução, na medida em que este corporiza um posicionamento diametralmente oposto, mais particularmente, na assunção dos ideais da democracia e da liberdade de expressão, como pilares fundamentais na luta contra a repressão e o silenciamento próprios da ditadura.

O mesmo será dizer que o modelo de poder de Estado que regula o Portugal do pós-Revolução, bem como o discurso de memória e identidade que, por meio dele, se promove dão azo à criação de um patamar algo paradoxal, em que as práticas simbólicas pressupõem, por um lado, a garantia efetiva de um eixo comunicativo bidirecional, mas que, por outro, se vê claramente anulado, em função da própria natureza dos órgãos de poder, que ditam o que merece e pode efetivamente ser lembrado no espaço público. Neste sentido, a liberdade de expressão (isto é, a capacidade de acesso ao plano da discursividade oficial), revestir-se-á de um carácter algo ilusório, na medida em que a sua concretização estará sempre dependente do índice de problematização que representa para a política de memória homologada pelo poder.

Tal cenário perpetuar-se-á tendencialmente, até ao ponto em que a capacidade de ação dos órgãos de poder se vê, de algum modo, condicionada, o que, no caso português –

também consequência direta do discurso de modernização europeísta a que aspira em termos identitários – se vem a verificar, primeiramente, com o processo de adesão à União Europeia e o subsequente enfraquecimento do aparelho de Estado, cujos efeitos se veem fortemente amplificados, e numa escala bem mais alargada, pelos processos inerentes à globalização.

São três, pois, em termos de poder, os momentos que se distinguem no período do pós-25 de Abril (Estado-forte, Estado-enfraquecido e Estado-simulacro), sendo que correspondem a uma dinâmica de adaptação por parte do aparelho governativo, sem que isso signifique qualquer assunção pública do processo de fragilização a que a sua capacidade de regulação coletiva se vê sujeita.

Diante de um cenário de perda real do seu controlo do universo comunitário, o que tal aparelho governativo faz é continuar a simular obstinadamente o papel que desempenhara no início do processo, elidindo a consciência do comprometimento da sua situação efetiva no espaço nacional, bem como da perda de uma porção significativa de poder para outros órgãos que agora desempenham ou, pelo menos, manifestam fortes capacidades de regulação do coletivo e do seu acesso aos meandros da memória, como no caso dos meios de comunicação social e demais tecnologias de informação.

Com base neste modelo de análise da especificidade do panorama nacional português, no que ao tratamento oficial da sua memória diz respeito e à forma como esta se repercute no ideal de nação que publicamente comemora, eis, pois, que a obra literária de António Lobo Antunes se revela incontornável para o conhecimento, ainda que simbólico, através do discurso ficcional, do que efetivamente se esconde por detrás desta imagem de aparente unidade inquestionável.

Explorando precisamente o ponto de vista que tradicionalmente se vê excluído do plano discursivo oficial – o do indivíduo – a obra do autor subverte a dinâmica típica de funcionamento da memória a que o leitor estará certamente acostumado, no seu permanente relacionamento com os vários coletivos que o cerceiam e condicionam.

O elevar a estratégia do testemunho individual enquanto forma privilegiada de acesso ao plano da memória, acentuando a particularidade das variações da sua representação por cada indivíduo (ideia esta, aliás, já há muito avançada por Halbwachs), mas, em simultâneo, em todos esses esforços de revisitação, revelando consequências muitas das vezes desastrosas e antagónicas ao que se professa no domínio do discurso oficial, faz com que, de facto, a noção de “coletivo”, na sua tradicional amplitude de aplicação ao plano nacional português, se desmorone por completo.

É a constatação de uma dificuldade e mesmo incapacidade de comunicação entre membros aquela que se edifica em cada romance do autor, dando azo à consciencialização de uma ausência da tal bidirecionalidade que seria de esperar no espaço português, perceção essa que se adensa à medida que a sua prosa se desenvolve em planos ficcionais (que se pressentem) cada vez mais próximos da realidade contemporânea.

Pelo modo como esta problematização do ideal do coletivo se configura ao longo da totalidade da sua produção literária, torna-se também possível o acompanhamento das etapas marcantes do desenvolvimento da identidade nacional portuguesa (que enumerei, anteriormente, na sua dimensão “oficial”), oferecendo, no entanto, a possibilidade de identificação de dimensões de memória às quais não é concedida a possibilidade de acesso ou o espaço de manobra suficiente, para que na sua manifestação pública possam também ver-se reconhecidas pelo seu carácter igualmente válido ou legítimo, como, por exemplo, no caso daquelas que se relacionam diretamente com as problemáticas do desaire colonial ou do regime da ditadura.

Mais do que um discurso pautado por uma aspiração a um estatuto oficial de verdade histórica, no entanto, considero que a prosa de António Lobo Antunes se desloca para um domínio em que se pretende, acima de tudo, a edificação de uma atmosfera “oficiosa”, dotada de verosimilhança, e que se vê reforçada sistematicamente pelo recurso ao testemunho individual, pautado, na maioria dos casos, pela vertente única da experiência, em direta subversão das matrizes oficiais que a condicionam no espaço público.

Ainda que eivada (naturalmente) por uma conceção ideológica determinada, isto é, por uma política de memória particular do autor, e se entendida enquanto passível de uma divisão em etapas distintas, a sua obra deixa entrever uma poética de memória, cujas linhas fundamentais caracterizo, aquando da terceira e última parte deste capítulo, em conjunto com uma proposta de categorização da sua produção literária, utilizando como critério de organização o tipo de relacionamento que esta vai estabelecendo com as fases de desenvolvimento da imagem nacional portuguesa ao longo das últimas três décadas e meia.

1.1 Que memórias na Memória?

Encetar uma tentativa de definição do conceito de *memória*, por mais bem-intencionada ou rigorosa que se apresente, tende a constituir a aceitação de um desafio que se revelará, à partida, considerável, tal a variedade de perspetivas com que se depara necessariamente qualquer sujeito, na sua busca de uma resposta de natureza cabal.

Desde logo, porque naquilo que se apresenta ilusoriamente como uma conceptualização simples de apreender, por contraste com um plano em que se apõe o termo “individual” como forma de distinção de um outro tipo de memória que abrange um aglomerado de indivíduos, se funda todo um conjunto de questões que obstam ao sucesso de tal empreendimento.

O que é, no fim de contas, a memória individual? Em que se distingue da de tipo coletivo? Constituem, dada a sua oposição aparentemente natural, de facto, categorias estanques, impermeáveis à ação uma da outra? Ou, pelo contrário, entrecruzam-se, interpenetram-se, dando azo a uma profunda mescla de traços funcionais, criando, no entanto, a impressão de que, em todas as instâncias do seu relacionamento, se torna possível estabelecer uma qualquer distinção?

Considero que este último posicionamento constitui, sem dúvida, o mais plausível de se colocar em prática num qualquer tipo de estudo do termo em questão, ainda que, em última análise, o critério máximo levado em conta, para a construção de um aparelho teórico que daí derive, seja inevitavelmente o número de sujeitos a que se reporta.

Por conseguinte, o tratamento da questão da memória nestes termos (o mesmo se verificando no domínio da identidade que dela resultará) favorece objetivamente a abordagem de um dos seus polos de funcionamento – o individual –, em detrimento da vertente de manifestação no plano do coletivo, cuja conceptualização tende a revestir-se de um carácter assumidamente holístico, ainda que, à partida, fique muitas das vezes aquém de uma eficaz aplicabilidade à natureza plural e necessariamente diversa que lhe subjaz.¹¹

¹¹ O uso de termos como “memória coletiva” (ou outros de significação próxima) que, ainda que direcionando o seu enfoque para distintas perspetivas, assume um posicionamento de partida fundado na homogeneidade de relacionamento com essa forma de memória, por parte dos membros da comunidade a que estará hipoteticamente afeta, tende, a meu ver, a menosprezar um aspeto fundamental para uma plena compreensão da sua efetiva complexidade: o papel primacial do indivíduo, enquanto unidade funcional para a sua receção e posterior transmissão aos demais com que interage no espaço comunitário.

O favorecimento da abordagem da problemática da memória na sua vertente individual deriva fundamentalmente do facto de o seu objeto de estudo se revestir de carácter singular, o que possibilita uma mais simples delimitação do âmbito de análise, permitindo, por conseguinte, o desenvolvimento de um aparelho teórico que, apesar de eventuais adaptações em que possa incorrer, se oferece, à partida, enquanto detentor do potencial para mais facilmente isolar mecanismos de funcionamento ou padrões de atuação recorrentes.¹²

Nesse sentido, apesar das possíveis variações a que a memória individual necessariamente se vê sujeita, e que derivam, no fim de contas, da diversidade de indivíduos que lhe dão corpo, é possível, como acontece com o caso da abordagem psicanalítica de Freud, definir modelos de análise que revelam tendências para a adoção de comportamentos de natureza próxima, por exemplo, face a um tipo similar de exposição a um dado cenário ou evento, com que um determinado sujeito se possa ver confrontado.

O esforço de conceptualização das diferentes dimensões de funcionamento da memória individual oferece, assim, à partida, um maior índice de representatividade do que efetivamente é identificável no plano do real, sendo que, em princípio, os modelos de descrição que daí advêm serão dotados de uma menor variabilidade, no que toca à ilustração das motivações e processos que enformam a conduta de um determinado sujeito, ao longo do seu percurso existencial.

Mas também aqui, no plano do sujeito singular, e ainda que hipoteticamente falando, fosse possível desconsiderar, por momentos, o critério fundamental do número, a fim de destrinçar o que torna uma forma de memória verdadeiramente particular, por oposição ao que dela se afasta para um outro plano, o problema metodológico fundamental para toda a questão persistiria, na medida em que a memória individual, pelo menos, na vertente que atesta a unicidade do seu carácter, é, por natureza, essencialmente insondável.

Daqui deriva uma conveniente remoção do que, à partida, constituiria o principal entrave à conceptualização da memória enquanto coletiva, isto é, o índice de variabilidade individual que lhe subjaz, tornando-se, assim, possível teorizar acerca de todo um conjunto de propriedades afetas ao funcionamento da memória nesse nível. Muito embora desenvolva esta questão adiante, cumpre, nesta etapa, referir que tal exercício se torna redutor ao não contemplar a relação íntima da memória com os diferentes níveis de funcionamento que conhece num qualquer aglomerado comunitário, para além da sua iniludível relação com os órgãos de poder que, nesse mesmo plano, a configuram e veiculam, assegurando a sua perpetuação.

¹² Aceitando, naturalmente, a existência de uma dimensão de partilha de determinados valores, ideais ou discursos de memória, considero, no entanto, e, aliás, no seguimento da nota anterior, que a sua abordagem deve ser conduzida preferencialmente do plano individual para o da sociedade que o acolhe (ou, pelo menos, atendendo a um eventual confronto entre ambos), pois será idealmente nessa dimensão que formas distintas de relacionamento com tais valores ou discursos se revelarão quanto à sua especificidade, possibilitando, em última análise, a identificação de eventuais padrões comuns (ou aproximados) de atuação em relação à problemática da memória.

Não pretendo com isto significar, obviamente, que a abordagem da problemática da memória, quer no plano do indivíduo quer no plano do coletivo, é impossível ou, de algum modo, incomportável, nem tampouco pôr de parte todo um imenso aparelho crítico que, de forma decisiva, contribuiu para o seu tratamento. Pretendo, no entanto, proceder à clarificação de alguns aspetos, a meu ver, fundamentais para a sua compreensão, mais particularmente, no que diz respeito à tendência para conceber a memória individual enquanto reprodução fiel do conjunto de dinâmicas que se desenvolvem no íntimo de um sujeito, em desfavor do modo como, à partida, deve ser entendida, isto é, enquanto conjunto de representações veiculadas para o plano do coletivo, ou, de outro modo, enquanto exteriorização de formas discursivas particulares, de modo a serem partilhadas com os restantes membros de uma comunidade.¹³

O real objeto de estudo, no que toca à memória individual, será, por isso, inevitavelmente, o do domínio da construção simbólica ou o da discursividade na sua manifestação externa, e não o que se processa efetivamente no interior do sujeito, cujo acesso, a partir do exterior, se encontra naturalmente vedado, a não ser por meio das representações simbólicas que aquele usa para o efeito, e que são, desde o início, condicionadas já por forças que o transcendem.

Tal clarificação permite, por um lado, distinguir, no seio do termo *memória*, aquilo que, de facto, entendo enquanto próprio do domínio individual e, por outro, o que efetivamente dirá respeito à dimensão alargada de ação da esfera coletiva, no sentido de ilustrar o conjunto de dinâmicas que assistem ao seu relacionamento. Para além disso, permitirá, em última análise, uma outra forma de perspetivar a própria noção de “memória

¹³ Neste sentido, aliás, o “propósito de partilha” que estará sempre subjacente à configuração simbólica da memória do indivíduo acaba por determinar os próprios moldes, segundo os quais esse processo de configuração se processará, porquanto a adequação discursiva da sua memória tem sempre como destinatário último o tecido social que o envolve. Ao veicular a sua representação de memória de acordo com um horizonte de expectativas que pressupõe como tipicamente “autorizado” na sua comunidade, o indivíduo está também a reiterar o seu sentimento de pertença nesse plano, ao ver confirmada a viabilidade do seu discurso de memória e a sua implícita aceitação pelos demais. À luz deste pressuposto, a própria condição excepcional do trauma (e seus efeitos sobre a questão da memória) pode ser encarada de acordo com essa necessidade de permanente ligação entre indivíduo e comunidade. Uma dada vivência revestir-se-á de caráter traumático, a partir do momento em que a sua natureza particular se apresente como incomportável pelo conjunto de ferramentas que um dado grupo tipicamente fornece aos seus membros para apreenderem o que os rodeia. Diante da incapacidade de integração e configuração simbólica desse mesmo evento, o indivíduo vê-se, pois, imerso num estado patológico, do qual, à partida, só conseguirá ver-se liberto, quando esse elo de ligação com o grupo (que o trauma veio estilhaçar) se vir, de algum modo, reatado. O mesmo será dizer que a possibilidade de relacionamento com tal vertente traumática, em moldes que possibilitem o seu regresso à vida comunitária, terá lugar, a partir do momento em que tal “ferida de memória” é integrada no seu íntimo, configurando-se, desse modo, sob a forma de uma construção simbólica também passível de ser exteriorizada, ou, segundo as palavras de Freud (2006), quando a *perlaboração* tem realmente lugar.

coletiva”, etapa necessária para o aprimorar de alguns aspetos a que a sua conceptualização tradicional erroneamente deu azo.

O termo “memória individual” apresenta-se convencionalmente enquanto significante de duas realidades distintas que, por se fundirem num único sujeito, assumem de forma espontânea um carácter que lhe é particular. Neste caso, a memória é vista preferencialmente como processo ou atividade de recolção de experiências vividas, para os quais concorre também uma capacidade do foro cognitivo – a da rememoração. Daqui deriva uma segunda conceção que encara a memória, desta feita, enquanto produto, na medida em que a concebe sob a forma de uma espécie de repositório estruturado desse conjunto de recolções, que assiste o indivíduo na constituição do seu sentido de identidade, face aos outros que o rodeiam.

Muito para além de se encontrar encapsulada pelo universo singular de um único ser humano, a memória individual conhecerá, então, esta sua designação, por corresponder verdadeiramente ao resultado de um esforço de relacionamento de natureza íntima e primariamente inacessível, num qualquer confronto, por parte do indivíduo, com uma situação exterior, que nele faz despoletar mecanismos de defesa ou adaptação variados, no sentido de proceder à sua posterior integração.

O mesmo será dizer que, numa primeira etapa, a sua perceção individual do evento que se desenrola diante de si, a dada altura, irá ditar o modo como o rememorará posteriormente, o que significa que, de entre a plenitude de estímulos que recebe nesse momento irrepitível (e que constitui o substrato total para a constituição da memória), selecionará apenas algumas impressões que, necessariamente, irá estruturar, de modo a constituir a sua recolção desse mesmo episódio.

A memória individual pressupõe, portanto, uma dimensão de funcionamento interno que passa, em primeiro lugar, pela questão da vivência de um determinado evento e, em segundo, pela posterior integração de uma fração do que o caracteriza, sob a forma de uma representação que expandirá o conjunto que o sujeito já detém.

A partir do momento em que se predispõe a reavivar uma memória do seu vasto repositório interior, está implicitamente a recuperar uma forma de representação estruturada de um dado evento (ou que determinou ideologicamente), o que, por sua vez, significa que se socorre de um conjunto de estratégias previamente adquiridas, que condicionam os moldes segundo os quais essa recolção se processará.

A vertente da experiência individual, bem como a perspetivação de carácter único a que dá origem, no plano existencial íntimo de um qualquer sujeito, constitui, assim, a

marca indelével que determina verdadeiramente a especificidade que legitima o estatuto deste último enquanto indivíduo, isto é, enquanto unidade particular que, muito embora partilhe com outros indivíduos um dado plano existencial comum, deles consegue efetivamente demarcar-se, com base no percurso que desenvolveu até dado momento.

Todavia, as estratégias que se colocam em prática nesse relacionamento pessoal com uma dada vivência resultam de um longo processo de integração, a que o sujeito se vê necessariamente submetido, de modo a poder fazer parte do conjunto de coletivos que o rodeia, o que, por sua vez, significa que, apesar de ser o primeiro responsável pelo tratamento da memória associada àquela situação, fã-lo recorrendo a instrumentos que integra do seu meio envolvente, reatualizando-os a cada instante, e reforçando, desse modo, o seu vínculo para com ele.

Muito embora seja este o processo típico a que se assiste, aquando do tratamento da memória no plano individual, tal não significa que o mesmo seja sempre concretizável. Prova disso mesmo é o que se verifica em relação à dinâmica do trauma e seus efeitos na memória individual. Porquanto carregado de estímulos emocionais avassaladores, logo incomportáveis para o aparelho de percepção individual, um dado evento traumático reveste-se sempre de elevado grau de resistência à representação, precisamente por colidir com os moldes convencionais, segundo os quais, esta se processa. Visto de outro modo, o mesmo será dizer que o conjunto de estratégias herdadas do coletivo, postas em prática pelo sujeito, determinam em larga medida a própria natureza do episódio traumático com que se defronta, dependendo da sua capacidade de integração da carga emocional que aquela acarretará.¹⁴ Nesse sentido, desde logo, no próprio domínio de funcionamento interno da memória individual, se funda o imenso efeito da ação do coletivo.

Se esses instrumentos, no entanto, se revelam cruciais para o tratamento primário da memória por parte do indivíduo, são-no também, *a priori*, enquanto garante da possibilidade da sua reatualização, na esfera externa da convivência com os que o rodeiam. Na verdade, tais instrumentos assistem à criação de uma plataforma de diálogo que potencia que tal representação possa ser exteriorizada sob a forma de discurso, e, logo, tornada acessível aos demais, porquanto moldada de acordo com matrizes idênticas às que,

¹⁴ Sobre a questão do trauma individual e suas resistências à representação, cf., entre outros, Sigmund Freud (2006); Dominick LaCapra (2001); Cathy Caruth (1996); Elaine Scarry (1984); Darian Leader (2009).

por um lado, estiveram presentes na sua origem, e que, por outro, são reconhecidas como próprias da comunidade pelos membros que a constituem.¹⁵

É, portanto, aqui que se deve falar da problemática da memória individual, pois só nesta dimensão externa de partilha é que ganha corpo o que a constitui efetivamente enquanto verdadeiro objeto de estudo, isto é, não enquanto “memória” propriamente dita, mas antes sob a forma de uma sua representação tornada pública, que, à partida, poderá constituir um ponto de acesso privilegiado à dimensão do seu funcionamento interno, de outro modo, virtualmente inacessível.

Na medida em que se trata, portanto, não realmente da memória, mas do conjunto de construções simbólicas ou discursivas, segundo as quais esta se verá invariavelmente configurada na sua vertente de afirmação pública, mais do que de “memória individual”, deverá falar-se, portanto, de representações particulares de memória, ou melhor dizendo, porquanto derivadas da ação da unidade mínima que um só sujeito constitui, de microdiscursos individuais de memória. Considero que esta designação que proponho permite, em primeiro lugar, salientar efetivamente a dimensão simbólica ou de representação que assiste a memória neste domínio, para além de permitir reforçar a necessária distinção entre o que é o domínio da sua manifestação externa e aquele que constitui a dimensão insondável do seu tratamento, no foro íntimo do indivíduo, porquanto enfatiza a sua partilha pública sob a forma de uma construção discursiva.

Desta forma, torna-se possível, também, destringer o que, no domínio individual, é efetivamente pertença da esfera do sujeito e o que está relacionado com as repercussões da sua integração num ou vários coletivos. Numa espécie de relacionamento paradoxal, é a vertente da experiência ou, posto de outro modo, a do contato direto com um qualquer evento, que se apresenta como a única coisa realmente particular do indivíduo, sendo que, a partir do momento em que este se socorre do seu conjunto de competências previamente adquiridas, no sentido de o apreender (ou estruturar), abre portas à ação do grupo que o

¹⁵ Aliás, a própria necessidade de representação de um evento (isto é, a necessidade de o lembrar) só se justifica diante do tipo de relações que se estabelecem no domínio coletivo. Como Halbwachs (1992) demonstra, um sujeito que se desenvolva fora de qualquer espaço social não tem necessidade, nem motivação alguma, para estruturar as suas vivências sob a forma de um todo organizado, pois este procedimento serve, acima de tudo, para a sua transmissão aos demais que o rodeiam. Sem outros não há a necessidade de me afirmar como *eu*, logo a minha memória também não se revela importante. Diante da ausência de estímulos do coletivo, perco a minha consciência enquanto membro de um grupo maior. Não é possível, por isso, conceber um ser humano, em termos de memória e identidade, sem se contemplar a sua dimensão eminentemente social.

acolhe, sacrificando, por conseguinte, a hipotética liberdade de ação que o seu íntimo permitiria, em função dos interesses da comunidade.¹⁶

Com base neste processo de relativo “apagamento” do próprio sujeito em função dos ditames da sua comunidade, funda-se, pois, a raiz primordial do que será o efetivo aparelho de controlo do tratamento da memória, ditado pelas matrizes de atuação do(s) grupo(s) que regula(m) a sua existência.

No entanto, é ao indivíduo, enquanto unidade mínima do universo comunitário, como mencionei anteriormente, que compete a responsabilidade pela “correta” aplicação desse mesmo aparelho regulador de memória,¹⁷ quer no primeiro esforço da sua representação interna quer, posteriormente, quando a adapta segundo moldes comunitariamente aceitáveis, para que proceda à sua divulgação.¹⁸ Porquanto naturalmente distinto dos restantes elementos que o rodeiam, também a sua capacidade de integração e aplicação do referido modelo irá variar, o que lhe concede, em última análise, esse caráter verdadeiramente único da sua representação de memória de um dado evento ou período temporal, o que, ironicamente, acaba por reforçar o seu sentimento de domínio sobre o mesmo.

Tal processo de reforço, em associação com a possibilidade de afirmação do discurso de memória na esfera comunitária, reconduz, mais uma vez, à figura do sujeito, toda a dinâmica que vim descrevendo. Para além disso, elide, em última instância, o papel

¹⁶ Neste sentido, as considerações de Henri Bergson (2005), em torno do conceito de memória e do seu relacionamento com a questão temporal, revestem-se de particular relevância, pois permitem estabelecer claramente a distinção entre as duas dimensões a que me refiro e que correspondem a realidades totalmente opostas. Por um lado, como demonstrarei adiante, o relacionamento com a memória, segundo uma conceção tipicamente ocidental de tripartição do tempo (em passado, presente e futuro) que deriva num processo de “espacialização” do próprio tempo e condiciona a memória a um perpétuo estado de representação parcial. Por outro, a introdução da noção de *durée*, como representativa de uma forma distinta de entender a dimensão temporal, naturalmente avessa ao esforço de representação e à compartimentação da própria memória. Para o momento presente da minha argumentação, direi apenas que a primeira forma descrita pelo autor corresponde à da ação que atribuo à esfera coletiva, ao passo que a última, seria idealmente a continuação natural de um processo de experiência pessoal desprovida, por completo, de qualquer efeito condicionante (externo ou interno).

¹⁷ Sendo que, por “correta aplicação”, se deva entender como sendo consentânea com o discurso de memória e identidade que regula a comunidade a que pertence.

¹⁸ E que constitui, no fundo, um elemento primacial que assiste à constituição do sentimento de pertença a um determinado grupo. Segundo Durkheim (2007: 340), todos os elementos de uma comunidade encerram em si duas facetas distintas: uma eminentemente centrada na sua satisfação individual, e uma outra orientada para a tessitura comunitária em que se integram. Deste modo, “[...] cada um de nós está animado simultaneamente por um duplo movimento. Somos conduzidos no sentido social e temos tendência para seguir a propensão da nossa natureza. O resto da sociedade exerce, portanto, pressão sobre nós com o objetivo de conter as nossas tendências centrífugas e, pelo nosso lado, nós contribuimos para exercer pressão sobre outrem a fim de neutralizar as suas. Nós próprios sofremos a pressão para a qual contribuimos com o fim de a exercer sobre os outros. [...]”. Como demonstrarei adiante, nesta secção, este aspeto é fundamental para a compreensão dos diversos tipos de relacionamento, por parte do indivíduo, no que diz respeito aos discursos de memória que vigoram no seu espaço social.

preponderante que o coletivo nela desempenhou, não só no tratamento da memória, estruturando-a segundo moldes comportáveis pelo aparelho interior do indivíduo, mas também na sua adaptação aos padrões vigentes, tornando-a discursivamente viável para a partilha no espaço comunitário.

A ação da esfera coletiva dilui-se, pois, por completo, no domínio do microdiscurso individual de memória, ainda que, ominosa, se pressinta em cada etapa do processo.

Que dimensões, no entanto, intervêm no plano individual? O que força o sujeito à tentativa de estruturação das impressões recolhidas, no contato com as suas vivências pessoais? De que mecanismos comunitários se socorre, no seu esforço de configuração em termos de memória e identidade?

Pelo que atrás fica exposto, e uma vez que é do plano da memória, na sua vertente de relacionamento com o plano coletivo, que, acima de tudo, se trata, é necessário revisitar algumas das principais propostas de abordagem que a ela se reportam, para que, de facto, se torne possível o tratamento de tais questões.

Em *Essai sur les Données Immédiates de la Conscience*, obra visionária, cuja data inaugural de publicação remonta a 1889, Henri Bergson (2005) desenvolve o tratamento da problemática da memória em associação íntima com a questão da vivência do tempo – termo também problemático por natureza –, que encara como condicionante fundamental que concorre para a formação daquela e, em simultâneo, para a restrição da própria liberdade de arbítrio.

A memória é aqui concebida enquanto produto derivado da conceção tripartida (entre passado, presente e futuro) que assinala a mundividência típica da civilização ocidental, sendo que configura inexoravelmente a existência dos povos que a compõem, ao justificar o momento em que se encontram, por recuperação daquilo que já passou, permitindo, desta forma, o assestar de armas para enfrentar o que além virá.

Condenando, *ab initio*, tal posicionamento, Bergson justifica-o, no entanto, com base no instinto primevo da sobrevivência humana. A memória surge, assim, com o propósito fundamental de compensação do intrínseco medo em relação ao desconhecido, de onde se procede à extração de estratégias, respostas e ferramentas que assistem à criação de um plano de autoconfiança generalizado, não só no que toca à capacidade de interpretação do momento presente, mas também, e acima de tudo, no que ao futuro diz respeito.

Degenera-se, desse modo, numa compartimentação estanque da existência, em que o percurso de uma comunidade (ou indivíduo) é inevitavelmente manietado pelo seu tempo

pretérito, constituindo cada etapa uma negação permanente à novidade didática que o tempo implicitamente acarreta (pois nele nada se repete e tudo é sempre diferente de tudo), e onde a liberdade de ação, bem como a possibilidade efetiva de descoberta, se veem remetidas para um plano de completa impossibilidade de concretização.

Na medida em que todo e qualquer momento é permanentemente avaliado à luz de representações parciais de eventos passados, o presente é, no fundo, aos olhos de quem o vive, não algo verdadeiramente novo, mas antes uma espécie de reatualização dessas mesmas representações transatas, comprometendo-se de forma irreversível o potencial libertador que uma atuação fora de tais limites possibilitaria, em função de um desejado sentimento de continuidade evolutiva que a memória ilusoriamente potencia.

Contrariando essa tendência premente para retirar um significado próximo em todas as experiências, estruturando-as sob a forma rígida da representação – o mesmo será dizer, compartimentando ou “especializando” o próprio tempo – Bergson apresenta a noção de *durée* (ou “duração”), que aparece como sinónima do caráter permanentemente mutável, fluido e irrepresentável da dimensão temporal, onde as vivências aparecem, não como momentos fixos, isolados, de maior ou menor intensidade, que se prestam à prática da comparação, mas antes como amplas sucessões de estímulos que se distinguem sempre quanto à qualidade que os assinala.

Neste caso, a figura do sujeito liberta-se implicitamente das pressões de todo um aparelho coletivo de formatação da sua existência – que assiste à necessidade de se conceber segundo um *continuum* abalizado por princípio, meio e fim –, convertendo-se, em contrapartida, em entidade verdadeiramente autónoma, a quem compete somente oferecer-se à ação dos tais estímulos, neles detetando eventuais nuances, sem qualquer esforço de integração posterior.

É, no fundo, da capacidade de resistência à representação (pelo menos, entendida segundo os moldes convencionais do Ocidente), como forma de acesso ao verdadeiro livre arbítrio individual, que se trata na proposta bergsoniana, o que, se por um lado, revela um grau relativamente reduzido de aplicabilidade ao plano do real, dado o seu quase etéreo pendor filosófico, não deixa, no entanto, de levantar a ponta do véu em relação a vários dos aspetos fundamentais a considerar, diante da problemática da memória e, mais em particular, no que à dinâmica de funcionamento que se funda entre os seus polos individual e coletivo diz respeito.

Ainda que de forma implícita, assiste-se já, nesta obra, à sugestão inicial de um condicionamento exercido no tratamento da memória, no plano individual, por parte de

uma dinâmica coletiva mais alargada (neste caso, tipificada sob a imagem da cultura ocidental).

Também aqui, e ainda que não segundo tais termos, insinua-se já a consciência do caráter metonímico (logo, redutor e parcial) associado à prática da representação da memória, que aqui é vista claramente enquanto produto derivado do processo de estagnação do tempo ou, de outro modo, de compartimentação de um qualquer evento em particular.

Por fim, numa espécie de prenúncio do que considero ser hoje uma marca fundamental associada à problemática em discussão (mais particularmente, no que diz respeito à tendência para a alteração das dinâmicas de relacionamento entre a dimensão do indivíduo e a da memória da sua comunidade), a própria noção de *durée* apresenta-se já enquanto estratégia de subversão, no sentido de conceder a esse indivíduo um efetivo controlo sobre si e sobre a sua memória. Como se Bergson, desta forma, tentasse abrir as portas para um maior grau de emancipação daquele, relativamente à esfera do coletivo que o acolhe.

Assumindo, desde o início, um posicionamento que visa desconstruir o modelo teórico avançado por Bergson e relativizando, de igual modo, a questão do espaço e seu contributo para a formação da memória¹⁹, (produto, aliás, também resultante da escola durkheimiana, em que se insere), Maurice Halbwachs desloca o enfoque da sua análise para a dimensão social e para o conjunto de dinâmicas que nela se desenvolvem, a fim de proceder ao estudo dos mecanismos que concorrem para a criação da memória.

Responsável pelo cunhar do termo “memória coletiva”, o autor reforça, no entanto, a importância do seu uso sistemático na forma pluralizada (“memórias coletivas”), uma vez que tal prática reproduz efetivamente a natureza diversa que lhe subjaz, quer dado o aglomerado de indivíduos que a constitui quer devido aos vários grupos que se interrelacionam, para dar azo à sua existência.

¹⁹ Que no caso da nação portuguesa constitui também uma dimensão fundamental a ponderar para a compreensão dos mecanismos que estão na base do processo de questionação da sua memória e identidade, mais particularmente (como demonstrarei aquando da análise de *Fado Alexandrino*, no capítulo II), em relação ao processo de perda das colónias ultramarinas, amputação incontornável de um vetor fundamental da imagem promulgada pela dimensão discursiva oficial. A questão do espaço não é, todavia, a única que representa, na obra de António Lobo Antunes, a vertente criticável em termos de abordagem da problemática da memória. É também nítida, desde a própria introdução, a censura da perspetiva centralizada no indivíduo, enquanto unidade isolada de qualquer contexto maior (que caracteriza, por exemplo, a psicanálise de Freud), por se considerar de natureza obscura, complexa e infrutífera, ao não contemplar, precisamente, a dimensão comunitária que influi em todo o processo.

A memória apresenta-se, neste sentido, enquanto constructo que encontra as suas origens em quadros sociais de natureza distinta, sendo que estes se apresentam, por sua vez, como espécie de núcleos aglomeradores que comportam as dinâmicas e conflitos desenvolvidos permanentemente entre indivíduos ou coletivos de menor dimensão. A preponderância da ação coletiva é, neste sentido, incontornável, sendo que o processo de formação das próprias memórias individuais e, por conseguinte, da capacidade do sujeito em integrar-se num qualquer plano comunitário dependem necessariamente do potencial de afirmação que aquela ação coletiva apresenta, assim como do tipo de relacionamento que mantém com os diversos grupos que a ela se reportam.

No fundo, de acordo com a perspetiva de Halbwachs, tal significa que o papel do indivíduo no que toca à memória é, em primeiro lugar, essencialmente, o de recetáculo das diretrizes que regulam os distintos quadros sociais em que se movimenta, independentemente da dimensão de que se possam revestir (desde a sua manifestação mais reduzida, na família, até grupos de maior amplitude).

A responsabilidade de construção do que habitualmente se entenderia por “memória individual” reside, desta forma, muito mais no plano da sociedade do que no próprio indivíduo, pois é por solicitação permanente dos restantes membros que o rodeiam que aquele se vê confrontado com a necessidade de lembrar ou recuperar determinado episódio e suas representações.

Para além disso, o seu contributo efetivo para a construção de uma imagem particular de memória reveste-se, na realidade, de um peso bastante diminuto, uma vez que é da interação com os demais que sai realmente o conjunto de informações necessárias que o ajudam a estruturar a sua ideia do passado, segundo um qualquer modelo predefinido.

Os que o rodeiam ajudam-no a lembrar-se, preenchem os espaços vazios no seu esforço de representação, complementando-o com informação adicional. Oferecem as dimensões necessárias para que proceda ao tratamento do seu passado de acordo com moldes, não só compreensíveis, mas também, aceitáveis, face às exigências do momento, nesse mesmo grupo.

Por seu lado, o indivíduo deposita nos outros a função de contraponto de que necessita, para testar e validar a legitimidade das suas representações de memória, garantindo, por meio dessa constante interação, o acesso (e conseqüente sentimento de pertença) ao coletivo que com eles constitui.

Num mesmo plano comunitário, interagem, neste sentido, variados microdiscursos individuais de memória que se complexificam e se reelaboram, assumindo na prática da

sua partilha pública traços que os aproximam entre si e os assistem na ascensão a uma esfera de ação cada vez mais alargada, perdendo gradualmente o traço da sua “individualidade” inicial, até ao momento em que assumem o estatuto de representação comum para o grupo que os viu surgir.

É, pois, com base nesta dinâmica de relacionamento entre membros de um plano comunitário que se estabelecem as fundações do que, segundo Halbwachs, se pode entender enquanto consciência coletiva ou, de outro modo, como vivência partilhada de uma representação de memória por parte de um aglomerado de indivíduos, que, muito embora tenham estado na base da sua configuração inicial, passam, a partir de dada altura, a atuar em função dos seus mecanismos de regulação.

Torna-se, por conseguinte, possível a compreensão do essencial da proposta do autor, assim como a identificação do conjunto de propriedades que à memória se associam na sua dimensão de funcionamento comunitário e que, não raras vezes, conduzem à perceção errónea de que esta se pauta, efetivamente, por um carácter de estabilidade, coesão e irrefutabilidade, agregando de forma pacífica todo um aglomerado de indivíduos e grupos de distintas dimensões.

Nesse sentido, o traço imediato que mais facilmente se poderá elencar é o da inevitável dependência da memória em relação à comunicação. Pelo que atrás fica exposto, esta reveste-se, dada a sua intrínseca relação com a vertente do funcionamento social, de um papel indispensável para o desenvolvimento e reforço do conjunto de relações entre todos os membros de uma comunidade, sendo a linguagem, instrumento primordial através do qual se processa, o elemento fulcral para o tratamento da memória na esfera pública.

É por meio da exploração sistemática da sua natureza simbólica que se torna possível a compartimentação organizada do conjunto de vivências do indivíduo ou grupo a que pertence, fundando-se na partilha e troca do conhecimento desse conjunto de práticas de representação, precisamente, o elo fundamental que assiste à tessitura básica de uma comunidade.

A prática da comunicação (na sua associação com a memória) reveste-se, pois, idealmente de uma dinâmica de tipo bidirecional, em que, por um lado, o indivíduo apreende o conjunto de valores próprios de um qualquer discurso que lhe é externo, reproduzindo e perpetuando, dessa forma, uma faceta do(s) coletivo(s) que integra, e, por outro, ao fazê-lo, passa também a possuir os instrumentos necessários para eventualmente contribuir para a sua revitalização num momento posterior, com base nas suas próprias representações.

Neste caso, se, de um lado, a ação do grupo se sobrepõe preferencialmente ao conjunto de interesses ou expectativas do indivíduo, por outro, este terá, *a priori*, garantida também a conquista do espaço de manobra suficiente para o poder tentar moldar de acordo com as particularidades que considera necessárias.

Reproduz-se, portanto, nesta dinâmica inicial de troca de representações entre membros de um grupo menor através da comunicação, a forma primária de funcionamento da memória à escala do coletivo, enquadrável no que Jan Assman (2006) entende como “memória comunicativa”, isto é, perspectivada na sua dimensão de partilha e regulação quotidiana de um qualquer grupo ou coletividade, ainda que não necessariamente eivada de um teor “oficial”, e caracterizada por uma capacidade de perduração fugaz, dada a natureza predominantemente oral que lhe é subjacente.

Contribuindo de forma decisiva para a determinação da especificidade dos discursos de memória que assinalam cada grupo de uma dada comunidade, na medida em que só dentro dos seus limites se vê concretizada e transmitida, a memória comunicativa distingue-se, assim, segundo o mesmo autor, claramente da “memória cultural”. Esta trabalha o horizonte coletivo sob a forma preferencial da representação coerente, estabilizada em termos discursivos, explorando estratégias diferenciadas de simbolização, mas, acima de tudo, assumindo o papel da contínua representatividade de um coletivo de tipo nacional.

Não constitui surpresa, por este motivo, que a memória cultural se apresente como efetiva realidade complexa, contemplando, à partida, todos os domínios passivos de surgimento de construções de natureza simbólica, desde que dotados de uma intencionalidade de representação comunicativa de um qualquer passado, que, por sua vez, se veja publicamente veiculado e perpetuado, por meio de um artefacto, discurso ou forma de celebração comunitária.²⁰

²⁰ Assmann (2006) expande, pois, a noção da memória coletiva, para além da vertente oficial que tipicamente se lhe associa, e que aparece na estreita dependência dos órgãos de poder de uma dada comunidade. A memória do conjunto reparte-se, assim, por forças reguladoras e linguagens distintas, derivando, necessariamente, em produtos diferenciados. Nesse sentido, integram tal dimensão, por exemplo, as manifestações simbólicas nos diversos ramos artísticos, ideológicos, religiosos, para além das que se associam à prática da celebração oficial de memória, na esfera pública. Este alargamento da noção de memória possibilita também a identificação de um aspeto relevante que se prende com a dimensão do poder que assiste à sua estabilização pública, sob a forma de discurso. Ainda que frequentemente moldada pela orientação ideológica de um aparelho de Estado, nem sempre é da sua ação que parte esse mesmo processo de fixação discursiva. Tal revela que, em dados momentos, há outras forças em jogo que se revestem de igual (ou, pelo menos, próxima) capacidade de atuação, junto da comunidade, o que, por sua vez, permite deslindar dimensões vitais do funcionamento da memória, nem sempre consideradas. Como demonstrarei adiante, esta questão é determinante para a abordagem do caso da nação portuguesa, pois, para além de lançar novas luzes sobre o seu percurso das últimas três décadas e meia, assiste também à

Memória cultural e memória comunicativa constituem, nesse sentido, as duas faces de uma mesma moeda, dois mecanismos intrínsecos à dinâmica da memória, que, ainda que apartados quanto à sua especificidade, se reportam a um tipo de objetivo semelhante, depositando, igualmente, sobre o mesmo pressuposto – o da performatividade – a matriz essencial do seu funcionamento.

Ambas se direcionam, a cada instante, no sentido do reforço de uma consciência de partilha e de coesão social, assim como de um caminho comum já percorrido, derivada, precisamente, dos processos de troca de representações entre indivíduos, enquanto estratégia de resposta aos vários desafios com que se vão deparando (ainda que de acordo com a sua duração temporal essas representações se possam distinguir, quanto à sua integração nas vertentes cultural e comunicativa).

Independentemente da forma que assuma, a memória é, assim, sempre alvo de um tratamento ditado pelas exigências do momento presente, onde, apesar de se reportar a uma qualquer situação transata e, enquanto tal, se revestir discursivamente de uma suposta intenção de fidelidade na sua representação, fá-lo sempre de acordo com os desígnios que assinalam o espaço em que se vê transmitida.

A natureza da memória resulta, neste caso, inevitavelmente da adaptação aos desígnios dos membros e/ou grupos que asseguram a sua revitalização, o que aponta no sentido oposto à sua convencional perspetivação enquanto algo totalizante, permanente ou irrefutável.

Tomando em consideração a sua vertente de tipo cultural e atentando, por exemplo, na prática reiterada da celebração pública de um qualquer evento marcante, rapidamente se constata que o que efetivamente aí é comemorado ou, de outro modo, o tipo de leituras que tal forma de representação irá evocar, apresenta variações consideráveis de grupo para grupo ou de indivíduo para indivíduo.

Este cenário aparece como consequência natural de um espaço assinalado pela copresença de várias gerações de indivíduos, e do próprio relacionamento que cada membro ou conjunto mantém com a questão da memória. O facto de as suas representações do que é comemorado se fundarem na dimensão pessoal da experiência desse mesmo evento, ou, por outro lado, serem já resultantes de uma mediação prévia recebida de outrem, irá, naturalmente, determinar o tipo de rememoração desencadeado por tal ato de comemoração pública, sendo que, no primeiro caso, aparecerá em associação

categorização do papel assumido pelos órgãos de governação nacional, de acordo com matrizes que se vão metamorfoseando, no confronto com as demais forças de regulação de memória com que se deparam.

efetiva com a necessidade de reiterar a importância simbólica de uma qualquer vivência. No segundo, essa prática prende-se, acima de tudo, com a intenção de reforçar os laços entre membros de uma sociedade, e, em última análise, de garantir também a preservação do(s) próprio(s) discurso(s) de memória que a regula(m) no momento.

Porquanto deriva de um processo de configuração segundo os desígnios de uma comunidade, e dotada igualmente do potencial de adaptabilidade às exigências dos diferentes momentos em que aquela se vê envolvida, a memória é, assim, também essencialmente “performativa” (Pierre Nora, 1997), pois, muito embora se revista, no plano da afirmação pública, tipicamente de uma capa discursiva de completa unanimidade, tem por inerência, na base da sua génese, um carácter dinâmico, conflituoso (ou até dialético), em que diversas formas de a conceber (e de com ela se relacionar) se movimentam.

A sua performatividade deriva, de igual modo, e apesar dessa assunção paradoxal de imutabilidade pela esfera comunitária, do facto de inspirar toda a tessitura social que, por meio dela, se constitui e reforça, a atuar no sentido da sua perpétua renovação e transmissão, como contrapartida para a conservação de um sentimento ilusório de unidade coletiva e de garantia de uma eventual sobrevivência.

A memória é igualmente performativa, pois, na sua adaptação preferencial aos ideais de uma sociedade, aparece inevitavelmente associada a uma intencionalidade própria de um qualquer vetor do poder (Judith Butler, 2004), o que se traduz na sua natureza inegavelmente politizada (Linda Hutcheon, 1995).

Deste modo, perpetua, também, as linhas essenciais do trabalho de configuração/construção ideológica que lhe subjaz, obrigando, por um lado, à celebração do que é permitido e necessário para a afirmação da sua legitimidade, e, por outro, ao reforço do silenciamento ou apagamento forçado do que, de acordo com esse mesmo poder, não pode e não merece ser lembrado. O mesmo é dizer que, porquanto sempre ideologicamente determinada, a memória acarreta de forma implícita a marca do poder que lhe dá origem ou a promulga, estando a sua existência umbilicalmente ligada à capacidade que detém de assegurar a própria sobrevivência dessa mesma forma de poder. Neste sentido, os processos de adaptação típicos da memória, a que me referi anteriormente, para além de corporizarem uma das estratégias que concorrem para a sua manutenção ao longo do tempo, desempenham igual papel em relação aos órgãos autoritários que a determinam, devendo, em certa medida, ser entendidos também como manifestações do próprio poder, no seu esforço de autopreservação.

Se, em dado momento, se assiste a um cenário de problematização de um discurso de memória, ou se nele se verifica a suplantação de um conjunto de representações tidas como legítimas por outro de natureza diferente, tal evidencia um enfraquecimento da capacidade de regulação desse mesmo discurso, assim como um processo de reconfiguração das forças que, até essa data, se digladiaram no plano comunitário, ainda que com graus de exercício de poder necessariamente diferentes. O órgão dotado da representatividade máxima dessa comunidade (regra geral, configurado sob a forma de um aparelho de Estado) e a quem compete o zelo pelo discurso simbólico que a define depara-se, pois, a partir de dada altura, com a necessidade de passar a integrar outras alternativas de representação de memória que, até àquela data, se viram integradas num coletivo de menor dimensão, convenientemente disciplinado pelas amarras da sua atuação governativa.

A questão da bidirecionalidade comunicativa, a que me reportei, aparece, mais uma vez, enquanto mecanismo que assiste à performatividade contínua da memória, traduzida, neste exemplo, também na fragilização de um determinado modelo de poder, que se reformula e abdica de uma porção do seu potencial de controlo, em função de um outro vetor que, ao reclamar para si, precisamente, essa mesma porção, passa também a determinar a especificidade das representações que regulam o aglomerado de sujeitos que integram uma dada comunidade.

Daqui resulta que conceber o funcionamento da memória, à mais elevada escala nacional, enquanto “memória coletiva” constitui uma prática fundamentalmente redutora, pois apela erradamente à perceção de um plano único e homogéneo de estabilidade discursiva, quando, à partida, esta se reveste de um permanente carácter dialético, retendo na sua essência outras “memórias coletivas” que, apesar de poderem ditar o modo de funcionamento de grupos de enormes dimensões, ainda não conseguiram ascender a um plano de afirmação mais alargado. Tal facto não inviabiliza, no entanto, que estas memórias coletivas “menores” continuem a condicionar o modo como o seu contraponto (localizado no mais alto nível de regulação nacional) é percecionado pelos diferentes sujeitos que nelas se reveem.

Memória coletiva é, assim, um conceito que deve ser entendido enquanto acarretando implicitamente uma natureza fragmentada e necessariamente temporária, reproduzindo uma dinâmica próxima do que se verificaria em relação aos mitos, no espaço de uma sociedade, onde inúmeras políticas ou vozes de memória se debatem, no sentido da conquista de um espaço de legitimidade afirmativa mais amplo, dependente, claro está, do grau de abertura comunicacional que essa sociedade potencia.

Esta questão é fundamental para se compreender a relatividade que se integra na noção de memória coletiva, uma vez que problematiza o seu pressuposto essencial: o da harmoniosa concórdia, no que toca ao conjunto de indivíduos que a compõem.

Se a dimensão da memória coletiva contempla necessariamente a existência de grupos diferenciados no seu íntimo, tal significa que a possibilidade de surgimento e manutenção de formas distintas de relacionamento com a questão da memória se torna também uma realidade, o que, por sua vez, conduz à percepção do conceito de memória coletiva, à escala nacional, enquanto algo que se funda numa qualquer noção idealizada (Benedict Anderson, 1991), denunciando, em primeiro lugar, o seu carácter eminentemente discursivo ou simbólico.

Para além disso, e apesar dessa vertente fragmentada que a assinala, porquanto se reveste do potencial de reiteração sistemática de uma imagem de unidade total da nação a que preside, a memória coletiva, na sua vertente de afirmação máxima, põe a nu, também, a sua indissociabilidade da dimensão de um qualquer vetor de poder, que determina as suas linhas de orientação e assiste à sua promulgação no espaço comunitário, impondo, por inerência, uma atmosfera de obrigatoriedade de elisão de eventuais fontes de problematização desse mesmo discurso.

O mesmo será dizer que, ao estipular-se oficialmente o que deve ser lembrado e celebrado no plano social comum, se determina, também, o conjunto de dimensões individuais ou de grupo que não reúnem a legitimidade necessária para verem a sua essência partilhada nesse mesmo espaço, o que não significa, no entanto, que estas permaneçam no total silêncio ou que sejam devotadas ao completo apagamento.

Mais uma vez é necessário, neste caso, distinguir os diversos tipos de coletivo que, *a priori*, poderão existir no espaço de uma qualquer nação. Muito embora esteja vedada a esses microdiscursos de memória a possibilidade de acesso ao plano da discursividade oficial, ou a outro de menor dimensão que se encontre na sua dependência, é perfeitamente possível que aqueles subsistam em núcleos de menor dimensão, como, por exemplo, no caso do seio familiar ou, quiçá, de um outro pequeno aglomerado comunitário.²¹

²¹ Esta é, aliás, uma das conclusões que se retira da argumentação de Halbwachs, em torno do funcionamento da memória nos variados quadros sociais que compõem uma comunidade. Muito embora, desde o seio familiar até conjuntos de maior dimensão, o pressuposto básico do seu funcionamento seja, precisamente, o de garantir a manutenção de um conjunto de práticas e símbolos que ditam a sua especificidade enquanto membros de um dada comunidade nacional, assim como a sua capacidade de inserção e funcionamento nessa mesma tessitura, é inevitável que aquilo que perpetuam no seu íntimo não sofra quaisquer transformações, no processo de troca entre indivíduos. Aliás, é essa especificidade que determina a natureza do próprio relacionamento que mantêm com o plano do discurso oficial de memória que a eles preside e assiste à sua

Este cenário demonstra, pois, que a memória explora mecanismos de sobrevivência muitíssimo diversos, dependentes, por um lado, do tipo de relacionamento que mantém com o poder – se a ele associada e com grande capacidade de atuação, se assumindo um intento de resistência e com um grau de afirmação variável – e, por outro, da própria natureza ou estrutura do(s) órgão(s) que assiste(m) à sua afirmação.

Na expressão mais diminuta do seu potencial de existência, encontrar-se-á preferencialmente localizada na figura do próprio indivíduo que a promulga (ou, quanto muito, num pequeno grupo), dotada, portanto, de uma capacidade mínima de exercício de poder, revestindo-se, por outras palavras, sob a forma de um microdiscurso de memória.

No seu expoente máximo de afirmação, assistida, regra geral, pela capacidade de exercício de poder de um qualquer aparelho de Estado (ainda que com este possam também concorrer outras formas²²), assume como traço fundamental a corporização de um sentimento de completa unidade, que se espraia ao conjunto total de indivíduos em relação ao discurso pelo qual se faz promulgar.

A este nível, a noção de memória coletiva constitui-se, pois, enquanto conceito falacioso na sua essência, uma vez que elimina na linguagem e na perceção oficial a efetiva pluralidade que a constitui.

Falar-se de memória coletiva nacional é, pois, neste sentido, uma prática que incorre no perpetuar dessa mesma falácia, uma vez que aquela, enquanto discurso de memória, não existe realmente para todos do mesmo modo. O que se poderá ter será, isso sim, uma construção discursiva de memória que oficialmente se veicula e se assume indiscutivelmente como sendo partilhada por todos os indivíduos que dividem um mesmo plano comunitário.

Por isso, na sua perspetivação de afirmação comunitária máxima, porquanto assistida por um aparelho de Estado (ou outro vetor de poder com idêntica capacidade de atuação), mais do que memória coletiva, à semelhança do que sugeri para a dimensão individual, se deverá falar de macrodiscurso oficial de memória.

capacidade de definição enquanto grupo, seja por identificação plena ou apresentando um qualquer índice de resistência.

²² Como demonstrarei, no capítulo que se segue, aquando da análise dos diferentes modelos de Estado que se associam à definição do discurso de memória e identidade português, a identificação de vetores de poder alternativos (como é, por exemplo, o caso dos meios de comunicação social) que, no plano nacional, se afirmam progressivamente, em prejuízo do modelo típico de regulação de um coletivo determinado em exclusivo pelos órgãos de governação, constitui um dos mecanismos que permite a caracterização, não só da especificidade do discurso de memória que daí resultará, mas também do próprio resultado final da adaptação a esse novo paradigma, por parte desses mesmos órgãos.

Tal conceção permite, em primeiro lugar, identificar claramente o tipo de vetor de poder que está na base do tratamento e reforço da vigência desse discurso (o aparelho de Estado), permitindo distingui-lo também dos restantes que, no mesmo espaço, por explorarem outros vetores, aparecem configurados segundo dinâmicas e políticas distintas, não necessariamente sancionadas pelo cunho “oficial”.

Enfatiza-se, de igual modo, com essa designação, a dimensão simbólica, discursiva, mas, acima de tudo, eminentemente politizada que subjaz ao processamento da memória, e que tem como plano de expressão preferencial um domínio que é percecionado como transcendente por todo e qualquer conjunto que nela se integra, com o propósito máximo de garantir a sua incontestabilidade e conseqüente perpetuação no plano da comunidade.

Para além da óbvia questão da globalidade do universo de indivíduos que necessariamente se associa à ação pretendida para o discurso de memória situado neste nível, o prefixo “macro” visa, de igual modo, corporizar a inevitável vertente de multiplicidade e complexidade de atuação que lhe subjaz, porquanto resulta do somatório de todo um conjunto de vetores distintos que concorrem para a sua afirmação na esfera pública, ou, posto de outro modo, de diversos microdiscursos oficiais de memória que consubstanciam, no plano comunitário, as diferentes facetas inerentes à política de memória sancionada pelo cunho do poder estatal. Assim, o macrodiscurso oficial de memória de uma dada comunidade subdividir-se-á em dimensões mais reduzidas de afirmação, sem, no entanto, perder qualquer ligação com o poder que o assiste, sendo possível, por exemplo, determinar as linhas resultantes da sua aplicação ao domínio político, social, religioso, económico, ou virtualmente a qualquer área de funcionamento determinante da tessitura de uma nação.

Para além disso, o prefixo “macro” visa, também, deixar transparecer precisamente essa supressão tendencial da bidirecionalidade comunicativa, que, como apontei, constitui tipicamente o compromisso básico que assiste ao funcionamento da memória no espaço social. Aqui, a comunicação far-se-á fundamentalmente de acordo com um eixo vertical, impondo-se, de cima para baixo, as matrizes de regulação do conjunto de relações possíveis entre indivíduos ou grupos de escalas variadas, restringindo ao máximo a capacidade de inversão desse mesmo eixo, apoiado que se encontra nos incontornáveis mecanismos de poder.

Pretendo, pois, com esta proposta de designação, referir-me, muito mais, a uma intencionalidade ideologicamente determinada de controlar de modo eficaz um aglomerado de sujeitos, reproduzindo, claro está, a sua natureza no modo como o seu discurso se

dissemina na esfera pública, do que a uma construção discursiva que agrega de forma pacífica (ou “tolerante”) a variedade de vozes que a enformam, para a qual, considero, o termo “memória coletiva” tradicionalmente direciona.

A principal repercussão adveniente desta opção de percecionar a memória segundo tais moldes é que, em primeiro lugar, no que à esfera de uma comunidade diz respeito, se torna possível a identificação dos vários macrodiscursos que, num dado momento, poderão entrar em jogo na sua configuração. Para além do de cunho oficial que, na generalidade dos casos, se apresenta como o principal regulador do modo como aquela se concebe, é também frequente a ocorrência de outros que se revestem de semelhante poder de regulação, influenciando, não só no tipo de problematizações a que aquele poderá estar sujeito, mas também nas formas de relacionamento preferencial que os diversos indivíduos com ele virão a manter.²³

A abordagem da memória na sua expressão macrodiscursiva oficial permite, assim, avançar, também, com uma proposta de caracterização do posicionamento dos membros

²³ Muito embora o período que enforma o desenlace da II Guerra Mundial seja profícuo em cenários que tornam possível uma clara distinção entre o que proponho enquanto macrodiscurso oficial de memória e os restantes macrodiscursos, que explorando formas de afirmação, sobrevivência e poder diferentes conseguem, de modo inequívoco, regular o funcionamento de uma comunidade, quedar-me-ei, a título exemplificativo, pelo caso da Polónia, dada a especificidade extrema de que se reveste.

Como Annamaria Orla-Bukowska (2006) demonstra, no seu estudo dos processos de reconfiguração identitária e de memória por parte da nação polaca, são dois os períodos fundamentais em que esta se vê sob a ação do domínio militar e político de potências externas: primeiramente, com aquele que se inicia a 1 de Setembro de 1939, pela mão do III Reich; uma vez findo este período de ocupação, a sua renovação pela, então, URSS, que culminaria, somente, no final da década de 80 do século passado.

Naturalmente distintas, ambas as potências invasoras exploram, no entanto, um mecanismo de controlo similar, que consiste na extirpação total de qualquer manifestação identitária polaca dos canais de afirmação pública assistidos pelo aparelho governativo. Em contraponto, alemães e soviéticos moldam a voz oficial de memória desse país, de acordo com a que vigora no seu próprio espaço nacional, processo esse sistematicamente reforçado pela ação repressiva do próprio poder.

Finda essa longa ocupação invasora, assiste-se, no entanto, a uma reabilitação em massa do conjunto de vetores fundamentais que enformava o discurso de memória polaco antes de 1939, possibilitada pela capacidade de resiliência do povo em questão. Vedado politicamente o seu acesso à esfera da celebração pública, pelos mecanismos dos poderes invasores, tal discurso sobrevive estrategicamente pela sua reatualização ao nível do seio familiar, consolidando a sua ação sobre a comunidade, por meio da exploração do vetor de poder associado à instituição da Igreja Católica.

De acordo com a autora, a participação massiva nas celebrações dominicais, por parte dos polacos sob ocupação, constitui o principal mecanismo simbólico que concorre para a contínua agregação dessa comunidade, em torno de um discurso de memória e identidade que se pretende preservar. Ainda que fundado numa base de secretismo e explorando, por isso, formas alternativas de afirmação e preservação, o facto é que tal cenário faz com que nesse período de longa ocupação seja possível encontrar, no mesmo espaço comunitário, dois discursos de memória aplicáveis à escala comunitária de tipo completamente diverso: um macrodiscurso oficial definido e promulgado pelo aparelho político-militar (alemão ou soviético), que regula oficialmente o conjunto de relações entre membros no domínio público e os obriga à perpetuação quotidiana da sua política de memória; um outro macrodiscurso de diferente capacidade de atuação comunitária, porquanto não apoiado pelos habituais mecanismos de poder estatal – conhecendo, naturalmente, um índice de variabilidade que o universo multiforme de indivíduos que o compõe certamente lhe conferirá –, e que se vê intencionalmente reduzido à simbólica e episódica reatualização pública, explorando preferencialmente a dinâmica da mais elementar unidade coletiva como estratégia de sobrevivência e perduração.

dessa massa pluriforme que se move sob a sua égide, configurando-se de acordo com três tipos fundamentais de variação, que permitem, à partida, determinar, por um lado, o tipo de efeitos resultantes da sua implementação na esfera pública e o grau de adesão a que efetivamente dá azo, e, por outro, a identificação de eventuais focos de problematização que, por resultarem de uma movimentação, até certo ponto, aquém da capacidade de regulação desse mesmo macrodiscurso, poderão estar na base de cenários conducentes à sua reconfiguração e ao surgimento de novos paradigmas.

Em total correlação com as matrizes que regulam a versão oficialmente veiculada de um discurso de memória, localiza-se o posicionamento ilusoriamente tido como mais comum, e que aqui designarei de concordância ou de identificação total.

É o modelo de atuação esperado de um qualquer sujeito, na sua movimentação pública, e que se caracteriza pela completa assunção e corporização, face aos restantes indivíduos com que interage, das linhas de força inerentes à ação reguladora do aparelho governativo a que se encontra afeto, por meio do seu vínculo com aquele discurso de memória.

A garantia da capacidade de movimentação do sujeito no plano comunitário é, por esse motivo, igualmente completa, na medida em que o posicionamento em questão funciona como uma espécie de prolongamento constante dos vetores de regulação que o condicionam, sendo que, explicitamente, por assentar a sua essência na demonstração pública de um compromisso de plena aceitação, acarreta de forma implícita, também, o prescindir da capacidade de modulação ou reformulação desse mesmo discurso.

Posto de outro modo, o modelo de concordância total surge como o garante máximo da efetiva preservação do *status quo* de memória em dado momento, numa comunidade, por se desenvolver fundamentalmente com base na exploração do tal eixo comunicativo do poder (que se movimenta de cima para baixo), sendo que ao indivíduo que o assume cabe o papel de revitalizar a todo o instante o conjunto de símbolos e práticas que ditam, não só *o que* lembrar, mas, acima de tudo, *o como* deve ser lembrado.

À imagem do que referi em relação ao termo “memória coletiva”, também este modelo se reveste de um carácter intrinsecamente falacioso, uma vez que, na figura do indivíduo, se encontra configurado pela ação, não de um, mas de vários coletivos em simultâneo, o que deixa marcas nesse seu posicionamento de observância inquestionável, pelo que, caso seja possível, de facto, identificá-lo, estará certamente localizado num muitíssimo reduzido número de elementos afetos ou diretamente dependendo desse vetor de poder.

De expressão igualmente reduzida, o posicionamento de “desidentificação” total surge como o contraponto direto daquele a que me referi anteriormente. Localizado, regra geral, em pequenas franjas da população, necessariamente minoritárias, não só no que toca à sua composição humana, mas, sobretudo, em termos de poder, este modelo caracteriza-se pelo facto de aparecer associado a um indivíduo, cuja capacidade de integração nas dinâmicas de funcionamento do tecido comunitário se vê, na maior parte dos casos, posta em causa, precisamente, por não ser capaz de atuar em função das práticas definidas pelos órgãos máximos de poder nesse mesmo espaço.

São várias as motivações que poderão dar azo a um tal cenário, sendo que muitas das vezes concorre para esse posicionamento, ou um peso excessivo da dimensão da experiência individual, que contradiz diretamente as matrizes do discurso oficial veiculado, ou a incapacidade de libertação de um qualquer discurso anterior, ao qual o sujeito ainda continua ligado.

Em casos mais excecionais, é também possível que essa desidentificação resulte de uma adulteração drástica e repentina dos moldes de funcionamento típicos de uma comunidade, como consequência de um processo de usurpação do seu poder de autorregulação por uma outra comunidade mais forte, que, a partir de dada altura, passa a impor o seu próprio discurso oficial enquanto válido, obliterando tudo o que, até esse ponto, aí vigorava.²⁴

Dada a sua natureza, é neste campo da desidentificação, ainda que não exclusivamente, que se verificam os mais fortes mecanismos de resistência à vertente oficial da memória, se bem que, na grande maioria dos casos, seja longo, penoso (e muitas vezes inglório) o seu percurso de acesso à escala mais alargada do universo coletivo.

Resta, por fim, a caracterização do modelo de posicionamento face a um macrodiscurso oficial de memória que de forma mais recorrente se verifica e que designarei, doravante, de identificação parcial.

Em situação de regular funcionamento comunitário, é este o que, regra geral, abrange o universo mais alargado de elementos, podendo conhecer diversos graus de manifestação individual ou, posto de outro modo, níveis distintos de parcialidade nas práticas de afirmação pública dessa mesma identificação.

²⁴ Este é o modelo recorrente nos processos de conquista militar de um qualquer país, por parte de uma nação mais forte. Regra geral, e se atentarmos, por exemplo, nas diversas campanhas de colonização ultramarina, uma das estratégias típicas para a submissão dos povos conquistados passa inevitavelmente pela extirpação de quaisquer vestígios culturais ou identitários autóctones, precisamente com o intuito de os suplantar por uma nova versão discursiva, que será, infalivelmente, a dos conquistadores. Cf., entre muitos, a este respeito, Annia Loomba (1998); Boaventura de Sousa Santos (2001); Frantz Fanon (2008).

Resultante de um frágil equilíbrio entre, por um lado, a ação da comunidade (e do macrodiscurso de memória que a define) e, por outro, a especificidade de que se reveste a própria dimensão da experiência individual, o posicionamento de identificação parcial será caracterizado por se pautar por práticas de natureza diferenciada, de acordo com o universo coletivo em que se vê inserido a dado momento. Deste modo, um dos seus traços fundamentais será, precisamente, o da constante adaptação ao contexto da sua manifestação pública, sendo que, como contrapartida fundamental, abre os caminhos à movimentação plena, no plano comunitário, sem comprometer em definitivo a capacidade de explorar (se não, a totalidade), pelo menos, uma parte substancial da bidirecionalidade comunicativa que o assinala.

Este modelo de relacionamento com a vertente da memória oficial agrega o universo de indivíduos que tipicamente se encontram inseridos numa dada comunidade e que, muito embora possam não se rever na plenitude dos símbolos e práticas que a regulam, integram e agem de acordo com um leque mínimo desses mesmos símbolos e práticas, o que lhes garante o acesso ao plano da aceitação pública e à capacidade de funcionamento e sobrevivência nesse mesmo coletivo.

Por conseguinte, este é também o posicionamento que mais facilmente permite aceder à plataforma da macrodiscursividade, uma vez que, ainda que sujeito à relatividade imposta pelo carácter específico de cada coletivo, não extingue, de facto, a possibilidade de exteriorização de um qualquer microdiscurso de memória, sendo que, teoricamente, será também aquele que, de forma mais habitual, assistirá à criação das condições necessárias para que a reformulação de um dado macrodiscurso oficial de memória se venha a processar.

Diante desta proposta de categorização dos possíveis tipos de relacionamento com a vertente oficializada da memória, reforça-se, mais uma vez, a questão da preponderância da dimensão do poder na determinação do seu sucesso enquanto discurso, assim como da sua capacidade de revitalização e de longevidade. Tais propriedades encontram-se em relação de estreita dependência da capacidade, por parte daquele, de elidir os indivíduos que se “desidentificam” consigo, ou de suprimir eventuais “parcialidades” que persistam em torno da identificação por ele pretendida, o que, de novo, reconduz a discussão para o plano da performatividade da memória e seu potencial de adaptação aos desígnios do momento.

É por esse motivo que a intenção de proceder a uma análise apurada dos modos, segundo os quais, uma dada nação se desenvolve no plano da memória e também da

identidade, deve contemplar, desde o início, a íntima relação entre estas dimensões e a dos órgãos de poder, por se encontrarem em permanente simbiose no seu funcionamento.

Nesse sentido, a noção de “memória coletiva”, pela sua tendencial natureza homogeneizante e, por conseguinte, abrindo portas a um menosprezo da necessidade de determinação dos diferentes níveis que a constituem, deverá ser colocada de parte, em função de uma perspetivação claramente fragmentada, plurívoca e ideologicamente determinada, como forma de aceder ao complexo jogo de relações entre a memória e os diversos constituintes de uma qualquer comunidade.

Reconfigurada, em alternativa, sob a forma de um macrodiscurso e efeitos que potencia, essa noção contribuirá para o estabelecimento de um aparelho crítico consideravelmente mais próximo das reais dinâmicas da memória, no espaço coletivo e individual, o que, por sua vez, conduzirá certamente a um conhecimento mais aprofundado das etapas inerentes ao percurso evolutivo de uma dada nação, no que diz respeito às modalidades de configuração da memória.

Se a memória é sempre determinada por um qualquer vetor de poder, constitui, na sua vertente discursiva, também, uma reprodução do tipo de mecanismos de que aquele se socorre. As suas variações e fragilizações equivalem, por isso, ao surgimento de fissuras no plano da afirmação pública, permeáveis à infiltração de novas práticas discursivas ou simbólicas. No fundo, aquelas são sinónimas de momentos de reconfiguração de uma qualquer faceta da “máquina autoritária” que a impulsiona, de modo a adaptar-se a um novo paradigma.

A abordagem de um macrodiscurso oficial de memória implicará, desse modo, o constante cruzamento entre a dimensão da celebração da memória, no seu expoente máximo de afirmação, e o próprio aparelho governativo que, em dada medida, a corporiza, sendo que, para além disso, através da observação dos vários níveis que a eles se agregam, importará, também, definir o índice de recorrência dos modelos de relacionamento assumidos pelos vários membros que se integram em cada um desses níveis.

Deste modo, para além da efetiva caracterização das suas linhas discursivas centrais, acede-se, de igual forma, ao tipo de compromissos que a sua perpetuação necessariamente implica, ou melhor, ao grau de apagamento que teve de concretizar-se, para que a sua vigência fosse assegurada.

Transpondo este conjunto de pressupostos para o caso da nação portuguesa, mais particularmente, no que toca ao percurso que desenvolve ao longo das últimas três décadas e meia, torna-se bastante claro o surgimento de etapas distintas na evolução do seu

macrodiscurso oficial, ao qual corresponde também um singular cenário de reconfiguração dos vetores de poder que o assistem, processo esse, que tentarei descrever na próxima secção.

1.2 Portugal em Perpétuo Movimento

Volvidas, aproximadamente, quatro décadas, desde o momento de separação político-militar que origina o modelo democrático pelo qual se rege, ainda hoje, Portugal, eis que o país de forma inequivocamente pública se encontra, mais uma vez, imerso num complexo cenário de problematização nacional, marcado pela sucessão em catadupa de inúmeras invetivas que atentam contra a imagem que, de si, tão arduamente foi edificando.

Eminentemente condicionada pelo tópico avassalador da “crise”, a realidade contemporânea portuguesa assiste, surpreendentemente incrédula, ao desagregar do modelo a que se acostumara nas últimas décadas, em função da sua eminente substituição por um outro que a vilipendia totalmente, no sentido de dar resposta a um conjunto diversificado de problemas, que, à partida, concebe, não como provocados por si, mas que, de algum modo, lhe são impostos por uma qualquer entidade externa de contornos difusos, determinada a lucrar com o aproveitamento sem escrúpulos da situação de fragilidade em que se encontra.

Dos mais diversos quadrantes comunitários, são múltiplas as vozes que se fazem ouvir, aventando hipóteses explicativas para o quadro atual, leituras de pertinência relativa acerca dos seus eventuais responsáveis, teorias da conspiração localizáveis num qualquer quadrante internacional, concorrendo para a radicação progressivamente irreversível de um cenário onde impera um efetivo sentimento de nação à deriva, mas, acima de tudo, para o agudizar de um generalizado terror em relação ao futuro, que, por sua vez, se assevera cada vez mais sombrio e desprovido de esperança.

Eximindo-me, desde já, de qualquer intenção deliberada de contribuir para o avolumar desse ruído de fundo, ou de tomar parte em potenciais exercícios de retórica acerca da situação atual, que, para além de se desviarem dos propósitos estabelecidos para

a presente dissertação, em nada contribuiriam para o solucionar dos problemas sentidos, pretendo, no entanto, dedicar algum tempo à apreciação de determinados vetores do presente cenário, por se revestirem de fundamental importância no que toca à possibilidade de caracterização do macrodiscurso oficial de memória e identidade, que, no presente, se assume como regulador do país.

Todavia, mais do que uma intenção meramente descritiva da negatividade que aparentemente lhe está implícita, essa apreciação visa, por um lado, salientar o conjunto de mecanismos presentes no relacionamento português com a questão da sua memória e identidade, demonstrando, por outro, que, mais do que uma dimensão necessariamente complexa que importa ultrapassar, a conjuntura atual se apresenta, de facto, enquanto consequência natural do término de um processo de desenvolvimento, estando, por isso, o país diante de uma oportunidade única para repensar efetivamente os moldes por que pautou a sua atuação em tais domínios.

Idealmente, daqui derivará a noção de que esta etapa, para além do óbvio cenário de estagnação económica, constitui um patamar que corresponde ao esgotamento do modelo de discursividade oficial que se veio desenvolvendo, pelo menos, desde o 25 de Abril de 1974, e que conhece, no momento em que escrevo, se não o anúncio efetivo do seu fim, pelo menos, a instauração de uma fase problemática, que derivará, hipoteticamente, na abertura de um novo horizonte de configuração discursiva nacional.

Considero extremamente significativa a perceção consensual, por parte da população, de que a crise que sobre ela se abate é, claro está, em primeiro lugar, inegavelmente económica, sendo que, por efeito mais imediato, se traduz de forma objetiva, também, em idêntica situação social, o que não será de surpreender, pois estes são domínios que afetam a mais imediata realidade quotidiana a que essa população está sujeita.

O surpreendente, no entanto, é que em associação a esses dois vetores se evidencia, de igual modo, a perceção de que, no espaço nacional, tal problemática se estende também ao domínio político, apoiada pela consciencialização crescente de um desvirtuar da imagem dos atores que o enformam, e cuja atuação se descreve como progressivamente distanciada da realidade nacional, bem como dos desígnios do povo que os elegeu.

Mais do que um mero juízo de valor acerca da capacidade de ação no campo decisivo da estratégia nacional, considero, no entanto, que essa dimensão de “crise política” é marca clara de uma outra realidade com ramificações mais profundas, fundadas nos meandros da própria memória e identidade da nação.

Pretendo, com isto, dizer que, por detrás dessa fragilização pública da imagem da classe política, se esconde um problema de maior dimensão, que, muito embora desencadeado por uma espécie de desapontamento geral em relação à eminente falência de um projeto de Portugal europeísta, evidencia uma alteração drástica no modo como o universo comunitário se relaciona com os seus órgãos de poder no momento presente, não só no sentido da sua efetiva responsabilização pelo estado em que se vê envolvido, mas por pressentir, também, que estes se encontram efetivamente esgotados na sua capacidade de atuação sobre a realidade nacional e de nela instilar o dinamismo necessário à resolução dos seus problemas mais prementes, bem como à definição e conquista de novas metas ou objetivos para o futuro.

O mesmo será dizer que, neste plano de variegada problematização, se assiste ao surgimento de uma espécie de abismo comunitário, em que, de um lado, o grosso do país se encontra numa posição reticente, dubiamente esperançosa e de temor, olhando em volta, de olhos postos nos seus líderes, em busca do conforto de uma qualquer proposta determinada acerca do caminho a seguir. Do outro, estes mesmos protagonistas procuram estratégias possíveis de corporização de tais expectativas, de forma a restabelecer, não só a sua imagem enquanto parte vital do paradigma supremo de regulação do coletivo, mas também o próprio elo de ligação original com a comunidade, que, aparentemente, se viu dilacerado pela conjuntura atual.

Recuperando as considerações que teci na secção anterior, acerca do íntimo relacionamento entre os vetores de poder de uma nação e o macrodiscurso oficial que a ela presidirá em dado momento, depara-se, pois, Portugal com um cenário de concreta problematização económica e social, que, por sua vez, surge como o responsável pelo desencadear de um processo de reconfiguração ou readaptação das práticas discursivas dos seus órgãos políticos máximos, o que indicia a ocorrência de uma mutação em moldes idênticos, também, no domínio da memória e identidade.

Que motivações conduziram, no entanto, a este ponto? Será realmente o conjunto de circunstâncias atuais algo que é externamente imposto por uma qualquer entidade misteriosa de contornos difusos e que isenta o país de responsabilidades?²⁵ Ou algo de

²⁵ Refiro-me, neste caso, à recorrente estratégia de modulação discursiva que a voz oficial do poder estatal assume em diversos momentos problemáticos do quotidiano nacional, ao justificá-los tipicamente enquanto um efeito de um qualquer agente ou conjunto de fatores externos, que se conjugam no sentido de conduzir a nação a um impasse no seu percurso. Como apontarei adiante, aquando da caracterização dos diferentes modelos de Estado que se desenvolvem ao longo da história portuguesa contemporânea, esta estratégia constitui, a meu ver, um dos muitos mecanismos discursivos que concorrem para a tentativa de preservação de um determinado modelo de poder, em contexto nacional, e que visa essencialmente afastar eventuais

natureza distinta que, muito embora problemático e aparentemente fora do seu controlo atual, poderia ser evitável?

Será o Portugal de hoje realmente uma pálida e tão distanciada impressão do seu passado, ou assinalado pela real incapacidade de atuar em moldes idênticos de excelência, ao ponto de se assistir, na praça pública, e ainda que de forma episódica, a manifestações de um saudosismo doentio do regime ditatorial e do suposto plano de realização nacional que, nele, aparentemente se conseguiu?

Ainda que a resposta a esta última questão seja claramente óbvia, e em nada contradita pelo esporádico e obcecado regresso de alguns ao passado da ditadura, cuja negatividade, aparentemente, se vê já sublimada pelo decurso dos tempos, o facto é que essa tendência de recuperação de um modelo fantasioso de governação nacional – em que Estado e país se fundiam na figura de um ditador –, como situação exemplar de contraponto com a da atualidade, não vai sem denunciar alguns aspetos que importa salientar.

Em primeiro lugar, a aparente persistência de uma visão deturpada, porquanto seletiva e, logo, parcial, da figura do homem de Estado enquanto “pai da nação”, que encarna explicitamente o papel de defensor do tão ansiado espírito de grandiosidade nacional, e cujo aparelho governativo que encabeça constitui o efetivo garante da legitimidade e perpetuação de um macrodiscurso oficial de memória e identidade, à luz dos quais são escrutinados os atores políticos contemporâneos.

Tal posicionamento visa, claro está, na sua leitura mais imediata, dar mostras de uma sensação generalizada de distanciamento entre ambos os polos políticos, como forma de reforço da ideia de uma notória inferioridade, própria da classe política atual. Esta tentativa de rebaixamento não deixa, no entanto, por outro lado, de revelar uma das matrizes essenciais que configura o tipo de relacionamento entre a comunidade portuguesa e os seus órgãos máximos de poder, porquanto deriva de uma espécie de desejo de punição do modelo político, por não cumprir, aos olhos dessa mesma comunidade, idêntico papel de salvaguarda dos seus interesses, na linha do que hipoteticamente se verificara com Salazar.

O mesmo será dizer que, apesar de se regular no presente por um macrodiscurso oficial que, desde o início, se assumiu em rutura com o que o antecederia no passado, Portugal evidencia, em relação a este último, ainda um certo grau de aproximação ou

cenários de culpabilização governativa que possam derivar na problematização do modelo de poder por que se rege.

continuidade, que se traduz na idêntica opção por depositar unicamente no aparelho governativo, mas, mais do que isso, nos representantes máximos que o encabeçam, a exclusiva responsabilidade pela determinação dos seus destinos e, inerentemente, pela preservação da sua imagem oficial enquanto nação.²⁶

De forma implícita, esta tentativa episódica de comparação exemplar com a dimensão da ditadura conduz à constatação de um segundo aspeto de natureza primordial, que se prende com a ideia da cessação de existência do próprio aparelho governativo, nos moldes em que, até à data, se manifestara de forma inequívoca.

O modelo de Estado-nação, ou melhor, de Estado-forte (Boaventura de Sousa Santos, 2002), sentido como próprio da nação portuguesa ao longo de décadas, garante supremo da sua autodeterminação e legitimidade, mas, mais do que isso, barreira protetora contra as potenciais invetivas oriundas do exterior, aparece agora como evidenciando uma faceta de irremediável comprometimento, de amputação da sua omnipresença reguladora. Queda-se o seu papel, quando muito, à dimensão meramente executiva de implementação das exigências de agentes externos, revelando uma total inversão dos pressupostos fundamentais que estariam na sua base, e convertendo-se, não no motor da afirmação nacional no contexto planetário, mas, antes, no seu mecanismo de aprisionamento incondicional a uma dinâmica de carácter economicista.

De novo, o recurso ao passado como espécie de punição para a realidade atual revela claramente a perceção pública de um distanciamento entre os modelos políticos em cada extremo temporal, sendo que, se, por um lado, tal prática se prenderá certamente com a vontade imperiosa de ver resolvidos os problemas do presente, por outro, não deixa de denunciar a efetiva consternação diante da metamorfose do modelo governativo que o condiciona, por se pressentir que, muito para além da vertente económica ou social, essa questão se alastra inevitavelmente a todas as que influem no funcionamento do país.

A pretensão de restauro de um modelo de Estado-forte que, paradoxalmente, se insinua, por meio desta penalização à luz da história, é, no fundo, a reiteração de um desígnio alargado de manutenção do mesmo tipo de compromissos que continuamente são vistos como assistindo à definição do conjunto de relações entre membros do espaço comunitário português, no período do pós-25 de Abril, o que, por sua vez, reforça

²⁶ Como demonstrarei adiante, essa persistência do tópico do sebastianismo, no espaço comunitário português, que havia já sido profundamente trabalhada por Eduardo Lourenço (1988), continua nos dias de hoje, e ainda que de forma sub-reptícia, a estar presente no imaginário discursivo nacional, bem como a constituir uma das estratégias preferenciais do trabalho sobre o discurso político, no sentido de agremiar esforços em redor de uma qualquer ideologia.

claramente a importância de uma configuração específica dos vetores de poder, para que a perpetuação das dinâmicas de funcionamento do coletivo e do seu macrodiscurso oficial se veja assegurada, aos olhos da nação.

Uma terceira leitura que se retira desse exercício de confronto entre passado e presente é que, para além da grave situação económica em que se encontra – avaliada, naturalmente, à luz da perceção mitificada do “país de boas contas e grandes obras” da época ditatorial –, Portugal se vê a caras, hoje, não só com a impossibilidade de concretização dos seus grandes projetos infraestruturais, mas, fundamentalmente, com um complexo e generalizado cenário de estagnação nacional, ditado, em primeiro lugar, pela incontornável problematização a que a sua autoimagem se viu sujeita, mas, sobretudo, pelo clima de indefinição no que toca a novas metas, estratégias ou objetivos, que, de algum modo, possam contribuir para a inversão desse cenário.

Esta atmosfera de país à deriva, momento em que supostamente se avaliam percursos desenvolvidos, se renegociam compromissos entre agentes de um espaço comum, se ponderam novos modelos de atuação, corresponde, no fundo, à etapa que encerra o ciclo de funcionamento comunitário português, de acordo com os moldes do que designo por metáfora do perpétuo movimento.

À semelhança de um pêndulo que, teoricamente liberto de todas as forças restritivas do atrito, vê a sua oscilação desenvolver-se *ad aeternum* entre dois extremos, o macrodiscurso oficial português das últimas três décadas e meia caracteriza-se, na sua prática de regulação do coletivo nacional, pela capacidade de manter sempre viva, ainda que de forma subliminar, uma espécie de ilusão discursiva de fundo, segundo a qual o país se movimenta, sistematicamente, em direção à conquista de novos objetivos que o aproximam cada vez mais do cumprimento do seu “destino”.

No entanto, ainda que, num prisma oficial, tal prática de modulação discursiva vise possibilitar a manutenção de um clima de expectativas nacionais sempre em alta em relação ao que virá, o facto é que constitui fundamentalmente uma espécie de mecanismo de controlo da comunidade, que, para além de garantir a sua coesão e capacidade de movimentação em direção ao cumprimento das etapas que se vão desenhando, pretende, acima de tudo, por meio da introdução incessante de novas metas a atingir, adiar o momento em que esse futuro se cumprirá efetivamente.

De tal prática resulta um cenário em que, na vertente macrodiscursiva oficial portuguesa, se torna possível perspetivar o país segundo uma imagem de avanço ou progresso efetivo, quando, na realidade, esta encerra no seu íntimo uma forma de

autoanulação desse mesmo movimento. O próprio facto de o destino máximo a que se aspira ser fundamentalmente de natureza paradoxal – pois assume-se e afirma-se oficialmente como algo concreto, para o qual concorre um hipotético somatório de objetivos intermédios, muito embora por detrás dessa construção discursiva se esconda uma realidade de contornos difusos e mutáveis –, faz com que a “movimentação nacional” se desenvolva continuamente em direção a algo cujo acesso se encontra vedado *a priori*, e que, apesar de discursivamente se assumir como bem definido, se vê gradualmente desprovido dessa vertente “concreta” da sua definição inicial, até um ponto em que, pura e simplesmente, é relegado para um segundo plano, em função dos objetivos a cumprir para a sua utópica concretização.

Posto de outro modo, a apresentação oficial de um qualquer futuro grandioso a atingir algures num tempo longínquo pretende, assim, atuar enquanto espécie de mecanismo de ativação da capacidade de movimentação nacional, sendo que, quase de imediato, a partir do momento em que os passos que hipoteticamente serviriam para o atingir começam a ser introduzidos no horizonte de expectativas da comunidade, a dinâmica de movimento estará, à partida assegurada, desde que tais passos deem lugar a outros (e, depois desses, a outros mais) e esse mesmo “futuro” a que se aspirara oficialmente se vá reformulando de forma subtil, impercetível aos olhos da esfera pública, dando lugar, por sua vez, a um outro futuro que, ainda que diferente do original, se apresenta sempre como uma sua continuidade.²⁷

²⁷ Neste sentido, considero, aliás, sintomática a célebre citação do autor castelhano, António Machado (1992), imortalizada, em contexto nacional português, por uma das nossas figuras de proa do regime democrático, Mário Soares, porquanto representativa do seu percurso de vida, mas também do da própria nação, com o qual, não raras vezes, se (con)funde. “*Se hace el camino al andar*” ou “O caminho faz-se caminhando” – nas palavras do político português –, ao qual ousaria acrescentar, *e o destino descobre-se uma vez lá chegados*, condensam, a meu ver, de forma perfeita, o ponto de partida para a compreensão da essência dessa prática de modulação discursiva oficial a que me venho referindo. Por um lado, ilustra-se essa dimensão contínua de aspiração a um futuro maior, por definição, longínquo, mas, ainda assim, imperativo na determinação dos esforços da marcha a desenvolver. Por outro, acentua-se a dependência inevitável da sua edificação em relação às sucessivas etapas que se vão acumulando em direção a esse grande objetivo final, e que se revestem, na citação original de um peso bastante considerável. A questão fundamental é aqui, portanto, a da capacidade de perseverança face às diferentes exigências que o percurso de vida impõe, como forma de consecução e (consequente) descoberta de um destino que se renova ou amplifica a cada etapa conquistada. A ênfase deposita-se, por assim dizer, mais nas próprias etapas a cumprir do que no fim a que se aspira, sendo que ao somatório daquelas corresponderá (presume-se) o conhecimento máximo da existência de cada um, isto é, o destino maior, no final do seu percurso existencial.

Muito embora seja esta também a dinâmica que considero verificar-se realmente no panorama português, o que se verifica, ao transpor esta citação para o plano do seu macrodiscurso oficial, é que ela se transmuta em algo distinto, que ousou traduzir do seguinte modo – *O caminho está feito. Resta agora caminhar*.

O destino nacional máximo encontra-se, deste modo, na voz do poder, tipicamente configurado de acordo com um pressuposto de certeza absoluta, quanto às linhas de que se reveste, apresentando, por isso, as tais etapas a cumprir, não como processos reais que derivarão em novas descobertas que problematizarão o projeto inicial, mas, antes, como elementos de acesso garantido a uma tal visão do futuro. Cria-se, no fundo,

O perpétuo movimento nacional resultará, assim, não de uma efetiva aspiração a um futuro idealizado previamente, mas antes, da capacidade, por parte dos órgãos de poder (na sua prática de promulgação de um dado macrodiscurso oficial), de, por um lado, torná-lo progressivamente adaptado ou (pelo menos) inócuo em relação às suas políticas de memória, mantendo, em simultâneo, elos de ligação com a sua versão original, e, por outro, de reinventar novas etapas intermédias a atingir, ainda que, à partida, (e na maior parte dos casos), tais etapas se desviem do projeto que inicialmente havia desencadeado a capacidade de movimentação comunitária.

Para além disso, essa prática de constante “forçar” dos olhares nacionais na direção de uma realidade que se vai gradualmente tornando (cada vez mais) longínqua dá azo a um outro efeito fundamental que concorre, de igual modo, para a solidificação de tal metáfora, e que se caracteriza por uma tendência generalizada de relativização de eventuais cenários problemáticos – oriundos, ou do passado nacional ou de um dado momento no presente – que possam, de algum modo, colocar a nação diante de um plano de estagnação ou abrandamento desse ideal de marcha contínua, configurando-a, por isso, sob a forma de uma espécie de autismo face aos seus traumas e, em simultâneo, de verdadeira obsessão na sua aspiração do futuro.²⁸

a ilusão de um destino imutável a que se aspira, o qual se constrói paulatinamente por meio de momentos que se sucedem. Não há, portanto, espaço, no plano do discurso oficial, para a questionação (que as palavras de Machado inevitavelmente evocam), mas, tão-somente, um outro destinado ao cumprimento do que se estipula ser já conhecido.

A ilusão do perpétuo movimento em direção a uma meta bem determinada ganha, assim, corpo, subtraindo-se, ao mesmo tempo, o percurso árduo e relativamente aleatório inerente à consecução dessa meta. Tudo é feito, por assim dizer, tendo em vista, acima de tudo, a criação de uma atmosfera que potencie a manutenção do *ato de caminhar*, isentando-o, no entanto, da possibilidade de conhecimento do verdadeiro *caminho* que vai percorrendo, bem como as reconfigurações a que este se vê sujeito, a cada etapa percorrida.

²⁸ O que, por sua vez, acaba por justificar a própria centralidade do aparelho de Estado, na condução de todo o processo, e, conseqüentemente, reforçar a sua capacidade de exercício de poder junto da comunidade nacional. No fundo, este tipo de modulação discursiva (que considero típica do Portugal contemporâneo) constitui um aproveitamento reconfigurado de uma das estratégias centrais que caracterizou o regime ditatorial, nos seus esforços de manutenção do poder.

Segundo José Gil (1995; 2011), com o declarado apoio da máquina estatal, enformava-se o discurso oficial de memória e identidade da ditadura entre o fomento da contínua aspiração ao cumprimento de um destino grandioso português, como forma de manter a ilusão de movimento nacional em direção ao futuro, sendo que, paradoxalmente, tal discurso continha um mecanismo implícito de autoanulação dos seus membros, corporizado nos ideais de humildade, abnegação e brandura de costumes que lhes impossibilitaria a vivência dessa mesma atmosfera de grandiosidade. O “Portugal grandioso” era, assim, uma dimensão a que toda a comunidade aspiraria, mas, cujo acesso lhe era negado, desde o primeiro instante, dada a especificidade do caminho a seguir, para a sua realização.

Resultado desta estratégia, o país era simbolicamente perspectivado na voz oficial enquanto avançando numa determinada direção, ainda que, na realidade, essa ilusão de movimento se desmontasse a todo o instante, no plano do real, por meio da estagnação que essa autoanulação pressuporia. Criava-se, desta forma, um eficaz instrumento de controlo da comunidade, forçando-a, por um lado, a olhar para um plano de superioridade nacional que, com o esforço incansável do aparelho de Estado, se “ia edificando”, ao mesmo tempo que lhe era negada a possibilidade de se confrontar com a dura situação da impossibilidade da sua vivência, tais eram as exigências que o perfil do português ideal, definido pelo Estado, comportava. Para além do controlo dos

Conhecendo a base que concorre para a sua concretização no período conturbado do pós-25 de Abril de 1974, a metáfora do perpétuo movimento, bem como o macrodiscurso oficial que a vê nascer, e que enformam o período do Portugal-revolução, surgem como o produto de um conjunto de vetores muito particulares, que, ainda que de natureza distinta dos da atualidade, haviam conduzido Portugal a um disseminado plano de grave problematização, do qual, aparentemente, e à imagem do dos dias de hoje, não se conseguiria ver liberto.

Com o desmoronar do regime ditatorial que presidira aos seus destinos durante aproximadamente cinco décadas, e, com ele, o estilhaçar de uma espécie de redoma invisível que filtrava a perceção dos eventos além-fronteiras, em território nacional, o país vê-se, a dado momento, diante de um plano de completa negação do carácter grandioso, que, até essa data, enformara a imagem potenciada pelo seu macrodiscurso oficial de memória e identidade.

Amputado, para além disso, em definitivo, da vasta dimensão colonial que durante seis séculos integrara o seu território, e politicamente isolado no espaço continental europeu, muito por causa da própria atuação discursiva dos órgãos de poder da ditadura, Portugal é forçado a confrontar-se com um sentimento de fracasso que se espraia pelo coletivo, e que acaba por derivar num exercício de tentativa de recentramento identitário, com vista à superação desse plano, em que toda a sua capacidade de acesso a um qualquer futuro se vê elidida.

O dismantelamento das engrenagens despóticas que, até aí, haviam garantido o funcionamento nacional em moldes oficialmente tidos como aceitáveis, corresponde, pois, também à cessação temporária do seu potencial de movimento, isto é, a um plano em que o atrito criado pela substituição de um paradigma de cariz ditatorial, por um outro de matriz democrática, conduz à efetiva estagnação da marcha de continuidade esperada pelo país.

Tal facto não é de surpreender, uma vez que esse processo, para além das óbvias transformações de índole política, acarreta também inúmeras consequências no foro da memória e identidade nacional, ao assumir como pressuposto fundamental o desígnio de total extirpação dos vestígios do regime precedente, sem que, para tal, ofereça, de imediato, propostas alternativas que passem a regular as dinâmicas da nação, desse ponto em diante.

cidadãos, reforçava-se, naturalmente o papel dos próprios órgãos de poder, configurado sob a forma de único agente responsável pelo concretizar desse grande projeto nacional.

O Portugal-revolução corresponde, portanto, a um período relativamente longo e tumultuoso de procura de estratégias de remoção do atrito adveniente do processo revolucionário, em que o país mergulha nos anos subsequentes, sendo que encontra, precisamente, nessa atmosfera revoltosa e de profunda rutura com o passado recente, o primeiro passo para reinicializar o seu potencial de movimentação.

A Constituição de 2 de Abril de 1976, documento fundamental que marca o início do relacionamento da nação com o novo macrodiscurso oficial de memória e identidade que se edifica é, aliás, prova disso, ao enquadrar, desde o seu preâmbulo, a dinâmica nacional nos seguintes moldes:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir um caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

(http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/cons1976.html)

O primeiro passo para o desenhar da estrutura que suportará esse “perpétuo movimento” da nação portuguesa, nessa fase incipiente do regime democrático que se instaura, assenta na objetiva e indispensável identificação do evento inaugural que lhe dá início, não só como forma de estabelecer o ponto de partida no qual essa movimentação se fundará, mas também determinando, claramente, o limite máximo do recuo no passado que, à partida, será oficialmente admissível, para que a nação adquira o ímpeto necessário para se deslocar em direção ao cumprimento do seu novo futuro.

Determina-se, de imediato, também o conjunto de diretrizes fundamentais que ditará o tipo de ideologia por detrás do tratamento da memória e identidade nacional, ao assumir como “viragem histórica da sociedade portuguesa”, o seu intento de completa expurgação dos efeitos da ditadura e respetiva atmosfera opressiva sobre a plenitude dos membros da comunidade, sendo que, explicitamente, se assume idêntica intencionalidade

em relação à faceta colonial, radicada discursivamente, também, no âmbito da responsabilidade do regime anterior.²⁹

O mesmo será dizer que, por meio desta construção discursiva, se procede à delimitação clara do tipo de dinâmicas permissíveis em espaço nacional, entre indivíduos ou grupos de dimensão variável, no que toca à possibilidade de exteriorização das suas experiências individuais, desde que não colidam diretamente com esse desígnio tácito de libertação dos vetores acima identificados.

Estabelecido que se encontra o pano de fundo que, daí em diante, assistirá ao esforço de recentramento identitário, configura-se, de igual modo, o papel que a imagem do Portugal da ditadura será chamada a desempenhar, claro está, sob a forma de realidade diametralmente oposta da que então se afirma, como critério de destrição de tudo aquilo que merece ser celebrado na esfera pública, ou que, pelo contrário, será forçosamente remetido para o plano do silenciamento, dadas as diretrizes dominantes do macrodiscurso oficial do Portugal-revolução.

Removido o atrito e determinado o ponto inicial da movimentação portuguesa, resta, por fim, estipular a etapa em que o percurso conhecerá o seu fim eventual, sobre a forma de definição de um conjunto de metas a concretizar e à luz das quais esse mesmo percurso virá a ser posteriormente avaliado, aquando da sua conclusão.

Muito certamente ainda influenciada pelo calor da atmosfera revolucionária, a voz oficial da Constituição – que se apresenta matizada por um arrazoado profundamente marxista –, vislumbra apenas um futuro que se pretende próximo. Este relaciona-se essencialmente com a necessidade de apagar o mais rapidamente possível os vestígios do momento traumático que a nação vivera até há pouco, orientando-a no sentido da edificação de um modelo democrático, que assegure o seu funcionamento de acordo com um plano progressivamente “mais livre, mais justo e mais fraterno”, conducente à meta da sua configuração inicial de acordo com uma vertente socialista, (que se adivinha) etapa de transição para a utopia de uma sociedade “sem classes”.³⁰

²⁹ Posicionamento discursivo este que se vê concretamente apoiado pelo facto de, à altura da publicação do texto em análise, já o processo de reconhecimento oficial português do direito à autodeterminação por parte das ex-colónias, se encontrar completamente concluído.

³⁰ Para além de constar no Preâmbulo, esta ideia é reforçada em vários momentos do restante texto, desde logo, surgindo de forma inequívoca no Artigo 1º, respeitante à definição da República Portuguesa, que aqui transcrevo: “[...] Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa *sociedade sem classes*.[...]” (meu sublinhado) (http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/cons1976.html). O que no Preâmbulo oficialmente se assume é, portanto, o desígnio de estabelecimento de um sistema político de transição, que, idealmente, derivará num outro. Do ponto de vista político e económico, o comunismo constitui a última etapa evolutiva de um sistema em que se extingue a desigualdade social e se processa a passagem do poder

O projeto oficial anunciado no texto originário da Constituição é, pois, muitíssimo diverso daquele que rege a atualidade macrodiscursiva nacional, sendo que paradoxalmente, e apesar do seu irremediável comprometimento, continua a revestir-se de fortes elos de ligação com esta, dando azo à criação de um ilusório sentimento de continuidade entre discursos, o que, por sua vez, parece atenuar (ou elidir) precisamente o plano de distanciamento efetivo que de modo inequívoco os assinala.

Tal cenário constitui uma das marcas mais evidentes dessa metáfora do perpétuo movimento, subjacente à dinâmica de evolução do plano oficial de tratamento da memória e identidade nacional, e que resulta, por um lado, precisamente do facto dessa ideia de movimentação continuar a reconhecer, devido à ação do prisma discursivo que a regula, o seu início no mesmo ponto que origina a etapa de configuração identitária a que me reporto, isto é, o do 25 de Abril de 1974. Por outro, a celebração reiterada desse evento inaugural e o vínculo que, em relação a ele, o macrodiscurso oficial da atualidade exacerbadamente assume, extinguem a possibilidade de reconhecimento das mutações que este último inevitavelmente conheceu ao longo dos tempos, apresentando-se, não sob a forma de algo totalmente diferente, mas antes como mais uma etapa de continuação do mesmo movimento inicial.

Daqui deriva uma conceção generalizada, e que a própria estratégia de modulação oficial da memória e identidade instiga, de que o macrodiscurso ao qual a realidade contemporânea se encontra vinculada é essencialmente o mesmo que conheceu o seu início há quase quatro décadas atrás, como se esse movimento do “pêndulo português” fosse sempre idêntico ao do projeto original, omitindo, desse modo, os sucessivos afastamentos que a tal meta a atingir foi sofrendo no decurso dos anos, para além das eventuais transformações, que, muito embora convenientemente descuradas, se verificariam também em relação ao próprio ponto que daria realmente início à movimentação necessária para a atingir, a partir de dada altura.

Pretendo com isto dizer que, muito embora insinuando como tónica dominante uma linha oficial de continuidade progressiva, não implicando, por isso, qualquer rutura ou abandono do projeto revolucionário, o macrodiscurso oficial de memória e identidade dos dias de hoje é algo de natureza totalmente diversa de tudo aquilo que o antecedeu. Para ele concorreram etapas e circunstâncias claramente identificáveis, as quais, apesar de influírem

para o domínio do proletariado. A consecução deste estágio passa inicialmente pela vertente socialista, espécie de fase de transição, em que o poder de regulação se encontra depositado numa classe burocrática, a quem compete a estruturação da sociedade, no sentido de uma igualdade plena, onde os trabalhadores serão os dirigentes e o Estado cessa de existir (Karl Marx & Friedrich Engels, 2002).

profundamente no modo como a imagem da nação se viria a constituir, sempre viram o seu carácter subversivo atenuado (ou elidido até), fruto de uma intencionalidade específica, por parte dos vetores de poder que possibilitaram a sua implementação.

Seria esta intencionalidade, no entanto, efetivamente o cumprimento “dos sentimentos profundos” do povo português? A corporização das “aspirações do País”?

De novo, o texto da Constituição de 1976 assim o parece demonstrar, porquanto assume claramente esse desígnio de, na voz dos constituintes, “legítimos representantes do povo”, explicitar o modelo de regulação comunitária, a quem competirá tomar as rédeas da defesa da independência nacional, dos direitos dos cidadãos, da primazia do Estado de Direito democrático, o mesmo querendo dizer, retomando um tipo de vínculo de dependência em relação aos órgãos de poder, já conhecido por parte da comunidade portuguesa, que, daí em diante, continuaria a ver o seu movimento desenvolver-se sob os auspícios de um modelo de Estado-nação ou Estado-forte (Boaventura de Sousa Santos, 2002).

Estabelece-se, deste modo, o elemento de fixação supremo da estrutura de movimentação portuguesa nas décadas subsequentes, no qual se deposita de forma incondicional a responsabilidade de determinação das linhas estratégicas a seguir, no acesso ao plano de realização nacional futura, e que se vê apoiado, por sua vez, por uma série de consensos.

O reconhecimento do aparelho de Estado enquanto responsável pela preservação do modelo identitário que oficialmente se afirma como coletivo, e que, implicitamente, corporiza em termos institucionais, é o consenso que se estipula em primeiro lugar. Os órgãos de poder nacional revestem-se, assim, de um profundo peso simbólico para a comunidade, surgindo como o vetor fundamental para a afirmação e revitalização do seu macrodiscurso oficial de memória e identidade dentro de fronteiras.³¹

Para além da centralidade “[...] enquanto unidade privilegiada de iniciativa económica, social e política [dotado, portanto, de uma] soberania efetiva [e de uma] capacidade de resistência e negociação autónomas [e incontestadas]” (Boaventura de Sousa

³¹ Este é, aliás, um dos consensos mais facilmente identificáveis na configuração típica do Estado-nação e na sua perceção enquanto “*lieux de mémoire*” supremo, corporizando o vetor máximo de funcionamento identitário de uma comunidade. Tal perceção resulta do tipo de aproveitamento sistemático, por parte dos órgãos de poder, em relação à memória e à importância de que se reveste para o universo comunitário. Nas palavras de Nancy Wood (1999: 20), “[...] In the era of the nation-state’s unassailable supremacy as the key organizing principle of modern societies, memory relied primarily on narratives of a national past to provide a thread of continuity between past, present and future. [These] reassuring narratives generated a historical consciousness of the nation that was embraced by the state in order to legitimize its hegemony in the present and its indispensability to the national future. [...]”.

Santos, *op. cit.*, 6-7), o vetor de poder do Estado assume também como oficialmente consensual a sua correspondência com uma conceção da sociedade portuguesa enquanto realidade fechada e bem delimitada, e, por conseguinte, homogénea e uniforme, movimentando-se sob a sua égide.

Um terceiro consenso que daqui deriva é precisamente aquele que diz respeito à implícita aceitação do carácter hegemónico de um só modelo de exercício de poder no espaço comunitário, bem como do discurso que por ele se vê sancionado e reforçado, o que, por sua vez, conduz a idêntico reconhecimento da sua legitimidade em esterilizar o potencial de afirmação de eventuais discursos alternativos que possam dar azo à sua problematização.

Diante de uma configuração nestes termos, a tão propalada temática da rutura com o regime ditatorial, por parte do movimento revolucionário, assume, de facto, um novo traço que importa salientar. O conjunto de práticas macrodiscursivas vigentes no Portugal-revolução assume efetivamente contornos que se afirmam por completo antagónicos, o mesmo acontecendo com as ideologias que os definem. No entanto, o esquema de funcionamento da sociedade, da sua memória, assim como dos órgãos de poder que para ela contribuem, aparecem em muitos aspetos como uma espécie de prolongamento reinventado e ambíguo do conjunto de mecanismos que regulava o regime anterior.

Erradica-se definitivamente a gravíssima dimensão da repressão física e ideológica ditatorial, abrindo, por isso, discursivamente as portas à possibilidade de livre acesso de um qualquer microdiscurso de memória ao plano da macrodiscursividade nacional, mas assentando, no entanto, esse novo modelo discursivo sobre um conjunto de pressupostos de atuação e uma definição do aparelho de poder que o suporta perigosamente próximos daqueles que os antecederam.

A ilação que mais facilmente se retirará de um cenário deste tipo será a de que a primeira etapa de desenvolvimento desse macrodiscurso de memória e identidade portuguesas surge como algo paradoxal, em que a tónica dominante de abertura assumida pelo discurso oficial se vê, até certo ponto, contraditada pelo potencial de atuação do poder que o suporta, uma vez que o papel fundamental deste último assenta, precisamente, na restrição do acesso a esse mesmo plano de abertura, por parte de potenciais vozes discordantes que possam vir a surgir. Esta é, no fim de contas, a grande condição a cumprir para que a perpetuação desse discurso que promulga se veja, de facto, assegurada.

Não pretendo com isto dizer, claro está, que o discurso que se desenvolve no período imediato ao 25 de Abril é, no fundo, idêntico ao que veio suplantar, mas antes que,

nessa sua espécie de tentativa de resposta simbólica aos intentos nacionais de liberdade, acaba por incorrer na criação de um conjunto de condições favoráveis à prática de “abusos de memória” (Paul Ricoeur, 2000), de forma bastante próxima ao que se havia já verificado anteriormente, o que, por sua vez, não vai sem marcar indelevelmente todo o percurso de Portugal ao longo das décadas subseqüentes, bem como a sua capacidade de lidar com as alterações que se lhe impõem a cada etapa desse percurso.

A constante exigência de um Estado-forte, onnipresente, controlador de todas as dimensões do funcionamento nacional, enquanto pressuposto básico para a manutenção da sua configuração discursiva ou, de outro modo, da sua capacidade de movimento, acaba por tornar a nação refém de um determinado modelo de desenvolvimento, que, se numa etapa inicial assiste, de facto, à concretização das condições necessárias para que volte a reencontrar o ímpeto de avanço em direção ao futuro, irá, no entanto, obrigar tudo o que surja no seu seguimento a assumir o mesmo tipo de configuração, sob pena da perda de capacidade de regulação do coletivo.³²

É esse o testemunho que se retoma, aquando do acesso ao que identifico como o Portugal-evolução, isto é, a segunda etapa de desenvolvimento do macrodiscurso oficial de memória e identidade português, e que conhece o seu início “oficial”, sensivelmente, decorridos oito anos após o evento que marca o começo da Revolução.

O texto resultante da revisão constitucional, que o ano de 1982 vê surgir, é já voz oficial de um Portugal bem diferente do que se encontrara alguns anos antes, onde as convulsões sociais e políticas deram lugar a uma atmosfera de apaziguamento generalizado, e em que, aparentemente, se efetiva também o distanciamento crítico necessário, para que do texto se expurguem eventuais excessos emocionais, derivados certamente da impetuosidade revolucionária.

³² Não é, pois, de surpreender que na atualidade a constatação pública de uma desvirtuação profunda desse modelo de Estado-forte seja precisamente um dos vetores que mais fortemente se apresenta como chocante para a comunidade nacional. Como demonstrarei adiante, tal situação deve-se essencialmente ao facto de essa consciência de perda do poder do Estado só ter começado a desenvolver-se há relativamente pouco tempo, o que, por sua vez, resulta de um processo particular de configuração. Aprisionado que se encontra no modelo inaugural estabelecido pelo discurso do 25 de Abril de 1974, o modelo de Estado-forte é aquele que regula sempre o funcionamento da comunidade. Todavia, com o ingresso em novas etapas do percurso nacional são profundas as transformações que se instauram, arrastando-se, inclusive, aos próprios órgãos de poder, forçando-os a reconfigurarem-se em diversos momentos, e subtraindo-lhes porções consideráveis do que antes era parte integrante do seu poder de regulação comunitária. Consequência fundamental desse processo, e no sentido de evitar um cenário de fragilização da sua imagem aos olhos dos cidadãos, essas reformulações a que se veem obrigados processam-se sempre por detrás da cortina do discurso oficial. Deste modo, muito embora a dada altura sejam já outra coisa completamente distinta, continuam publicamente a assumir a imagem original – a do Estado-forte.

O arraçoado de pendor marxista que assinalava o texto original vê-se, nesta revisão, posto de parte, sendo que, de igual forma, também o peso do contributo do poderio militar na gestão dos destinos do país conhece uma drástica remodelação, agora que, com base no Artigo 2º, o Estado de direito democrático é já uma realidade, assente na “[...] realização da democracia económica, social e cultural e [no] aprofundamento da democracia participativa [...]”³³, ao invés do que, na versão de 1976, se entendia como estando dependente “[do] exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras [...]”.

O Estado continua a revestir-se de um peso idêntico na determinação dos destinos nacionais, mantendo a responsabilidade pela salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais dos membros do espaço comunitário, assim como da vigência do regime democrático. Para além disso, expande o elenco das suas tarefas fundamentais aos restantes domínios que ainda não haviam sido contemplados, nomeadamente, para além da preservação dos recursos naturais, “[...] a proteção e valorização do património cultural do povo português [...]”, claramente reforçando a sua intencionalidade em determinar os moldes, segundo os quais a imagem nacional portuguesa certamente se pretendia configurada.

Mais significativa, no entanto, é a inclusão de um terceiro ponto na listagem referente ao Direito Internacional desta versão revista, em que a voz oficial do poder atesta que “[as] normas emanadas [...] das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram diretamente na ordem interna, desde que tal se encontre expressamente estabelecido nos tratados constitutivos.[...]”.

É já nítida uma alteração no relacionamento português com as demais nações que integram o planeta, aqui expressa na preocupação em determinar a sua conduta, também, pelas normas que a cooperação internacional exige, o que, por outro lado, não deixa de revelar que o estado de isolamento traumático que, à partida, marcara a fase do período imediato à Revolução, se encontrará, porventura, sanado, uma vez que a sua participação no plano da geopolítica como algo determinante para o futuro é já encarada com aparente naturalidade.

Tal facto indica que toda a dimensão traumatizante do passado da ditadura, da desagregação do império colonial, e de problematização da imagem de grandiosidade que detivera, se encontra claramente ultrapassada no domínio oficial do Portugal-evolução, e que, para além da determinação em conquistar nova posição de força no plano mundial, a

³³ http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1982.html.

nação portuguesa encontrou, muito possivelmente, o foco para o qual essa determinação será orientada – o do contexto europeu.

Partindo desta leitura, reforça-se a perspetiva de que a etapa compreendida entre Abril de 1974 e 1982 constitui, assim, um patamar inicial de busca de estratégias, de tentativa de definição de uma nova imagem para Portugal, que, por meio da extrapolação de um sentimento de revolta contra o passado e do silenciamento deste enquanto espécie de raiz de todos os males, encontra o meio ideal para se ver liberto dos traumas que o afligem, o qual, por sua vez, lhe concede a margem de manobra necessária, para que se erga de novo e comece a imaginar outras metas a atingir ou uma nova imagem de si, desta feita, ao nível das demais potências europeias.

Considerando, no entanto, a questão do projeto inicialmente estipulado em 1976, o que aqui se verifica não é efetivamente uma sua continuação, mas antes uma clara mudança de orientação nacional, que, no entanto, se apresenta como prolongamento natural daquilo que a antecederá, resultado, mais uma vez, da exploração dessa metáfora do perpétuo movimento, a que me referi anteriormente.

A transição para este Portugal-evolução, que se inaugura em 1982, não é feita, neste caso, por meio de um abandono categórico de tudo o que estava para trás, mas antes através do que se pode entender como um redirecionar estratégico do movimento nacional para uma meta a atingir, não oposta, mas antes apresentando-se enquanto localizada um pouco mais ao lado da que se buscava inicialmente, ou, melhor ainda, colocada num plano do futuro de natureza um pouco diversa. Deste modo, limpando alguns dos vetores que, à partida, constituiriam obstáculos concretos à sua consecução (nomeadamente, a vertente ideológica de cariz marxista do modelo original), mas mantendo, no entanto, toda uma série de aspetos fundamentais que permitiriam a preservação desse ímpeto inicial, conseguido por meio da força da Revolução – o que se denota, aliás, na versão inalterada do preâmbulo –, assegura-se a continuidade do movimento português em direção a um novo objetivo, sem que, para tal, se tenha de alterar o seu modo de funcionamento básico.³⁴

³⁴ No fundo, nesta segunda etapa, procede-se à remoção de um segundo tipo de atrito que obstará ao sucesso dessa nova imagem a que o país oficialmente aspiraria. A ascensão ao modelo progressista e eminentemente economicista europeu implicaria um abandono explícito do ideal utópico de sociedade expresso na Constituição de 1976. O caminho encontrado pelos órgãos de poder nacional para contornar esta questão passou por apresentar o que constituiria uma mudança significativa de orientação, sob a forma discursiva de uma continuidade, assegurando, assim, a preservação de um discurso de memória e identidade já metamorfoseado, sem terem de abdicar do conjunto de poderes que se lhes viram associar com o advento da Revolução, mantendo, para além disso, o mesmo tipo de mecanismos de recalçamento de um passado traumático como forma de assegurar a capacidade de movimentação nacional.

Esta transição, no entanto, por mais pacífica que se aparente, não deixa de acarretar profundas consequências, porquanto torna Portugal (ou melhor, o macrodiscurso oficial de memória e identidade que nele se desenvolve a partir desse momento) refém de uma determinada estrutura de funcionamento, que determinará a sua capacidade de movimentação posterior. No fundo, esta desenvolver-se-á sempre na estreita dependência da sua capacidade de manutenção dessa mesma estrutura, pelo menos, no que ao plano discursivo oficial dirá respeito.

Consequência última deste facto, ainda que venha a conhecer profundas modificações, derivadas do gradual acesso à concretização da imagem europeísta que apresenta como último destino, o discurso do Portugal-evolução assume-se essencialmente sempre como um mesmo, enquanto estratégia de adiamento da sua eventual problematização, apesar da constante necessidade de reinvenção ou estipulação de novos objetivos a atingir, o mesmo sendo dizer, de expandir o perpétuo movimento nacional em função de sucessivos adiamentos desse futuro a que coletivamente aspirará.

Umbilicalmente ligados, de igual modo, à capacidade de sobrevivência desse mesmo discurso, também os próprios órgãos de poder se veem forçados a idêntico processo de metamorfose na sua configuração, omitindo, no entanto, a assunção pública dessa necessidade de reinvenção, ao manterem viva, no plano discursivo, a ilusão da sua configuração sob a forma original de um modelo de Estado-forte.

A segunda etapa de configuração do macrodiscurso oficial português constitui, assim, a de mais breve duração, porquanto considero culminar, sensivelmente, em 1986, ano em que Portugal embarca numa nova fase de configuração identitária, ao integrar, na qualidade de Estado-membro, o conjunto de países da então Comunidade Económica Europeia, ou, por outras palavras, vendo oficialmente reconhecida a possibilidade de concretização da sua nova imagem, há tanto acalentada.

O processo de edificação do Portugal-europeu é o que compreende a maior dimensão temporal, nesta proposta de periodização que desenvolvo, encontrando-se abalizado, aproximadamente, entre o momento oficial de adesão à União Europeia e o término do século passado, ponto este que, por sua vez, marca o início do desenvolvimento de um novo paradigma discursivo no seio da nação portuguesa.

Se ainda persistissem dúvidas acerca da orientação ideológica por detrás da voz oficial de memória e identidade nacional até este ponto, o tratamento revisionista de que é novamente alvo o texto da Constituição, em 1989, extingue facilmente qualquer margem de manobra para outra possibilidade de interpretação que não a de um claro apagamento de

todo e qualquer resquício passadista e retrógrado da época ditatorial, em prol de um movimento em direção ao progresso económico, político e social, tónicas dominantes de uma perceção da Europa que então vigora em espaço nacional.

No “Artigo 7.º (Relações internacionais)”, é explicitamente assumido o intento português em “[empenhar-se] no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da ação dos Estados europeus a favor da paz, do progresso económico e de justiça nas relações entre os povos. [...]”, sendo que, para além disso, se proclama também como coletiva a determinação em “[manter] laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa [...]”, numa clara sublimação da vertente colonial que outrora enformara a sua imagem.³⁵

Pressente-se, pois, no início desta nova etapa, ainda a omnipresença de uma voz de poder fortemente reguladora, sem dúvida, sob a forma de um Estado-forte que legitima, por meio desta construção discursiva, o processo de abertura gradual das fronteiras (mais do que físicas, identitárias) nacionais à ação irreversivelmente modeladora do macrodiscurso europeu, o qual passará, daí em diante, também a corporizar em território nacional.³⁶

Assinalado ainda por um profundo distanciamento dos demais com quem partilha essa coligação de Estados, o país vê-se mergulhar num vastíssimo programa de reestruturação a todos os níveis, com vista à modernização em passo acelerado das infraestruturas que permitirão o acesso efetivo a essa dimensão (por enquanto, ainda) idealizada da sua imagem. A cada meta cumprida, no entanto, a vertente da sua concretização vê-se reforçada, se bem que exigindo em direta proporção, também, um preço a pagar em termos identitários e de memória.

As vias rodoviárias que passam a unir os quatro cantos do país, a supressão progressiva de modelos contraproducentes nos três sectores da dinâmica económica nacional, a implementação de políticas e mecanismos de acesso à formação e valorização individual permanente favorecem o aprofundar do abismo entre o Portugal-europeu e o seu passado, suplantando esse relacionamento por um outro centrado eminentemente na vivência do momento atual, e na constante ânsia de integração de práticas e valores culturais próprios de outras regiões do planeta.

³⁵ *Constituição da República Portuguesa – redação decorrente da Lei Constitucional 1/89 de 8 de Julho*. Em: (http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1989.html).

³⁶ Julgo ser essa a intenção que se expressa no Artigo 9.º, relativo às tarefas fundamentais do Estado, ao afirmar-se que é também seu papel “[promover] o bem-estar e a qualidade de vida do povo [...], bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; [...]”.

Tal processo, para além de reforçar paulatinamente o grau de permeabilidade e dependência em relação àquilo que a rodeia, por parte da nação portuguesa, dá mostras, de igual modo, de um certo grau de ambiguidade que assinala os seus próprios órgãos de poder, pois, enquanto, “[...] externamente, [se afirmam como] os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional, internamente, [promovem] a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica diversidade cultural local existente no território nacional, através do poder [...] do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos em conjunto. [...]” (Boaventura de Sousa Santos, 2002, 12).

No fundo, esse movimento nacional em direção à edificação do Portugal europeísta vê-se assegurado pelo facto de (pelo menos nos primeiros anos) o modelo de Estado que assiste à promulgação do macrodiscurso que o regula se encontrar ainda na sua capacidade máxima de atuação sobre o coletivo, alastrando os tentáculos da sua ação a todos os vetores que interferem no processo de modelação identitária nacional.

Essa posição de pleno controlo sobre os mecanismos pelos quais se processa a veiculação da sua política de memória e identidade possibilita, de facto, que, à semelhança de um vírus, a imagem europeia seja incorporada de forma sistémica pela vasta maioria dos cidadãos, mesmerizados a cada momento pelo seu carácter de novidade, que remete, a um ritmo avassalador, para o plano do esquecimento, a especificidade do que outrora assinalara o “ser português”.

É fácil, no entanto, constatar que esse voluntarismo inicial de adaptação às forças da modernidade, em território nacional, rapidamente se subverte em espécie de integração forçada, à medida que o aprofundamento da imagem europeia, nele, se vai efetivando, em larga medida, por força do fluxo contínuo de fundos comunitários que, se por um lado, aliam às expectativas nacionais um plano de elevada realização e de confiança no futuro, por outro, nos bastidores, agudizam cada vez mais o seu grau de dependência em relação ao aparelho económico e político que o suporta.

A integração na União Europeia (como forma de acesso à concretização da imagem por que tanto ansiara) revela-se, assim, para Portugal uma concreta ameaça à sua potencial liberdade de movimentação, porquanto elimina de forma implícita toda e qualquer alternativa de atuação que não aquelas que, liminarmente, lhe são apresentadas como contrapartida para a posição privilegiada que agora ocupa em espaço europeu. Abdica-se, neste sentido, para o concretizar do sonho, da própria legitimidade de sonhar.

À custa de uma inebriante atmosfera de fomento económico que abre portas ao traçar de metas sucessivas a atingir, o perpétuo movimento português continua, portanto, a efetivar-se, ainda que com base nas linhas de orientação que, do exterior, lhe chegam, por meio da ação reguladora dos órgãos de poder nacional.

Para além disso, a estrutura que o suportara, desde o 25 de Abril de 1974, permanece, aos olhos do público, aparentemente inalterada, facto este que resulta de um estratégico processo de (con)fusão entre os poderes europeu e nacional, que oficialmente se continuam a veicular sempre pela voz única do aparelho de Estado.

Daqui resulta que, muito embora assinalado por uma imagem de continuidade de tudo aquilo que o antecedeu, o macrodiscurso oficial de memória e identidade que, de forma mais ou menos incontestada, vigora no Portugal-europeu é, por um lado, essencialmente uma espécie de construção simbólica que visa manter afastado do olhar coletivo o grau de irreversível metamorfose a que se viu sujeito o seu projeto de movimentação original. Por outro, e bem mais do que isso, essa sistemática manutenção do tópico da continuidade, que se lhe vê associada, surge como mecanismo de oclusão do efetivo comprometimento a que os próprios órgãos de poder se encontram votados, evidenciando, por isso, uma estratégia deliberada de continuar a explorar a vertente do controlo da comunidade nacional, sem, no entanto, reunir todo o potencial que, à partida, legitimaria esse seu intento.

O período compreendido entre meados da década de 80 e o final do século XX corresponde, portanto, a uma etapa de profundas alterações nas dinâmicas que regulam o funcionamento da comunidade portuguesa, sendo que as mais significativas aparecem associadas à mecânica de desagregação dos seus limites enquanto conceito tipicamente fechado, bem como ao processo de mutação dos seus órgãos de poder, de um modelo de configuração segundo as linhas de um Estado-forte, para o que, em concordância com Boaventura de Sousa Santos (2002), passarei a designar de Estado-enfraquecido.³⁷

O Estado-enfraquecido corresponde, no fundo, a uma etapa de transição entre modelos de Estado, manifestando-se primariamente por um grau variável de permissividade, no que toca à dissipação dos limites fronteiriços de uma comunidade e à

³⁷ É também durante este período de crescimento da imagem progressista portuguesa que mais revisões se processam do texto da Constituição, a saber: em 1989, anunciando, como demonstrei, explicitamente a abertura nacional à Europa; em 1992 e em 1997, a fim de adaptar o texto Constitucional aos tratados da União Europeia, Maastricht e Amesterdão, marcando objetivamente o início “oficial” desse processo de transição entre modelos de Estado, com a restrição progressiva da ação do aparelho governativo, em função dos ditames a que se vê vinculado. Esta frequente revisitação do texto original, no sentido de tornar o modelo de funcionamento nacional e seus órgãos de regulação mais consentâneo com as normas europeias é clara evidência desse vasto processo de mutação a que me venho referindo.

integração em simultâneo da universalização e do particularismo, traduzindo-se também na tessitura social com o alterar das dinâmicas de relacionamento entre classes e modelos culturais.

A sua autonomia política bem como a questão da soberania efetiva diminuem gradualmente face às constantes pressões externas e ao grau de dependência em que o Estado se vê envolvido, com particular ênfase, a partir da década de 90, dadas as necessidades de renovação e adaptação estrutural da comunidade portuguesa às novas exigências do mercado que se impõe.³⁸

Para além desse processo de “internacionalização do Estado”, derivado do impacto estratégico internacional na atuação interna dos órgãos de poder, a mutação em Estado-enfraquecido resulta na inevitável “desnacionalização do aparelho estatal”, isto é, no esvaziamento efetivo da sua capacidade de atuação, consequência da reorganização funcional a que se vê sujeito. Em concomitância, tal modelo converte-se, também, em sinónimo da “de-estatização do próprio regime político”, com a mudança implícita do (outrora vigente) conceito de “governo” para um outro de “governança” (Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, 7-8).

No fundo, estes três vetores fundamentais resultam de um novo consenso que começa a corporizar-se a partir do momento em que Portugal acede aos meandros europeus (conhecendo a sua completa implementação nos finais do século passado), e que se poderá descrever do seguinte modo: “[...] o Estado é *o oposto* da sociedade civil e potencialmente *o seu inimigo*. A economia neoliberal necessita de uma sociedade civil forte e para isso é necessário que o Estado seja fraco. Este é *inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil*, pelo que só reduzindo o seu tamanho é possível reduzir o *seu dano* e fortalecer a sociedade civil [...]” (meu sublinhado) (Boaventura de Sousa Santos, *ibid*).

³⁸ Muito embora o fluxo dos apoios comunitários se processe desde o momento da adesão à UE, intensifica-se particularmente no início da década de 90, fomentando, por isso, de forma muitíssimo mais acentuada o processo de concretização da imagem europeia em território português. É, curiosamente, também no começo desta década que se começam a estabelecer alguns dos mecanismos primordiais que virão posteriormente a ser responsáveis pela reformulação do paradigma identitário nacional. Refiro-me à criação dos primeiros canais televisivos de cariz privado, libertos, portanto, do controlo do vetor de poder estatal, que irão progressivamente desempenhar um papel cada vez mais incontornável no relacionamento do coletivo com o macrodiscurso oficial de memória e identidade vigente, explorando, através da integração de discursos, até aí, silenciados, novas formas de conceber a nação, a sua imagem e o próprio papel dos seus órgãos reguladores em todo o processo. Para além disso, devido à integração constante de novos formatos na sua programação, intensificam a exposição nacional a produtos culturais de diferentes proveniências, o mesmo sendo dizer, aprofundando ainda mais o distanciamento da comunidade em relação aos padrões que regularam o seu funcionamento no passado, sem que isso signifique necessariamente que tal processo se desenvolva de acordo com os designios “oficiais” estabelecidos para esse efeito. Na verdade, o que passa a acontecer é que, dado o afastamento que preferencialmente assumem em relação à voz estatal, esses canais primam pela tentativa de criação de um novo plano de relacionamento com o macrodiscurso oficial português, em que a capacidade de problematização, por parte dos membros do coletivo, seja a nota dominante.

A corrupção, nestes moldes, da centralidade estatal “[...] para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias [...]” (Boaventura de Sousa Santos, *ibid*), aos quais, conseqüentemente, se deve acrescentar também, para promover de forma incontestada a afirmação de um macrodiscurso oficial de memória e identidade nacional, surge, assim, como condição *sine qua non* para a concretização da imagem oficial do Portugal-europeu, o que não vai, naturalmente, sem acarretar profundas conseqüências no seu ideal de perpétuo movimento.

Desenvolve-se, por assim dizer, no período final desta terceira etapa, uma espécie de funcionamento esquizofrénico da macrodiscursividade oficial portuguesa, porquanto, nela, se efetua, para todos os efeitos, um processo de clara dissociação entre, por um lado, a especificidade da imagem que de si idealizara e, por outro, o contraponto que esse mesmo projeto idealizado veio a conhecer no plano da realidade.

Posto de outro modo, uma vez atingido o ponto de evolução que legitimamente assinalaria a consecução do destino por si traçado largos anos antes³⁹, e ainda que tal significasse a alteração irreversível, não só da sua identidade, mas também de todo um aparelho de poder que ditou o seu desenvolvimento, Portugal continua aparentemente a regular-se por um macrodiscurso oficial pautado por sentimentos de incredulidade e de incompletude, quanto ao cumprimento do seu destino europeu, mas, mais do que isso, encarando de modo inalterado toda a estrutura que conduziu a sua movimentação até esse ponto.

Tal cenário deriva essencialmente do facto de, apesar de a sua natureza ser já por completo distinta, o vetor de poder estatal continuar a configurar-se discursivamente sob a capa de um modelo de Estado-forte (enquanto espécie de estratégia de sobrevivência), protelando a sua eventual questionação, ao continuar a reclamar para si a responsabilidade de determinação dos destinos nacionais, ilusão essa que se vê apoiada pela introdução de “novos futuros a atingir”, que visam, acima de tudo, reforçar a ideia de incumprimento do projeto inicial.⁴⁰

³⁹ E que se pode localizar em torno da Exposição Mundial de Lisboa, em 1998. Simbolicamente, a realização deste evento reveste-se de um peso incontornável, em termos de assunção à escala planetária dessa nova imagem portuguesa que se pretendeu edificar, dando claramente a ideia de que, nessa fase, a nação se encara enquanto estando ao nível das demais potências europeias.

⁴⁰ A título de exemplo, aponto dois eventos relevantes que cumprem essa função dilatária: a implementação definitiva da moeda única (entre 1999 e 2002) e a realização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004. Ainda que na sua concretização venham discursivamente a constituir um reforço da imagem de progresso a que o país aspirará, aquando da sua apresentação como próximo passo a seguir, convertem-se claramente em estratégias de adiamento da problematização do modelo que as promove, ao reforçarem a ideia de incompletude e a implícita necessidade da existência deste para a sua consecução.

O aproveitamento ideológico da metáfora do perpétuo movimento português passa, deste modo, a funcionar com base numa espécie de paradoxo, isto é, não fundamentalmente no sentido de assegurar a agremiação de esforços do coletivo em torno do cumprimento de uma causa maior ou objetivo comum, mas, acima de tudo, para garantir a preservação de um modelo de poder, discursivamente radicado no pressuposto da omnipresença e da inexpugnabilidade estatal, que esconde a real debilidade de atuação que efetivamente o assinala.

Por conseguinte, torna-se possível daqui retirar uma espécie de princípio de regulação do que virá a ser o funcionamento da comunidade portuguesa, diante desta etapa em que o Estado usa a prática discursiva como forma de omitir o seu grau de comprometimento: enquanto for capaz de estipular novos adiamentos da concretização última dessa imagem inicial, sem, no entanto, romper o elo de continuidade que sempre lhe associou, continuará a garantir, *a priori*, a sua preservação e legitimidade de existência aos olhos da esfera pública.

Para tal concorrerá, fundamentalmente, a manutenção da sua capacidade de esterilização ou silenciamento das vozes alternativas que poderão dar azo à quebra dessa mesma continuidade, o que, por seu lado, caso se verifique o surgimento progressivo de cenários que concorram para o início da fragmentação do macrodiscurso hegemónico no espaço comunitário, permitirá certamente rastrear novas alterações no seu paradigma de funcionamento e, por consequência, o delinear de uma nova etapa de evolução desse mesmo macrodiscurso.

É possível identificar o início de tal processo no rescaldo do evento que marca, a meu ver, o que pode ser entendido como a celebração apoteótica da concretização da imagem do Portugal moderno, em 1998, com a Exposição Mundial de Lisboa, sob o tema “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”.⁴¹

Símbolo último do espírito de realização coletiva do povo português, e amplamente celebrado pela voz oficial do aparelho de Estado, de modo a proclamar a sua capacidade de movimentar virtualmente toda a comunidade numa declarada vivência do seu carácter europeu, o sucesso da EXPO 98 vê-se, no entanto, face ao escândalo do “Mar da Palha”, temporariamente ensombrado, pela denúncia pública de um grave esquema de corrupção e peculato, levado a cabo durante a sua realização.

⁴¹ No capítulo IV, aquando da análise de *Esplendor de Portugal*, reportar-me-ei de modo mais aprofundado às possíveis leituras, em termos identitários e de memória, que este evento conhecerá no percurso da nação portuguesa.

Muito embora se revista dos contornos típicos de um qualquer crime do género, o facto é que, por aparecer em direta associação com um evento de tal magnitude simbólica, mas, mais do que isso, por se desenvolver sob o controlo (que se esperaria) inflexível de um modelo de Estado-forte, faz com que esse caso adquira novo peso, um volume de expressão mais acentuado aos olhos da comunidade, em grande parte, devido ao contributo dos média, que o empolam a um nível quase ensurdecedor, na sua exploração tendencialmente sensacionalista do furo jornalístico.

Não querendo menosprezar o óbvio interesse episódico de que se reveste, enquanto clara demonstração do tipo de abusos de poder que, à falta de escrúpulos, por vezes, se associa, o facto é que a dimensão que este caso acaba por assumir revela claramente o início do estabelecimento de novas peças no tabuleiro da memória e identidade nacional, ou melhor, o anúncio de uma intenção nítida de reorganização do conjunto de forças que, à partida, contribuem para a sua configuração.

Apesar de temporário, dada a sua eclosão no plano mediático, o escândalo do Mar da Palha evidencia já uma forte capacidade de problematização, por parte dos meios de comunicação social, em relação à típica estrutura que, até aí, suportara o movimento português, bem como a sua intencionalidade de explorar precisamente as falácias discursivas do aparelho governativo, como forma de conquista de um maior poder de atuação junto do coletivo, estratégia essa que se vai adensando com o decurso do tempo.

Consequência natural desse novo consenso que, ainda que elidido da perceção pública, opera continuamente na construção do Portugal europeu, em prejuízo do seu modelo de Estado, os média vêm simbolicamente corporizar esse desígnio de triunfo da sociedade civil no espaço comunitário, minando a cada passo a ideia de homogeneidade coletiva preferencialmente veiculada pela voz do aparelho governativo, criando de forma sistemática atrito em redor dessa metáfora de perpétuo movimento nacional, ao dar cobertura preferencial a todo um conjunto de leituras, não raras vezes, contraditórias em relação àquelas que tipicamente são assumidas pela voz estatal.

Daqui resulta que esse novo vetor de poder mediático reclama progressivamente um papel cada vez mais preponderante na modulação identitária nacional, apostado, por sua vez, no agudizar de um processo de rutura, por parte dos membros do coletivo, em relação aos seus órgãos de poder, e que apresenta como efeito fundamental o desmontar da capa discursiva do modelo de Estado-forte, expondo, assim, inequivocamente, o verdadeiro Estado-enfraquecido que, por debaixo dele, se vinha escondendo.

É o que acontece, por exemplo, com o processo de implementação da moeda única em Portugal, que, em moldes convencionais, facilmente se enquadraria no macrodiscurso oficial de memória e identidade, enquanto cumprimento com sucesso de mais uma etapa no acesso à Europa, e que, no espaço mediático, vê, acima de tudo, salientada a sua vertente de extirpação de um dos últimos símbolos da identidade portuguesa⁴² – o Escudo –, para além das sérias dificuldades que causa no processo de adaptação do universo comunitário a essa nova realidade.

Exemplo próximo é também o caso da organização portuguesa do Campeonato Europeu de Futebol, em 2004, que, se na voz do poder político, é apresentado enquanto espécie de confirmação da capacidade nacional para a organização de eventos de relevo internacional, já demonstrada em 1998, assume, no vetor de poder mediático, uma dimensão adicional (e amplamente debatida), em torno da ameaça do endividamento excessivo e do comprometimento consciente das gerações futuras.

Momento mais grave, no entanto, e que concorre, de facto, para essa dinâmica de reorganização de poderes na modulação discursiva da identidade nacional, é aquele em que se concretiza a demissão de Durão Barroso do cargo de Primeiro-ministro do governo português, a fim de integrar a presidência da Comissão Europeia, em Novembro de 2004.

Episódio inaudito na história democrática nacional, cujos contornos se veem intensificados pela solução governativa que daí deriva, o caso Barroso agudiza um sentimento de declínio que se vinha indiciando lentamente, lançando num plano de desorientação e incredulidade todo o coletivo português, subitamente confrontado com uma condição de órfão do timoneiro que havia elegido para conduzir o seu movimento.

Para além da dura tomada de consciência da sua pequenez diante do carácter sedutor do gigante político europeu, Portugal constata, de forma traumática, a insignificância das suas expectativas oficiais, face a um modelo de Estado que, mais do que conduzi-lo realmente, preservando a sua imagem e catapultando-o para novos horizontes, optara por aproveitar-se dos moldes típicos do seu funcionamento, enquanto estratégia de sobrevivência.⁴³

⁴² Esta espécie de atmosfera de receio da irreversibilidade do processo de integração da imagem europeia, e da sua exigência implícita de extirpação dos particularismos identitários portugueses, está (paradoxalmente) também plasmada na própria voz oficial do poder de Estado. A Revisão Constitucional de 2001 vem acrescentar à listagem de símbolos nacionais, no seu Artigo 11º, a língua portuguesa como língua oficial. Convirá recordar que se discute neste período, em contexto da União, qual a língua oficial a assumir no âmbito da comunicação entre Estados, o que reforça a ideia de preocupação em relação a uma eventual ameaça à legitimidade da própria língua no futuro.

⁴³ Como venho demonstrando, a premissa sobre a qual assenta tipicamente a relação entre a comunidade portuguesa e o aparelho de poder que a regula até este ponto, envolve uma espécie de “contrato” entre partes,

Não é, pois, de surpreender que seja nesse momento de fragilização nacional, mas também de debilidade do seu aparelho governativo, que a típica estrutura que acolheu a movimentação portuguesa se veja reconfigurada, desta feita, com a ascensão, em definitivo, do vetor de poder mediático à esfera da macrodiscursividade coletiva, a custo da avassaladora pressão exercida sobre o vetor do poder político, simbolicamente desagregado, aquando da dissolução do governo de coligação centro-direita.

A hegemonia do macrodiscurso oficial de memória e identidade português vê-se, por conseguinte, irremediavelmente problematizada, dando lugar a um cenário em que, para além de uma cisão no vínculo entre a comunidade e os seus órgãos de regulação política, se instaura, de igual modo, uma espécie de evolução potencialmente aleatória desse mesmo discurso, porquanto sujeita à ação de vetores de poder de natureza e configurações ideológicas distintas, aos quais se vem também adicionar a dimensão incontornável das tecnologias de informação, por esta data, já plenamente disseminadas em território nacional, e que potenciam o acesso infundável e descontrolado dos seus membros a fontes de influência cultural e discursiva das mais variadas proveniências.⁴⁴

À luz desta realidade, considero extremamente sintomático que o *slogan* de campanha que, aquando das eleições legislativas de 2005, é apresentado pela força política de esquerda que irá assumir as funções governativas nos seis anos que se lhe seguirão, seja precisamente “Agora Portugal Vai Ter um Rumo. Voltar a Acreditar.”⁴⁵

Não querendo, obviamente, com isso, minimizar todo um esforço de campanha que se desenvolve no seu seguimento, pretendo, no entanto, restringir o meu enfoque à análise

que pressupõe, para a entidade estatal, a responsabilidade de defesa abnegada dos interesses comunitários e, em contrapartida, a adesão quase incondicional, por parte do coletivo português, às linhas discursivas que esse aparelho de poder veicula oficialmente. A saída de Durão Barroso do governo corresponderá, portanto, em termos simbólicos, a uma espécie de rescisão unilateral desse contrato, expondo, em certa medida, a separação real entre ambos os polos dessa mesma relação, com a agravante, neste caso, de acentuar também a impressão do uso subversivo das regras que a configuram, ao explorá-las com vista à consecução de um objetivo de promoção pessoal, e não realmente de defesa dos interesses nacionais (como, a dada altura, o próprio (ex)Primeiro-ministro tenta convencer a esfera pública). Daqui resulta que, aos olhos da comunidade, se torna notório o irreversível grau de comprometimento da própria estrutura de poder que assiste ao seu funcionamento, mas, mais do que isso, o real desfazamento entre aquilo que oficialmente diz defender no seu quotidiano e o que, no plano dos bastidores, realmente acontece.

⁴⁴ É de notar, neste sentido, aliás, quer nos meios de comunicação social quer nos sítios da Internet, a imensa proliferação de documentários, filmes, artigos e fóruns de discussão, que abrem espaços reservados à apresentação de testemunhos de eventos do passado nacional, nomeadamente, no que diz respeito à guerra nas colónias, à vida no tempo da ditadura, e até do próprio processo de ocorrência da Revolução de Abril, como se tentasse a todo o custo reatar uma qualquer ligação com uma imagem particular de um Portugal que, obviamente, já não existe. Esta tendência “doutrinal” acerca do passado, que ganha incontornável alento, a partir do início deste século, dá, a meu ver, mostras claras de um generalizado plano de problematização identitária nacional, derivado em larga medida do facto de, no mesmo espaço, se digladiarem forças completamente opostas entre si, e com agendas de modulação da memória totalmente diferentes.

⁴⁵ Cf., a este respeito, <http://www.ps.pt/campanhas/legislativas-de-2005>.

deste pequeno enunciado, por considerar que é, de facto, representativo de um conjunto de fatores que configuram a sociedade portuguesa, nesse momento particular da sua evolução, dando mostras, de igual modo, do que entendo como um prenúncio do que a atuação da força política que o engendrou se viria a revestir, uma vez em posição de governo.

Explora-se, em primeiro lugar, o efeito emocional provocado pela memória recente da confusa desagregação do governo anterior que, para além do caos instaurado no domínio político e na sua perceção por parte da esfera pública, deixa aparentemente o país à sua mercê, sem um projeto claro de movimentação futura, nem tampouco uma estrutura de poder que garanta a sua eficaz concretização.

Numa primeira leitura, o “voltar a acreditar” pode, nesse sentido, ser fundamentalmente visto enquanto promessa política de reabilitação desse mesmo “perpétuo” movimento nacional, que se vê reforçada pelo facto de, na figura daquele que o liderará, se encontrar já traçado, não só o rumo que conduz o país ao cumprimento do seu destino, mas também a determinação em levá-lo a bom porto, contando para o efeito, mais uma vez, com a capacidade de agremiação de toda a comunidade em torno da suprema causa nacional. Reitera-se, desta forma, a tendência para a homogeneização tipicamente dominante no macrodiscurso oficial português, reforçando-se, para além disso, o carácter quase messiânico de que o seu mais alto representante pretende assumir, em conjunto com o vetor de poder que corporizará, matizados, todavia, pela nota positiva da esperança no futuro.

O reconhecimento, no entanto, de uma situação em que o país se acha sem qualquer rumo acarreta, implicitamente, também o reconhecer consciente das causas que concorrem para essa situação problemática, nomeadamente, e muito para além da queda do aparelho político anterior, a gravosa dimensão da denúncia pública da sua irreversível configuração enquanto modelo de Estado-enfraquecido, e, com ela, a da efetiva perda do seu poder de atuação para o plano mediático, que controla uma parte significativa das dinâmicas de funcionamento da comunidade portuguesa.

Essa promessa de reedificar a estrutura de movimentação nacional que, aparentemente, se perdeu exige, assim, como contrapartida, um “voltar a acreditar” de natureza bem diferente. Pressupõe em relação à nação que esta volte a fechar os olhos às dimensões recentemente descobertas acerca da sua imagem oficial e tudo o que se lhe associa, a fim de voltar a recuperar a tão ansiada ilusão de continuidade progressista, de definição perpétua de novos futuros a atingir, e (implicitamente) devolvendo ao Estado a capacidade de se constituir no plano discursivo, mais uma vez, enquanto Estado-forte.

Isto significa que, apesar de conscientes de que nada realmente se alterará quanto à sua natureza, pois constituirão inevitavelmente um vetor de poder enfraquecido, com a agravante de essa debilidade ser agora explícita no domínio público, os órgãos de poder estatal pretendem edificar um mesmo tipo de vínculo com a comunidade, assim como um conjunto idêntico de dinâmicas de movimentação e funcionamento, àqueles que marcaram as etapas que antecederam esse momento.

Tal intencionalidade vê-se, para além disso, agravada, pois, muito embora possa vir a concretizar-se, sê-lo-á, à partida, tendo sempre como base uma negociação permanente e desequilibrada com um outro vetor de poder, de igual modo, determinante, que a forçará a um constante esforço de atuação, a fim de contornar ou tentar evitar os seus efeitos subversivos. Por outras palavras, testando até ao limite a sua capacidade de imposição de silêncio no plano da memória e identidade, como forma de preservação do seu caráter de influência comunitária, que se vê sistematicamente desconstruído, até ao ponto de uma quase total erradicação.⁴⁶

Muito embora parte integrante de um processo de declínio do macrodiscurso oficial de memória e identidade português, ou, se se preferir, de abrandamento progressivo do seu perpétuo movimento europeísta, o período que se inicia em 2005 reveste-se de profundo interesse, na medida em que vê surgir, e ainda que aspirando à realidade discursiva e simbólica típica de um Estado-forte, uma nova tentativa de reconfiguração, por parte dos órgãos de poder nacional, que origina o que entendo como um modelo de Estado-simulacro.

O caráter distintivo que efetivamente assinala a sua distância de um modelo puro de Estado-enfraquecido fica a dever-se, em primeiro lugar, ao facto de a vertente de “governança” (Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, 7-8) que lhe aparece associada, isto é, a da representação e dependência incontornáveis de um aparelho político maior que o domina e condiciona objetivamente a sua atuação, ser já um dado adquirido pelo universo comunitário, mas que, no entanto, se vê tendencialmente negado no plano do discurso oficial.

⁴⁶ Refiro-me, claro está, ao vetor de poder mediático, neste período, claramente assumindo um papel preponderante na modulação identitária e de memória nacional portuguesa, o qual, como demonstrarei adiante, assenta o reforço da sua capacidade de atuação sobre a esfera pública na estratégia de desconstrução sistemática das representações veiculadas pelo aparelho de Estado, por meio da apresentação de versões alternativas (e, não raras vezes, totalmente contraditórias), que revelam toda uma versão de bastidores inerente aos discursos estatais. Daqui resulta um, cada vez mais, acentuado desfasamento entre a comunidade e as linhas centrais do seu macrodiscurso oficial de memória, derivado da progressiva tomada de consciência do seu caráter de “mise-en-scène”, cujo protagonista é o Estado, nos seus esforços de sobrevivência.

O que aqui ressalta é essencialmente uma forma de atuar que, por meio da exploração seletiva e ideologicamente determinada dos mecanismos públicos de divulgação de informação, demonstra claramente tentativas várias de omitir, mais uma vez, o comprometimento do aparelho estatal, no sentido de reedificar uma imagem de força, autonomia e de corporização de um conceito de “governo” (Boaventura de Sousa Santos, *ibid.*), que permita a criação de uma nova ilusão de movimento nacional.

São inúmeras as ocasiões em que o vetor de poder do Estado assume, nesse sentido, um posicionamento de *blackout* comunicativo, negando de forma oficial o acesso do público à informação privilegiada, por exemplo, acerca da real situação económica do país, e, assim, demarcando uma clara intenção de distanciamento do que certamente verá como uma potencial ação subversiva em termos de regulação do coletivo, para, pouco tempo depois, assumir um comportamento totalmente inverso, ao divulgar momentos de inauguração ou outras ações de campanha que, de algum modo, entende como favoráveis à consolidação da imagem discursiva que tem em mente.

É o que se verifica, por exemplo, com a ampla cobertura mediática das ações de distribuição dos computadores “Magalhães” pelas escolas nacionais, encabeçadas pelos seus altos representantes governamentais, que surgem precisamente quando o ruído de fundo acerca das longas demoras nos prazos da sua entrega se torna demasiado intenso. Curiosamente, no entanto, este clima de aparente bonomia entre os vetores de poder mediático e estatal vê-se de imediato desmontado, quando, logo no dia seguinte, vários jornais denunciam a solícita recolha dos computadores distribuídos pelos agentes do Governo, uma vez terminada a cobertura mediática do evento, a fim de serem utilizados noutras iniciativas semelhantes.

É, portanto, com base em episódios do género que essa perceção pública de uma estratégia de montagem de cenários que visam deliberadamente veicular uma imagem do Estado distinta da realidade, se vem a desenvolver, reforçando, por um lado, o agravamento da consciência do carácter de imobilização a que a imagem do país se vê sujeita, e, por outro, o do seu efetivo distanciamento de um modelo de poder, que se revela incapaz de a moldar e preservar, em função de novas metas ou projetos de futuro a atingir, ou de se constituir realmente enquanto modelo eficaz de Estado.

O plano comunitário português da atualidade vê-se, nesse sentido, diante de uma situação de convivência extrema entre dois macrodiscursos de memória e identidade, em que o primeiro, de cariz civil e mediático, de acordo com uma perspetiva internacional, acede a uma imagem despudorada de clara problematização do que tipicamente marcara o

ideário nacional, disseminando os seus efeitos pela vasta comunidade de membros que o compõe. O segundo, assente na especificidade governamental, desenvolve, na praça pública, sucessivos esforços de encenação simbólica, de modo a tentar subverter os efeitos negativos do seu oponente, arquitetando uma construção de cariz exclusivamente discursivo, que permita o simular de uma dinâmica de positividade e coesão nacional, apesar de conhecedor do seu carácter irremediavelmente agónico.

Não é, pois, de surpreender que, apesar de se ver imerso numa efetiva situação de crise, cuja responsabilidade é claramente imputável à forma como viu conduzida a sua movimentação ao longo das últimas três décadas e meia, Portugal continue ainda a revelar dificuldades em integrar a especificidade do seu estado atual, porquanto este constitui uma situação de natureza anómala em relação aos moldes típicos em que o seu funcionamento se processou.

Estagnado diante do atrito económico e político que o condiciona, confrontado por uma completa ausência de perspetivas de movimentação, derivadas de um alterar complexo nos vetores de poder que o regularam até à data, traumatizado por uma situação em que vê aparentemente goradas as expectativas que o conduziram de forma quase eufórica em direção à sua imagem europeísta, o país divide-se entre duas perspetivações distintas de si. Uma aprisiona-o tendencialmente numa dolorosa tessitura traumatizante, bombardeando-o com inúmeras representações alternativas que concorrem para a sua problematização, ao passo que a outra, ainda que mais apetecível, por lhe proporcionar de forma momentânea a possibilidade de alívio dessa atmosfera de negatividade, se apresenta como essencialmente estéril e enquanto prolongamento artificial e desesperado do tipo de práticas simbólicas que o trouxeram até ao ponto em que se encontra.

Que caminho seguirá a nação portuguesa daqui em diante?

Julgo que as respostas a tal questão serão mais facilmente identificáveis, contrariamente ao que seria de esperar, não no plano dos macrodiscursos que se digladiam pelo controlo supremo do universo comunitário, mas antes naquele que diz respeito à dimensão única das práticas discursivas dos membros que o compõem, onde, para além da possibilidade de rastreio dos efeitos que três décadas e meia deste tipo de dinâmica vieram necessariamente acarretar, se encontrarão, também, propostas de orientação diferente, que permitam, se não um sair imediato da “crise” identitária atual, pelo menos, o delinear de outros modos para a sua abordagem e, quiçá, uma eventual estratégia mais equilibrada para a sua integração.

É esse o esforço de rastreio que desenvolverei na secção que se segue, onde, com base na perspectiva única da produção romanesca de António Lobo Antunes, irei proceder à apresentação de uma proposta de poética de memória, que, julgo, pode ser entendida enquanto respondendo a tais quesitos.

1.3 António Lobo Antunes e a poética de um retorno

Perspetivar a evolução da imagem do Portugal das últimas três décadas e meia, exclusivamente com base na versão promulgada pelos seus órgãos de poder e seu macrodiscurso oficial, conduz (à imagem do que vim demonstrando) a uma percepção falaciosa do universo comunitário nacional, porquanto toma como pressuposto implícito um vetor de homogeneidade que só conhece realmente a sua existência no plano de afirmação da linguagem oficial.

Muito embora exerça os seus efeitos sobre a plenitude do coletivo e se assuma enquanto, nele, conhecendo um grau de correspondência plena, o facto é que essa imagem oficial constitui uma espécie de invólucro discursivo que visa relativizar ou, até mesmo, elidir do plano da consciência nacional toda uma dimensão dinâmica, conflituosa e necessariamente multifacetada, que, à partida, atentaria contra o seu potencial de vigência incontestada nesse mesmo plano. Com base no constante reforço dessa voz única de memória e identidade, promove-se deliberadamente, no plano oficial, a extinção de eventuais formas alternativas de conceber a nação e a sua memória, para que uma ilusão do seu carácter estável, coeso, representativo e permanente se possa manter em todas as circunstâncias.

É, aparentemente, este o preço que, de forma reiterada, se impõe sobre o aglomerado de membros e grupos que enformam a comunidade portuguesa, para que o tão familiar sentimento de continuidade discursiva, originário do modelo estabelecido no 25 de Abril de 1974, se veja, de algum modo, assegurado, garantindo idealmente a preservação de toda a estrutura que assiste à sua configuração e à corporização dessa verdadeira força motriz nacional, que designei de metáfora do perpétuo movimento.

Que efeitos, no entanto, acarreta essa aparente propensão para o apagamento oficial de todas as fontes de atrito que se pressentem como obstáculos à movimentação nacional? Qual a imagem da nação que poderá resultar de uma tendencial fuga às situações em que se vê confrontada com uma dimensão potencialmente traumática de si mesma? Que tipo de dinâmicas, em torno da questão da memória, se instauram no seio do universo comunitário, delimitando, dessa forma, o horizonte possível para o relacionamento entre os membros que o constituem?

A resposta a tais questões reside, necessariamente, na massa humana que se movimenta sob a égide desse mesmo macrodiscurso oficial, pois, só aí, este se vê legitimado e diante dos mecanismos que assistem à sua eventual perpetuação, sendo que, por outro lado, também aí, se torna possível o rastreio efetivo das suas repercussões na existência quotidiana dos indivíduos que se encontram vinculados à obrigação de o reatualizar.

A obra literária de António Lobo Antunes conhece lugar de merecido destaque neste plano, porquanto se oferece enquanto meio privilegiado de acesso ao conhecimento dessas dimensões, ao apresentar toda uma série de vetores que, para além de permitirem uma compreensão mais aprofundada da real evolução da imagem nacional portuguesa, acarretam a possibilidade de identificação das estratégias que para esta concorrem, assim como das consequências que essa opção evolutiva oficial acaba por provocar, derivando na perceção última de uma imagem do país, que, desde o início, se adivinha inevitavelmente condenada à problematização.

Essa posição de destaque vê-se, em primeiro lugar, desde logo, reforçada pela própria longevidade que assinala a produção romanesca do autor, que se estende até à atualidade, vendo o seu início enquadrado, sensivelmente, no começo do período a que me venho reportando, e com o qual se demonstra em íntima ligação, quanto mais não seja, pela profunda acuidade com que o retrata nas páginas de cada romance.

Daqui deriva um segundo aspeto fundamental, que diz respeito ao permanente diálogo que a sua obra vai estabelecendo com a própria realidade nacional que a vê desenvolver-se, plasmando em inúmeras circunstâncias as matrizes essenciais do seu funcionamento, denunciando os excessos em que incorre na sua persecução de uma determinada imagem, antecipando, inclusive, momentos em que se anunciam mudanças nos seus paradigmas de memória e identidade, derivados, ou de uma nova etapa de movimentação ou de uma atmosfera em que a sua questionação se virá a processar.

O projeto literário de António Lobo Antunes, muito embora sem nunca abandonar as linhas que se indiciam já aquando da publicação do seu título inicial, *Memória de Elefante* (1979),⁴⁷ conhece, no entanto, diferentes metamorfoses. Partindo do que, nos seus três romances iniciais, se poderá entender como um ensaio pós-moderno de desconstrução do macrodiscurso oficial, por meio de uma perspetiva dominada pelos efeitos avassaladores do trauma da guerra colonial, e promovendo, em simultâneo, um exercício de trabalho de luto que se estende até à esfera pública⁴⁸, a ficção do autor complexifica-se gradualmente, evoluindo para um mais elaborado e profundo grau de consciência dos mecanismos inerentes ao funcionamento do universo comunitário português.

Fado Alexandrino (1983), o primeiro romance de grande estofa do autor (Maria Alzira Seixo, *ibid.*), surge, nesse sentido, como marco de viragem no conjunto da sua produção literária, porquanto, nele, a exploração preferencial da voz que narra (confundida muitas das vezes com a de quem escreve), assim como a da tessitura romanesca desenvolvida em redor de uma só personagem central, se esbatem irredutivelmente, diante do imperioso alargamento a uma cada vez maior diversidade de vozes de memória que vão dominando o espaço textual, no sentido de amplificar a capacidade de problematização da imagem nacional portuguesa.

Ainda que, à partida, tal alteração de procedimentos possa induzir no leitor uma perceção de abandono autoral dos moldes segundo os quais o processo de criação literária se desenvolvera até esse ponto⁴⁹, a verdade é que, no fundo, tal não se verifica realmente, pois as estratégias que se utilizam para o tratamento do macrodiscurso oficial de memória e identidade português continuam a ser as da autoridade da voz fundada na vertente da

⁴⁷ Cf. a este respeito, Maria Alzira Seixo (2003, 16).

⁴⁸ Para uma perspetivação do conjunto das três obras iniciais de Lobo Antunes, enquanto proposta de um trabalho de luto nacional português, cf. Jorge Gomes da Costa (2011).

⁴⁹ Refiro-me, mais precisamente, ao tom eminentemente confessional de que se revestem os primeiros romances do autor, onde, muito embora se desenvolva o tratamento da memória traumática da guerra colonial e a revisitação de um passado alternativo aos discursos oficiais, de acordo com uma acentuada capacidade de problematização, não deixa, no entanto, esse mesmo tom de se sentir como uma espécie de perspetiva tendencialmente individual e autobiográfica. Muito provavelmente pelo facto de a voz de quem narra se confundir em diversas situações com a da própria personagem que comanda o percurso diegético, a perceção que se instaura aos olhos do leitor é que se encontra diante de um hipotético cenário de desajustamento social por parte de um determinado indivíduo, que busca a todo o custo a sua reintegração no plano comunitário original, ainda que não o consiga fazer por um conjunto alargado de motivos. Para além disso, é também notória, nos romances, a tendência para o isolamento, para o fechamento em si mesmo, por parte da personagem central, o que indicia uma ausência (ou, pelo menos, um desconhecimento) de outros indivíduos que partilhem de vivências em moldes aproximados. Como demonstrarei adiante, o processo de “amplificação” de vozes de memória, que se opera a partir de *Fado Alexandrino*, marca uma diferença qualitativa na tomada de consciência dessa estratégia do testemunho individual, enquanto forma privilegiada de tratamento de tais problemáticas. As vozes que se unem em função de um mesmo esforço de memória abrem, pois, portas à tal dimensão de partilha alargada que falta no primeiro ciclo da produção literária do autor, robustecendo, dessa forma, o poder de problematização de que se revestirá, daí em diante.

experiência pessoal e a do poder único do testemunho individual, como formas de acesso privilegiado aos domínios mais recônditos da memória.

O que se verifica é, isso sim, a partir desse ponto, o concretizar de um processo de multiplicação dessas mesmas estratégias, no espaço de cada romance, como forma, por um lado, de agudizar um sentimento de abismo entre a vertente da imagem oficial e aquela que, no plano da comunidade, efetivamente se vive. Por outro, esse acréscimo de volume de uma forma alternativa de memória – que, elidida do domínio da celebração oficial, vê, no entanto, reforçado o seu poder de resistência, por meio dos inúmeros microdiscursos ficcionais que a enformam – contribui para a denúncia do caráter falacioso do macrodiscurso que regula a comunidade lusa, forçando-a, também, à revisitação de um passado distinto, problemático e mais amplo, para além de necessariamente variável em termos de representação.

Resulta daqui o que considero um projeto literário que visa, no seu conjunto, não só contribuir para o reforço de uma perceção da imagem oficial do país enquanto construção simbólica eminentemente politizada, que encontra no vedar do acesso ao passado a estratégia preferencial para a sua consolidação, mas também, e acima de tudo, instilar nos membros do universo coletivo um espírito tendencialmente crítico e distanciado o suficiente, que permita, de facto, um relacionamento de tipo distinto face à sua memória e identidade, tornado possível pela constante capacidade de recuperação, no plano romanesco, de um passado deliberadamente esquecido.

Para além disso, é também no sentido, se não de uma total inversão, pelo menos de uma séria fragilização das dinâmicas típicas de funcionamento comunitário, nomeadamente, no que toca à supostamente inabalável autoridade do discurso de um determinado grupo sobre os membros que o compõem, que a obra de António Lobo Antunes acaba por atuar, porquanto incita a uma maior responsabilização e contributo, por parte do indivíduo, na edificação do seu próprio modelo de identidade, que se pretende fruto de um contínuo processo de recolha de representações, filtradas, no entanto, pelo aval de um posicionamento irónico.

Relativiza-se, neste sentido, por meio da palavra do romance, o próprio papel do coletivo (independentemente da dimensão que possa conhecer) enquanto elemento determinante no processo de configuração identitária de um qualquer sujeito, porquanto dependente de, e exercendo sempre uma qualquer forma de poder, logo, veiculando um qualquer discurso de memória ou identidade comprometido com um intento de extirpação de eventuais variações que o possam colocar em causa.

Posto de outro modo, e atendendo à questão da bidirecionalidade comunicativa que simbolicamente se celebra enquanto vetor central do macrodiscurso oficial português, aquilo a que, em última análise, se aspira é a predominância de um eixo comunicacional que se desenvolva de baixo para cima, isto é, permitindo o efetivo acesso dos inúmeros microdiscursos alternativos de memória que povoam o universo comunitário ao plano da macrodiscursividade, em desfavor da típica dinâmica “de cima para baixo”, necessariamente redutora e imposta por um qualquer órgão de poder.

É a própria noção de “coletivo” que se pretende, em última análise, à luz da obra do autor em questão, fundamentalmente problematizada, uma vez que, nesta, se revestirá, não de uma correspondência exata com um qualquer aglomerado de indivíduos, agregados entre si por um discurso único, autoritário e incontestável, que lhes confere um estatuto de núcleo fechado, mas antes sob a forma de um conjunto que, muito embora partilhando, por exemplo, uma dada vivência, dela integrará várias formas de representação, resultantes, naturalmente, da própria diversidade de sujeitos, que assistiu ao seu desenlace.⁵⁰

Por outras palavras, ao invés de um coletivo de sujeitos que reproduz um mesmo discurso, visa-se um discurso coletivo que possa reproduzir a especificidade da voz de cada um dos seus sujeitos ou, pelo menos, integrar efetivamente essa possibilidade.

À luz de tais considerações, a opção autoral pela integração da estratégia da multivocalidade, a partir de *Fado Alexandrino*, no espaço romanesco, dá mostras de uma intencionalidade clara de reforçar o impacto dessa proposta de um novo discurso de memória e identidade nacional, assentando a nota dominante da sua especificidade, por um lado, na exposição despudorada do atrito há muito elidido do imaginário nacional, e, por outro, num constante confronto entre esse processo de elisão oficial e os efeitos que acarretou no plano do coletivo.⁵¹

⁵⁰ Para todos os efeitos, diante de um qualquer situação traumática que se alastre sobre um conjunto de indivíduos, ou, no mesmo sentido, um qualquer evento, aquilo que mudará realmente será a forma como, à partida, a sua rememoração ou representação se processará posteriormente. A capacidade de perceção individual determinará qual a faceta desse evento que virá a merecer maior destaque no domínio da memória. Consequência fundamental deste cenário será o surgimento hipotético de tantas representações de memória distintas, quanto o número de sujeitos que constitui esse mesmo conjunto. Para a concretização do discurso de memória “supremo” que, baseado nesse mesmo evento, passará a dominar a plenitude do conjunto, será necessária a intervenção de um qualquer vetor do poder que, para além da sua definição, assegurará também a sua preservação no espaço coletivo. Para uma mais alargada compreensão acerca dos limites da representação individual e do seu efetivo contributo na formulação de um macrodiscurso de memória, cf. os já citados estudos de LaCapra (2001), Judith Butler (2004) e Claudio Fogu & Wulf Kansteiner (2006).

⁵¹ No fundo, o recurso à multivocalidade como forma de tratar a problemática da memória do passado nacional acaba por funcionar como uma espécie de simulação literária de um qualquer coletivo, se bem que com uma intencionalidade diferente. Ainda que apresentando variações relativas na sua forma de recordar um dado evento, o facto é que essas vozes não anulam em qualquer altura a veracidade da sua ocorrência.

Esta primeira grande metamorfose na obra de António Lobo Antunes abre, no entanto, portas para um mais alargado processo de reinvenção literária, quer por meio da exploração de diferentes estratégias, nos vários romances que se lhe seguem, quer por meio do aprofundar do conhecimento da especificidade nacional que neles se efetiva.

Nesse sentido, à imagem do exercício que desenvolvi em relação à nação portuguesa, na secção anterior, considero ser possível também, no que toca à sua produção romanesca, identificar momentos distintos de tratamento da problemática a que me venho reportando, sendo que, para além de uma proposta de conceção alternativa da imagem de Portugal, constituem, no seu conjunto, o que entendo como uma verdadeira poética da memória, porquanto revelam uma intencionalidade declarada de problematização desse carácter imutável que tipicamente se lhe associa no plano macrodiscursivo oficial, e desenvolvendo-se, para esse efeito, com base num conjunto de estratégias claramente estipuladas pelo autor.

Apoiada, em certa medida, na proposta que avancei para a análise da evolução do macrodiscurso oficial de memória e identidade português, e tentando respeitar ao máximo também um critério de proximidade temporal, a divisão que apresento para a produção romanesca de António Lobo Antunes visa potenciar um cruzamento de leituras que, para além de uma perceção necessariamente mais holística da realidade nacional, possibilite esse perspetivar crítico da evolução da sua imagem, de acordo com aquilo que considero ser a intenção primacial, por detrás de tal projeto literário.

São, por isso, quatro as etapas que defino para uma possível divisão da sua obra, corporizando, no seu inter-relacionamento constante, diferentes vetores de um modelo de tratamento da memória e identidade nacional, por sua vez, fortemente direcionado para a inclusão de um maior grau de abertura à vertente alternativa dos microdiscursos que, nela, lutam por afirmar-se.⁵²

Pelo contrário, reforçam, dado o seu número, a possibilidade de ter efetivamente acontecido, incorporando, nesse sentido, uma intencionalidade de regulação que se poderia julgar próxima do que se verifica no plano dos macrodiscursos oficiais. Apresentam, no entanto, uma profunda diferença: a recusa permanente em assumir o estatuto de voz única de memória, corporizada, regra geral, sob a forma de um discurso histórico oficial, coeso e indisputado.

⁵² Essa poética de um retorno ao passado, desenvolvida por António Lobo Antunes, poderá ser segmentada de acordo com a publicação de quatro romances fundamentais na sua produção, os quais assinalam (à imagem do que se vai passando no plano da configuração oficial da imagem do país) também momentos de viragem significativos, no que toca, não só à revisitação das memórias alternativas do passado nacional, mas também no que diz respeito às próprias estratégias que são postas em prática no plano romanesco para esse efeito. Assim sendo, a problematização do macrodiscurso oficial de memória e identidade do período do Portugal-revolução, ainda que ensaiada em romances anteriores, levar-se-á a cabo, particularmente, com a publicação de *Fado Alexandrino*, obra que assinala esse primeiro vetor da poética de um retorno de António Lobo Antunes. Segue-se-lhe *As Naus*, na apreciação do Portugal-evolução, ao passo que *O Esplendor de*

É por meio desses vetores que ganha corpo a proposta de uma poética de memória que, por antítese à prática do sistemático apagamento que integra a vertente macrodiscursiva oficial portuguesa, se caracteriza por uma tentativa de o evitar e de expandir sistematicamente a capacidade de recuperação do passado, não como forma obstinada de regulação da existência coletiva, mas antes, partindo da noção de que tal processo de recuperação é sempre de natureza contenciosa, no intuito de conseguir uma evolução sustentada, de algum modo, apaziguadora ou em equilíbrio, que não derive a cada momento num eventual cenário de estagnação traumatizante.

Na obra de António Lobo Antunes, essa poética de um retorno possível, mas não oficial (porquanto necessariamente centrado na perspectiva única e relativa da representação individual), conhecerá, então, no seu início, de facto, o corporizar de um esforço de recuperação do passado (ou “passados”) como forma de lidar com os traumas nacionais, problematizando, em simultâneo, a voz única, incontestada, de continuidade do aparelho de poder. Daí em diante, marcará presença em todos os momentos-chave da evolução da imagem de Portugal, apresentando-se enquanto espécie de reverso da medalha, ao ilustrar os efeitos que essa tendência nacional de fuga à dor do trabalho de luto irreversivelmente trouxe consigo até aos dias de hoje.

O primeiro vetor da poética de memória de António Lobo Antunes conhece a sua conclusão, aliás, no seguimento do que referi anteriormente, com a publicação de *Fado Alexandrino*, em 1983.

A opção por este título como representativo dessa etapa inicial prende-se fundamentalmente com a questão incontornável do diálogo que estabelece com a tríade romanesca que assinala a incursão do autor no mundo literário, a saber, *Memória de Elefante* (2008), *Os Cus de Judas* (2009) e *Conhecimento do Inferno* (2004), evidenciando, no entanto, já um posicionamento marcadamente distinto.

Apesar de, ao longo das suas 715 páginas, ser possível identificar ecos ou recorrências de temáticas e estratégias literárias postas em prática nas obras anteriores, *Fado Alexandrino* apresenta-se já tendencialmente purgado dessa voz narradora de cunho autobiográfico, que marcara esse primeiro ciclo (Maria Alzira Seixo, 2002) de tentativa de superação de um conjunto de experiências traumáticas, por parte do médico, figura central nos três romances.

Portugal marca a entrada num terceiro vetor, com a ilustração alternativa do país que se movimenta sob a ação dos discursos oficiais do Portugal-europeu. A última etapa deste longo e apurado percurso de desconstrução literária ganha corpo, por sua vez, com a publicação da obra *O meu Nome É Legião*.

Configurada em termos identitários e de memória, segundo os moldes de um macrodiscurso de cariz ditatorial, vê-se esta personagem obrigada a partir para África, (corporizando, assim, também uma espécie de extensão do próprio aparelho de poder vigente), no sentido de manter viva a todo custo uma imagem já em decadência da nação, por meio do absurdo da guerra colonial.

Para além do incessante confronto com a crueza do homicídio em massa e desprovido de razão, e, naturalmente, diante da inevitável perceção da sua própria mortalidade, o médico, então, oficial, descobre gradualmente um outro território, em que o macrodiscurso que o formatara não é efetivamente aplicável, onde os seus vetores fundamentais se subvertem em favor de uma lógica oportunista, prepotente e xenófoba, e a descoberta da dimensão abissal inerente a esse mesmo macrodiscurso se desvela pela primeira vez.

Memória de Elefante, *Os Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno* constituem, desse modo, essencialmente, três tentativas distintas de comportar o processo de retorno problemático dessa figura central ao espaço de que era originário, na posse, todavia, de um conhecimento de natureza distinta acerca de si mesma e da própria comunidade nacional, que adensa as repercussões dessas vivências e descobertas traumáticas.⁵³

A intensificação desse processo fica, para além disso, a dever-se ao facto de, uma vez em território metropolitano, o médico se encontrar numa espécie de plano límbico identitário, porquanto o seu novo conhecimento (ou, de uma outra forma, o microdiscurso de memória que daí resultará), não pode de modo algum ser integrado de forma pública nos grupos comunitários em que se movimenta. O Portugal com que se depara, no seu regresso de África, encontra-se em plena etapa de problematização, dividido entre os resquícios de um regime político moribundo, no qual a perda da faceta ultramarina é incomportável, e os primeiros passos de um macrodiscurso de cariz revolucionário, para quem os crimes da exploração colonial constituem já algo relativo a um passado retrógrado que importa ultrapassar.

Não é, pois, de surpreender que as primeiras tentativas de exteriorização dessa voz problemática de memória do médico se processem de forma sublevada e tumultuosa, certamente velejando um pouco ao sabor dessa atmosfera de revolução que encontra, fundamentalmente com o intuito de dar a conhecer os silêncios por detrás do discurso ditatorial que o traiu, contribuindo, desse modo, para a reposição de uma mais completa

⁵³ Sobre esta questão, cf. Jorge Gomes da Costa (2011).

ordem natural das coisas nacionais, e recuperando, por conseguinte, o seu sentimento de pertença nesse plano.

No entanto, cedo tais esforços se reduzem a um tom eminentemente confessional, de secretismo receoso na partilha das suas agruras existenciais, tendo quase exclusivamente como destino último a figura do leitor que o escutará, evidenciando, de facto, a cruel constatação da impotência da sua voz individual para resistir às pressões de um coletivo, que, em nada, se mostra recetivo à integração desse seu discurso de memória. Não é à toa que, para além do sentimento de absurdo existencial, uma vez em território lusitano, seja a prostração a nota constante que domina a condição do médico em todos os três romances.

É este o posicionamento que se retoma, até certo ponto, em *Fado Alexandrino*.

O reencontro dos antigos militares que serve de pano de fundo para a construção do romance, muito mais do que um reavivar de velhas amizades, evoca inevitavelmente a história trágica do desfecho do passado colonial, a miríade horrenda das experiências de guerra e a dimensão proibida do cenário traumático em que o país se viu envolvido.

No entanto, e ainda que o conhecimento prévio das restantes obras que o antecedem, bem como o próprio perfil das personagens o possam subtilmente indiciar, esse movimento de retorno ao passado recente nacional só começa a ganhar corpo no desenrolar do romance, a partir do momento em que a marca indelével da alteridade se lhe vem associar.

Os espaços socialmente marginalizados ou de natureza recôndita e proscrita são aqueles que acolhem, desde o início, a movimentação diegética dos militares, sendo que a noite, com todo o seu simbólico encobrimento, é quem predominantemente assiste ao desenrolar dos seus esforços de rememoração de um passado traumático.

Estes só começam a despoletar-se, para além disso, à medida que o elemento do álcool passa a dominar as dinâmicas do seu reencontro, dando azo à progressiva intoxicação e, com ela, à libertação dessa *outra* faceta escondida da sua identidade, reprimida, até esse ponto, pelo seu *Eu* racional.

O acesso a esse plano do passado opera-se, pois, de um modo que se presente igualmente receoso, confessional, consciente do seu caráter banido das dinâmicas da esfera coletiva portuguesa, que, desta feita, se identifica claramente no seu processo de transição entre macrodiscursos oficiais de memória e identidade ou, de acordo com a estrutura do romance, “Antes da Revolução”; “[n]A Revolução” e “Depois da Revolução”.

A estratégia de multiplicação do poder do testemunho individual, com a reunião das vozes dos militares, em *Fado Alexandrino*, para além de uma tentativa de corporização de um coletivo nos moldes do que apontei anteriormente, dá, assim, mostras também dessa capacidade de resistência da memória, uma vez que ainda que elidida do plano dos discursos oficiais, explora outros modos de perduração, sob a forma de microdiscursos vários que, apesar da sua especificidade individual, se agregam, dada a sua proximidade, reforçando, em último caso, se não a total veracidade das situações a que se reportam, pelo menos o seu carácter verosímil.

Para além disso, evidenciam de modo incontornável a distinção a que me referi, aquando do tratamento do conceito de memória, na secção 1.1, em relação aos graus de identificação a que um dado macrodiscurso oficial poderá dar azo, desconstruindo implicitamente o teor de homogeneidade que, à partida, reclama como próprio. Ainda que, em certa medida, se entendam enquanto membros do universo comunitário português, todos os militares possuem, de facto, uma perceção bastante clara do seu carácter eminentemente politizado e falacioso, dadas as suas vivências do conflito colonial.

É, nesse sentido, também consciente e deliberado o ato de transgressão que se concretiza no plano ficcional, ao recuperar-se a memória do Portugal das colónias, pois, como, sem margem para dúvidas, se constata nas palavras do soldado “[...] Não houve revolução nenhuma, [...] convença-se disso, [...] à parte menos dinheiro e mais desordem que diferença se nota de 74 para cá? [...]” (*Fado Alexandrino*, 497).

Por meio do que, no romance, se entende enquanto espécie de prática aleatória de saneamento político, administrativo e ideológico, promove-se, assim, a substituição de um sistema por um *mesmo* sistema, se bem que com agentes distintos. O mesmo será dizer que, em *Fado Alexandrino*, a ideia fundamental que sobressai é que o Portugal de “Antes da Revolução”, apesar de discursiva e simbolicamente reconfigurado, se prolonga, na verdade, no país que se lhe segue.

Não houve, portanto, mudança real, mas antes uma perpetuação do mesmo tipo de dinâmicas, metáforas e vetores de poder, para que esse novo macrodiscurso revolucionário pudesse vir a implementar-se.

De novo, a estratégia do silenciamento de tudo o que é incómodo, doloroso ou impeditivo dessa ilusão de perpétuo movimento se delibera como a apropriada para o universo comunitário português.

A publicação do romance *As Naus*, em 1988, dá-se em período de recém-ingresso do país na, então, Comunidade Económica Europeia, marcando novo momento de viragem

na produção literária de António Lobo Antunes, e abrindo, simultaneamente, portas à apresentação da segunda etapa dessa sua poética de um retorno à memória do passado, configurada sob a forma de um aprofundamento da discussão em torno do processo de integração portuguesa do trauma da desagregação colonial. No entanto, tal discussão desenvolve-se, neste ponto, cunhada por um vantajoso distanciamento temporal, oferecendo-se, por sua vez, como contraponto problematizante da imagem oficial que, nessa época, obstinadamente impera em território português – apresentando-se, pois, como espécie de elo de ligação que preenche o período decorrido entre a atualidade identitária e o ponto inicial do passado recente, do qual deriva.

O processo de tratamento da questão da memória e identidade nacional conhece aqui um dos pontos mais brilhantes em toda a obra do autor, dado o interessantíssimo jogo de estratégias que ensaia para esse efeito, num iniludível exercício de estética pós-moderna e pós-colonial.

Desde a atmosfera de ludíbrio que o título do romance encerra, ao uso da paródia enquanto motor primordial para o desenvolvimento da narrativa, é clara a intencionalidade de criação de um domínio ficcional, onde, muito mais do que um simples exercício de rememoração do passado, se aspira ao estabelecimento de um plano que opere em prol da criação de uma capacidade de distanciamento crítico, fundamental, em última análise, para a apreciação do macrodiscurso oficial que, então, vigora em território português.

Estabelece-se, *ab initio*, no espaço da intriga, pelo recurso à inclusão de figuras que povoam o ideário mítico nacional, num universo que se identifica próximo do momento presente, uma dinâmica de confluência temporal onde se fundem os passados da grandiosa expansão ultramarina e o que se pressente como seu contraponto, aquando da desagregação do império colonial.

Daqui resulta, em primeiro lugar, um mecanismo de desconstrução intencional da própria aura mitificada dessas mesmas figuras e, por arrastamento, do próprio discurso de memória que as promoveu a tal estatuto. Ao revestirem-se de uma profunda fragilidade humana, no seu movimento de retorno ao “cais de chegada” português, bem como de efetiva impotência diante das vicissitudes que lhes são impostas nas suas tentativas de reintegração no tecido comunitário, reforçam a percepção do seu eminente teor ilusório e, claro está, falacioso, porquanto resultante de uma política de memória incapaz de continuar a promover-se na esfera macrodiscursiva oficial, agora que se vê amputada da possibilidade de acesso a um qualquer aparelho de poder.

Tal não significa, no entanto, que essa imagem grandiosa de um Portugal expansionista se vê, à data de publicação do romance, por completo obliterada das dinâmicas nacionais. Pelo contrário, é a sua aparente persistência no íntimo de alguns dos membros que nela se reviram durante tanto tempo, e que asseguram a sua capacidade de resistência, ao reatualizá-la em universos comunitários de dimensão mais reduzida, que vem justificar a proposta autoral desse exercício de duro confronto entre um ideal passadista da nação e o seu trágico desmoronar, decorridos cinco séculos, como forma de acesso a uma imagem nacional mais próxima da realidade.

Para a consecução deste tão ambicioso objetivo impõe-se, mais uma vez, também o reconhecimento dos meandros que concorrem para a estabilização do macrodiscurso de cariz revolucionário que se vem implementar no seu seguimento, e que, no corpo do romance, se desenvolve por meio da exposição irónica de todo um conjunto de situações ficcionais, que se prendem com o processo de acolhimento daqueles que, das colónias, veem forçado o seu retorno a Portugal.

Para além de um desfasamento identitário em território nacional, que é também marca inerente à sua permanência nas próprias colónias, estes cidadãos que chegam de África são preferencialmente encaminhados para partes do país que se apresentam ostracizadas, e aí enclausurados em edifícios devolutos, que, para além de acentuarem a sua condição enquanto míseros representantes de um discurso de memória decadente, constituem também uma espécie de reprodução metafórica do que tendencialmente assinala o macrodiscurso de Abril, e que, aliás, já se havia constatado, embora segundo outros meios, em romances anteriores.

Os guetos para onde se enviam de forma atabalhoada todos aqueles que regressam, no romance, para além de espaços de reclusão ou marginalização social, exercem idêntica função enquanto estratégia para lidar com essa vertente incómoda do passado recente português, como se de um campo de concentração de memória se tratasse.⁵⁴

⁵⁴ Não é à toa que o processo de depauperamento existencial que, continuamente, se vai colando às personagens, no decurso do romance, conhece idêntico processo no próprio decaimento dos espaços que os acolhem. Como se, na sua progressiva ruína, constituíssem o corporizar de uma expectativa nacional de se ver liberta em definitivo dos escombros de um passado traumático. Julgo, aliás, reforçar esta hipótese interpretativa, também, o próprio episódio macabro em que a família que acolhe, a dada altura, o homem de nome Luís, se vê devorada pelas plantas que possui e que acabam, para além disso, por “devorar” a própria casa em que habitam, numa clara alegoria do processo de apagamento compulsivo nacional de tudo o que possa evocar a memória do passado, do qual, (felizmente, e ainda que a custo) Luís consegue, no entanto, escapar. É curioso, ainda em relação ao mesmo episódio, os elementos mais novos da família serem também condenados à prática do “extermínio sob a forma botânica”, como se, de facto, se pretendesse o erradicar completo de qualquer possibilidade de sobrevivência posterior de tudo o que estivesse em contato com a memória desse plano passadista que Luís (obviamente) simboliza, ou, posto de outro modo, como se o

O macrodiscurso de cariz ditatorial, cujas práticas e caráter falacioso se desmontam em *As Naus*, vê, assim, em certa medida, prolongar-se o seu modelo típico de atuação novamente no discurso revolucionário que o suplanta, dando azo, desta feita, à constatação paradoxal de um novo patamar de funcionamento no universo comunitário português.

À luz das propostas que ressaltam do romance, o Portugal da década de 80 do século passado, surge, assim, como que estigmatizado por uma condição de esquizofrenia em termos de memória e identidade, uma vez que nele operam (pelo menos) dois discursos de memória distintos, opostos e que se excluem mutuamente na sua prática de afirmação pública.

Regulando officiosamente partes da comunidade nacional, pulsa ainda, por um lado, a imagem grandiosa da expansão ultramarina, que, assistida pela tendência generalizada de recusa do confronto com a dimensão traumática da sua desagregação, e apesar do seu afastamento da linguagem do poder vigente, vê continuamente reforçado o seu potencial de perpetuação, reconfigurando-se de forma sub-reptícia, mas despontando esporadicamente na esfera pública, sempre que novas fases de problematização eclodem.⁵⁵

Por outro, o avassalador macrodiscurso do Portugal democrático que, resoluto no seu intento de aspiração progressista, assume deliberadamente as armas do apagamento sistemático e da clausura de memória, enquanto estratégias primordiais para assegurar a concretização da sua nova imagem, erradicando em definitivo, do plano da celebração pública, qualquer possibilidade de retorno a esse domínio traumático que paralisara temporariamente a capacidade de movimentação nacional.

Não é à toa, pois, que o encerramento de *As Naus* fica entregue ao “homem de nome Luís” e aos poucos retornados que, do hospital de tuberculosos, o acompanham até à Ericeira, na expectativa de um D. Sebastião *ex machina*, que os liberte das suas provações e eleve o país à sua grandeza de outrora. Estes continuam ainda ligados à dor da perda e, aparentemente, buscando formas de a superar, de costas voltadas à terra que os acolhe e olhando esperançosamente o mar.

Para o resto do coletivo, que, claro está, os contempla sem entender, a dor da perda, porquanto oficialmente negada, já não constitui um problema. Não há, de igual modo, nele,

objetivo primordial fosse cortar, em definitivo, qualquer possibilidade de ligação das gerações futuras com esse mesmo passado. Como demonstrarei posteriormente, em particular, com a análise de *O Esplendor de Portugal* e *O meu Nome É Legião*, este indício virá reforçar-se em fases posteriores desta poética de um retorno ao passado antuniana.

⁵⁵ Por exemplo, sob a forma de novos racismos que se evidenciam em território português, aquando do fenómeno de imigração dos países de Leste, derivados do aprofundamento da sua imagem europeísta, e a que me referirei aquando da análise de *O meu Nome é Legião*.

espaço para o mar, agora que as portas para o cumprimento do seu novo destino grandioso se abriram, permitindo-lhe o acesso à terra prometida europeia, plano em que deposita, desta feita, o seu olhar.

Quanto a D. Sebastião, aliás, como os restantes símbolos de um Portugal (agora) supostamente retrógrado, que se veem, no plano romanesco, devotados ao progressivo depauperamento do seu carácter regulador, o esquecimento constitui o melhor método para se atalhar caminho para a nova identidade do país, face ao infindável horizonte de possibilidades que diante de si se desvela.⁵⁶

Os efeitos desta tendencial opção pela prática da extirpação do passado, em função da integração gradual da imagem europeia, por parte do universo comunitário português, constituem um elemento fundamental da discussão em torno da problemática da memória e identidade nacional, que se desenvolve em *O Esplendor de Portugal* (2007), obra que assinala a terceira etapa da poética de memória de António Lobo Antunes, porquanto expande o âmbito da discussão para a problemática da memória geracional e para o (que se pressente) um hipotético sucesso da “política de corte sistemático com o passado nacional”. Este é, portanto, mais do que nunca, o momento em que urge atuar contra os efeitos subversivos derivados da política de memória que se desenvolve a partir do 25 de Abril de 1974, esforço esse que tal obra corporiza de forma pungente.

Dada a época da sua publicação e o conhecimento do conjunto de práticas levado a cabo pelo autor na sua restante produção literária, desde logo, essa dimensão esplendorosa da imagem nacional, que marca a entrada na narrativa, remete para leituras diversas, aliás, como se de uma espécie de prolongamento da orientação, a que se havia assistido em *As Naus*, se tratasse.

A questão que, de imediato, se coloca é se é, efetivamente, o esplendor do país ou, pelo contrário, a sua inexistência, o elemento que estipula o percurso diegético, sendo que, decorridas poucas páginas iniciais, as dúvidas que possam ainda persistir rapidamente se esvanecem.

De novo, a abordagem da problemática da memória e identidade nacional se processa, aqui, num primeiro momento, por meio de um acesso ao passado, repartido entre os testemunhos individuais dos membros de uma família fragmentada pelo desaire colonial, acesso esse que, apesar de já algo sublimado pelo carácter extremamente remoto

⁵⁶ O modo como o tratamento da problemática da memória se desenvolve neste romance estabelece, portanto, uma forte ligação com o que é posto em prática na etapa anterior, reforçando, desse modo, a ideia que se está, de facto, diante de uma proposta de poética de memória que, no entanto, se reformula, amplia e reinventa a cada momento.

do plano a que se reporta, e do próprio saudosismo que se imprime nas vozes que o vão recreando em território português, não deixa de proporcionar uma despudorada revisitação de toda a negatividade que se lhe associou em tempos.

No entanto, muito embora tal estratégia possa induzir o leitor numa espécie de atmosfera *déjà vue*, dada a aparente reiteração de um procedimento já conhecido no autor, o facto é que tal procedimento se subverte no espaço romanescos, abrindo-se a novas linhas de funcionamento, aquando da sua sobreposição ou equiparação a outros dois planos temporais inequivocamente identificados. Um localizável em inícios da década de oitenta, portanto, um passado mais próximo e estrategicamente retratado quer no domínio português quer no domínio angolano, que, por sua vez, se apresentam enquanto efetivamente separados, e onde qualquer forma de intercomunicação se encontra virtualmente elidida. Outro, sensivelmente dez anos depois, marcando a realidade do presente, a partir do qual todo esse exercício de rememoração se desenvolve, e que reforça o sentimento de um vasto abismo que o separa de tudo o que o antecedeu.

Em função deste amalgamar dialogante entre dimensões temporais, no plano romanescos, aprofunda-se, mais uma vez, o conhecimento dos mecanismos que, por detrás da cortina do discurso oficial, operaram no sentido do concretizar da nova imagem portuguesa, adicionando-se-lhe, no entanto, desta feita, um elemento distinto que concorre para essa capacidade de juízo crítico, que o projeto literário de António Lobo Antunes visa edificar e que se prende com o que considero já uma clara apreciação do estado de memória e identidade do Portugal europeísta, em fase de pleno apogeu.

O recuperar do passado relativamente harmonioso do coletivo familiar, em território angolano, funciona, claro está, numa primeira linha de interpretação, enquanto metáfora exemplificativa do tipo de dinâmicas, a que todos aqueles que se deslocaram para território colonial, eventualmente, aí vieram a conhecer, na sua adaptação a uma nova vida, e, posteriormente, no seu total desmoronar, em função do processo de independência. Reforça-se, pois, neste sentido, o conhecimento de mais uma faceta inerente à questão colonial e aos profundos efeitos traumáticos que dela adviriam.

Já no que diz respeito ao passado recente da década de 1980, é digno de nota o enfoque que merece o processo de desagregação familiar, com a partida dos filhos de tenra idade para Lisboa (como estratégia de sobrevivência), onde se submetem de formas distintas ao inevitável processo de aculturação português, enquanto a sua progenitora permanece em Angola, numa tentativa desesperada de preservar tudo aquilo em que se reviam, e que no decurso do tempo sucumbe inevitavelmente ao poder da elisão.

Este desenlace familiar traumático que impulsiona, no fundo, toda a narrativa, é, considerando bem, o mais lógico que, de qualquer forma, poderia ter lugar, atendendo à especificidade do Portugal que intenta o seu acesso à imagem europeia. Nele já não há lugar para a preservação de qualquer resquício identitário próprio do modelo que o antecedeu, tanto mais, que a dimensão territorial que o assistira durante séculos é já externa ao país, e conhece agora um processo de evolução autónomo e convenientemente distanciado, eximindo-o, portanto, de qualquer responsabilidade.

Assim, sendo, entre a total impossibilidade de integração no universo comunitário lusitano, que, para além disso, representaria o abdicar compulsivo da única identidade que conhecera, e a oportunidade de preservar essa mesma imagem, ainda que em território já não sob domínio português, por um período de tempo forçosamente indeterminado e que, de dia para dia, aponta na direção do inexorável extermínio, a escolha da mãe só poderia ser uma.

Quanto aos pequenos, porquanto, aparentemente ainda alheios a estas questões e dotados, portanto, de uma superior capacidade de adaptação a novos cenários, (desconsiderando um ou outro possível episódio de discriminação) o processo de integração no admirável mundo novo português será certamente muito mais facilitado, tanto mais que os silêncios que, pela mão oficial, lhe estão subjacentes, não conhecem qualquer forma pública de exteriorização, nem aos seus olhos se revestiriam aparentemente de qualquer sentido.

Opera-se, deste modo, em função da poética de um retorno de António Lobo Antunes, também a denúncia da prática insidiosa da transmissão do silenciamento de memória às gerações mais novas, como forma de consolidação de uma determinada política discursiva, que visa concretizar, assim, em definitivo, o seu intento de excisão da embaraçosa imagem contra a qual se veio a insurgir.

Daqui resultará idealmente um amadurecimento desse projeto oficial do Portugal-europeu, progressivamente distanciado da necessidade de recurso às suas memórias pretéritas, e, assim, liberto de todo o atrito, para que se possa deleitar com o seu nível de realização triunfal e contínuo movimento... não fosse o facto de, em *O Esplendor de Portugal*, todo este trabalho de reabilitação de memória se efetuar nos últimos anos do século passado, altura em que essa imagem conhece o auge da sua celebração na esfera pública.

Contrariamente ao que seria expectável, é, precisamente, o intento de reatar ligações com o passado aquele que domina a atmosfera do presente diegético, onde, se por

um lado, numa perspetiva mais imediata, se poderá entender enquanto associado à premente vontade da reunificação familiar, por outro, não deixa de evidenciar várias questões de maior premência que apontam num sentido bem diferente.

Em primeiro lugar, vê-se confirmada a impossibilidade de reatar ligações com esse passado longínquo nacional, não só pela metáfora da incomunicabilidade que desmonta toda e qualquer tentativa de contato por parte dos diversos membros da família, mas, acima de tudo, pela morte da figura de Isilda, que (também metaforicamente) assinala o corte em definitivo de Portugal com a sua memória colonial, característica essa própria, como referi, do macrodiscurso que o regula.

Assinala-se, em segundo lugar, e também por esse desígnio de retorno ao passado, a própria incompletude inerente ao tão propalado sentimento de realização nacional do seu macrodiscurso oficial de cariz europeísta, pois se a propensão para a busca de um efetivo sentido de identidade e unidade individual se direciona para algo, ao qual se sabe já não ser possível aceder, tal significa que o plano em que o indivíduo se encontra não é capaz de colmatar essas mesmas necessidades básicas do funcionamento comunitário.

Para além do teor falacioso e eminentemente discursivo que, deste modo, se denuncia, também a própria capacidade de regulação efetiva desse mesmo macrodiscurso é posta em causa, na medida em que, apesar dos vetores de poder que, certamente, o assistirão, e que concorreram ao longo de anos para a reiterada prática do silenciamento forçado das suas memórias traumáticas, a rememoração dessa dimensão proibida continua ainda a concretizar-se, a resistir teimosamente no espaço comunitário, ainda que em grupos cada vez menores. Ou então, como em *O Esplendor de Portugal*, na figura de três ou quatro personagens ficcionais que, apesar de impedidas de comunicar entre si, não deixam de o fazer com o leitor que as ouve.

Se é possível entender *Fado Alexandrino* e *As Naus* enquanto espécie de alegoria do processo de transição entre um modelo identitário de cariz ditatorial e um outro de teor revolucionário que cedo se reconfigura em imagem europeísta, competindo a *O Esplendor de Portugal* o trabalho sobre a etapa da sua plena concretização, embora indiciando já o início da sua falência, em *O meu Nome É Legião* (2007), a abordagem desloca-se para o Portugal da atualidade, encerrando, dessa forma, um longo e apurado processo de problematização da memória e identidade nacional portuguesa.

Nesta última fase da sua poética de memória, António Lobo Antunes retrata um país radicalmente metamorfoseado, não só pela abertura a novas influências na sua senda de modernização, mas, acima de tudo, pelas sucessivas práticas de apagamento impostas

pelos seus órgãos de poder, que resultam agora numa total e irreversível impossibilidade de diálogo entre o presente que vive e o passado longínquo da era colonial, ou até o do próprio 25 de Abril de 1974, que se vê reduzido, quando muito, à prática da celebração pública, muito embora, em completo desenquadramento da realidade atual.

O recurso à estratégia da incomunicabilidade, no espaço do romance, é, aliás, disso prova efetiva, evidenciando uma alteração profunda nos modos típicos de funcionamento da memória e identidade, cujas dinâmicas de relacionamento entre membros e respetivos mecanismos de perpetuação se veem desmoronar.

Para além disso, essa atmosfera ficcional de falta de comunicação denuncia também a existência de um universo comunitário que se movimenta, não sob uma, mas sob várias imagens distintas, e com capacidades diversas de exercício de poder sobre a massa humana que o constitui. O Portugal do século XXI, em *O meu Nome É Legião*, encontra-se, desse modo, vinculado a um plano em que coexistem vários discursos que ascendem a esferas de influência coletiva de escalas variadas, moldando, por conseguinte, o conjunto de interações possíveis entre os membros do espaço comunitário, e determinando o tipo de relacionamento que estabelecem com a imagem do país que oficialmente se veicula.

Daqui deriva, em primeira instância, a constatação de um posicionamento artificial e ineficaz em direta associação com os vetores de poder estatal (a quem incumbiria idealmente a regulação da comunidade portuguesa), assim como da sua arreigada intencionalidade em assumir ainda como coletivamente homogénea a sua política de memória, numa clara corporização daquilo que designei de modelo de Estado-simulacro.

Para além disso, esse plano fragmentado de discursos de memória e identidade atual reforça também o sentimento de uma nação verdadeiramente à deriva, porquanto desprovida de uma plataforma maior de regulação identitária, com a qual todos se possam relacionar (ainda que não se identificando totalmente), e que entendam como incontestavelmente sobreposta às dinâmicas próprias dos diferentes universos comunitários a que possam pertencer.

Por outras palavras, é da cessação do caráter vigente de um macrodiscurso oficial de memória (ou do seu “estilhaçar”) que se trata, em favor de um processo de ampliação da capacidade de ação de diversos microdiscursos, que até esse ponto se encontravam forçosamente silenciados.

Através do modo como a exploração das personagens do romance se processa, dando azo à criação de uma espécie de movimentação-tipo que se enquadra, por sua vez, nas linhas de ação do que se pressente serem diferentes modelos identitários, reforça-se a

ideia da possibilidade da sua agregação em grupos bem definidos, que representam claramente as várias etapas cumpridas pela nação, no seu esforço de estabelecimento de uma imagem europeia.

Em *O meu Nome é Legião* distinguem-se, o que considero, três discursos efetivos de memória e identidade que, apesar de contracenarem num mesmo espaço narrativo (e, metaforicamente, nacional) não obedecem, de facto, à habitual dinâmica de funcionamento que seria de esperar, uma vez que se desenvolvem e manifestam num plano, aparentemente, desprovido de qualquer filtro regulador do que seria a sua capacidade de afirmação na esfera pública. Como se, nesse mesmo espaço, se estivesse diante de uma confluência (ainda que assinalada pela questão da incomunicabilidade) de macrodiscursos oriundos de tempos e modelos distintos, que, por assentarem em premissas que se excluem mutuamente, e por entenderem o coletivo nacional de modo diferente, não podem, de facto, interrelacionar-se, dado o seu profundo desfasamento.

Não é, pois, de surpreender que a atuação das personagens seja sempre marcada por infrutíferas tentativas de comunicar com as restantes com que contracenam, na medida em que, enquanto mecanismos de veiculação metafórica de uma ideia de Portugal que não é partilhada pelo restante universo que as rodeia, não dispõem da capacidade de acesso ao conjunto de práticas e símbolos que, à partida, serão reconhecidos pelas outras como válidos para a prática das relações comunitárias.

Surge, desse modo, no romance, a ideia de um país atual, em que volta a manifestar-se, ainda que algo amordaçado, em primeiro lugar, o macrodiscurso do Portugal das colónias, por meio de um coletivo evocado pela figura do velho inspetor de polícia e dos negros anciãos do bairro de lata, e as memórias dos seus dolorosos processos de tentativa de adaptação frustrada à comunidade do pós-25 de Abril de 1974. Para todos os efeitos, apesar de oficialmente banidos, há muito, da esfera de afirmação pública, quer um quer outros, diante da constatação de uma impossibilidade de enquadramento pleno no universo comunitário, refugiam-se numa vivência do país presente, de acordo com os moldes em que se viram enquadrados muitíssimos anos antes.

A par deste, surge também, em segundo lugar, um outro coletivo (e um outro macrodiscurso), assinalado pelos efeitos daquele processo de formatação identitária, a que me referi, aquando da análise de *O Esplendor de Portugal*, em que as gerações, então, mais novas, néscias para todos os efeitos, face à problemática da desagregação colonial, muito embora sofram alguns dos seus efeitos, veem esse desconhecimento aprofundado, pela

própria prática do apagamento oficial de memória, ainda que, no fundo, tal prática não consiga extirpar por completo a sua capacidade de reabilitação de um passado distante.

Daqui resulta um modelo identitário tendencialmente híbrido, em que se funde a obrigatoriedade de adesão a um macrodiscurso de cariz revolucionário e a preservação subreptícia de um conjunto variável de coleções, assistidas em muitos casos, não pela efetiva participação nos eventos originais, mas frequentemente pelos vislumbres parciais da sua memória, a que têm acesso, muitas das vezes, através da mediação das gerações mais velhas. De igual modo, em relação aos mais jovens que, em território metropolitano, apesar de não envolvidos na questão colonial, se enquadram sob os auspícios de uma imagem de Portugal retrógrado, porquanto associada aos vetores de influência do regime ditatorial, verifica-se semelhante processo de hibridização, com a integração forçada do novo macrodiscurso.

Nas figuras do branco de meia-idade e da mulata que, sensivelmente coetânea, partilha da sua vivência ostracizada, no gueto de memória do bairro de lata, manifesta-se, pois, um outro macrodiscurso banido do plano atual, que ilustra esse processo de transição entre modelos identitários e que, de novo, desmonta pela negativa o caráter daquele que acaba por triunfar, ao ilustrar constantemente os esforços de reabilitação do passado original de ambas as figuras romanescas, como forma de recentramento identitário.

A imagem do Portugal castiço e ultrapassado, que sucumbe aos efeitos do projeto de edificação da imagem europeísta, conserva-se, assim, metaforicamente, neste casal que, nascido antes do 25 de Abril de 1974 e sobrevivente do período inicial de reconfiguração revolucionária que se processa no seu seguimento, fica, no entanto, aprisionado nesse momento de transição, incapaz, pelo ostracismo a que se vê votado, de acompanhar a evolução para a imagem de progresso europeu que rapidamente suplanta esse projeto inicial.

No Portugal-legião de António Lobo Antunes, surge como vértice final para essa atmosfera da sua desagregação coletiva, através da incomunicabilidade, o último e mais recente macrodiscurso de memória e identidade que nele se movimenta, corporizado nas figuras dos jovens polícias que acompanham, a dada altura, o inspetor, e do miúdo negro do avião e seus comparsas no crime.

Subproduto das alterações implementadas pela ação dos vetores de poder, ao longo de três décadas e meia, estas personagens surgem como ambas as faces de uma mesma moeda, denunciando, para além da concretização irreversível dessa imagem de um Portugal europeizado (ou até globalizado), incapaz de reatar as ligações com o seu passado

histórico, o relativo fracasso das sucessivas práticas de silenciamento que para ela concorreram, ou, numa outra perspetiva, mais uma forma surpreendente de resistência da memória face à ação opressiva dos vetores de poder oficial, que acaba por reforçar esse sentimento de (con)fusão discursiva em território português.

Por um lado, os jovens polícias que, nascidos e formatados em período de plena expansão do macrodiscurso progressista nacional, se revelam (obviamente) incapazes de compreender os esforços comunicativos do inspetor “colonial”, surgem como manifestação corpórea do triunfo na esfera coletiva, e ainda que não verdadeiramente homogêneo, do discurso oficial de memória e identidade português, fundado sobre a prática do apagamento.

Por outro, o miúdo negro do avião, herdeiro (sem o saber) de todo um historial de estigmatização traumática, apresenta-se, neste caso, como o reverso da medalha, espécie de efeito secundário de tal triunfo, recebendo, à imagem dos seus antepassados, a marca da marginalização social e identitária, sem, no entanto, desta feita, dispor de qualquer forma de acesso às representações do passado que poderiam, de algum modo, justificar a sua condição.

Verdadeira metáfora transtemporal de um processo de persistência da memória do Portugal das colónias e sua desagregação, o miúdo surge, assim, dando corpo a um passado que, como ele, já não se vê calado, mas efetivamente mudo, agora que todas as formas possíveis para a sua exteriorização se encontram erradicadas em definitivo do plano da macrodiscursividade, mas também dos microdiscursos que certamente regularão os coletivos em que se movimenta.

Estas são claramente as gerações herdeiras de um produto de memória desenvolvido por aquelas que as antecederam, mas que já não concebem a sua existência como parte integrante de um contínuo num plano histórico nacional bastante mais alargado e complexo, dada a quebra efetiva da comunicação nesse espaço, e para quem, além do mais, o Portugal de outrora se relativiza perigosamente em termos de importância, pois o que herdamos dos mais velhos é precisamente um modelo que reforça a todo o instante o embaraço do apego a esse ideal de país, para o qual concorre também a própria ação das diversas esferas comunitárias que as rodeiam.

A poética de memória de António Lobo Antunes vem, assim, desconstruir toda uma ideia de continuidade discursiva, de homogeneidade nacional, ao apresentar-se enquanto veículo de expressão para uma miríade de versões de um mesmo passado, através do recurso privilegiado ao testemunho individual e ao seu caráter necessariamente variável,

invertendo estrategicamente, na sua obra, as dinâmicas típicas de acesso aos domínios recônditos da memória.

Daí deriva uma ênfase do vasto abismo entre o discurso oficial que regula, a dada altura, o coletivo nacional e a realidade microdiscursiva que se movimenta por debaixo daquele, através da ilustração ficcional dos ostracizados de memória em território português, por meio de um trabalho exaustivo de configuração romanesca dos espaços, dos tempos, das personagens e suas formas de relacionamento com tudo aquilo que as rodeia.

A própria noção de coletivo nacional, tradicionalmente concebida enquanto grupo unificado sob a ação de um discurso coeso e incontestado vê-se, desta forma, também problematizada, em função da proposta ficcional de um ideal de coletivo necessariamente fragmentado, onde o elo favorecido de ligação entre membros é, acima de tudo, a capacidade de relacionamento com uma dada situação traumática do passado, bem como a partilha de uma condição de ostracismo comunitário que, regra geral, daí advém.

O coletivo em Lobo Antunes transfigura-se, desse modo, em verdadeiro aglomerado multiforme de sujeitos, que se constitui fundamentalmente, não por uma adesão a uma perspectiva única do seu percurso transato, mas devido à pressão do apagamento forçado de memória imposta por um qualquer vetor de poder, o que, em última análise, configura também uma tendência para a edificação de um plano de relativa anarquia de memória, como única estratégia possível para a exposição desenfreada de todos os recalamentos a que se vê sujeita.

Nesse sentido, e, aliás, reiterando uma das vertentes pós-modernas que assinala o conjunto da sua obra literária, problematiza-se também, em última análise, a própria noção de validade do discurso histórico, enquanto assumindo o estatuto de reprodução holística de uma realidade e verdade absolutas, ao demonstrar que a sua representação resulta sempre em produto metonímico, parcial e politizado. O processo de busca da verdade ou do real, conceitos fluidos e permanentemente incompletos por natureza, deve pautar-se por um constante esforço de busca de novos detalhes, de integração de outras vozes, que expandam progressivamente o conhecimento original de que se parte.

Não é, pois, de surpreender que, da obra literária do autor, possa sobressair também a impressão de que se está diante de um único e infindável livro, tal é o movimento constante de revisitação de temas ou eventos que já se julgavam esgotados, mas que se reelaboram em cada circunstância, em prol da ilustração de mais uma faceta desconhecida dessa mesma grande verdade inicial, ou em função do aprofundar de uma capacidade de apreciação irónica individual, que, desde *Memória de Elefante*, se veio edificando.

Capítulo II

Fado Alexandrino - Fados de um Portugal-revolução

“[...] From family to nation, every human group is a society of island universes. Most [of these] are sufficiently like one another to permit of inferential understanding or even mutual empathy or ‘feeling into’. [...] But in certain cases communication between universes is incomplete or even non-existent. The mind is its own place, and the places inhabited by the insane and the exceptionally gifted are so different from the places where ordinary men and women live, that there is little or no common ground of memory to serve as a basis for understanding or fellow feeling. [...]”
(Aldous Huxley, 2004)

Se, em *Memória de Elefante*, *Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno*, um dos vetores fundamentais que se vai revelando gradualmente no processo de modulação dos universos romanescos é, precisamente, o da natureza eminentemente fragmentária de todo e qualquer núcleo de seres humanos ou, de outro modo, o carácter “insular” de que se revestem os elementos que, à partida, o integrarão, com *Fado Alexandrino*, tal vetor, que antes poderia facilmente ser visto sob a forma de um indício ou leve suspeita, é agora assumido como pressuposto fundamental para a criação do próprio artefacto narrativo, mas, mais do que isso, revestindo-se de dimensão primacial no que virá a ser a restante produção literária a surgir no seu seguimento.

Atendendo à especificidade da nação portuguesa (à qual se reporta numa primeira linha de ação), a questão da incomunicabilidade na prosa de António Lobo Antunes, muito para além da mera ausência de comunicação num determinado momento, é, em muitas circunstâncias, a manifestação da sua completa impossibilidade, dada a problemática natureza, por um lado, do muito que há para ser comunicado e, por outro, do próprio espaço ou público, para o qual esse esforço de comunicação se orienta. Revela-se, por

debaixo da mancha textual, uma dimensão mais profunda que encerra, precisamente, o complexo jogo de forças entre discursos de memória e identidade que se digladiam em território nacional, e do qual deriva essa atmosfera de silenciamento forçado português, esse erigir deliberado de barreiras comunicativas, a criação oficial de espaços vazios de memória, que se pressentem em todo o plano romanesco, e sobre os quais a obra do autor em questão visa lançar novas luzes.

A incessante tentativa de reatar a comunicação (entre o indivíduo e a sua nação e, conseqüentemente, entre esta e a sua memória) ou, fazendo eco das palavras de Huxley, de criar um “[...] common ground of memory to serve as a basis for understanding or fellow feeling [...]” ou de um “feeling into” mais amplo é, pois, o que dita o tipo de esforços que António Lobo Antunes desenvolve continuamente, numa arte do romance em que nada é deixado ao acaso, e onde o mais elementar componente se reveste sempre de uma função simbólica a considerar, para uma mais ampla percepção das temáticas que se discutem a cada passo.⁵⁷

A vertente da musicalidade evocada quase de forma automática pelo título deste quinto romance do autor constitui, pois, uma espécie de ponto de partida interpretativo, que visa, desde logo, potenciar a criação de uma atmosfera propícia à inserção do potencial leitor num plano de contato e eventual reflexão acerca dos discursos que integram o seu próprio modelo de identidade, atmosfera essa que deriva, acima de tudo, da natural evocação, à entrada do romance, de um símbolo que se reconhece enquanto integrando de forma significativa, também, o que assinala a especificidade do “ser português”.

Para além da óbvia questão do género musical, o *Fado* será, neste caso, e em primeiro lugar, à imagem do hino nacional ou das cores da bandeira, uma marca expressiva dessa complexa realidade, que designei anteriormente de macrodiscurso oficial português, centrando, pois, de imediato, a discussão no plano da memória e identidade nacionais, como ponto de partida para o que, cedo, se virá a revelar um profundo esforço de

⁵⁷ Considero, aliás, muito significativa, porquanto relacionada com este esforço contínuo a que me refiro, a própria reiteração, por parte do autor, em inúmeras entrevistas, acerca do facto de, na sua vasta produção literária, escrever, no fundo, “sempre o mesmo livro”. A meu ver, tal afirmação é sinónima de que, muito embora possa a matéria-alvo de tratamento (virtualmente) não conhecer um fim, o que efetivamente não se esgota é a necessidade de fazer chegar ao máximo de público possível essa mesma informação, para que o tal plano comum de memória se possa estabelecer, facilitando, desse modo, a comunicação entre as diversas instâncias que compõem o universo comunitário português e os diferentes discursos de memória que integram. Por outro lado, se tal exercício literário se repete, reformula ou reinventa em tão diversas circunstâncias, ao longo de tantas páginas e tantos romances, até à atualidade, tal significa que as resistências à comunicação de memória, que o autor tão sagazmente detetou no início do seu percurso literário, teimam em persistir, isto é, a nação portuguesa continua a lidar com a sua memória de acordo com mecanismos muito próximos dos paradigmas contra os quais a obra antuniana veio, naturalmente, a insurgir-se, desde o início.

revisitação de algumas das suas dimensões interditas, bem como de problematização dos diferentes vetores que concorreram para o concretizar desse mesmo plano de interdição.

Simultânea, de igual modo, será também a evocação dessa tônica da saudade permanente de um passado perdido, de contínua insatisfação ou aspiração a algo mais, subprodutos de uma dimensão de fatalismo que este género privilegiadamente celebra em algumas das suas composições mais célebres, e que constitui marca evidente das profundas raízes que encerra no próprio étimo latino (*fatum*) que dá origem ao seu nome, o qual, em território português, encontra terreno fértil para a sua radicação, sob a forma de um tendencial depositar, nos desígnios da fortuna ou da divina providência, a responsabilidade pelo traçar dos caminhos a percorrer pela nação e, conseqüentemente, pelos membros que a constituem.

Fado será, então, desde logo, também expressão sinónima de um providencialismo, de um anseio messiânico ou sebastianista, visceralmente incorporados nas dinâmicas de configuração de identidade e memória lusas, que, enquanto característica arreigada que assiste, justifica e legitima a própria atuação dos vetores de poder no estabelecimento das suas políticas de memória, em território nacional, estabelece, *ab initio*, uma das linhas fundamentais para a problematização, não só do macrodiscurso oficial português de cariz salazarista, cujo declínio é dado a conhecer no desenrolar do romance, mas também, e acima de tudo, do tipo de direção que o país desenvolve a partir desse ponto, no seu esforço de edificação de um novo modelo identitário.

A intencionalidade simbólica por detrás da escolha da temática do fado para a designação do romance em causa, assim como para a condensação das temáticas, nele, abordadas, nomeadamente, a da crua análise do processo de reinvenção identitária a que o país se vê sujeito, a partir de Abril de 1974, reveste-se, no entanto, ainda de uma mais acrescida importância se se atender ao próprio percurso que o género musical evocado tem de levar a cabo, até à sua consolidação enquanto marca identitária nacional, num símile manifesto do tipo de procedimento que António Lobo Antunes ensaia desenvolver no plano romanesco.

Exemplo tácito da máxima *ex nihilo nihil*, também o fado resulta de um longo processo de evolução, sendo possível rastrear as suas origens no período de expansão ultramarina, mais particularmente, no movimento de torna-viagem, por parte de marinheiros, soldados e comerciantes, vindos do Brasil, importando, conjuntamente com toda uma variedade de haveres preciosos, também o *lundum*, espécie de composição

musical ritmada de cariz popular⁵⁸ – e vulgarmente considerada o seu antepassado – que se enraíza progressivamente em território português, fazendo dos espaços tipicamente proscritos ou ostracizados da sociedade o seu plano preferencial de manifestação.

Tabernas e bordéis aparecem, assim, como os pontos de origem deste fenómeno de miscigenação musical (do qual derivará o fado), onde, em contato com outras formas musicais autóctones, o *lundum* vai conquistando progressivamente o seu lugar no espaço identitário e cultural português, metamorfoseando-se, no entanto, em algo completamente distinto, a partir do momento em que a ligação com o seu ponto de origem se perde, aquando do início da desagregação do império colonial português, com a independência do Brasil.

Amputado desse veículo de renovação que as naus certamente garantiriam, e sob as pressões incessantes das idiossincrasias do ambiente português, eis, pois, que o *lundum* se vai mesclando com os géneros, até então, tidos como populares (como no caso da “modinha”), derivando, sensivelmente, em meados do século XIX, no surgimento de um novo género musical fortemente cadenciado em termos rítmicos.

Para além disso, como o seu antepassado, também o fado é inicialmente visto enquanto forma de expressão artística condenável, dadas as suas origens boémias e vulgares, baseadas no mesmo tipo de espaços marginais, nos mesmos ambientes de orgia e violência dos bairros mais pobres e problemáticos da capital, o que, desde cedo, desencadeia fortes reações, por parte das instituições de poder vigentes na época (em particular, a Igreja), no sentido de estrangular o seu eventual desenvolvimento.

O fado prevalece, no entanto, conquistando mais e mais adeptos, ganhando um novo alento, a partir da altura em que se lhe associa a guitarra enquanto instrumento, não meramente acompanhante, mas responsável pela criação de um plano de efetivo diálogo com a voz que canta, surgindo já, no último quartel desse mesmo século, enquanto marca típica da vida urbana portuguesa, sob as formas do fado *Menor*, *Maior* e *Alexandrino*.

De entre estes fados de primeira geração – assim considerados, por corresponderem às formas inaugurais de que o género se reveste inicialmente – o fado Alexandrino constitui, no entanto, uma realidade distinta, uma espécie de género de transição, porquanto corporiza um desígnio de libertação das suas origens exclusivamente populares, ou, por outro lado, de elevação do próprio carácter estético que lhe é inerente, com vista à

⁵⁸ Que, por sua vez, radicarás as suas origens num passado ainda mais remoto – o do povoamento do território brasileiro com os escravos vindos de África. Para uma perspetiva geral das origens do Fado, cf., entre outros, Frederico de Freitas (1999).

consecução de um patamar de influência mais alargado, e que se denota pelo facto de se aproximar deliberadamente do domínio literário, incorporando no seu seio (e dele tomando a própria designação) um tipo de verso cultivado ao longo de séculos pela arte poética, e que na sua matriz original se associava à narração dos feitos de uma qualquer personagem grandiosa, regra geral, sob a forma épica.⁵⁹

Não é, pois, de surpreender que *Fado Alexandrino*, na sua estrutura externa, acabe por prestar homenagem ao género musical que lhe dá o nome, ao apresentar um conjunto de doze capítulos, em cada uma das três partes que organizam a narrativa (“Antes da Revolução”, “A Revolução”, “Depois da Revolução”), numa clara evocação da métrica alexandrina, recuperando, para além disso, no plano interno, também a matriz literária que a imortaliza desde o início, ao configurar segundo “um carácter de saga” (Maria Alzira Seixo, 2002:114) o próprio desenvolvimento de que a intriga se reveste.

Num plano simbólico, será, por esse motivo, inevitável encontrar, também, no romance, ecos do que pode ser entendido enquanto uma configuração segundo moldes próximos do próprio género musical que lhe dá o nome, constituindo, desse modo, o texto romanesco uma verdadeira simulação de um fado repartido em três estrofes maiores que relatam, numa primeira linha, as agruras existenciais de todo um conjunto de personagens regressadas da guerra colonial, suas vivências e constatações traumáticas, no processo de readaptação ao tecido comunitário português. No entanto, mais do que isso, na medida em que todas essas dimensões das suas vidas estabelecem um intrincado diálogo com a especificidade que assinala os diversos setores comunitários nacionais e seus modos de representação particulares de memória e identidade, esta mesma composição romanescomusical potencia o acesso a um outro tipo de relato, desta feita, centrado no conjunto de forças que, desde a primeira instância, estiveram presentes na formulação do que viria a ser a imagem oficial do país, de 1974 em diante.

As estrofes deste grande fado antuniano configuram, assim, o espaço melódico em que se desenvolve um complexo esforço de problematização de memória e identidade, o qual, atendendo ao próprio contexto histórico em que se vê publicado o romance, corporiza uma nítida intencionalidade de estabelecer um patamar de acesso aos meandros da configuração identitária do país, como forma de compreensão daquilo que assinala a sua especificidade em determinado momento.

⁵⁹ Convirá, aqui, lembrar que a origem da designação “verso alexandrino” remonta ao século XII, com o ciclo de poemas em estilo épico em torno da figura de Alexandre o Grande, da autoria de Alexandre de Bernay, não sendo claro a qual dos dois se terá ficado a dever o nome que ficou para a posteridade.

Numa clara assunção da estética pós-moderna, a opção autoral pela aparente sucessão cronológica que os títulos de cada parte do romance deixam indiciar desmonta-se, no entanto, quase de imediato, face ao carácter discordante do tipo de escrita que nessas partes se desenvolve (pois é tudo menos linear ou sequencialmente estruturada em termos temporais), revelando, por detrás de tal estratégia, o pressuposto que, desde o início, lhe assistirá certamente, isto é, o de funcionar enquanto aparelho delimitador de um percurso de leitura a levar a cabo, a fim de potenciar realmente uma apreciação da crua realidade que se esconde por detrás do plano discursivo oficial da nação portuguesa. Uma apreciação de um tempo presente que, cedo, se revelará de natureza irónica, tendo em consideração o acesso que o romance potencia a todas as etapas do percurso nacional que antecedem os moldes segundo os quais este se movimenta e concebe.

A tentativa de articulação da temática do fado, ou melhor, de uma sua reprodução sob a forma literária do romance em análise, não se queda por aqui, uma vez que são inúmeros os pontos de contato que este último vai oferecendo ao leitor atento, num sistemático reforço do movimento de revisitação do passado que se desenvolve ao longo das suas páginas.

Pelo que atrás fica exposto, dificilmente conseguirá passar-se ao lado de todo um conjunto de elementos que, no espaço da narrativa, parecem ecoar a própria especificidade do género musical, abrindo, no entanto, portas a outras dimensões que se prendem, desta feita, com a vertente literária e com a problematização da memória e identidade nacional.

O apartamento do alferes, o restaurante onde se reúnem os militares, assim como o clube noturno, para onde se deslocam no seguimento do jantar – espaços estes que concentram a base nodal da intriga – são também, para além de tipicamente assinalados por uma atmosfera de marginalidade, uma clara reprodução do mesmo tipo de lugares que o fado teve como ambiente “familiar”, desde o início, como se, em *Fado Alexandrino*, se pretendesse, desta feita, encenar um mesmo percurso de tentativa de integração, no tecido comunitário português, de uma perspetiva que, desde a primeira página do romance, se apresenta enquanto desviante ou, pelo menos, alternativa à versão oficial que os discursos de memória e identidade nele vigentes celebram. Como se com tal exercício de recuperação de memória se pretendesse obter um resultado similar ao que se verifica com o próprio fado, isto é, por um lado, o de explorar mecanismos possíveis de resistência face aos efeitos de uma determinada política de memória, e, por outro, o de conseguir que esta vertente alternativa apresentada na obra em questão venha a fazer parte ou a conquistar o legítimo direito à integração nos discursos oficiais de memória que, até esse ponto, a

repudiaram. Ou ainda (pelo menos) demonstrar, através do seu potencial de problematização, que a versão oficial e indisputável da memória do Portugal contemporâneo, porquanto necessariamente politizada, e logo incompleta, encerra em si toda uma série de falácias e incongruências, sobre as quais importa refletir.

Nesse sentido, e à imagem do que desde *Memória de Elefante* se institui enquanto marca de escrita do próprio autor, é também um esforço de questionação da própria incontestabilidade do discurso histórico aquele que se desenvolve em *Fado Alexandrino*, num claro reforço dessa estética pós-moderna que assinala a sua obra.

Se os espaços centrais da intriga correspondem na sua essência àqueles em que o fado se viu surgir inicialmente, e que, pelo seu carácter licencioso, eram alvo de profunda recriminação pelas instâncias do poder vigente em território nacional, a própria forma como as personagens atuam e se relacionam, num complexo exercício de reconstrução de vários passados que, no entanto, se tocam, se interpenetram e complementam entre si, não deixa de o fazer também, reavivando essa atmosfera de matriz musical que perpassa todo o texto, como se, nele, cada contributo individual correspondesse a uma das inúmeras notas a ouvir, reter, mas também reorganizar, de forma a derivar, no final do romance, na real apreensão da melodia que se vai desenrolando diante dos olhos do leitor.

Com a voz do capitão ao centro, atuando como espécie de fio condutor do discurso de memória que se desenvolve e corporizando claramente, nesse sentido, o papel de entidade que concentra o esforço de narração – ou que, no plano da linguagem do fado, se poderia associar à própria voz que canta e comanda o destino da composição –, as vozes do soldado, do alferes, do oficial de transmissões e do tenente-coronel surgem como complementos dessa mesma exposição central, preenchendo-a de detalhes adicionais. Tais personagens floream os espaços que a voz do “fadista” militar deixa em branco com outros arranjos de memória que ampliam o seu efeito, garantindo um contínuo fluxo de intervenções que saturam de informação o espaço romanesco, mas nunca menosprezando a composição central de memória que se desenvolve, como se de um conjunto de arranjos de guitarra se tratasse, que (como é típico do fado) parece, a dada altura, assumir claramente as rédeas da composição, disputando com a própria voz que canta o protagonismo que tipicamente se lhe associa.

Reproduz-se também, deste modo, no plano romanesco, a dinâmica típica de funcionamento de um qualquer pequeno aglomerado comunitário, segundo os moldes que descrevi no capítulo anterior, ao apresentar-se um conjunto de personagens cujo traço fundamental que evidencia, numa primeira leitura, é, de facto, o da vertente particular e,

claro está, necessariamente discordante, das suas movimentações existenciais quotidianas, reforçando-se, assim, o seu carácter verosímil, porquanto efetivamente humano, mas, para além disso, a dimensão “insular” que assinala o seu esforço de recuperação dos eventos que integram todo um percurso de vida.

Essa diversidade de vozes de memória, que disputam a todo o instante o espaço ficcional, reveste-se, no entanto, de importância preponderante, a partir do momento em que os esforços de revisitação do passado que episodicamente encetam se veem concentrados em redor das etapas incontornáveis do próprio percurso histórico de Portugal, altura em que tal vertente de multivocalidade (a que o leitor se vai gradualmente acostumando, no seu trabalho de reconstituição de cada existência) se esvanece, dando lugar à criação do que rapidamente se pressente enquanto voz uníssona de memória, tal é o grau de concordância entre as diversas personagens que para ela concorrem.

Ao corporizarem uma perspetivação virtualmente idêntica dos eventos transversais do seu passado (nomeadamente, a problemática da guerra colonial, o processo revolucionário e o modelo de identidade comunitário que daí deriva), que, por sua vez, ilustra de modo totalmente distinto os moldes oficiais de relacionamento de Portugal com a sua memória, bem como a forma segundo a qual os vetores de poder que o condicionam vão desenhando os caminhos possíveis para a sua configuração identitária, a voz “coletiva” dos militares constitui-se enquanto mecanismo fundamental para a legitimação simbólica do discurso de memória apresentado, junto de quem lê.⁶⁰

A opção autoral pela estratégia de recriação literária de uma dinâmica de interação coletiva, no plano romanesco, atua, assim, em primeiro lugar, enquanto veículo de expressão de um discurso que visa fazer justiça a uma dimensão obliterada do passado nacional e a todos os que nele se viram, de algum modo, forçados a tomar parte, para, logo depois, serem também obliterados do plano de celebração oficial, a troco, como posteriormente se constata, de uma eventual frágil possibilidade de integração no tecido comunitário português, cuja contrapartida será a de não colocarem em causa o próprio macrodiscurso oficial de memória que o regula.

É, aliás, pela voz do capitão, poucas páginas volvidas após a abertura do texto, que tal intencionalidade de denúncia se torna explícita, ao questionar-se se “[...] Envelhecemos

⁶⁰ Por outro lado, esse tipo de configuração romanesca assinala claramente uma óbvia transformação nos moldes de produção literária do próprio autor, aqui, claramente liberto dessa escrita concentrada numa só personagem dominante da intriga, de natureza tendencialmente emotiva e confessional, estratégia essa que assinalara os seus romances iniciais, conferindo-lhes uma tonalidade que, apesar de ficcional, se apresentava enquanto facilmente transponível para a sua dimensão biográfica.

para nada ou ainda é possível, ainda será possível qualquer coisa? Porque isso para mim era o pior de tudo, a eventualidade de nos termos tramado em vão, de nos termos gasto sem motivo [...]” (*Fado Alexandrino*, 40).⁶¹

Trata-se, portanto, da manifestação de um esforço de resistência de memória, da assunção declarada de um imperativo de a ver, de algum modo, preservada para a posteridade, no espaço comunitário português, questão essa, aliás, que se vê reforçada, não só, pelo momento histórico em que o romance vem a público (1983), mas também, pelo facto de este (curiosamente) coincidir com o próprio tempo diegético em que se desenrola a intriga. É um período de dez anos aquele que compreende o passado evocado, cujo início corresponde ao regresso dos militares da campanha colonial, em 1972, e cujo presente diegético corresponderá ao momento em que, como demonstrei, aquando da análise do texto da Constituição, no capítulo anterior, Portugal se encontra já completamente reconfigurado em termos identitários oficiais, apresentando como nota dominante uma clara aspiração ao universo europeísta, que virá a concretizar-se dentro em breve.

Num momento em que, por completo, o país se afasta voluntariamente do seu passado, a “possibilidade” que se coloca na voz do capitão será, então, (em consonância com as restantes vozes que se lhe associam, e uma vez que o distanciamento temporal assim o permite) a de recriar todo um percurso elidido da vertente macrodiscursiva oficial portuguesa, como forma, por um lado, de reabilitar as eventuais dimensões silenciadas que, face à ação desta, foram sucumbindo, e, por outro, através dessa recriação, a de potenciar a apreciação crítica da imagem do Portugal contemporâneo, com base numa ilustração romanesca do tipo de mecanismos de poder que concorreram para a sua estabilização.

Poderá alegar-se, de facto, que esta espécie de “empatia de memória” entre as várias personagens é, no fundo, uma consequência do próprio modo como a narração se desenvolve – aliás, como Maria Alzira Seixo (2002:116) havia já notado –, obedecendo à voz condicionante do capitão, que, desde o início, corporiza o que pode ser visto como a figura narradora central (e evocando, em certa medida, a própria voz autoral, se se levar em conta a especificidade dos romances anteriores). No entanto, considero que essa estratégia de tendencial coesão discursiva, que se vai edificando sob o aparente emaranhado de rememorações no espaço romanesco, se ficará muito mais a dever à complexa realidade a que a obra, à partida, visará dar resposta, bem como a um patente conhecimento, por parte do autor, das dinâmicas que se desenvolvem no plano do coletivo, e que, em *Fado*

⁶¹ Referir-me-ei, doravante, à obra, para efeitos práticos no trabalho de citação, através das iniciais *FA*.

Alexandrino, são alvo de uma exploração ao mais ínfimo pormenor, de modo a lidar com a problemática da memória portuguesa.

O facto de ser para um coletivo à escala nacional que o esforço de comunicação literária se orienta, faz com que o modo mais adequado de o conseguir seja o de configurá-lo sob a forma de um discurso partilhado por um grupo de menor dimensão, que (aparentemente) apto a movimentar-se de forma insuspeita no tecido comunitário, nele não se revê minimamente, motivo pelo qual, ainda que encarcerado nas páginas do romance, tenta ascender ao plano macrodiscursivo português, numa clara reprodução do tipo de considerações que anteriormente teci, isto é, reativando esse eixo de comunicação bidirecional, tipicamente estrangulado pela ação dos vetores máximos de poder nacional, na promulgação das suas políticas de memória.

Para além disso, uma vez que a sua movimentação comunitária é, no romance, apresentada, em termos sociais, como insuspeita (dados, certamente, os distintos comportamentos de identificação parcial que assumem), a capacidade de integração em diversos níveis de coletivo é também garantida, de modo mais ou menos regular, o que, aliás, se constata pelos próprios relatos dos militares. São inúmeros os “common grounds of memory” a que simuladamente acedem, no sentido de poderem integrar coletivos distintos, sendo o mesmo dizer que, pela forma como, enquanto seres insulares, se comportam em cada uma dessas situações de coletividade, isto é, no inter-relacionamento com os restantes elementos que as constituem, se torna possível rastrear, para além de um complexo ramificar de dimensões de funcionamento comunitário nacional, também eventuais posicionamentos reativos, barreiras notórias que se oferecem ou pressentem, a cada passo, à partilha das memórias alternativas que transportam no seu íntimo.⁶²

A forma como veiculam (ou não) aquelas que são as memórias que conhecem como desviantes ou interditas aos olhos dos discursos oficiais portugueses, à medida que vão circulando pelos diferentes aglomerados comunitários nacionais, permite a identificação, não só dos efeitos que a versão oficializada de memória vem a provocar nos elementos que a ela se encontram vinculados, mas, em simultâneo, também o posicionamento dos

⁶² Sujeitos às pressões de mais do que um único coletivo, e no seu humano anseio de inclusão no tecido nacional, os militares evocam passagens da sua vida que ilustram, precisamente, o constante processo de metamorfose comportamental a que estão sujeitos, desde o regresso à sua pátria. Tais alterações derivam, claro está, das exigências impostas em cada nível comunitário a que aspiram (ou integram), o que, por sua vez, permite identificar quais os espaços favoráveis à partilha do conhecimento alternativo que possuem. Quanto mais defensivo ou oclusivo for o seu modo de atuação para com os demais, maior será, à partida, o grau de adesão desse coletivo em particular aos mecanismos inerentes à ação do macrodiscurso oficial português.

restantes microdiscursos que, embora algo latentes, pugnam pela ascensão à esfera macrodiscursiva.

É o regresso da figura do soldado Abílio a Portugal, uma vez terminada a sua participação na campanha militar em África, aquele que marca o tom de entrada em *Fado Alexandrino* (e cujo relato se vê conduzido pela voz nuclear que, rapidamente, se adivinha ser a do capitão), abrindo portas a uma configuração inicial do discurso romanesco, em moldes que ecoam um tipo de atmosfera similar à que António Lobo Antunes habituara já o leitor, na tríade ficcional com que assinalou a sua primeira incursão no universo literário.

Dominado em todos os recantos do seu ser pela avassaladora memória de dois anos de confronto permanente com os horrores da guerra, o soldado atravessa a parada, em direção à saída do quartel, envolta em neblina, onde “[...] uma espécie de monstro marinho de caras, de corpos e de mãos [...]” (*FA*, 15) se agita, para (o que se antecipa) um reconfortante cenário de acolhimento dos militares que regressam, constatando, quase de imediato, que, neste, não existe, de facto, qualquer lugar reservado para si. Esta cena, se, à primeira vista, acentua a tónica de decepção emocional, que irá estar presente ao longo de todo o texto do romance, deixando antever, para além disso, sob a forma simbólica, também o carácter anódino do discurso de memória que o soldado transporta no seu íntimo, não deixa de revelar, no entanto, uma outra estratégia literária que considero primacial no desenvolvimento da problemática que, com base naquele, se vem a constituir.

O progressivo isolamento a que tal personagem se vê tendencialmente votada em território nacional, traço esse, aliás, que partilhará com os outros companheiros com quem divide o jantar, é a forma encontrada pelo autor para forçar constantemente, numa primeira etapa, o olhar do leitor para a dimensão insular que assinala o soldado, obrigando-o a aceder de modo despudorado ao íntimo deste enquanto ser humano, no intuito de dar a conhecer, não só as inúmeras memórias da experiência da guerra, mas, também, todos os efeitos em termos de estrutura identitária, que dela advêm necessariamente. Com base nessa estratégia de “coação” literária, para além da revisitação ficcional de tais vivências no plano romanesco, o leitor vê-se igualmente diante da obrigatoriedade de, em conjunto com o combatente, desenvolver um tipo similar de percurso de adaptação ao “novo” país que este encontra no seu regresso, em 1972, acedendo, em última análise, ao que se esconde por detrás do pano do Portugal contemporâneo.

Daqui deriva que, no espaço do romance, se constrói primeiramente a personagem na sua perspetiva essencialmente individual, isto é, simulando o que pode ser entendido enquanto espécie de conhecimento holístico da sua natureza, com o objetivo de que,

depois, se torne evidente o quanto dessa plenitude efetivamente se silencia, a fim de possibilitar a integração do soldado (ou dos seus colegas) no tecido comunitário português, nos seus mais variados níveis. Ainda que esse autossilenciamento se revista de inúmeras formas e conheça variações, por exemplo, no que diz respeito à partilha de emoções no plano dos relacionamentos amorosos – onde seria de esperar um maior grau de abertura, dada a particular natureza destes –, o facto é que tal tipo de posicionamento se reproduz, sistematicamente, sempre que se encontram em determinados coletivos, o que, por sua vez, permite deslindar, por meio daquilo que é restringido, também a especificidade que os assinala e, assim, traçar um perfil, não só desse grupo em particular, mas também das instâncias que a ele se sobrepõem.⁶³

É por esse motivo que as cenas do jantar, da passagem pela *boîte*, assim como o final de noite no apartamento do alferes se constituem vetores fundamentais na arquitetura do romance, uma vez que evidenciam, desde o primeiro momento, uma intencionalidade de criação literária de um núcleo ou aglomerado coletivo, que definiria como algo próximo de um espaço neutro de memória. Um espaço (obviamente) não desprovido de uma ideologia que determina o tipo de esforços que, nele, se desenvolvem, mas, no qual, o acesso das versões oficializadas da memória, bem como (e acima de tudo) o relato officioso e complementar das perceções dos militares que o integram são permitidos, potenciando a criação de uma atmosfera verdadeiramente propícia à partilha (quase) sem reservas de tudo aquilo que os constitui enquanto indivíduos, e, em simultâneo, enquanto membros de uma unidade maior de calibre nacional.

É, portanto, um espaço de natureza fundamentalmente intimista, confessional, aquele que se concretiza em *Fado Alexandrino*, cujos intuitos são, por um lado, o afastar, ainda que momentaneamente, a ação restritiva dos sempre vigilantes órgãos de poder nacional e, por outro, o de reforçar de modo progressivo a capacidade de acesso ao mais

⁶³ Como demonstrarei adiante, a escolha destas personagens, para a condução do discurso de memória ensaiado por António Lobo Antunes, reforça, mais uma vez, a perceção de uma profunda estratégia de conceção do material romanesco apresentado, porquanto, não só, dado o diferente estatuto que cada uma ocupa na hierarquia militar, permite o perspetivar nos seus mais variados níveis do funcionamento dos mecanismos de poder português e sua política de memória, no período que antecede a Revolução de Abril, mas também, porque, no seu movimento de regresso e integração em estratos sociais distintos do coletivo nacional, acaba por potenciar o reconhecimento das múltiplas vertentes de que o processo de reinvenção identitária português se reveste, no período seguinte. Esta opção autoral torna-se tão mais significativa, a partir do momento em que a intenção comunicativa plasmada na citação de abertura do romance é tida em conta para a leitura do texto, tendo em consideração que é a memória e identidade nacional portuguesa contemporânea que se veem problematizadas. Efetivamente, uma vez cumprido o percurso das personagens e o seu esforço de reabilitação de memória, a constatação que se retira é que, findo o período ditatorial e inaugurado o regime democrático, nada ou quase nada realmente se altera. Posto de outra forma, no que à memória e identidade “oficial” diz respeito, “[...] After changes we are more or less the same [...]”.

ínfimo pormenor que configura a existência de todos os militares, o que, aliás, se evidencia no modo meticuloso como todo um conjunto de elementos romanescos se vai agregando àquele espaço, no sentido de garantir que as poucas barreiras que eventualmente poderão ainda separá-los ou obstar ao trabalho de memória que terão de desenvolver se desmantelam em definitivo.

O ruído de fundo dos oradores durante o jantar, o da loiça que se entrechoca, as lamúrias e trejeitos de ébrio entremeando as conversas, o espectáculo de variedades e a música da *boîte*, com todo o ruído (para além de sonoro, visual) que se lhe associa, aos quais, claro está, se alia o poder desinibidor e descontrolado do álcool, tudo conflui no sentido de anular os efeitos da comunidade que amordaça esse pequeno coletivo de homens, concedendo-lhes o desligamento necessário da pressão das convenções sociais, a que tipicamente estão vinculados, para que abram de forma aparentemente incólume as portas de acesso ao seu íntimo. Quase como se denunciasses a consciência de que a própria noite (e sua atmosfera simbolicamente intimista), que, desde o início, envolve tal reencontro, não seria o suficiente para garantir a extinção de toda e qualquer reserva, por parte destes, em relação ao tipo de confissão a levar a cabo, dado o afastamento de dez anos que os separa e, para além disso, o facto de cada um deles se apresentar (ainda que parcialmente) moldado de acordo com as dinâmicas dos grupos dos quais saíram, para tomar parte no jantar.⁶⁴

A partir do momento em que as memórias da guerra e da partilha da vida na morte se reativam de forma liberta entre eles, adensando-se por meio de instrumentos de separação das exigências do plano macrodiscursivo como os que acabei de enunciar, eventuais características divergentes esfumam-se, dando lugar a um plano de efetivo diálogo, em que a identificação parcial que os assinalaria desaparece, em função de uma adesão virtualmente completa no modo e naquilo que recordam, dentro deste seu coletivo.

Daqui em diante, compete simplesmente ao leitor a recolha, algo labiríntica, dos testemunhos de cada uma das personagens e o seu cruzamento constante com a versão da memória e identidade portuguesa celebrada pelos órgãos de poder nacional, para que a sua capacidade de problematização se veja desenvolver num sentido amplamente desviante do que, à partida, seria de esperar.

⁶⁴ É na voz do alferes, logo no início do romance, que esse enorme obstáculo ao esforço de memória que se pretende levar a cabo se denuncia, ao afirmar “[...] Lisboa engoliu-nos a todos, meu capitão, cada um para seu lado como uma ninhada se desfaz [...]. E agora aqui juntos, depois de dez anos, não somos os mesmos: aconteceu tanta coisa neste tempo. [...]” (FA, 37).

É ainda com Abílio que os primeiros laivos de funcionamento oficial da nação portuguesa no período ditatorial se dão a conhecer, revelando, desde logo, um profundo desfasamento entre aquilo que, em território metropolitano, se apresenta como a versão indisputada da memória e identidade nacional e o seu contraponto efetivo, a que o soldado tem acesso, ao participar na ação militar em África.

Vendo a sua tentativa inicial de aproximação da sua comunidade de origem reforçar, uma vez mais, essa sensação de repúdio que havia sentido à saída do quartel, o soldado abandona a antiga e decrépita casa de seu pai (ocupada agora pela irmã, respetiva prole e pelo amante negro do momento, que o enxotam), dirigindo-se, em último reduto, para o local onde o seu tio estabelecera um pequeno negócio de mudanças e onde vê, finalmente, abrir-se uma possível porta de reingresso no universo coletivo português. O preço a pagar para tal possibilidade, rapidamente se descobre, assenta na exigência de estabelecer um corte limpo com todo esse período recente da sua vida como forma aparentemente única de conseguir reatar uma eventual ligação com a vida que deixara em Portugal, dois anos antes, ou de, pelo menos, conseguir assegurar a sua sobrevivência, enquanto tal integração não se processa.

“[...] – E como era isso lá em África?, perguntou a velha a levantar os pratos e a transportá-los, em pilha, para a cozinha. [...] A moça ergueu o queixo para o ouvir melhor, [...] o tio, de mãos espalmadas na toalha, exigia impacientemente o café [...]. Dos restantes andares chegavam, através das paredes, distantes vozes abafadas, *o helicóptero levou o corpo irreconhecível para Mueda, envolto num cobertor em tiras como um fardo sem préstimo*. A rapariga, de faca imóvel, continuava à espera. O soldado puxou de dentro da garganta, como uma espécie de solução, *a voz mais neutra que pôde*:

– Mais ou menos como aqui, minha senhora, disse ele. [...]” (FA, 33. Sublinhados meus.)

Atendendo ao modo segundo o qual é retratada esta situação de contato inicial entre o soldado e os elementos que irão tornar possível o seu processo de adaptação, e levando em conta o conhecimento que já se possui acerca do seu percurso anterior, é inevitável não conceber tal cena enquanto, mais uma vez, reforçando a tónica algo dececionante a que se havia já assistido, aquando da sua saída do quartel.

No entanto, para além disso, rapidamente se constata que algo de muito mais profundo se esconde por detrás daquilo que, à partida, será entendido como uma natural, quase inocente interação no seio familiar. A especificidade de que se reveste a família, enquanto unidade mínima de aglomeração coletiva – ao corporizar o papel de agente mediador inicial no processo de relacionamento entre o indivíduo e a comunidade que o acolhe, mas, mais do que isso, enquanto núcleo onde, à partida, a comunicação se efetivará de modo mais liberto entre todos os elementos, e onde o processo de identificação ou

partilha entre estes conhece tipicamente o seu grau mais elevado de concretização –, acentua de forma extremamente significativa a importância a conceder, não só à questão endereçada ao soldado, pela esposa do seu tio, mas também às quase impercetíveis reações que esta desencadeia em cada um dos presentes, porquanto ilustrativa da inequívoca presença, em simultâneo, de posicionamentos distintos face ao macrodiscurso oficial de memória e identidade português vigente em tal época, que, por sua vez, condicionam claramente o índice de comunicabilidade possível.

A integração, no desenvolvimento desta catálise em torno do jantar de família, de elementos relativos à experiência da guerra e ao confronto inevitável com a dimensão da morte e do extermínio dos compatriotas, em África, surge, numa primeira etapa, enquanto estratégia romanesca de ilustração do tipo de efeitos traumáticos a que o militar está sujeito, por causa do seu passado recente, e que, à primeira vista, poderá justificar a manifestação comportamental de relutância que assume, provavelmente, devido ao facto de ainda os não ter conseguido integrar devidamente na sua estrutura psicológica. Neste sentido, aliás, a sua atuação estabelece um paralelo com as dos restantes companheiros, cujos relatos de memória vão surgindo ao longo de *Fado Alexandrino*, porquanto, com maior ou menor intensidade, todos recordam as dificuldades de lidar com esse tumulto emocional com que se defrontam no regresso a casa, onde o contato com o quotidiano ou os momentos em que, por algum motivo, dele se conseguem desligar dão origem, quase sempre, ao surgimento de um qualquer fantasma dos dois anos passados nas colónias.⁶⁵

Facto curioso, no entanto, é que, nem nesse ambiente aparentemente inócuo, dada a sua natureza familiar, nem noutra circunstância diversa, em que a possibilidade de exteriorizar publicamente as memórias da guerra se apresenta (e independentemente do lapso temporal que se lhe possa associar), tal ação ganha efetivamente corpo em qualquer

⁶⁵ Recordo, aqui, a título exemplar, uma das muitas passagens que reproduzem este tipo de situação de confronto com o trauma e que, para além disso, demonstra também um outro aspeto fundamental, que diz respeito à única circunstância em que as memórias, que dele advêm, são efetivamente exteriorizadas para o coletivo – o contexto do jantar dos militares. Não há outro espaço ou situação no romance, no qual esta prática tenha lugar, sendo que as referências que são feitas às memórias da guerra surgem sempre em associação a um estado de isolamento do indivíduo em questão, em relação à comunidade portuguesa, seja sob a forma física (regra geral, enclausurado num qualquer local) seja sob a forma psicológica (frequentemente apresentando-se como uma abstração ou desligamento do real, que desemboca sempre nas agruras do combate): “[...] A mim o que me custou mais foi a casa, disse o alferes. Chegava do banco e aí sim, meu capitão, sentia-me estranho. Não no trabalho, nem no restaurante, nem na cidade, dentro do carro, talvez porque metia a música do rádio ao máximo e os anúncios e a voz do locutor me distraíam, e depois, sabe como é, [...] há as pessoas nos passeios, essas caras todas, diferentes umas das outras, sempre a correr e a mudar, mas a seguir arrumava o automóvel, subia as escadas, enfiava a chave na porta e lá estava, a limar-me, a impressão esquisita do costume: olhava as mesas, as estantes, os cinzeiros, e perguntava a mim próprio Onde [...] param as árvores, porque não via as árvores, entende, o arame farpado, os abrigos, a mata [...], a minha mulher aparecia a sorrir e eu inclinava-me para diante na esperança de que surgisse, da sombra dela, um perfil familiar de camuflado. [...]” (FE, 29).

parte do romance, inclusive, nas breves passagens que se reportam aos primeiros contatos que o tenente-coronel, após o regresso à Pátria-mãe, estabelece com alguns dos oficiais, que, com ele, tomaram parte no teatro de guerra – momentos privilegiados (pelo menos, em princípio) para o aflorar de tal problemática. Pelo contrário, neste último caso, a troca de impressões assenta exclusivamente na referência à falta que sentiram de alguns luxos típicos da hierarquia militar, nomeadamente, os charutos ou as bebidas requintadas, reiterando-se, claramente, dessa forma, a ideia de que as memórias traumáticas que se concretizavam diariamente no longínquo território colonial, durante esse período da história da nação, aí deveriam permanecer, não havendo qualquer espaço de manobra para a sua afirmação em Portugal, pelo menos, no que aos órgãos de poder vigente (e respetivo macrodiscurso oficial promulgado) diria respeito. O mesmo se aplicaria à gradual tomada de consciência das falácias inerentes aos discursos do poder, das constantes manobras no sentido de assegurar a sua sobrevivência, ou do final desastroso da campanha militar que se desvelava progressivamente, mas que, nem por isso, era dado a conhecer na metrópole, ou, de algum modo, solucionado.⁶⁶

A questão endereçada a Abílio visa, desta forma, agudizar, aos olhos de quem lê, ainda mais a perceção da impossibilidade de exteriorização da resposta que, verdadeiramente, se imporia em tais circunstâncias, ao mesmo tempo que aponta para as reais motivações que se esconderão por detrás do seu esforço de silenciamento (que é, no fundo, uma primeira simulação de um comportamento de identificação parcial com o grupo). Muito para além do conflito interno com os efeitos avassaladores do trauma, que o coíbe, então, de comunicar, são também, não só o seu desejo natural de integração no espaço em que se encontra, mas, acima de tudo, a consciência do tipo de representações simbólicas que, *a priori*, sabe serem admissíveis no seu núcleo familiar, os elementos que determinam a sua atuação na cena do jantar, permitindo, em última análise, isolar claramente, por um lado, o que entendo enquanto uma nítida corporização dos efeitos do macrodiscurso oficial de memória de cariz ditatorial, e, por outro, a manifestação de um novo tipo de microdiscurso, que, apesar de latente e manifestamente marginal, vê em

⁶⁶ “[...] os armários do costume repletos de pastas de cartão que não leria nunca, que se recusava a ler, intermináveis relatórios confidenciais sobre a Guiné, ou Angola, ou Moçambique, extensos comunicados acerca da situação logística do Exército, autoritárias e contraditórias ordens do ministro aos comandos das Regiões Militares, Faça-se isto, faça-se aquilo e nada, compreende, se fazia de facto [...] a tropa era uma espécie de máquina mole que se movia, vagarosamente por inércia, nenhum sangue pulsava já no interior daquilo, anos e anos de guerra tinham-nos empalhado, ressequido, destruído, substituído o fígado, o estômago, os pulmões, os nervos, por uma espécie, percebe, de sumaúma sem vida. [...]” (FA, 101).

Abílio (ou no seu conhecimento “desviante”), uma possibilidade de ascender a um patamar mais alargado de influência.

É a consciência, por parte do soldado, de que o paradigma identitário em que se movimentam os seus tios se apresenta de tal forma desfasado daquele que é, no momento, o que em si transporta, e de que, naquele, não há, de facto, qualquer conhecimento ou representação de memória que se funde minimamente num plano existencial próximo do seu, que faz com que opte de modo racional por omitir a vertente chocante da partilha da passagem pela guerra, poupando-os, assim, ao horror do confronto com o trauma, não só do seu contato diário com a morte, mas, acima de tudo, da sua descoberta progressiva das falácias inerentes à imagem oficial do país que a isso o conduziu.

Porquanto condicionada, *ab initio*, pelas políticas de memória de cunho salazarista, a questão endereçada pela sua tia é de natureza essencialmente casual, isto é, não procurando informações relevantes acerca da horrenda vivência militar em si, mas antes aspirando à experiência da viagem ou da vida do soldado em África, pressupondo que esta se configurará sob uma forma algo escapista, descontraída, dado o teor exótico e de sonho, que, de modo (quase) inato esta lhe associará certamente.⁶⁷ Tal hipótese vê-se reforçada pelo modo despreocupado com que continua a dar cumprimento aos seus afazeres domésticos, logo a seguir à pergunta (demonstrando de antemão que a natureza da informação que espera receber é claramente antecipada), mas também pelo posicionamento de desinteresse do tio, que, mais preocupado com o café do que com os possíveis desfechos que tal conversa poderá vir a ter, reforça a ideia da relativização que, aos seus olhos, deve ser atribuída ao contexto.

A experiência da guerra constitui, assim, um tópico que de forma implícita é automaticamente excluído das temáticas cuja abordagem será possível nesse pequeno coletivo, uma vez que a sua representação em moldes (ainda que remotamente) próximos do que Abílio (ou os seus colegas) poderia(m) dar a conhecer não tem, de facto, qualquer espaço de afirmação consignado na esfera pública, o que, por sua vez, evidencia

⁶⁷ E que corresponde, em traços largos, ao principal conjunto de efeitos que a representação oficial da imagem de África acabaria por provocar nos portugueses da metrópole, até, pelo menos, ao final do regime ditatorial, nomeadamente, a sua idealização enquanto território exótico, grandioso, de realização pessoal imensa, mas, para além disso, parte integrante e submissa a essa grandiosa nação, que seria Portugal. Tal imagem só se torna efetivamente possível quando os órgãos de poder nacional operam todos em uníssono, no sentido de interditar o acesso público à informação real do que se passava nas colónias (em particular, nos finais da ditadura), perpetuando, assim os efeitos das suas políticas de memória, ao filtrarem toda e qualquer representação que pudesse eventualmente denegrir esse elemento preponderante da memória e identidade nacional – o Império. Para uma perspetiva mais alargada sobre as estratégias de controlo retórico da população portuguesa, pelo regime salazarista, cf., José Gil (1995; 2011).

claramente o profundo grau de submissão a que as dinâmicas de funcionamento deste núcleo familiar estão sujeitas, no seu relacionamento com o macrodiscurso oficial de memória e identidade que regula o plano nacional.⁶⁸

Tio e tia, ambos funcionam simbolicamente como reproduções fiéis do tipo de efeitos pretendidos pelas políticas de memória da ditadura, profundamente enformados por uma conceção de África, enquanto parte inalienável da imagem grandiosa da nação portuguesa, e, nesse sentido, claramente reforçando o carácter de centralidade e supremacia da metrópole, e para os quais, uma vez que, oficialmente, lhes é negada a possibilidade de acesso à informação, o qual se acentua devido ao facto de a não terem experimentado efetivamente, a guerra colonial não passará, quando muito, de uma construção discursiva tendencialmente relativizada, ou talvez, mais do que isso, uma realidade desconhecida quase por completo.

Evidencia-se, desta forma, a ação inequívoca de controlo do coletivo nacional pelo aparelho governativo do Estado Novo, ação essa que se espraia por todos os setores da sociedade de modo relativamente homogêneo, e que, no espaço do romance, se vê também acentuada nos restantes núcleos familiares cujo acesso é potenciado pelos relatos dos outros combatentes, que, com Abílio, revisitam o seu passado. A tia do oficial de transmissões e sua empregada Esmeralda, a esposa e restantes familiares capitalistas do alferes, a filha do tenente-coronel, para além dos casos amorosos que este vai desenvolvendo, todos são reveladores de um absoluto desconhecimento do estado gravoso da nação, no que à vertente imperial da sua imagem diz respeito, enfatizando, por meio do seu comportamento, a noção de que, apesar de se abeirar rapidamente da sua extinção em definitivo, o regime ditatorial e sua política de memória continuavam ainda profundamente

⁶⁸ É, aliás, por esse motivo que, aquando da apresentação de Abílio à esposa do seu tio e à filha daquela, e diante de uma aparente timidez que o toma face ao encanto da jovem, se vê imediatamente admoestado pela falta de um comportamento exigível nessa situação: “[...] A guerra pôs-te assim calado como uma corvina?, questionou o tio, possesso. Sabes falar? [...]” (FA, 31). O modo como o termo “guerra” aparece de forma despidorada em tal enunciado é, em si, revelador do carácter tipicamente vazio, diminuto, em termos de importância, que lhe será atribuído, e que, neste caso, corresponderá a um significado próximo de palavras, como: *viagem*, *aventura* ou *ausência*. O conflito colonial será, então, no máximo, visto sob a forma de uma espécie de passagem temporária pelo mato, cuja consequência mais grave ou visível aos olhos dos que se encontram dentro de fronteiras portuguesas é (aparentemente) o desaprender de alguns dos mecanismos básicos de interação social, como a capacidade de comunicação com os restantes membros do coletivo. A incapacidade de reconhecimento de que, por debaixo da ausência de feridas visíveis, isto é, físicas, se escondem outras de dimensão muito mais avassaladora, é, em si, também demonstrativa do tipo de condicionamento oficial a que a memória e a identidade portuguesas se viram sujeitas.

inculcados no subconsciente do coletivo nacional, determinando as dinâmicas de funcionamento nos seus diversos níveis.⁶⁹

É por esse motivo, também, que no jantar de família do soldado importa atentar no modo como Odete, a enteada do tio, se comporta no seguimento da pergunta que sua mãe endereça a Abílio. Numa demonstração clara, através da linguagem corporal que adota, do genuíno interesse de que tal questão se reveste para si, esta personagem (que, mais tarde, se descobre ser também Dália, uma das cabecilhas da pseudo-organização revolucionária a que o oficial de transmissões pertence), corporiza um outro microdiscurso de memória e identidade, que, apesar de restringido em termos de afirmação pública, nesse contexto em particular, pelos motivos que apontei anteriormente, não deixa, no entanto, de aspirar a uma futura ascensão à esfera da macrodiscursividade.

Torna-se claro, por meio do texto, que o comportamento de Odete é também um de identificação parcial, de nível próximo daquele que caracteriza o do soldado (pelo seu caráter mínimo de adesão às dinâmicas de funcionamento do núcleo familiar), ainda que, por detrás dessa simulada concordância com as exigências impostas pela versão oficializada da memória e identidade nacional, se esconda uma intencionalidade declarada de a ver ruir, a fim de possibilitar a afirmação pública e sem reservas do discurso alternativo que transporta no seu íntimo. Um discurso que, também resultante de um conhecimento distinto da ação dos órgãos de poder do regime salazarista, pretende, naturalmente, ver reforçada a sua capacidade de atuação, por meio da tentativa incessante de angariar mais elementos que se demonstrem afetos à sua especificidade.

A curiosidade patente nessa personagem será aqui, precisamente, a manifestação de um desejo de aprofundamento do nível de identificação com o soldado, ou pelo menos, de acesso ao conhecimento que (eventualmente) este possuirá, e que, de algum modo, poderá servir a causa que pretende ver elevada ao plano nacional – o derrube do regime e a construção de uma sociedade utópica de cariz marxista –, muito embora tais intentos acabem por se ver diluídos na esmagadora influência que o macrodiscurso oficial de memória exerce sobre o pequeno coletivo em que Odete, Abílio e seus tios interagem.

É por esse motivo que, algumas páginas decorridas, quando essa problemática questão volta a ser colocada, desta feita, ao oficial de transmissões, no espaço da

⁶⁹ Ainda que numa linha diferente, a própria atuação da organização clandestina a que pertence o oficial de transmissões ilustra também essa omnipresença silenciosa do regime de Salazar, pelos constantes cuidados e estratégias que os seus elementos demonstram, no seu esforço para passar despercebidos aos olhos do aparelho de poder, se bem que, na maior parte dos casos, aliás, como o próprio romance não falha em ilustrar, essa presença seja efetivamente ilusória. Daqui deriva, um reforço claro de uma atmosfera nacional profundamente enformada pela retórica da invisibilidade, a que José Gil (1995) se refere.

organização secreta que integra com Dália e Olavo, a resposta obtida é algo diferente, ainda que revelando explicitamente a consciência dos mesmos intentos de Odete, na cena anterior.

“[...] Que tal aquilo em África?, questionou o Olavo como se acabasse de o ver há cinco minutos, no mesmo tom casual com que perguntaria Como anda o trânsito na Baixa? No fundo [...], pensou o oficial de transmissões: *usam-me por lhes servir e se deixar de ser útil dão-me um bilhete de avião para Bruxelas e mandam-me catequizar os emigrantes, a berrar frases de Mao para os operários da construção civil.*

– Morre-se, respondeu cautelosamente [...]. Morre-se tanto, acrescentou ressentido, que julguei que se não lembrassem do rapaz: cheguei há quase três semanas, pá. [...]”. (FA, 60. Sublinhados meus).

A exteriorização do tópico da morte, ainda que de forma reticente e sintetizada, no seio deste coletivo, só se torna possível devido ao facto de, à imagem da memória da guerra ultramarina, também a própria organização se revestir de natureza marginalizada, logo, implicando um índice mais elevado de comunicação entre os seus membros. É de salientar, no entanto, que, apesar dessa aparente proximidade, o militar está consciente de que não há um interesse genuíno em partilhar as memórias da guerra como forma de aliviar os efeitos do trauma no seu íntimo, ou, inclusive, de poder vir a utilizar tal informação no processo revolucionário, mas, tão-somente, o de o manter afeto àquela causa e de fazê-lo obedecer aos caprichos dos seus dirigentes. A lição simbólica que daqui se retira é, portanto, a de um aproveitamento sem escrúpulos do sentimento de revolta de alguns militares para com o regime, a fim de fortalecer as probabilidades de triunfo de um microdiscurso revolucionário, que, desde o início, não evidencia qualquer intencionalidade de fazer justiça à memória do desaire colonial, construindo-se, assim, desde cedo, no plano romanesco, a noção de uma proximidade de práticas de modulação discursiva (e de políticas de memória) entre o modelo identitário de cariz ditatorial e aquele que viria posteriormente a suplantá-lo.

Independentemente do tipo de coletivo que se vê retratado, e ainda que as motivações subjacentes os apartem em dadas circunstâncias, o facto é que, quer no domínio restrito da esfera oficial quer nos diferentes planos que se constituem sob a sua alçada (ou à sua margem), se oferecem barreiras nítidas ao confronto com o trauma da dimensão colonial, pois, para além de em todos faltar o acesso à vertente da experiência, falta, também, o genuíno interesse em ver tal memória reabilitada, posicionamento contra o qual as vozes que narram no romance visam insurgir-se.

Não é, pois, de surpreender que, para a maioria do coletivo nacional, porquanto moldado de acordo com uma política de memória que assenta na manutenção a todo o custo de uma visão idealizada do país, bem como na estrutura de poder que a ela se

associa, a Revolução de 25 de Abril de 1974, aliás, como os vários relatos, *a posteriori*, dos militares dão a conhecer no decurso do seu reencontro, surja como algo, aparentemente, inesperado, quase caído do céu, arquitetado sob a égide de uma qualquer força virtualmente indefinível, que chama para si a responsabilidade de libertação da comunidade nacional, por meio da extinção desse regime despótico, que se lhe afigurava “[...] podre mas firme [...], eterno, imóvel, molemente pétreo [...]” (FA, 126).

Excluindo os da figura do tenente-coronel, cuja função, neste contexto revolucionário (e apesar de nele não tomar parte ativa), será, acima de tudo, a de dar a conhecer as reais movimentações que se efetivam nos corredores do poder, uma vez estabilizado o processo de extirpação da ditadura, todos os relatos de memória que se reportam a esta fase do percurso nacional reforçam esse caráter *ex machina*, de que se reveste tipicamente a Revolução, para o grosso da comunidade portuguesa. Tal denota-se, por exemplo, nas palavras do soldado que, dando corpo a uma vívida descrição do pânico sentido pelo seu tio, de repente, órfão da estrutura de poder que regulara a sua existência, simbolizarão o tipo de sentimentos que uma parte considerável da população (particularmente, nas suas classes mais baixas) terá experimentado nessa altura. De igual modo, pela voz do alferes, e o modo como reaviva a memória dos preparativos e debandada da família da sua esposa para o Brasil, dá-se a conhecer uma situação algo similar, ainda que reportando-se a um estrato social que, de antemão, se sabe ser dotado de maior poder e capacidade de influência, bem como de um grau mais acentuado de identificação com os discursos do poder.

É por esse motivo que “A Revolução”, segunda “estrofe” deste grande fado antuniano – incitando, na sua qualidade de título, à recolha das memórias do movimento de transição entre regimes –, se reveste da máxima importância, pois, por meio de tal estratégia de configuração romanesca, permite efetuar um amplo rastreio dos posicionamentos assumidos por coletivos de natureza distinta, no espaço da comunidade nacional. Posto de outro modo, com base na identificação criteriosa dos microdiscursos que tais coletivos impulsionam, estabelece-se, também, o pano de fundo necessário para a apreciação crítica das dinâmicas que estão na base, não só do macrodiscurso oficial de memória que se estabelece no período pós-revolucionário, mas também do tipo de orientação que este irá adoptar posteriormente, no que se denuncia um progressivo afastamento do que seria, à partida, o seu tão professado intento inicial, plasmado, como demonstrei, no próprio texto da Constituição de 1976.

O evento da Revolução (em nítido paralelo com a própria realidade histórica do país) é aquele que, no romance, traz à superfície o complexo xadrez discursivo que se escondera por detrás das capas da identificação parcial, durante a vigência do regime salazarista, e que, agora, temporariamente liberto da ação restritiva dos órgãos do poder, se manifesta de forma pungente nos agressivos jogos de forças entre grupos, na sua luta pela ascensão à esfera da influência macrodiscursiva.

Portugal apresenta-se como um país profundamente marcado por uma atmosfera de tumulto emocional, e onde a dimensão do excesso conhece também a sua vertente de afirmação, em particular, na perseguição àqueles que hipoteticamente constituiriam o rosto visível do regime em desagregação. Diferentemente dos que (como o tio de Abílio), afetos ao discurso ditatorial, conseguem (através do anonimato, silêncio ou da fuga) evitar eventuais sanções do tecido comunitário, é, primeiramente, sobre a PIDE e, posteriormente, sobre as prisões políticas – agora amputadas da sua ligação com o poder, dada a remoção forçada dos altos dignitários do governo pelo braço militar –, que a fúria da massa disforme do povo se faz sentir, numa aparente corporização do tão longo e forçosamente silenciado desejo de extirpação da ditadura.

No entanto, tal movimentação não corresponde a um cenário “[de] bandeiras vermelhas, [...] gente a correr, gases lacrimogéneos, tiros, pedras da calçada, sangue [...], a luta firme, intransigente, vitoriosa, contra os revisionistas de Moscovo, os manipuladores dos camponeses, os subtis, burocratizados traidores da classe operária [...]” (FA, 126), em que o povo reclama para si o papel de agente único de transformação da comunidade, dando corpo, no fundo, à visão idealizada do microdiscurso revolucionário de cariz marxista e radical, impulsionado por alguns setores nacionais, que, no romance, se veem simbolicamente representados pela inoperante organização clandestina que o oficial de transmissões integra durante algum tempo. Pelo contrário, tal comportamento de violência popular é essencialmente episódico, traduzindo-se, no texto, sob a forma (algo ridícula) do espancamento de um indivíduo menos afortunado que se rende às portas do edifício da PIDE, e desvalorizando-se, para além disso, face à auto-libertação dos próprios prisioneiros políticos, dada a fuga antecipada de todos os que os mantinham na clausura, em Caxias.

Daqui resulta que a conceção oficialmente veiculada da Revolução dos Cravos, enquanto verdadeira “revolução do povo”, se vê, no espaço do romance, seriamente problematizada. A impressão que ressalta da globalidade das vozes dos militares que a esse respeito se pronunciam é a de que, àquele povo, em virtualmente todas as circunstâncias, é

atribuído um papel de mero espectador dos acontecimentos, sendo que o poder decisivo ou a real capacidade de definir a orientação que o país deverá tomar, daí em diante, se encontram claramente afastados da esfera da discussão pública, concentrando-se no aparelho de poder responsável pela cessação do regime ditatorial, e cuja política de memória, bem como o respetivo discurso pelo qual essa se veiculará, em nada se reveem nos dois que acabei de apontar.

Fazendo eco, em certa medida, da versão oficial da história contemporânea do país, também, em *Fado Alexandrino*, se vê homenageado o contributo decisivo das Forças Armadas no desencadear do processo de transição entre regimes políticos, através da integração da figura do capitão Mendes e outros graduados, numa clara evocação do movimento dos capitães de Abril, e seu incontornável papel na mobilização das forças revolucionárias.

Dado a conhecer, a certa altura, pelas rememorações exteriorizadas pelo tenente-coronel – que assume, deste ponto em diante, um papel crucial na obra, ao potenciar o acesso à esfera dos bastidores do poder, convencionalmente inacessível aos olhos do vulgo, e indispensável para a problematização do macrodiscurso oficial de memória do pós-25 de Abril – o capitão Mendes surge como o rosto visível do que se pressente, desde o início, um discurso em ascensão e aspirando ao controlo futuro do país, ainda que não sejam explícitas, de imediato, as orientações ideológicas que lhe subjazem.

A impressão que sobressai inicialmente das suas tentativas infrutíferas de incorporação do tenente-coronel, no que virá a ser o movimento das forças armadas, prende-se com uma situação de descontentamento para com o regime, justificada pelo aparente tratamento injusto de que são alvo os quadros militares, para além do que, rapidamente, se constata ser também a discordância manifesta em relação ao seu contributo forçado nas campanhas belicistas em território colonial. Neste sentido, ganha força uma primeira interpretação do discurso que o capitão Mendes assume como próprio, enquanto próxima, na sua essência, do restante clima de insatisfação relativamente aos mecanismos do poder ditatorial, por parte dos diversos setores da comunidade portuguesa, a cuja especificidade se foi acedendo, no decurso dos relatos dos militares que participam no jantar.

No entanto, essa tónica de proximidade discursiva, que evoca, no fundo, a tal “interpretação dos desígnios nacionais”, a que se refere a Constituição de 1976, e que legitima, em última análise, a ação de golpe de Estado pelas Forças Armadas, começa gradualmente a metamorfosear-se, uma vez consumada a tomada do poder, momento em

que as primeiras iniciativas de implementação do que virá a ser a orientação de memória e identidade do país nas décadas subsequentes se evidenciam, dando azo a uma perspetivação totalmente distinta da versão oficializada de que se reveste tradicionalmente o período revolucionário, no espaço do Portugal contemporâneo.

Em *Fado Alexandrino*, a imagem de um povo corajoso (perpetuada, no plano nacional, ainda nos dias de hoje), que decide, a dada altura, libertar-se da condição infantilizante em que vive durante mais de quatro décadas, e tomar, em definitivo, as rédeas do seu destino, abre portas gradualmente para a construção de uma outra, centrada na ideia de um aproveitamento deliberado desse ímpeto de mudança nacional. Tal posicionamento de oportunismo político visa, não, fundamentalmente, devolver o poder à comunidade, mas, antes, substituir um modelo de controlo ideológico (amplamente sentido como anacrónico) por um outro, que, apesar de assumir como própria da sua especificidade essa vertente de transformação comunitária, se revela de natureza não tão distante quanto isso daquele que o antecede, começando tal perceção a esboçar-se, desde logo, pelo modo como os agentes desse modelo se relacionam com o coletivo, no momento eufórico da celebração da conquista da liberdade.

A cena em que “[o] general de monóculo [sai] por fim do quartel da Guarda, sem se emocionar com o entusiasmo, sem corresponder aos aplausos, [instalando-se], com os senhores solenes, no carro que de imediato [principia] a rodar para fora do largo, fendendo troncos, gestos, letreros, vitoriosos sorrisos [...] (FA, 232), contribui de forma extremamente significativa para essa perceção, ao demonstrar uma das etapas fundamentais no processo de configuração do novo modelo de poder, que, ironicamente, em tudo se revela evocativo do tipo de práticas a que a ditadura havia habituado Portugal. Essa impermeabilidade do general em relação às emoções mais básicas da população, a posição de inacessibilidade claramente assumida em relação a esta, para além da determinação e presença de espírito que regulam a sua movimentação no espaço público, constituem, no seu conjunto, formas de atuação simbólica que visam, desde o primeiro momento, reforçar o carácter inegavelmente messiânico, sebastianista, de que pretende revestir-se, reavivando, quase de imediato, a memória da figura do “timoneiro da nação”, que tão elevado preço custara ao país.

Chamando a si, deste modo, o papel de Estado nesse momento de transição, o general do monóculo, isto é, António Spínola, extrai do coletivo a autoridade que o assiste no seu ato de forçar a entrega do poder pelo regime de Marcello Caetano, concentrando-o, em simultâneo, exclusivamente em si e, logicamente, no modelo de poder que (em

princípio) virá a encabeçar, demarcando, também, nesse sentido, o grau de real intervenção que será permitido ao coletivo nacional no estabelecimento do destino a seguir, daí em diante.

O mesmo será dizer que, a partir desse ponto, se encontra estabelecida a dinâmica de relacionamento entre a comunidade portuguesa e os seus órgãos de poder, em moldes, de novo, similares aos que, até aí, conhecera. Em cima, detentor do conhecimento dos destinos nacionais e perpetuando de modo indisputável o discurso de memória e identidade determinado pelas políticas que o assinalam, encontra-se o modelo de poder estatal de cariz revolucionário. Sob a sua égide, movimentar-se-á todo um largo e multifacetado conjunto de indivíduos e aglomerados comunitários que, ao atribuir àquele, de forma (quase) incondicional, o poder que naturalmente detém, se vê, implicitamente (e mais uma vez), diante da obrigatoriedade de aderir como um todo ao conjunto de representações oficiais que sobre ele recairão – com as consequências, em termos de capacidade de afirmação pública de discursos alternativos, que, à partida, isso representa.⁷⁰

No sentido de garantir a consolidação do seu macrodiscurso, bem como da estrutura governativa que o assistirá, a estratégia adotada inicialmente pelo novo aparelho de Estado é a da política dos saneamentos em massa de todos os que, nos mais variados níveis dos corredores do poder, possam, de algum modo, obstar ao sucesso da sua atuação, retirando-lhes, dessa forma, a capacidade de exteriorização de memórias ou ideais alternativos que eventualmente possam transportar no seu íntimo, e dando azo, simbolicamente, à prática do apagamento oficial de todo e qualquer vestígio de memória que possa estar associado ao regime anterior.

Tornado conhecido por entre as memórias do tenente-coronel, em torno dessa sua primeira punição administrativa, por não ter aderido ao movimento revolucionário, esse esforço de purga que os mecanismos de poder desenvolvem a passo rápido, logo após o 25 de Abril, surge, no entanto, dotado de uma natureza dúplice, na medida em que, muito mais do que garantir o aperfeiçoamento das engrenagens do aparelho de Estado e sua ação discursiva, surge, na sua dimensão mais obscura, fundamentalmente motivado pelos interesses dos “[...] vorazes micróbios cancerosos que [da revolução] se alimentavam e em

⁷⁰ O que, aliás, no decurso do romance, se vê manifestamente demonstrado pela alteração drástica de comportamento do tio do soldado Abílio, confesso apoiante do macrodiscurso de memória e identidade ditatorial, que, a dada altura, pressionado pela comunidade a aceitar a natureza irreversível da revolução, acaba por pôr de parte a imagem em que se revia inicialmente, em favor de uma adesão publicamente manifestada ao novo modelo que se instaura.

torno dela se moviam, partidos políticos, jogos de influências, ódios pessoais, as insaciáveis ambiçõeszinhas dos frustrados [...]” (FA, 327).

Dando rosto a esse tipo de prática, no plano romanesco, a figura do coronel Ricardo concentra em si todo um conjunto de vetores simbólicos que importa analisar, porquanto, para além da óbvia atuação a que as políticas do regime revolucionário conduziram, permite também aceder a uma dimensão mais profunda que se prende com a questão da memória e identidade portuguesas, mais particularmente, no que diz respeito ao tipo de estratégias encontradas pelos órgãos de poder, no sentido de solucionar a questão do trauma da ditadura do qual o país se pretenderia ver liberto, bem como do iminente confronto com a desagregação em definitivo da faceta colonial que ainda integrava a sua imagem.

Desde logo corporizando o tipo de perfil a que o tenente-coronel alude no seu relato dos saneamentos políticos, o seu superior hierárquico, coronel Ricardo, regula a sua atuação em função de um manifesto desígnio de ascender ao cargo de general, razão pela qual pressiona sistematicamente o seu subalterno, para proceder à eliminação burocrática de todos os que constituirão um potencial obstáculo no seu caminho. Declaradamente mais interessado no sucesso desta campanha do que naquela que, à partida, deveria servir realmente, o coronel não se coíbe, no entanto, de fazer uso da sua capacidade de identificação com o macrodiscurso do poder revolucionário, sempre que, daí, advenha um reforço adicional das probabilidades de concretização do seu desejo.

Confrontado, a dada altura, com aquilo que entende como inépcia do tenente-coronel em abrir portas à versão idealizada do futuro, que para si concebeu, “[indigna-se,] brandindo as páginas dactilografadas [...] resmungando, rosnando, ladrando [...] repentinamente patriótico, repentinamente socialista, repentinamente anti-burguês, repentinamente preocupado com os altos desígnios da Nação, repentinamente disposto, se necessário, a carregar sozinho nos ombros com oitenta e nove mil quilómetros quadrados de campanários, silêncio e esquecimento.[...]” (FA, 328).

Tal posicionamento de identificação parcial, ou melhor ainda, de pseudoidentificação com a versão oficializada do processo revolucionário, por parte do coronel, dá mostras, por um lado, da artificialidade inerente à sua conduta enquanto indivíduo,⁷¹ mas, por outro, enquanto corporização simbólica do próprio modelo de poder

⁷¹ A qual se adensa ainda mais, se se tiver em consideração o facto de que este integrava de forma inequívoca as fileiras do aparelho de poder ditatorial, o qual, à imagem do que faz no período pós-25 de Abril,

que o assiste nesse momento, revela também o caráter falacioso que a este (e respetivo discurso) se associa, porquanto se presta fundamentalmente ao controlo efetivo dos membros que compõem a comunidade, sob a forma da prática reiterada dos pouco escrupulosos abusos de poder.

Para além disso, e, aliás, como a própria voz do tenente-coronel deixa antever nessa sua apreciação do comportamento do seu superior hierárquico, é também evidente o tipo de orientação que subjaz a esse macrodiscurso oficial de memória e identidade e que se traduz, neste caso, na recuperação de um mesmo tipo de estratégia própria do regime ditatorial – a do silenciamento das vozes que, de algum modo, possam problematizar o caráter incontestável de que o macrodiscurso oficial de memória e identidade revolucionário se revestirá, bem como a da opção oficial pela prática do apagamento de tudo o que possa, ainda que momentaneamente, obstar à sua marcha em direção ao futuro.

É, aliás, nesse sentido, que, no romance, e contrariamente ao que seria esperado (segundo as palavras do soldado Abílio), pelo menos, por uma parte da comunidade nacional, a atuação do poder que se instaura, apesar desse aparente ímpeto primário de perseguição dos agentes do regime ditatorial, rapidamente se converte no que entendo como uma prática de apaziguamento de memória do trauma recente, através da adoção do esquecimento como estratégia primordial para o efeito.

Não é à toa que os agentes da PIDE não são apanhados, o mesmo acontecendo com virtualmente todos aqueles que antes se mostravam afetos à ditadura. Não há julgamentos ou execuções públicas. Nenhum daqueles aparece, como macabramente alguns esperariam, “[...] a baloiçar nos candeeiros da avenida [...]” (FA, 230), demonstrando, inequivocamente, que, com o aval dos próprios órgãos de poder, todos eles se encontram já imersos no tecido comunitário, isto é, integrando, reproduzindo e celebrando as linhas de força do novo *status quo* nacional, que, por sua vez, dada a ausência generalizada de quaisquer práticas de responsabilização dos promotores do macrodiscurso ditatorial, reitera a ideia de uma recusa deliberada em levar a cabo um trabalho de revisitação ou eventual integração no seio da sua especificidade, do trauma desse período negro da história recente portuguesa.

O macrodiscurso oficial de memória e identidade, que se estabelece a partir do 25 de Abril de 1974, surge, assim, como efetiva realidade complexa, integrando no seu âmago estratégias e mecanismos de afirmação que são, no fundo, reconfigurações politicamente

perpetuava de forma declarada na esfera pública, sempre que isso justificasse o cumprimento da sua agenda pessoal.

determinadas do discurso que veio a suplantar, mas que se veem elididas do olhar do coletivo, porquanto recobertas, e de forma algo paradoxal, pela capa discursiva de um posicionamento público de completa rutura com tudo aquilo que o antecedeu. Deste último, retiram os vetores de poder, que àquele discurso se associam, a conveniente tónica dominante que assistirá e legitimará a sua atuação, independentemente das metamorfoses que possam vir a sofrer ou do tipo de caminhos que determinem para o futuro da nação.

A ideia que, com base em *Fado Alexandrino*, se constrói acerca deste novo período da história portuguesa é, nesse sentido, a de que o modelo identitário e de memória que dele deriva se desenvolve, essencialmente, de acordo com três etapas distintas, acentuando, à medida que cumpre cada uma delas, o seu efetivo afastamento da matriz original em que se instituiu.

A primeira etapa dirá, naturalmente, respeito ao momento da sua génese e à integração do tópico revolucionário e seu tempestuoso clima de mudança, como linhas de força fundamentais na sua configuração, porquanto legitimam a capacidade de acesso ao poder e a erradicação do regime derrubado.

Por sua vez, a segunda corresponderá ao período imediatamente subsequente, em que se assiste à estabilização de todo o sistema, à criação das estruturas de apoio à ação macrodiscursiva que apoiarão o efetivo controlo do coletivo, revelando já um tendencial afastamento do espírito revolucionário, pela postura de moderação assumida no processo de erradicação dos vestígios da traumatizante memória ditatorial, ainda que professando discursivamente a sua inalterável ligação à matriz original.

Por fim, a terceira etapa, momento em que a promulgação do novo macrodiscurso se efetua já de modo inexpugnável, espraiando a sua influência a todo o coletivo nacional (o qual, nele, se revê em termos oficiais), corresponde, por sua vez, ao momento em que se assiste a uma clara reconfiguração de todo o paradigma, assente, por um lado, no que entendo como abandono tácito da vertente radical do espírito revolucionário, em função de uma nova reconfiguração dos destinos nacionais que passa, não pela concretização da utópica comunidade de cariz marxista, ou melhor, comunista, anteriormente celebrada como a meta a atingir, mas antes pela reorientação do movimento português no sentido da modernidade e do desenvolvimento, bem como da plena integração no plano europeísta, que, daí, eventualmente, derivará. Posto de outro modo, esta etapa corresponderá a um desvirtuar dos objetivos inicialmente traçados para a nação, em prol de um discurso de características diferentes, que visa, acima de tudo, aprisioná-la continuamente dentro da fase preparatória, que assistiria ao concretizar da tal utopia de uma “sociedade sem

classes”, isto é, forçando-a a uma perpétua movimentação dentro de um paradigma comunitário de natureza socialista.

É por meio da interação entre o tenente-coronel, em situação de aposentação compulsiva, e, de novo, o capitão Mendes, desta feita, também irradiado dos corredores do poder, no decurso do que se aparenta uma nova readoção da prática do saneamento político, que a ilustração dessa terceira etapa se torna mais evidente, no plano romanesco.

A expulsão desse capitão de Abril, das fileiras do exército português, revela simbolicamente a importância de que, a partir de dada altura, as figuras dos intervenientes na Revolução passam a revestir-se para os órgãos do poder, bem como os eventuais efeitos que poderão vir a provocar na capacidade futura de perpetuação destes últimos.⁷² Porquanto simbolizando um posicionamento extremista, radical, que já não se revela necessário para a continuidade da movimentação nacional portuguesa (agora, claramente liberta dessa tumultuosa matriz revolucionária), mas, mais do que isso, na medida em que se apresenta como efetivamente antagónico à natureza progressista e tendencialmente economicista, que a nova imagem parece pretender assumir sem reservas, torna-se necessário que o capitão Mendes (verdadeira corporização de memória da Revolução), ou outros como ele, sejam convenientemente removidos dos corredores do poder, a fim de que o novo macrodiscurso oficial de memória e identidade português se possa afirmar incontestavelmente na esfera coletiva.⁷³

Essa percepção acentua-se mais ainda, a partir do momento em que, irradiado do aparelho governativo e assumindo, por esse motivo, o estatuto de anónimo membro da sociedade civil, logo, sujeito de forma ainda mais avassaladora às pressões do coletivo, e respetivo macrodiscurso que o regula, o capitão acaba por exteriorizar, para o domínio da esfera pública, o que corporiza um produto da imagem idealizada do país, que vigora nessa

⁷² “[...] – O Mendes, na reserva?, perguntou o alferes, admirado. Lembro-me de ter ouvido falar nisso, de ler no jornal quando foi o vinte e cinco de Novembro, mas julgava que voltaram atrás com a decisão e o reintegraram.

– À maior parte sim, a ele não, respondeu o tenente-coronel a trepar de gatas para um sofá de ramagens. Ao Mendes consideraram-no sempre um comuna perigosíssimo, a nata dos comunistas, percebe, dos maus como as cobras, dos capazes de matar a família inteira com uma foice e um martelo. O coronel Ricardo, por exemplo, tinha um medo dele que se pelava. [...]” (FA, 653).

⁷³ “[...] Autenticamente de um dia para o outro, meu general, lamentou-se o capitão Mendes [...]. Mal cheguei ao quartel chamaram-me à secretaria, e ali mesmo, defronte dos sargentos, o coronel desatou aos berros comigo, a provocar-me, a insultar-me, acabaram-se as poucas vergonhas, acabou-se a anarquia, apresente-se no Comando da Região Militar que está lixado. [...] E em São Sebastião da Pedreira [...] fui recebido entre portas por um tenentezeco redondinho, efeminado, que me entregou um papel escrito à máquina, A sua passagem à reserva [...]

– O mais engraçado, meu general, é que na época em que me sanearam eu andava mais inocente do que uma freira [...]: as revoluções, percebe, as conspirações, o leninismo, a classe operária, as chatices, já não me interessavam puto. [...]” (FA, 655-656).

época em particular, e que corresponde, *grosso modo*, à do próprio presente diegético em que se desenvolve a intriga de *Fado Alexandrino*, onde a imagem de um Portugal obstinadamente esquecido do seu passado se manifesta de modo incontornável.

“[...] Que é que o meu general quer?, disse o capitão Mendes com ímpeto, se desejamos fazer parte da Europa há que tomar iniciativa, há que concorrer com o estrangeiro, e no interior da loja uma penumbra confusa, tumultuosa, abandonada de objectos [...] A nacionalização da banca, por exemplo, [...] além de estúpida é uma medida economicamente catastrófica, *soldados transidos que subiam para as Mercedes, para os unimogues, para os jipes, metralhadoras, bazookas, canhões sem recuo cobertos de bainhas de oleado, o capitão Mendes berrando ordens na parada, a manhã heróica cheia de ecos das botas pelo saibro*[...]. E depois com a lei dos despedimentos que temos que empresário se atreve, diga-me só, a investir, a aumentar os negócios, a criar postos de trabalho? *Mas este fulano não estava lá?, pensou o tenente-coronel, confundido, mas este fulano não exigiu isso tudo?* [...]” (FA, 658. Sublinhados meus).

A interposição da memória dos preparativos da Revolução de Abril, por entre o grosso do arrazoado de pendor capitalista, que o capitão Mendes vai desenvolvendo, reforça, neste exercício de rememoração do tenente-coronel, a ideia do tipo de prioridades que realmente se manifestam no universo comunitário português. Porquanto dá voz ao que, nesse momento constitui, aparentemente, a principal aspiração por parte do coletivo, isto é, a da sua integração em termos de igualdade no contexto das demais nações europeias, o posicionamento do capitão, pelo seu carácter inegavelmente paradoxal, acentua aquilo que entendo como a estratégia preferencial adotada pelo país, no sentido de atalhar caminho para a concretização desse mesmo anseio – a relativização completa do ideário da revolução, que aqui se vê claramente afastado, pelo menos na sua matriz original, da esfera de ação macrodiscursiva, porquanto desajustado das exigências desse novo futuro idealizado.

Reitera-se, portanto, em relação ao tratamento da memória do 25 de Abril de 1974, no período que, com base no romance, corresponderá aos inícios da década de oitenta, um tipo de atuação que reproduz aquela que se verificara diante dos efeitos da época da ditadura salazarista, e que aponta, de novo, no sentido de uma contínua intencionalidade de eliminar os obstáculos que possam, por um qualquer motivo, travar o perpétuo movimento português.

O Portugal derivado da política de memória que se afirma de forma gradual com o advento da Revolução de Abril é, assim, nas suas dinâmicas de funcionamento e de relação com os vetores de poder, tendencialmente idêntico ao que o conduzira a essa etapa, pois, muito embora confrontado com distintos cenários de reconfiguração da sua imagem que constituem, na sua essência, um desvio da meta traçada inicialmente, continua a assentar

na fuga deliberada das situações de confronto com o trauma e de responsabilização dos agentes que, à partida, as terão impulsionado, bem como na recusa de aceitação das representações de memória que poderão colidir com a especificidade de que a sua imagem se reveste, a dada altura, como formas preferenciais de conseguir manter intacto o seu macrodiscurso oficial.

O mesmo será dizer que, à semelhança do que acontece com a memória do período ditatorial, para que o regime democrático possa singrar livremente, também a vertente emotiva, radical e tumultuosa, presente na génese deste último, acaba por se ver convenientemente afastada da esfera do coletivo, a fim de possibilitar a afirmação pública, e liberta de qualquer vestígio de culpabilização, da nova imagem que se pretende para o país.

Esta questão é tão mais importante, se se considerar o próprio desfecho do romance em que, de um modo ou outro, e aliás, à imagem do que, neste ponto da produção literária de António Lobo Antunes, se começa a tornar uma nota dominante também, todas as personagens de contornos relevantes, nesse grande trabalho de recuperação de memória, são inexoravelmente direcionadas para um plano simbólico, que considero sinónimo do apagamento ou da seclusão forçada, num claro símile, mais uma vez, do posicionamento nacional em relação à problemática da sua memória e identidade.

Não é à toa que acaba por falecer de acidente de viação o soldado Abílio, reforçando, desse modo, a ideia da morte de memória a que viu sujeito o seu papel no passado da guerra colonial, em território metropolitano, tópico esse reforçado pelo próprio encarceramento do tenente-coronel e do alferes, o qual se deixa adivinhar pelos testemunhos incriminatórios, que se vão forçando às prostitutas que os acompanham na orgia alcoolizada da noite.

Por outro lado, e ainda que de importância secundária em relação ao contexto do jantar dos militares, a capacidade de reabilitação das memórias da época ditatorial silenciase em definitivo com a neutralização pela morte, daqueles que, à partida, mais fielmente reproduziram os seus efeitos, isto é, os tios de Abílio, mas também a própria tia do oficial de transmissões e sua criada Esmeralda.

Mais significativa, no entanto, é a morte macabra do oficial de transmissões, pela mão dos próprios camaradas, uma vez que constitui, a meu ver, em termos simbólicos, a nota final para este resumo da atuação comunitária portuguesa, nos inícios da década de oitenta.

A sua morte é, obviamente, em primeiro lugar, uma espécie de punição accidental fomentada pelo álcool, dado o ato de traição conjugal com a esposa do seu antigo superior hierárquico, o tenente-coronel. Todavia, é também este que, curiosamente, dentro desse pequeno coletivo antuniano, corporiza de modo inequívoco aquilo que a Revolução de Abril seria no início, especificidade essa que, como demonstrei, se vê, aliás, plasmada no próprio texto introdutório da Constituição de 1976.

O oficial de transmissões representa o verdadeiro espírito revolucionário que tem de ser erradicado, para que a imagem que, nessa altura, vigora em Portugal possa realmente afirmar-se de forma incondicional. Os colegas matam-no, também (e acima de tudo), porque este representa uma forma anómala de entender Portugal, uma política de memória e identidade que não tem qualquer espaço que admita a sua afirmação, mas, mais do que isso, que, para além de colidir diretamente com as matrizes essenciais do macrodiscurso oficial vigente, revela, de igual modo, a traição que lhe é inerente, a sua natureza desviante do projeto inicial que o tornou possível.

Por isso, só uma saída se impõe: a extinção simbólica de tal discurso alternativo, por meio de igual destino concedido ao único representante que lhe deu voz no plano romanesco, ainda que o próprio se destaque também dele numa fase posterior. A simples capacidade de evocação de tal memória é justificação suficiente para a sua morte.

Esta hipótese interpretativa ganha tanto mais sentido, quanto mais atenção se presta à atuação subsequente dos seus comparsas da noite.

A única grande preocupação que têm é, de facto, desligarem-se daquela situação, obviamente, em primeira análise, dada a questão do homicídio e o que serão as suas repercussões penais. No entanto, ao atentar-se no esforço de reabilitação de memória em que todos tomaram parte, até essa altura, esse desígnio de fuga justifica-se, acima de tudo, porque, ao longo dos dez anos que permeiam o seu regresso da guerra e o presente diegético, desenvolveram estratégias de sobrevivência e adaptação à especificidade nacional, que lhes possibilitaram a sua relativamente livre movimentação, mas que se veem colocadas em causa, a partir do momento em que se associam a uma política de memória como aquela a que o oficial de transmissões dá voz. Esta, apesar de revolucionária e de apostar na consecução de um mesmo tipo de objetivos que o Portugal contemporâneo só ilusoriamente ainda reclama para si (pelo menos no plano da linguagem oficial), é, no fundo, a mais óbvia denúncia de um abandono quase total desse espírito inicial de libertação, mas, mais do que isso, do regresso ao mesmo tipo de abusos na configuração identitária e de memória nacional, que se verificaram no passado.

O oficial de transmissões tem, pois, de morrer, uma vez que é o único entrave que assinala efetivamente o fracasso do projecto revolucionário de Abril, dada a especificidade do panorama nacional português.

Não é, portanto, um só, mas são, antes, vários os fados que se vão desenrolando, em *Fado Alexandrino*, oscilando entre o individual e o coletivo, num complexo exercício pós-moderno de reavistação do percurso da nação portuguesa e seu peculiar relacionamento com as questões da memória e identidade.

Capítulo III

As Naus - Alegoria de um Portugal-evolução

“[...] People are strange when you’re a stranger,
Faces look ugly when you’re alone.
Women seem wicked when you’re unwanted,
Streets are uneven when you’re down.
When you’re strange, faces come out of the rain,
When you’re strange, no one remembers your name.
When you’re strange, when you’re strange, when you’re
strange. [...]”
(Jim Morrison, 1993)

O ano de 1988 constitui um período dotado de particular interesse no que toca à problemática da memória e identidade nacionais que tenho vindo a desenvolver, na medida em que nele se encerra a convivência em simultâneo, na esfera da celebração pública, de vetores associados ao que entendo enquanto dois macrodiscursos de cariz oficial aparentemente antagónicos, cuja afirmação à escala do coletivo tipicamente implicaria a anulação de um ou de outro se se atentar naquela que foi a orientação deliberada de rutura a que o tratamento da memória nacional se viu sujeito, no seguimento do 25 de Abril de 1974.

Como já ficara demonstrado em *Fado Alexandrino*, a condição fundamental para que a metáfora de perpétuo movimento da nação pudesse ser novamente reiniciada (desta feita, no sentido do que viria a ser uma imagem ideal de matriz europeísta, em associação com as restantes nações que com Portugal partilham o espaço do velho continente), tinha sido, precisamente, o vantajoso abandono dos traumas do regime ditatorial que a comandara durante anos, bem como o da separação voluntária dessa faceta preponderante da sua grandiosidade que advinha do império colonial.

A prática do apagamento generalizado desse período recente da história nacional portuguesa (escrita sob o comando da ditadura) surgiu, assim, como uma espécie de mecanismo institucional de atuação que visava assegurar a remoção de todo e qualquer resquício de memória, que, de alguma forma, obstasse à constituição de um novo paradigma identitário ou, posto de outro modo, de um destino de proporções igualmente grandiosas que, mais uma vez, viesse instilar a necessária atmosfera de coesão no coletivo, assim como o desejo imperativo, por parte deste, de aspirar a uma outra imagem nacional, localizada algures num plano futuro.

É, pois, algo surpreendente, raiando, inclusive, o domínio do paradoxal, que, dentro de um mesmo espaço e propulsionado pela atuação omnipresente dos órgãos de poder, se manifeste e perpetue um macrodiscurso oficial de memória e identidade que redireciona o país no sentido da Europa, contemplando ao mesmo tempo a possibilidade de celebração pública do período das descobertas marítimas, dimensão essa que, pouco tempo antes, em pleno contexto revolucionário, havia sido praticamente banida da esfera da discussão oficial, dadas as suas incontornáveis ligações com o regime de Salazar, bem como com o conflito militar nas colónias em África, capítulo último de desastroso encerramento daquela época áurea da história portuguesa.

As grandes iniciativas de comemoração do 500º aniversário dos Descobrimentos que se desenvolvem por todo o território nacional, neste período, surgem, nesse sentido, como evidência incontestável de que Portugal se encontra, em finais da década de 1980, já numa etapa de natureza completamente distinta daquela a que o universo romanesco de *Fado Alexandrino* se reportara. Aparentemente, a(s) política(s) de memória e identidade que o regula(m) nesse momento parece(m) ter encontrado um qualquer mecanismo de coexistência entre a especificidade da visão moderna propugnada para o país e as temáticas que, ainda que de algum modo tidas eventualmente como passadistas, continuam a integrar os horizontes de memória e identidade que o definem.

O que se terá modificado, entretanto, para que de uma tendência para o repúdio oficial desse passado, no período imediato do pós-Revolução de 1974, se derivasse no que aparenta ser uma sua reintegração pacífica, em plena etapa de vigência do Portugal-evolução?

Por que motivo, e evocando em certa medida também algumas das práticas usuais da época ditatorial, se vê recuperada a propensão para o engrandecimento mítico dos tempos de outrora, como forma hipotética de produção de idênticos efeitos na imagem nacional, quando, à partida, daqueles tempos deriva uma das fases mais negras da sua

história recente? Constitui, efetivamente, tal prática um sinónimo de verdadeira integração de toda a sua amplitude traumática? Ou, pelo contrário, é esta também marca evidente de uma política de memória e identidade de natureza distinta, não só da que se vê destronada com o advento do 25 de Abril, mas, mais do que isso, da própria direção que, com base neste, se viria a professar inicialmente como a ideal?

A atmosfera identitária vigente em território português, que reproduz na sua essência os inevitáveis efeitos da ação macrodiscursiva dos órgãos de poder, vem corroborar por completo esta última hipótese, na medida em que, de facto, esse processo de celebração da grande aventura marítima portuguesa se pauta por uma espécie de recuperação seletiva de alguns dos seus episódios mais célebres, assim como dos protagonistas que, por meio da ação do discurso histórico, neles se viram imortalizados. Nesse sentido, tal processo não contempla, ao invés do que seria de esperar, igual esforço de análise desapiedada do seu contraponto colonial, cerca de cinco séculos mais tarde.

Na verdade, nos finais da década de 1980, é ainda extremamente diminuta, quer a quantidade de iniciativas que apresentam como linhas de força a intencionalidade de tratamento das problemáticas relacionadas com a dimensão colonial do passado recente, quer, por outro lado, a própria exposição que tais iniciativas recebem na esfera pública, o que permite deslindar, por sua vez, também um traço fundamental da própria orientação do macrodiscurso de memória e identidade que nesse período vigora em território nacional.⁷⁴

Tal macrodiscurso aparenta desenvolver-se com base numa opção deliberada pela recusa de um eventual confronto com a negatividade traumática inerente ao processo de desagregação do Império, opção essa que, de algum modo, se dissimula por meio do incentivo à prática da celebração pública do triunfo inaugural dos Descobrimentos. Pela ação da voz oficial, desvia-se, dessa forma, o olhar coletivo de uma dimensão pressentida

⁷⁴ Refiro-me, neste caso, à necessidade de reconhecimento de sérias questões associadas, não só à própria temática da Guerra Colonial, mas também aos efeitos que esta vem acarretar para os milhares de cidadãos que, nela, se veem envolvidos de uma forma ou de outra, para além de um esforço de revisitação sem reservas do próprio período ditatorial, que, nesta altura, seria mais do que justificado. A ausência de qualquer intencionalidade, por parte do Estado português, de se reportar a este tipo de questões está bem patente, por exemplo, na falta de reconhecimento das inúmeras situações da Síndrome de Stress Pós-traumático em soldados da Guerra Colonial, nesta época, já documentadas, como revelam algumas das (poucas) intervenções nas (igualmente raras) conferências que, curiosamente, só no início do século XXI, começam a organizar-se em grande número em torno da questão colonial, ou de reconhecimento, no plano oficial, dos deveres da nação para com esses mesmos militares, traduzíveis, por exemplo, na atribuição de benefícios específicos, como no caso de pensões, assistência social ou apoio médico especializado. Cf., a este respeito, Rui Teixeira (2002). Convirá aqui relembrar que o primeiro diploma legal que concretiza efetivamente o reconhecimento da participação na Guerra Colonial, para efeitos de aposentação, apesar dos inúmeros esforços desenvolvidos anteriormente nesse sentido, data unicamente de 11 de fevereiro de 2002, demonstrando claramente o quão tardio é o reconhecimento destas dimensões do passado nacional pelo aparelho governativo.

como eventualmente paralisante ou, pelo menos, atentatória contra o ideal de perpétuo movimento que se pretende inculcar no espírito da nação, o qual, sub-repticiamente, se veio edificando desde o início do período democrático e se vê agora plenamente legitimado com a integração do país no seio da então Comunidade Económica Europeia.

Verdadeira estratégia de compensação emocional, que visa preencher o espaço necessariamente vazio, deixado pelo “abuso de memória” (Paul Ricoeur, 2000) de que é alvo o período salazarista, com um excesso de rememoração e celebração de uma versão idealizada de um passado ainda mais remoto, tal prática surge, assim, enquanto ilustrativa da complexidade que subjaz ao próprio macrodiscurso oficial do Portugal-evolução, porquanto revela os mecanismos que concorrem para a sua estabilização, ilustrando, de igual modo, o tipo de relacionamento que tal macrodiscurso estabelece em relação às práticas discursivas nacionais que veio suplantar.

Muito embora de natureza essencialmente distinta do projeto revolucionário de edificação de uma sociedade “sem classes” e “liberta da opressão do jugo capitalista”, o macrodiscurso oficial de memória e identidade português dos finais da década de 1980 não assume publicamente esse óbvio desvio, apresentando-se, pela voz do poder, enquanto desenvolvimento direto e em total e perfeita harmonia com as bases estabelecidas, aquando da queda do regime salazarista. Tal estratégia de configuração discursiva só se torna possível, no entanto, devido ao facto de o aparelho de poder continuar a assumir como próprio o mesmo tipo de tratamento em relação à memória do regime ditatorial, que caracterizara o período imediato do pós-25 de Abril, estabelecendo, dessa forma, e ainda que parcialmente, a manutenção de um clima ilusório de perfeita continuidade entre discursos, indispensável para se legitimar, também, em termos de capacidade de atuação sobre o coletivo.

Há, portanto, nesse sentido, uma apropriação deliberada de alguns dos aspetos mais facilmente identificáveis ou visíveis do discurso da Revolução, nomeadamente essa espécie de repúdio sistemático do trauma ditatorial, com o intuito de garantir, por um lado, a aceitação comunitária desta nova reconfiguração macrodiscursiva de cariz europeísta, e, por conseguinte, a garantia da sua harmoniosa integração, bem como a preservação da própria estrutura de poder que a engendra e impulsiona.

Todavia, a readoção da prática do abuso de memória que assinala a especificidade do Portugal-evolução reveste-se de um carácter fundamentalmente distinto daquela a que se assiste no contexto revolucionário, uma vez que, em primeiro lugar, e contrariamente à tendência para o apagamento radical de memória que neste se verifica, aquela configura-se

de acordo com uma natureza mais moderada, ou, por outras palavras, nitidamente mais seletiva no objeto da sua atuação, e com propósitos bem mais ambiciosos, o que aponta de forma inequívoca no sentido de uma política de memória bem determinada que a condiciona.

Em primeiro lugar, os efeitos de tal política evidenciam-se no modo algo insidioso como se vê recuperada de forma parcial a própria memória das Descobertas. Como referi anteriormente, tal iniciativa de reorganização de memória visa, acima de tudo, instilar um necessário sentimento de coesão e espírito de iniciativa nacional que concorra no sentido da consecução da grandiosa imagem de modernidade e progresso económico, professada pelo poder, como se de uma tentativa de reprodução dos igualmente grandiosos feitos levados a cabo no passado quinhentista se tratasse. O reavivar do passado vê-se, neste sentido, desprovido de qualquer possibilidade de influência traumatizante, o que evidencia, em última análise, uma clara intencionalidade de assegurar a purga dos efeitos negativos que inerentemente se associariam à questão colonial, o que, por sua vez, revela também o papel algo vazio, superficial, que às figuras e eventos que o povoam vem a ser atribuído realmente. O objetivo do aparelho de poder será, por um lado, reforçar, então, a autoconfiança do país, confrontando-o com o seu glorioso passado, e, por outro, remetê-lo preferencialmente a um estado de quase infantilização, ao amputá-lo da maturidade que certamente adviria do confronto despudorado com as agruras existenciais do seu percurso recente.

O recurso ao esquecimento como arma preferencial para assegurar a criação ilusória de um perpétuo movimento nacional parece, no entanto, em pleno Portugal-evolução, assumir uma amplitude mais vasta, certamente determinada pela política de memória que o alimenta, porquanto almeja elidir do olhar coletivo a própria especificidade do momento primacial que está na origem desta nova etapa do país.

Não pretendo com isto, claro está, significar que, de algum modo, a Revolução de Abril constitui, enquanto evento em si, um alvo a abater em termos de memória, mas antes que, na sua essência (e, de novo, através da prática do apagamento), se vê profundamente reconfigurada no plano macrodiscursivo oficial da nação, de modo a tornar-se mais consentânea com a política de memória que o comanda e, por esse motivo, concorrendo para a sua incontestável naturalização aos olhos da comunidade.

Porquanto diametralmente oposto à natureza ideal da imagem que agora se professa, quer pelo seu carácter tumultuoso, emotivo e de profunda rutura com tudo o que o antecede, quer pela veemente negação de todo e qualquer modelo comunitário que assente

na perpetuação das enormes discrepâncias sociais, em função de um projeto economicista ou capitalista, o macrodiscurso oficial de cariz revolucionário surge, pois, enquanto potencial entrave à estabilização dessa nova imagem, razão pela qual se torna imperativo o seu aperfeiçoamento, a sua adaptação a um Portugal dos tempos modernos.

Não é, pois, de surpreender que esse processo de reconfiguração de memória e, logicamente, de natureza discursiva, se apresente como uma das prioridades máximas para os órgãos de poder nacional, o que, aliás, se vem a confirmar desde muito cedo, como fiz questão de demonstrar, no capítulo inicial da presente dissertação, aquando da análise do texto original da Constituição de 1976 e, mais particularmente, das significativas transformações de que foi alvo na revisão de 1982. Nesta reconfiguração discursiva da voz oficial pretendida pelo aparelho de Estado, os obstáculos iniciais do texto constitucional que, pelo seu caráter marxista exacerbado, se ofereceriam como denúncia evidente dos desvios sofridos pelo país na década seguinte, encontram-se convenientemente removidos, abrindo portas, desse modo, sob a forma de uma continuidade ou prolongamento, à possibilidade de integração dos vetores necessários para a concretização do projeto de matriz europeísta. No entanto, para além desta intencionalidade mais óbvia, uma outra deriva de tal processo de reconfiguração discursiva, evidenciando uma complexa e deliberada tentativa de influência sobre os domínios da memória e da identidade, que visa não só reforçar o sucesso da imagem do Portugal-evolução nesta época, mas, mais do que isso, garantir a consequente integração de uma forma distinta de compreender e relembrar o próprio passado que lhe está na base, por parte das gerações vindouras.

A remodelação discursiva que a revisão de 1982 introduz de forma discreta, no horizonte comunitário português, porquanto vem apresentar o momento da Revolução, não como um período conturbado, problemático e (necessariamente) de busca de novos caminhos a trilhar, mas antes como uma espécie de momento de viragem, em que o início do Portugal-evolução já estaria completamente definido, funciona também como estratégia de remoção de toda a atmosfera traumatizante que, em tal período, se fez obviamente sentir.

Questões como o plano algo caótico das lutas permanentes pelo poder que se instaura no imediato da Revolução⁷⁵ ou a forma atabalhoada como problemas que desta derivam se veem abordados (desde o processo de independência das colónias, ao modo como se desenvolve o acolhimento, em território nacional, dos que delas regressam), ou

⁷⁵ Derivado, claro está, do conflito entre diferentes macrodiscursos que pretendem ascender à esfera de influência macrodiscursiva oficial.

ainda a própria prática de extirpação quase total da memória da ditadura e o paradoxo e cobardia inerentes a tal procedimento, veem-se convenientemente afastados dos horizontes do que é permitido recordar no espaço da nação.

Dessa forma, para além das óbvias vantagens que tal prática acarreta no momento presente, garante-se que também aquelas gerações que virão a surgir no futuro, não só herdarão uma imagem de um Portugal resoluto, firme e lançado em contínuo movimento em direção ao cumprimento da prometida grandiosidade, mas também uma memória que o legitima, um verdadeiro passado novo completamente liberto de dúvida ou da possibilidade de estagnação traumatizante, que, a dada altura, acossara os seus antepassados.

O mesmo será dizer que o legado de memória e identidade que, no plano oficial, se edifica no Portugal-evolução é, fundamentalmente, um que se pretende assumir enquanto portento da determinação, do respeito pela liberdade, mas, mais do que isso, de completa fidelidade ao que é efetivamente real, negando implicitamente, para que tudo isso se torne possível, a permissão de reconhecimento ou acesso aos outros níveis da realidade que esse esplendor da sua nova imagem obscurece tiranicamente.

A exploração dos trilhos de memória que, desse modo, se veem interditados pela voz do aparelho de Estado português constitui, precisamente, o ponto de partida fundamental para que a produção literária de António Lobo Antunes conheça, neste período, uma nova etapa, com a publicação do romance *As Naus* (1988), o qual, desde o primeiro momento, e à imagem do que até esse ponto fora marca constante na obra do autor, evidencia uma clara intencionalidade de diálogo e conseqüente questionação do conjunto de representações simbólicas que, no plano macrodiscursivo oficial, regulam o espaço comunitário.

Fazendo uso de todo um conjunto de estratégias que, desde *Memória de Elefante*, se foram constituindo enquanto características da sua prosa e, nesse sentido, concedendo também ao leitor um certo sentimento de familiaridade e relativa desenvoltura no seu contacto com o material romanesco, o escritor retoma, em *As Naus*, a exploração das temáticas da introspeção, dos dramas existenciais do ser humano, da insularidade individual que lhe é inerente e das pressões a que se vê sujeito, no seu intento de aceitação por parte de um dado coletivo.

Por meio da perspectiva centrada no indivíduo e nos seus esforços de relacionamento com o espaço que o acolhe, desenvolve-se, assim, o acesso às questões da memória e identidade nacionais, porquanto tal estratégia permite, à imagem do que aponte para *Fado Alexandrino*, a ilustração dos efeitos do macrodiscurso oficial que regula o espaço em que

aquele se movimenta. No entanto, uma vez que esse mesmo indivíduo tipicamente se distancia de tal discurso, assumindo, quando muito, no espaço comunitário, um posicionamento de identificação parcial, a opção por tal perspetiva acaba por possibilitar também a identificação das falácias que àquele são inerentes, dos silêncios que nele forçosamente se integram, revelando, no fundo, a sua natureza essencialmente tendenciosa, porquanto afeta a uma política determinada pelos órgãos de poder oficial.

A esse pano de fundo já conhecido nos mecanismos de escrita de António Lobo Antunes vem, no entanto, em *As Naus*, aliar-se um elemento inovador, que, a meu ver, para além do carácter verdadeiramente genial que lhe concede, dota tal romance de um enorme potencial de sedução que aprisiona incondicionalmente quem lê, acabando, em simultâneo, por atenuar, até certo ponto, a dor que inevitavelmente se associará ao contacto com um discurso de memória alternativo ao que tipicamente é veiculado pela voz do poder, o qual se vai erigindo por entre as páginas do romance. Refiro-me, neste caso, ao uso da paródia enquanto elemento fundamental da arquitetura narrativa, a qual, em *As Naus*, se vê também intimamente associada à exploração da temática pós-colonial, reforçando, por um lado, o carácter inegavelmente pós-moderno da obra em questão, e, para além disso, ditando um novo ponto de viragem na produção literária do autor, porquanto se vê, daqui em diante, assinalada, mais uma vez, por uma capacidade de reinvenção, quer no que toca aos materiais efabulados, quer no que diz respeito às estratégias que concorrem para essa efabulação.⁷⁶

A opção pela paródia, em *As Naus*, começa, desde logo, a fazer-se repercutir no próprio título do romance. À semelhança das obras que o antecedem, em que este ponto inicial de contacto com o artefacto literário se revela de extrema importância para a edificação dos sentidos que, ao longo do texto, se virão a construir, também a plurissignificação aqui marca a sua presença, dando corpo, no entanto, a uma espécie de atmosfera lúdica, algo provocatória ou de ludíbrio, cujos verdadeiros contornos só irão desvelar-se posteriormente.

Dado o próprio contexto macrodiscursivo oficial que vigora em território português, à data de publicação do romance, a expressão “As Naus” implicará forçosamente, num primeiro momento, o evocar de um período específico da história, memória e identidade portuguesas, parecendo, por esse motivo, integrar-se naquela que será a tendência generalizada da comunidade nacional para, mais uma vez, apropriando-se

⁷⁶ Sobre os usos da paródia no domínio literário, e, em particular, no que diz respeito à literatura pós-moderna, cf., entre outros, Linda Hutcheon (2000).

de modo tendencioso de extratos do seu percurso passado, celebrar uma determinada faceta grandiosa que, embora irremediavelmente comprometida, continua a ser vista enquanto estratégia aceitável de engrandecimento ou reforço da sua própria imagem no momento atual. No fundo, trata-se de uma espécie de ilusão que se cria e que visa despoletar precisamente essa recordação oficializada do período áureo dos Descobrimentos como ponto de partida para o que virá a seguir, isto é, o confronto com todas as dimensões inerentes à desagregação desse mesmo período, as quais, por meio do seu silenciamento, subsidiaram a imagem que agora regula os destinos do país.

Nesse sentido, o título indicia desde logo a relevância que, no plano romanesco, se atribui à estratégia da paródia, uma vez que é precisamente por meio dele que se estabelece inicialmente um dos elementos mais significativos que àquela estratégia se associam, e que determina, desde o primeiro instante, o modo como a abordagem das problemáticas da memória e identidade se desenvolve no corpo do texto, isto é, o processo de “transcontextualização” (Linda Hutcheon, *ibid.*).

O que, por meio desse processo, essencialmente se opera é uma deslocação de um elemento típico de um determinado contexto (neste caso em particular, de matriz histórica, mas também de memória e identidade) para um outro de natureza distinta, localizado no presente, sem que, no entanto, as ligações que tal elemento mantém com o plano de que é originário se desmantelem por completo. Daqui deriva que, uma vez integrado nesse novo plano, o seu potencial de atuação vê-se consideravelmente expandido, pois, para além da reatualização constante do universo que o enformava anteriormente, esse elemento passa também a interagir com a própria especificidade do plano em que se encontra. A sua significação primordial, muito para além de um mero exercício de recolção de algo que aconteceu, vê-se aqui expandida, reconfigurada, surgindo como mecanismo de contraponto das matrizes do novo plano para o qual se deslocou, e com o qual entra forçosamente em diálogo, abrindo portas a outras dimensões significativas, ou, se se pretender, de conhecimento.

Partindo deste pressuposto, e atendendo à própria especificidade do Portugal dos finais da década de 1980, o título “As Naus” encerrará, portanto, essencialmente a promessa de três linhas de interpretação distintas ou de caminhos de memória e identidade a levar a cabo no contacto com o romance.

O primeiro, de leitura mais imediata, e apesar da dimensão pós-moderna que a ele se associa, prender-se-á, então, com uma intencionalidade de evocação e justa homenagem do período das Descobertas, bem como das figuras que nele desempenharam um papel

incontornável, o qual se viu, inclusive, fixado para a posteridade, através do discurso histórico.⁷⁷ O segundo caminho dirá respeito, por sua vez, ao resultado do processo de reintegração desse mesmo motivo, pela mão do aparelho de Estado, no universo comunitário português moderno, assim como aos “aperfeiçoamentos” ou reconfigurações de que é alvo, de forma a tornar-se unívoco com a própria ideologia que sanciona a sua utilização no domínio da esfera pública. Do confronto entre estes dois caminhos que, no espaço do romance, acabam por funcionar como uma espécie de pontos delimitadores, ou, posto de outra forma, enquanto enquadramento para a problemática relação de Portugal com a sua memória e identidade, derivará um terceiro e fundamental percurso, o qual intenta oferecer pistas para o conhecimento alternativo do que subjaz ao macrodiscurso oficial vigente nesse período, e que assenta essencialmente na proposta de uma revisitação ficcional das dimensões de memória banidas do plano da celebração oficial portuguesa.

Por meio da paródia, em *As Naus*, desenvolve-se, assim, uma verdadeira alegoria do país dos finais da década de 1980, em termos de identidade, pois, por debaixo da promessa em forma de título que remete inicialmente para o passado remoto de 1500 ou para o presente, cerca de 5 séculos mais tarde, uma outra promessa se desenvolve. Sob essas histórias esconde-se uma outra história. O tecido romanescos de *As Naus* é, portanto, a “caverna” que temos de percorrer para descobrir o conhecimento que se esconde para além da aparência discursiva oficial do Portugal-evolução.

A entrada no texto do romance dá-se com a apresentação de uma das figuras de maior relevo do imaginário associado ao período da expansão ultramarina, a qual, graças aos efeitos da paródia, coloca de forma inequívoca sobre o plano da discussão todas as dimensões que o título somente indicaria. Reforçando essa tendência de criação de uma atmosfera simultaneamente sedutora e enganosa, e ainda que reativando em latência a memória apelativa de um período passado, a personagem Pedro Álvares Cabral surge delapidada de toda e qualquer dimensão grandiosa em termos de configuração narrativa, sendo que, não fosse a questão do nome, dificilmente se destacaria por entre a massa disforme de cidadãos anónimos que, após a queda do regime ditatorial e consequente perda das colónias, se viu na obrigatoriedade de regressar à Pátria-mãe, sob o estigma de uma campanha marcada pelo insucesso.

⁷⁷ Não querendo subtrair, obviamente, essa dimensão de homenagem, que resulta, em última análise, do reconhecimento do valor mítico de tais eventos e personagens, o facto é que é bem patente também a intencionalidade autoral de proceder a uma problematização do próprio processo que subjaz a essa vertente simbólica, o que se insere claramente na estética pós-moderna, nomeadamente no seu esforço de problematização do discurso histórico e das suas associações inevitáveis a uma qualquer dinâmica de poder ou à política que dela deriva.

Estipulando de imediato as coordenadas temporais que assinalam o seu esforço de memória no momento de retorno⁷⁸, Pedro Álvares Cabral, à imagem dos restantes que irão partilhar a galeria de ilustres personagens de *As Naus*, estabelece-se como uma espécie de figura multifuncional, que concentra o início e o término desse processo marcante para a identidade e memória do país, prestando-se, por esse motivo, dada a especificidade da sua configuração romanesca, a uma mais acutilante perspetivação dos mecanismos de atuação do macrodiscurso oficial de memória e identidade que domina o país contemporâneo da publicação do romance:

“[...] – Os que regressavam consigo, clérigos, astrólogos genoveses, comerciantes judeus, aias, contrabandistas de escravos, brancos pobres do Bairro Prenda, do Bairro da Cuca, abraçados a volumes de serapilheira, a malas atadas com cordéis, [...] formavam uma serpente de lamentos e miséria aeroporto adiante, empurrando a bagagem com os pés [...] na direção de uma secretária a que se sentava, em um escabelo, *um escrivão da pureza que lhe perguntou o nome (Pedro Álvares quê?)*, o conferiu numa lista dactilografada cheia de emendas e de cruces a lápis, tirou os óculos de ver ao perto para o examinar melhor, inclinado de banda no poleiro de fórmica, *passeou o polegar errático no bigode e inquiriu de repente Tendes família em Portugal?*, e eu disse Senhor não muito depressa [...] *Nenhuns parentes, nenhum cunhado, nenhuma relação distante?*, à medida que preenchia formulários, multiplicava números numa calculadora de bolso, me estendia um papel para assinar, *Aqui*, [...] *Tem oito dias para comparecer nesta repartição, agora veja lá*. [...]. *Quanto ao comer e ao dormir, explicou o escrivão [...] sem olhar sequer ou se preocupar [...]* arranjámo-lhe lugar na Residencial Apóstolo das Índias, [...] meta-se num autocarro e pergunte pelo senhor Francisco Xavier, o que se segue. [...]” (AN, 14 a 17. Sublinhados meus.)

Atendendo ao modo como é retratada esta situação de contacto inicial entre a figura do navegador/retornado e a estrutura de atuação que o aparelho de poder nacional impulsiona sobre o coletivo, no intuito de garantir a prevalência da sua política de memória e identidade, é inevitável passar ao lado da dimensão eminentemente alegórica que se lhe associa.

Em primeiro lugar, o carácter anódino da designação escolhida para esta personagem em particular, dadas as circunstâncias que a rodeiam no espaço romanesco, faz com que, para além da evocação desse passado mítico que o vira inicialmente surgir, se estabeleça um agudizado cenário de confronto entre tal vertente simbólica profusamente recuperada e celebrada em diversos momentos da história nacional e a problemática etapa de desagregação colonial que assinala o seu fim, mas que, nem por isso, vê reconhecido o seu

⁷⁸ Ainda que, mais uma vez, se revele posteriormente que também isso é ilusório, pois, muito embora surja a informação de que “[passara] por Lixboa há dezoito ou vinte anos a caminho de Angola [...]” (*As Naus*, 11), estabelecendo inicialmente a sua pseudo-condição de indivíduo anónimo, cujo conhecimento se localiza essencialmente no momento presente, pouco tempo depois alude a outras figuras com quem supostamente partilhou vivências anteriores, e que o situam num passado muito mais remoto, como, por exemplo, no caso do Infante D. Henrique ou Gil Eanes, reiterando, dessa forma, o carácter multifacetado que a estratégia da paródia lhe concede. Referir-me-ei, doravante, à obra, para efeitos práticos no trabalho de citação, através das iniciais AN.

idêntico direito, se não, à celebração pública, pelo menos, à possibilidade de recuperação e afirmação discursiva no mesmo plano.

A integração de Pedro Álvares Cabral nessa “serpente de lamentos e miséria aeroporto adiante” constitui, assim, uma estratégia de configuração literária que, simultaneamente, visa restabelecer a íntima ligação entre duas facetas de uma mesma memória que se vê, no entanto, dividida pela barreira de silêncio erigida pelos órgãos de poder nacional, em função do seu projeto ideológico para a comunidade.

Daí deriva que, dado o seu forte pendor simbólico, para além de agudizar a percepção de um generalizado sentimento de perda e decepção nacional, o navegador surge também (à imagem das outras personagens que se lhe seguirão), enquanto espécie de espectro de memória que visa, fundamentalmente, pela sua autoridade, forçar o reconhecimento de uma dimensão que se pressente traumática, bem como a sua recuperação e veiculação para o domínio público, como forma, por um lado, de fazer justiça a todas as suas facetas, mas, por outro, e acima de tudo, de possibilitar o acesso, por parte da comunidade nacional, a um modo de relacionamento com a sua imagem assente, não numa conceção dominada pela visão política do aparelho de Estado (e, por isso, redutora), mas, sim, na constante ânsia de descoberta e aprofundamento das dimensões que se escondem por detrás dessa mesma imagem.

Não é, pois, de surpreender que, dado o seu carácter anómalo e subversivo, Pedro Álvares Cabral seja alvo de um acolhimento tão particular como aquele que é dado a conhecer na passagem que selecionei, ilustrando, de modo quase impercetível, não só essa dimensão discursiva oficial do país a que regressa, mas também da própria estrutura de poder que zela pela sua preservação futura.

O diálogo breve que se estabelece entre aquele e a figura do “escrivão da puridade” é, aliás, nesse sentido, extremamente significativo, na medida em que, apesar de permeado por essa vertente lúdica que a prática da paródia instaura tipicamente, dá mostras inequívocas (ainda que no plano ficcional) do próprio desafio que o regresso de tal personagem constitui para a orientação identitária da comunidade portuguesa, não só no que diz respeito ao presente diegético, mas também ao próprio presente histórico que, por arrastamento, se vê problematizado pelo romance.

O comportamento algo hesitante assumido pela figura do escrivão indicia claramente o paradoxo que, diante de si, se apresenta e que o obriga a ponderar cuidadosamente os moldes da sua atuação, em primeiro lugar, uma vez que ele próprio é um elemento plenamente integrado nas dinâmicas da comunidade nacional, mas, muito

para além disso, constitui, nessa circunstância, o representante máximo da estrutura do poder e, como tal, o único garante da aplicação total e com sucesso da política de memória a que se encontra afeto.

Imerso nos seus afazeres profissionais de controlo exaustivo da massa de pessoas que regressa, é, primeiramente, o nome do indivíduo diante de si que despoleta a sua reação inicial, que, a meu ver, se integra diretamente naquela que será a sua perceção do macrodiscurso oficial que o rege e que, nesse espaço, também reatualiza.

A necessidade de confirmação inicial do apelido do navegador (supostamente para efeitos de identificação na lista que está diante de si), ainda que atribuível, eventualmente, à pressão inerente ao contexto profissional em que se encontra, demonstra que (de modo semelhante ao efeito que a situação provocará no potencial leitor) há um processo de recuperação de memória que se estabelece no íntimo do escrivão, um paralelo que se desenvolve entre esse estímulo que recebe, no contexto do aeroporto, e o conjunto de representações simbólicas que o definem enquanto membro de uma comunidade maior e que o colocam diante de uma situação que testa a resistência dessas mesmas representações.

Porquanto veiculada de forma tendenciosa e parcial pelas práticas discursivas do aparelho de Estado, a figura de Pedro Álvares Cabral (conjuntamente com a vasta maioria das que surgirão no decurso de *As Naus*) constitui aos olhos do escrivão, assim como, à partida, aos de todo o indivíduo que, de igual modo, se encontre afeto à imagem oficial do país, um símbolo exclusivo de uma grandiosidade passada que é ainda parte integrante do conjunto de representações nacionais em que se revê.

O mesmo será dizer que a estranheza do seu surgimento neste contexto em particular, muito mais do que derivar da própria transgressão dos ditames temporais que a torna possível, fica a dever-se realmente ao facto de se encontrar imiscuída, neste caso, num processo histórico e social que é completamente avesso à representação típica de que é alvo nos horizontes de memória no espaço português. Para todos os efeitos, Pedro Álvares Cabral e o processo de desmantelamento do Império colonial em nada se podem relacionar, no que à memória e identidade oficial portuguesa dirá respeito.

É, pois, por se deparar com uma situação de natureza fraturante, na qual uma representação sancionada pelos vetores de poder estatal, não só assiste, mas toma aparentemente parte ativa numa outra que foi completamente banida da esfera da celebração pública, que o escrivão recorre às estratégias de que dispõe no momento, a fim

de se assegurar de que a sua conduta será conforme o modelo identitário que o regula, e que daí derivará efetivamente a resposta adequada à situação.

O tirar “os óculos de ver ao perto para o examinar melhor” é, no fundo, a estratégia de aplicação mais eficaz que o representante do poder consegue engendrar, a fim de se certificar, de facto, se o indivíduo diante dele corresponde realmente (ou não) à personagem que integra a galeria simbólica que enforma a sua identidade, como se de um comportamento quase inconsciente de defesa se tratasse.

Nesse sentido, aliás, a própria atuação que se lhe segue vem reforçar esse clima de dúvida receosa, esse pavor momentâneo da ameaça de um eventual confronto (ainda que simbólico) entre a figura mítica e acusadora do navegador e o resultado final da grandiosa causa para a qual tão arduamente contribuiu, e cujo grande responsável é precisamente o aparelho de poder que o escrivão representa. O “passar o polegar errático pelo bigode”, porquanto indiciador da hesitação que assinala o seu comportamento, é também demonstrativo que, no seu íntimo, um qualquer conflito se desenrola entre aquela que será a sua identidade e percepção pessoal e aquelas que, da esfera do poder, o condicionam de forma interminável, dado o vínculo que com elas mantém.

Daí que, apoiando-se (certamente) nas diretrizes que emanam do aparelho de Estado e, mais precisamente, da política de memória que este inexoravelmente perpetua, o escrivão opte, em primeiro lugar, por uma espécie de processo de anulação burocrática desse indivíduo, reduzindo-o a idêntica condição à dos restantes anónimos que se lhe seguem na fila, questionando-o, para além disso, acerca da existência de familiares que o possam receber. O intuito, claro está, que se esconde por detrás de tal pergunta, muito mais do que garantir o acolhimento do navegador retornado, é efetivamente assegurar que, por meio desse mesmo acolhimento, se processará também a sua integração plena nas dinâmicas identitárias e de memória oficiais do tecido comunitário português, como mecanismo de eliminação cómoda da vertente de memória traumática que o seu regresso inevitavelmente implica.

Diante da ausência de tal possibilidade, o único caminho permitido é aquele que o escrivão lhe acaba por estipular, isto é, a deslocação para a Residencial Apóstolo das Índias, espécie de espaço de reclusão de memória e identidade, onde, como demonstrarei adiante, tudo o que eventualmente possa consigo transportar lhe será, à imagem da sua dignidade humana, criteriosamente amputado, até um estado de completa e total anulação.

Não é, pois, de surpreender que a nota final do contacto entre Pedro Álvares Cabral e o escrivão seja precisamente a do óbvio desinteresse deste último. A preservação do

macrodiscurso oficial de memória e identidade português está, mais uma vez, assegurada, desta feita, no plano ficcional, através da erradicação burocrática de uma primeira possibilidade de confronto com a dimensão paralisante do trauma do desaire colonial.

O capítulo de abertura de *As Naus* estabelece, assim, a tónica dominante que assistirá à configuração de todos os percursos diegéticos, evidenciando de modo permanente – e ainda que conhecendo algumas variações, em função da natureza particular da sua galeria de personagens –, a tendência generalizada, por parte da comunidade nacional portuguesa, para atuar na estreita dependência do que se pressente o conjunto de diretrizes estipuladas pela sua omnipresente política de memória oficial, e, em última análise, pelos mecanismos de poder que a impulsionam.

Apesar da constância desse tipo de posicionamento nacional em relação a todas as personagens que, no plano romanescos, se veem assinaladas pela prática da paródia⁷⁹, o facto é que na maior parte dos casos ele se reveste de uma natureza mais ou menos subtil, algo refreada, muito provavelmente, devido à grandiosidade simbólica que tais figuras inevitavelmente evocam, a qual, à partida, e de modo semelhante ao que aponte para Pedro Álvares Cabral, acaba, numa primeira etapa, por funcionar como uma espécie de elemento dissuasor ou intimidatório, que, apesar de testar efetivamente a resistência do macrodiscurso oficial com que se deparam, parece coibir até certa medida a manifestação completa e sem reservas da ação do aparelho de poder.

É por esse motivo que a inclusão do casal anónimo de retornados no espaço romanescos, muito embora, à primeira vista, se assemelhe de tipo algo dissonante, dadas as circunstâncias que dominam toda a arquitetura que os rodeia, se torna tão importante em termos funcionais, na medida em que permite levar a cabo uma leitura mais aprofundada das práticas resultantes da ação macrodiscursiva oficial, a qual, por sua vez, vem lançar inevitavelmente uma outra luz sobre o conjunto de procedimentos de que, no texto, são alvo as figuras reabilitadas da época das Descobertas, bem como a memória que corporizam.

Como se só por meio da exploração romanescas do tema do anonimato, mas, mais do que isso, do verdadeiro terreno fértil que este constitui, no que toca à incapacidade de resistência aos efeitos do macrodiscurso oficial de memória e identidade, fosse realmente possível aceder a um conhecimento exaustivo de tudo o que acontece sob a égide despótica do aparelho de poder revolucionário, para que depois se possa efetuar o cruzamento de tal

⁷⁹ Como é, por exemplo, o caso de Camões, Diogo Cão, D. Manuel ou Vasco da Gama, entre outros.

leitura com a atuação “parcial” desse mesmo aparelho que se desenvolve sobre as restantes personagens.

No fundo, não é tanto uma diferença substancial no tipo de tratamento a que todas as figuras de *As Naus* se veem sujeitas, mas antes, no que à intensidade desse tratamento dirá respeito. Porquanto anónimos – e, por isso, claramente desprovidos de qualquer voz e capacidade de exercício de poder – os elementos do casal de retornados sentem a ação repressiva inerente ao processo de estabilização do novo macrodiscurso oficial em toda a sua extensão, constituindo, por esse motivo, a sua perspetiva dos acontecimentos a melhor forma de apreender o conjunto de intenções e respetivos mecanismos que estão presentes ao longo de todo o processo.

É ainda em território africano que o momento de profunda viragem no panorama nacional português é dado a conhecer, por meio da reabilitação de memória do casal, reforçando, desde logo, a noção de um acentuado desfasamento entre os moldes típicos de funcionamento comunitário em território ultramarino e aqueles que regulam o coletivo da metrópole, para além do caráter fortuito de que aparentemente se reveste a Revolução. À semelhança de tantos outros portugueses que com eles integravam a aventura colonial, é com relativa surpresa que “[uma] noite [escutam] *por acaso* na telefonia, num vendaval de assobios, a revolução de Lixboa, notícias, comunicados, marchas militares, a prisão do governo [...]” (NA, 42. Sublinhados meus.), a qual se repercute de forma quase imediata no modo como o universo em que se encontram passa a funcionar.

“[A] tropa parecia menos crispada, os bombardeamentos rarearam, *pretos* de óculos flamejantes e camisas de feriado *instalaram-se nas esplanadas e nos largos no lugar dos brancos* [...]”(NA, 43. Sublinhados meus.), evidenciando, em primeira mão, o fim do modelo ditatorial veiculado nas colónias, assim como a total inversão de papéis por parte dos indivíduos que sob ele se movimentaram durante décadas, aparentemente, tornada possível (e perfeitamente legitimada) pela nova estrutura de poder que acabara de estabelecer-se.

Tudo parece apontar no sentido da própria solução política que viria a ser adotada pelo Estado português para dar uma resolução célere ao problema das colónias, porquanto, de facto, esse movimento de ocupação negra do espaço outrora controlado pelos colonizadores se efetua sem qualquer espécie de compromisso, o qual, no entanto, ainda que relativamente legitimado pelo que se pode entender enquanto justificada recuperação de um qualquer território pelos seus verdadeiros donos, se deve perspetivar também

enquanto acarretando um outro efeito bem mais significativo para as problemáticas que tenho vindo a desenvolver.

Esse movimento de reocupação dos espaços corresponde também a um trabalho de reconfiguração identitária, ou, posto de outro modo, de “reafricanização” do espaço colonial, que toma como premissa de atuação o apagamento progressivo de todos os resquícios de memória da presença e domínio dos colonizadores ao longo dos tempos, o que, aliás, se denuncia de forma explícita no modo como “[...] os pretos [...] aumentavam nas casas atoladas nos caniços dos rios. Ocupavam as casernas que a tropa deixara [...], acomodavam-se nos bancos de jardim [...]; entravam e saíam nos cretones do palácio do governo, pisando com desdém as lajes do poder [...]” (NA, 46.).

Tudo isto se processa sob o olhar atento do aparelho de Estado português, que, para além de o permitir através da inoperância dos seus mais diretos representantes, parece efetivamente querer contribuir para o acelerar de tal processo, na medida em que tudo faz para que os vestígios da presença portuguesa, nesse território, sejam rapidamente elididos, começando pela debandada geral das suas forças militares e estendendo, de seguida, essa atuação aos milhares de cidadãos que, aí, se encontravam estabelecidos.⁸⁰

Daí deriva claramente que a tendência de relacionamento com a questão colonial em território africano funciona como espécie de prenúncio daquela que será a orientação adotada também em território nacional, o que, aliás, se evidencia, mais uma vez, por meio do relato que se sucede na voz do casal de retornados.

A ironia subtil com que é apreciada “[a] generosidade inexplicável [de uma] possibilidade gratuita de tornar a Portugal [, que lhes é endereçada na primeira reunião] no Cine-theatro [por] um coronel de artilharia [...]” (AN, 43.) dá mostras de que, no fundo, numa primeira etapa, o objetivo do aparelho de poder é efetivamente persuadi-los a regressar ou, de outro modo, garantir que, porquanto ainda vinculados aos efeitos de um macrodiscurso ditatorial, não permanecerão em território africano, onde poderão certamente atuar como espécie de obstáculos a um novo paradigma identitário que se começa a estabelecer.

É, por isso, fundamental que regressem, na medida em que, uma vez na metrópole, poderão efetivamente ser “processados”, de forma a integrarem-se nas dinâmicas coletivas

⁸⁰ “[...] Os oficiais de tripas puídas debandaram [...] e tomaram o avião para a Europa. Batalhões completos, convulsos de amibas e lombrigas, com os furriéis a cabecearem de doença do sono logo após a charanga e a bandeira, alçavam-se para navios ferrugentos carregando as suas armas e os seus mortos.[...] As naus aportavam vazias e partiam cheias, convexas de gente e de caixotes. Bissau despovoava-se de brancos [...]” (NA, 43 e 44.)

sancionadas pelos órgãos oficiais ou então, caso tal não aconteça, outros mecanismos poderão ser empregues, a fim de garantir que não representarão qualquer potencial ameaça à nova estrutura de poder e respetiva metáfora de perpétuo movimento que se implementa.

Diante da aparente indecisão do casal em fazer a viagem de regresso, o carácter sub-reptício dessa intencionalidade estatal torna-se um pouco mais evidente, a partir do momento em que, convocados para uma segunda reunião de colonos, decorrida uma semana, lhes são, dessa feita, garantidas:

“[...] passagens para o reyno *depois de horas de explicações confusas*, no decurso das quais três maiores em uniforme de combate, *postados atrás de uma mesa com o escudo da nação*, *berraram discursos veementes acerca do fascismo que nos matou ao sol de frigideira do campo de concentração do Tarrafal, da censura eclesiástica da polícia [...], do colonialismo que até o Papa condenou* no discurso de encerramento do Sétimo Congresso dos Esperantistas Cristãos *com as palavras consternadas da nossa preocupação apostólica. [...]*”(AN, *ibid.* Sublinhados meus).

A imagem de um aparelho de poder genuinamente preocupado com os seus cidadãos e cujo carácter benévolo se tentara veicular, aquando da oferta de retorno inicial, é, neste ponto, alvo de uma desconstrução progressiva, deixando a descoberto a sua natureza verdadeiramente autoritária, ainda que não revelando a totalidade da visão inerente à sua política de memória e identidade, nomeadamente no que à solução reservada para aqueles que das colónias regressariam diz respeito.

A forma como os militares se posicionam diante dos seus interlocutores, corporizando inequivocamente o braço de atuação estatal, revela pelo seu tom eminentemente repressivo, por um lado, a inexpugnabilidade de que se pretende revestir toda a estrutura que o apoia, e, por outro, o verdadeiro custo dessa possibilidade de retorno que se oferece. A condição para o acesso ao universo comunitário da metrópole é, implicitamente, a adesão incondicional e submissa ao repúdio do macrodiscurso oficial de índole salazarista, sem que, para tal, e apesar das “*explicações confusas*”, se desvele a completa especificidade do novo modelo discursivo que o veio suplantar. Posto de outro modo, mais do que a interiorização real do macrodiscurso de cariz revolucionário que permitiria, à partida, ao casal de retornados, a possibilidade de uma menos complexa integração no coletivo português (e que aqui se vê impossibilitada, dado o carácter verdadeiramente ambíguo segundo o qual é apresentado), o que se lhes exige, de facto, é o cumprimento escrupuloso da estratégia gizada pelos órgãos oficiais para a concretização de tal discurso, isto é, o apagamento total e sem reservas da sua memória e identidade nas colónias.

Amputados da existência que, até aí, haviam conhecido e confrontados com o imperativo de se deslocarem para um outro plano cuja especificidade discursiva desconhecem quase na totalidade e para a qual não possuem formas de acesso, é, pois, tão-somente natural que ambos os elementos do casal afirmem que “[...] Já não pertencemos nem sequer a nós, [...] Não somos de parte alguma agora [...]” (NA, 45 e 46.).

Essa verbalização consciente do real estado límbico a que foram conduzidos, no momento que antecede o regresso amargurado em direção ao continente europeu, é claramente demonstrativa do sucesso de que se revestem os intentos do aparelho de poder, no que diz respeito ao cumprimento da sua estratégia para a resolução da ameaça da problemática colonial. Como se de uma espécie de antevisão do que, efetivamente, está reservado para o desafortunado casal se tratasse, pois será precisamente a concretização em definitivo desse estado de “despauamento” a única realidade que lhes será dada a conhecer.

Daqui deriva a noção de que, no fundo, o modo como a questão do seu eventual reingresso nas dinâmicas coletivas nacionais lhes é colocada visa não realmente prepará-los para o que irão encontrar, mas antes, conduzi-los a um estado de ambiguidade e, conseqüentemente, insegurança, para que, desprovidos de qualquer base estável de atuação, se submetam de forma incondicional às iniciativas que lhes sejam impostas, resolvendo-se, assim, o problema daqueles que regressam das colónias, bem como o do risco que a sua memória virá a representar para o novo macrodiscurso oficial português.

Nas elucidativas palavras do “tenente de cabelos ralos”, que se lhes dirige, aquando da sua chegada a Portugal, o seu “acolhimento temporário” no Hotel Ritz:

“[é] por *pura benevolência paternal* das autoridades revolucionárias preocupadas *em zelar pelo conforto e tranquilidade dos seus filhos* até o Estado democrático, nascido, com a ajuda da parteira mão castrense, do ventre putrefacto do totalitarismo fascista que durante tantos decénios nos garroteou e oprimiu, conseguir casas ou prefabricados ou apartamentos nos bairros económicos *para as vítimas da ditadura* felizmente extinta, e que em nome, camaradas, da luta de classes e da construção do socialismo dirigida pela vanguarda política do exército, passariam a ser punidos com a forca, a decepção da mão esquerda, a extração de vísceras pelas costas ou o degredo em Macau, os intoleráveis abusos de assar sardinhas nos lavatórios, engasgar os ralos com tornozelos de faisão, cozinhar refogados e fritos nas cerâmicas dos chuveiros, [...] assim como servir-se das cortinas estampadas do hotel [...] para blusas e adornos [...]” (AN, 50. Sublinhados meus).

Muito embora a primeira impressão que ressalta deste embate com a voz do aparelho de Estado seja a de um aparente acolhimento sem reservas que cria a ilusão de um tratamento aproximado daquele que seria aplicável a qualquer membro do universo comunitário nacional, – reforçando, desse modo, (temporariamente) a sua condição de “filhos” do país –, o facto é que essa construção discursiva que optei por isolar não falha

em demonstrar, também, que algo de muito mais profundo se imiscui com o conjunto de símbolos que o militar verbaliza.

O tópico da integração plena no coletivo com que presenteia esse público resignado diante de si, ainda que algo reforçado pela suposta preocupação estatal pelo bem-estar dos que de si dependem, é contundentemente anulado pela questão da “benevolência paternal” que faz questão de enfatizar. Para além de, em primeiro lugar, estabelecer, de imediato, ligações perigosamente próximas da configuração do modelo de poder ditatorial contra o qual a Revolução se insurgira (pois esse readotar do símbolo da figura paterna, entidade protetora, constitui, no fundo, um mecanismo que visa reforçar a imagem da estrutura do poder e centralidade inquestionável na existência dos cidadãos), revela, também, o que de mais pernicioso se esconde sob tal espírito de caridade.

A posição de destaque que é dada a esse tema da abnegação estatal, logo na abertura do discurso, evidencia a gratidão incondicional que é exigida dos retornados e, por conseguinte, a natureza claramente marginal de que se revestem, na verdade, aos olhos do aparelho de Estado, pois o efeito da expressão que veicula tal tema é precisamente acentuar a sua condição de elementos anómalos, disfuncionais, num espaço coletivo maior, o qual, apesar de tudo isso, está disposto a acolhê-los e apoiá-los, numa clara manifestação de generosidade “desinteressada”. Por outras palavras, essa “benevolência paternal” indicia a atribuição dissimulada, por parte do poder, de um certo grau de culpabilidade aos retornados, se não, pelo desaire colonial propriamente dito, pelo menos, pelo facto de constituírem um grave problema para a comunidade e, para além disso, pela sua capacidade de manter viva a memória de tal período e, eventualmente, a de a exteriorizar para o coletivo, problematizando, dessa forma, a própria estrutura discursiva que sobre ele reina nesse momento.

Se dúvidas pudessem existir acerca de tais linhas de interpretação, acabam certamente por dissipar-se, com a última ameaça de rebuscadas punições que o tenente usa para encerrar a sua intervenção, mas, mais do que isso, dos termos de que se socorre para a exemplificação dos atos que a elas conduzirão. A utilização selvagem dos apetrechos sanitários para a prática da culinária ou o uso dos cortinados para a confeção de indumentária, que o militar considera serem comportamentos próprios desses indivíduos com quem comunica, ainda que dando mostras da acentuada miséria da sua condição, revelam, mais do que isso, o carácter notoriamente inferior que lhes é associado por tal representante do poder, em tudo próximo dos moldes segundo os quais a própria figura dos

negros em África fora apresentada pelo homem do casal de retornados, aquando da notícia da Revolução.⁸¹

Ganha corpo, desta forma, portanto, no espaço romanesco, a ideia de um processo deliberado de alteração dos papéis a que tipicamente se assistiria no universo de atuação colonial, com a fusão da figura do branco/colonizador que retorna com a do próprio negro que se encontrava na sua dependência, ou melhor, com a sua conversão em verdadeiro ostracizado social, por imposição dos ditames da política de memória e identidade oficial portuguesa.

Não existe, portanto, neste caso, uma verdadeira intencionalidade de facilitar o processo de integração plena deste vasto aglomerado de pessoas nas dinâmicas da comunidade portuguesa, mas, tão-somente, por meio desse aparente clima de dissimulação discursiva, conseguir efetivamente protelá-la, prevenindo a eventual disseminação das suas representações de memória ou, preferencialmente, assegurando que essas mesmas representações deixem de subsistir, garantindo, assim, a perpetuação incontestada de um novo modelo identitário que se assume orientado para o futuro.

É por esse motivo que todas as estratégias de restrição da capacidade de movimentação comunitária do casal de retornados – desde o contínuo reforço da sua fixação em espaços afastados do olhar público (como no caso das pensões decadentes que se sucedem ao Ritz), até ao seu aprisionamento burocrático nas malhas administrativas, a fim de receberem uma qualquer forma de pensão – são postas em prática pelos órgãos de poder, no intuito exclusivo de garantir o seu progressivo definhamento enquanto indivíduos e, por arrastamento, do seu potencial de subversão discursiva.

Não é, pois, de surpreender que, dado o estigma do desaire colonial que carregam e que lhes veda a possibilidade de regresso efetivo às dinâmicas da Pátria-mãe, seja a fragmentação total do seu relacionamento a nota com que se encerra a sua aparição no texto de *As Naus*. A esposa, incapaz de lidar com todas as pressões que a comunidade lhe impõe, decide embarcar em direção a um utópico futuro de uma carreira musical no estrangeiro, ambição acalentada algures na infância e agora impulsionada por um estado de profunda senilidade e demência, que assinala de modo inequívoco o triunfo da política de memória e identidade oficial. Quanto ao homem, desprovido da sua companheira de vida,

⁸¹ Colocando-os, por essa razão, claramente à margem do que é aceitável em Portugal, e reforçando implicitamente a sua condição de alienados, com a agravante de que essa visão preconceituosa das práticas dos africanos que lhes são atribuídas, reforça também a ideia de um posicionamento manifestamente racista, que, infelizmente, perdura ainda nalguns microdiscursos da comunidade nacional. Referir-me-ei com mais pormenor sobre esta questão, no último capítulo da presente dissertação, que cobre a análise de *O Meu Nome é Legião*.

e, para além disso, da própria memória dessa vida, a qual se vai desvanecendo dia após dia, até ao momento em que se vê “[de] repente sem passado [...]” (AN, 113), o desfecho traduz-se fundamentalmente num mesmo resultado: o da permanência silenciada em território português e o da fuga constante para o mundo onírico, enquanto única estratégia de sobrevivência possível no Portugal democrático.

Com base no percurso romanesco levado a cabo por este desafortunado casal, desenvolve-se, pois, uma perceção diametralmente oposta àquela que tipicamente se vê veiculada pelo macrodiscurso oficial de memória e identidade do Portugal contemporâneo, porquanto a ambiguidade que lhe é inerente, ou melhor, o desfazamento que existe entre a vertente simbólica que celebra na esfera pública e o conjunto de mecanismos de que se socorre para se assegurar que essa vertente perdura se revelam de forma pungente, apontando, para além disso, no sentido de uma efetiva proximidade (ainda que convenientemente reconfigurada) do modelo de atuação característico do período ditatorial.

Retomando a citação que isolei anteriormente, aquando do segundo contacto do casal com os militares que os “persuadem” a regressar a Portugal, e atentando nos argumentos que estes últimos apresentam acerca do período da ditadura, torna-se impossível passar ao lado do paralelo que tais acusações acabam por estabelecer diretamente com as estratégias deste novo regime político, o que, por sua vez, evidencia claramente uma intencionalidade autoral de problematização das práticas simbólicas que lhe são inerentes, ao promover o acesso a essa vertente de atuação que o Estado se recusa a dar a conhecer.⁸²

Os tópicos do aprisionamento político, da censura salazarista, assim como o do colonialismo, os quais surgem de forma reiterada, no romance, em praticamente todas as intervenções por parte das figuras que simbolizam o aparelho de poder português, veem-se concentrados, nessa passagem da obra, enquanto súmula dos grandes atentados cometidos sobre o coletivo, os quais, por sua vez, justificaram o golpe de estado de 1974, que se congratula pela extirpação de tais práticas em definitivo.

No entanto, como apontei anteriormente, a prática da censura ideológica e discursiva ganha corpo, desde logo, em território africano, na etapa que antecede o regresso daqueles que aí viviam. O modo intransigente como a visão do “novo” Portugal é

⁸² “[...] três majores em uniforme de combate, postados atrás de uma mesa com o escudo da nação, berraram discursos veementes acerca do fascismo que nos matou ao sol de frigideira do campo de concentração do Tarrafal, da censura eclesiástica da polícia [...], do colonialismo que até o Papa condenou [...]” (AN, 43).

apresentada às vítimas da mudança de regime político não deixa qualquer margem para dúvidas de que os moldes que regulavam as dinâmicas comunitárias que lhes eram familiares estão claramente interditados de se darem a conhecer ao público da metrópole, o mesmo sendo dizer que o silêncio forçado é o único caminho possível para qualquer perspectiva de memória ou identidade diferente daquela que o poder impulsiona.

Ainda que idêntico, em termos de efeitos sobre os indivíduos, àquele que marcara o regime de Salazar, o mecanismo de censura do Portugal contemporâneo distingue-se, no entanto, quanto ao modo como se vê implementado, uma vez que não é fruto de um órgão de contornos bem definidos, ao qual, de algum modo, se possa imputar determinado conjunto de práticas, como seria o caso da “Polícia” da ditadura, nas palavras dos militares. Pelo contrário, é uma espécie de prática omnipresente de efeitos objetivos, mas com contornos totalmente difusos, precisamente, dada a ausência de um polo aglutinador semelhante ao que existiria no período político anterior, o que, no entanto, não lhe retira qualquer grau de eficiência.

De facto, é por a existência dessa censura não ser reconhecida e, muito menos, identificável no plano do discurso oficial, que a sua eficácia se vê objetivamente reforçada, na medida em que (aliás, como a conduta de todos os agentes do aparelho de poder, em *As Naus*, revela) pode ser efetivamente posta em prática em todas as situações, sem que, para tal, assuma publicamente a configuração de uma estratégia deliberada de restrição da liberdade individual ou coletiva, concorrendo, desse modo, para a preservação do macrodiscurso oficial de memória e identidade do Portugal de Abril.

Esta forma de censura traduz-se, por sua vez, num outro mecanismo de atuação dos órgãos de poder, o qual, ainda que frequentemente apresentado aos membros do coletivo segundo os moldes de um acolhimento temporário dos desafortunados que regressam das colónias, não deixa de forma notória de evidenciar a sua verdadeira natureza de estratégia de enclausuramento dos focos considerados problemáticos para a visão oficial que regula o país.

O “sol de frigideira” do Tarrafal deixou, efetivamente, de marcar o quotidiano português, mas para que isso possa continuar a ser uma realidade é necessário que novos instrumentos de encarceramento se erijam, a fim de garantir o triunfo do discurso da Revolução. Posto de outro modo, para que o coletivo venha a moldar-se realmente de acordo com o tipo de imagem que o Estado preconiza, é fundamental que todos os potenciais entraves sejam removidos do olhar público e devidamente enclausurados.

É por esse motivo que todos aqueles que regressam se veem, de um modo geral, sujeitos a práticas degradantes de acolhimento em tudo próximas daquelas a que se assistiu, por exemplo, com Pedro Álvares Cabral, as quais atuam como espécie de elemento facilitador para a concretização da etapa que se lhes seguirá, isto é, o aprisionamento nas malhas da atuação burocrática, que, por sua vez, revela um único intento: assegurar a total erradicação do potencial problematizante que todos esses cidadãos, direta ou indiretamente, representam.

Não é, pois, de surpreender que, na sua maioria, aqueles que regressam de território africano sejam sistematicamente remetidos para zonas periféricas da cidade de Lisboa e, uma vez aí, se vejam concentrados em edifícios tipicamente devolutos (verdadeiras metáforas do estatuto que àqueles está reservado pelo coletivo), a fim de definharem lentamente até um estado de completa e total anulação.

À imagem do tipo de prática censória que assinala o Portugal-evolução, também a questão do aprisionamento se vê recuperada com o texto de *As Naus*, desta feita, e apesar do desaparecimento dos guardas prisionais ou das barreiras físicas das grades da ditadura, revelando a sua natureza verdadeiramente reconfigurada, com a criação de outros mecanismos de condicionamento individual que assentam essencialmente na prática da exclusão social e, por consequência, na restrição efetiva da capacidade de acesso pleno às dinâmicas que regulam a comunidade portuguesa.

Daqui deriva um terceiro elemento fundamental que consiste na criação de uma espécie de dinâmica neocolonial, em pleno território português, com a estigmatização daqueles que regressam em toda uma série de aspetos, dando azo a um tipo de relacionamento entre estes e o restante coletivo nacional “autóctone”, em tudo próximo daquele que seria de esperar entre as figuras do colonizador e do colonizado, em África.⁸³ Corporizando aquilo que entendo como verdadeira manifestação de uma forma de segregação ou racismo, a qual, ainda que oficialmente muda, não deixa de assinalar de forma eficaz a atmosfera de convivência entre portugueses, essa vertente de anulação identitária de todos aqueles que vêm das colónias assume um papel preponderante na consolidação da imagem oficial que o aparelho de Estado tem em mente, na medida em que, ao desvalorizá-los intrinsecamente aos olhos da comunidade, está, de igual modo, a contribuir para que qualquer movimentação subversiva que neles possa ter origem se veja,

⁸³ Bem patente, como demonstrei, nas palavras do “tenente de cabelos ralos”, assim como, de forma mais ou menos explícita, em virtualmente todos os que, de algum modo, se encontram afetos à estrutura governativa e ao seu macrodiscurso oficial.

à partida, desprovida de verdadeiro potencial de afirmação pública sendo, por isso, inevitavelmente extinta.

Tal facto evidencia-se, por exemplo, através da própria designação de “retornados”, a qual pressupõe (naturalmente) a atribuição de um carácter inferior ao daqueles que seriam, talvez, os “enraizados”, isto é, os que nunca chegaram a sair do país e, como tal, aí se encontravam aquando do evento da Revolução e da mudança de regime político e identitário.

Muito embora o termo a que me refiro não integre, de facto, a linguagem oficial do aparelho de poder, a verdade é que também não se verifica, por parte deste, quer em *As Naus* quer no Portugal-evolução, qualquer esforço visível para que tal designação e, conseqüentemente, tendência discriminatória deixem de subsistir em território nacional, o que leva à conclusão que essa atuação, algo licenciosa, radica as suas origens numa intencionalidade mais profunda. Como se, de facto, houvesse a necessidade de encontrar um qualquer mecanismo adicional de expiação que permita o reforço da nova imagem oficial do país, o qual, neste caso, recairá sobre aquela porção de elementos da comunidade que, a dada altura, e por motivações várias, optaram pela partida em direção a território africano.

Dada a sua ausência nesse momento de viragem histórica do percurso do seu país de origem, porquanto localizados num território externo à existência quotidiana nacional, e, acima de tudo, na medida em que regressam na sequência da queda do regime da ditadura, os retornados constituem, até certo ponto, uma espécie de plano ideal para projetar o ónus da culpa de todo o processo traumático em que o país se vira envolvido, isentando, desse modo, a restante comunidade que os acolhe, da necessidade de assumir plenamente esse fardo.

É também por esse motivo que, de forma aparentemente simples, Portugal se vê liberto de todas as amarras que, à partida, poderiam atentar contra o seu desígnio de movimentação em direção ao futuro. Nessa espécie de categorização entre portugueses de primeira, segunda ou terceira categorias, estabelecem-se também as bases para o que idealmente será a estrutura de uma nova imagem, onde o escolha dos traumas do passado, para além de purgado, se vê, por completo, impossibilitado de ascender ao plano macrodiscursivo oficial, e onde os limites de um novo destino grandioso serão unicamente a capacidade de idealização por parte do aparelho de poder que o irá traçar.

Em constante diálogo com a especificidade deste novo panorama histórico, político e social (mas, também, de memória e identidade) que se desenvolve em pleno Portugal-

evolução, concretiza-se, no tecido romanesco de *As Naus*, uma proposta de memória em que se esbatem as distâncias entre os macrodiscursos ditatorial e revolucionário, pois o que supostamente havia desaparecido e justificado a mudança entre paradigmas de poder continua ainda, na sua essência, a perdurar, com a agravante de constituir, aparentemente, a estratégia preferencial de atuação do aparelho de Estado, ainda que sob a capa conveniente da liberdade democrática de origem revolucionária.

A adoção de uma idêntica estrutura de suporte, apoiando uma nova metáfora de perpétuo movimento, desta feita, em direção à utopia europeia, é, pois, o traço fundamental que define o país dos finais da década de oitenta, ditando, claramente, não só o conjunto de vetores que determinam a especificidade da sua autoimagem, mas também a própria importância a conceder diferentemente, no plano macrodiscursivo oficial, a cada um desses vetores.

É por esse motivo que se torna possível para o Portugal-evolução deslocar-se no sentido desse seu novo projeto, aparentemente incólume em relação ao seu passado recente, mas liberto, no entanto, para, com base, mais uma vez, numa estratégia que considero próxima do regime de Salazar, poder extrair do seu passado remoto o ímpeto necessário para instilar um novo ânimo na sua autoconfiança.

Esta prática de reformulação da memória no plano oficial vê-se retratada no texto do romance, de novo, por meio do recurso à paródia e seus consequentes efeitos no esforço de problematização que se vem desenvolvendo.

Para além de funcionarem em moldes próximos das restantes figuras com quem partilham o espaço diegético, nomeadamente, e como apontei atrás, no que à sua capacidade de problematização da memória e identidade oficiais portuguesas diz respeito, as personagens de D. Manuel ou Luís de Camões elevam, em *As Naus*, pelo seu forte pendor alegórico, a discussão em torno de tais problemáticas, centrando, todavia, o plano preferencial de abordagem, objetivamente, no período histórico em que o próprio romance se vê publicado – essa etapa inebriante do percurso português, aquando do seu ingresso na, então, C.E.E..

Pela sua grandiosidade simbólica, ambos se destacam por entre a galeria de figuras que povoam *As Naus*, um, claro está, na sua dimensão de governante faustoso, sinónima de um Portugal outrora opulento, o outro, por dar voz indelével à alma nacional,

imortalizando, *ad eternum*, os feitos gloriosos inerentes a essa mesma época.⁸⁴ No entanto, consequência da dimensão paródica que enforma a sua configuração romanesca, esse estatuto simbólico de grandiosidade contrasta fortemente com a sua real e delapidada condição humana, que é, no fim de contas, aquela que determina efetivamente o modo como são percebidos pelo universo coletivo que os envolve, assim como o tipo de atuação que este adota, quando confrontado com a ameaça que, implicitamente, essas figuras representam.

Tal verifica-se, por exemplo, aquando do passeio de D. Manuel no seu velho *Ford* descapotável, em que se vê, de súbito, interpelado por um agente policial que o trata de forma completamente desadequada – se se tiver em conta o facto de ele ser, afinal, um monarca português –, e que, depois de tentar descobrir quem ele é efetivamente, decide detê-lo, na sequência do qual o rei acabará por ser internado num hospício, sob um diagnóstico de graves distúrbios psíquicos.

Muito embora a figura do monarca apareça aqui configurada de acordo com uma natureza caduca, agastada (reavivando, por um lado, a questão da decadência dessa faceta imperialista da identidade nacional, mas ilustrando, em simultâneo, o que será também a própria importância que lhe é atribuída no horizonte identitário português contemporâneo), o facto é que não falha em demonstrar o tipo de tratamento de memória a que ele e todos os outros vultos do período das Descobertas foram sujeitos, no sentido de reforçarem, de algum modo, o próprio poder de sedução do macrodiscurso oficial de memória e identidade que nesse momento rege os destinos nacionais.

Por constituir, também ele, a manifestação viva de uma dimensão algo paradoxal que encerra, em simultâneo, por um lado, a vertente de engrandecimento que o país veio a adotar para a sua imagem, e, por outro, aquela que (associada ao trauma do colapso imperial) este tão veementemente se recusa a integrar, o único destino possível que se poderá reservar para a figura do monarca é a privação da sua capacidade de afirmação pública, para que a idealização simbólica que com base nele se veio a edificar permaneça incólume para sempre, garantindo, assim, em última análise, também a preservação da estrutura de poder que suporta a metáfora do perpétuo movimento europeu.

Deriva, pois, daqui, a noção de que, muito embora o Portugal-evolução reconheça essas figuras como símbolos integrantes da sua memória e identidade, o facto é que, nele,

⁸⁴ Incluiria, neste nível, também Vasco da Gama como o terceiro elemento fundamental para a construção dessa alegoria do país de finais da década de oitenta. Não é à toa, dada a sua dimensão simbólica, que integra também um dos cenários fulcrais para o encerramento do romance, em conjunto com D. Manuel.

não existe qualquer espaço para que tais figuras possam, de algum modo, ver reformulada essa sua condição.

O vazio de tais construções simbólicas ou, se se quiser, a real ausência de vínculo efetivo para com elas, no contexto do Portugal dos finais da década de 1980, ou ainda, por outro lado, a sua real capacidade de intervenção nesse panorama, tornam-se evidentes no modo displicente segundo o qual são tratadas um pouco por toda a parte, independentemente dos indivíduos com que se venham a cruzar, sendo que, de forma sistemática, sempre que problematizem a sua versão grandiosa, para além de meramente pitoresca – a única passiva de ser celebrada no plano oficial do Portugal-evolução –, são, de imediato, restringidas na sua capacidade de ação.⁸⁵

Reforça-se, nesse sentido, com base no romance, a ideia de um país regulado por uma construção discursiva completamente inexpugnável (pelos menos, no plano oficial), mas, mais do que isso, verdadeiramente inalterável, contra a qual nem mesmo as figuras que lhe estão originalmente na base poderão agir.

Diante disto, é, pois, extremamente significativo o capítulo de fecho de *As Naus*, o qual se vê dominado pelo “homem de nome Luís”, que, num último reduto de sobrevivência, leva a cabo uma fuga rocambolesca do “hospital dos tuberculosos”, onde fora deixado a definhar em conjunto com alguns daqueles que regressaram das colónias, dirigindo-se até à costa, a fim de tornar a ver o mar.

O estado de contemplação que o poeta adota, uma vez ali chegado, aponta claramente para uma série de leituras que se impõem a quem lê, nesta etapa final do percurso. Por um lado, esse voluntarismo expresso do seu voltar de costas ao país em que se encontra indicia o seu desapontamento com a comunidade a que regressou, incapaz que se revela de lhe proporcionar o conforto do acolhimento sem reservas que certamente desejaria. Por outro lado, a própria questão da fuga não vai sem levantar também a vertente de resiliência que se encontra associada à memória que, em si, se faz transportar e, mais do que isso, à implícita sobrevivência que se pretende para ela, razão pela qual se assoma em

⁸⁵ *As Naus* retrata, pois, uma espécie de “arrumar da casa”, por parte de um Portugal voluntariamente esquecido do seu passado e meticoloso na remoção de todos os entraves que possam obstar à sua nova ilusão identitária. Quanto à preservação da própria memória dos Descobrimentos, no país dos finais da década de 1980, penso ser sintomático o percurso de Diogo Cão, no seu capítulo de encerramento, aquando do regresso à pensão onde reside com a velha prostituta que por ele se apaixonou, libertando-se gradualmente dos poucos mapas que ainda possuía e que atestavam essa ligação já ténue com o passado colonial, até ao ponto em que desiste de os preservar por completo, “abraçando”, por incapacidade de resistência às pressões que o rodeiam, aquele que será o seu novo modelo existencial.

cada página do texto do romance, forçando o reconhecimento permanente do seu carácter igualmente válido, ainda que não oficialmente sancionado.⁸⁶

No entanto, por outro lado ainda, levanta-se, de igual modo, a questão do verdadeiro relacionamento do país com essa dimensão não tão mitificada, resultante da configuração romanesca que é atribuída a tal personagem, e que, como mencionei anteriormente, penso simbolizar o lado da dor amargurada e do trauma inerentes à perda do império colonial.

Não é à toa que Luís de Camões regressa nas condições desfavoráveis que *As Naus* dá a conhecer, esperando unicamente, no cais de chegada, pelo cadáver de seu pai, a fim de lhe dar o tratamento adequado: um mais do que justificado ritual fúnebre que assinale o confronto despudorado com o final de um período de vida, mas, implicitamente, a libertação plena para uma nova etapa que se lhe sucederá. O mesmo será dizer que, nas palavras do romance, para o Portugal-evolução é precisamente esse momento ou cerimonial de purga efetiva que cumpre levar a cabo, a fim de estar preparado para os desafios que o futuro necessariamente virá a colocar.

No entanto, e apesar de todos os esforços do poeta nesse sentido, é notória a resistência da comunidade que se lhe oferece em todos os instantes, denotando simbolicamente o posicionamento oficial a que se encontra vinculada, mais particularmente, no que toca à possibilidade de reconhecimento ou revisitação dessa vertente proibida da sua memória. Não há, de facto, um desígnio, por parte do coletivo, de abraçar em moldes idênticos aos de Camões esse trabalho de luto, nem tampouco o sentimento de uma real necessidade de o fazer nesse momento, uma vez que o país se encontra já num outro caminho, totalmente oposto àquele em que estivera poucos anos antes.

O Portugal-evolução olha obcecadamente para a Europa, voltando também as costas àquele Luís de Camões maltrapilho que viu regressar por entre os traumas inerentes à mudança entre regimes de poder, e que, de forma célere, fez questão de silenciar, ficando, assim, liberto para continuar a manter viva a imagem idealizada que, a dada altura, o seu macrodiscurso oficial de memória e identidade veio determinar.

⁸⁶ Leitura esta que se vê reforçada pela própria expectativa que Camões mantém, ao confessar o seu desejo de ver regressar sobre as ondas D. Sebastião, e, com ele, a justa restauração das memórias que em si transporta.

Capítulo IV

Chegados à Utopia- O Esplendor de Portugal

“[...] The explosion will not happen today. It is too soon... or too late.
I do not come with timeless truths.
My consciousness is not illuminated with ultimate radiances.
Nevertheless, in complete composure, I think it would be good if certain things were said.
These things I am going to say, not shout. For it is a long time since shouting has gone out of my life.
So very long...[...]

(Frantz Fanon, 2008)

Publicado em 1997 e imerso num país ainda inebriado pelo rodopio da viagem de integração na então Comunidade Económica Europeia, *O Esplendor de Portugal* assinala, por um lado, uma nova etapa na produção literária de António Lobo Antunes, correspondendo, por outro, também a um novo panorama no plano da memória e identidade nacional portuguesa. A perspetiva crítica presente nos romances a que me referi anteriormente vê-se, aqui, claramente reforçada, sendo que se lhe alia também um tom visionário daquilo que está reservado para o país, num futuro não tão distante quanto isso.

Pressente-se de forma inequívoca, no contacto com o texto, que, de facto, a explosão de todas as vertentes da memória que se viram subjugadas pelos efeitos do macrodiscurso oficial nas décadas imediatas ao 25 de Abril de 1974 se constitui num cenário inevitável para o caso português, sendo que daí derivará eventualmente um novo paradigma identitário ou, pelo menos, uma profunda alteração, não só no modo como as dinâmicas discursivas se desenvolvem em território nacional, mas também na própria estrutura de poder que determina a sua regulação.

Portugal caminhou já muito no sentido do seu sonho europeu e prepara-se para celebrar apoteoticamente esse seu suposto triunfo de integração na centralidade do velho continente, com a realização da Expo 98. Um pouco como se, por meio de tal evento, se assinalasse a tão aspirada chegada à utopia progressista, idealizada cerca de duas décadas antes, e acalentada de formas diversas pelos vetores de poder vigentes no país.

Para além do próprio aparelho governativo, começa, no entanto, a desenvolver-se também um outro vetor de natureza mediática com uma crescente capacidade de intervenção no quotidiano nacional, mas, mais do que isso, de modulação das diferentes dimensões que compõem a sua memória e identidade. É ele que, desde o alargamento da rede televisiva nacional a mais dois canais de iniciativa privada, vem lentamente modulando a mentalidade do coletivo, abrindo-lhe portas para outras dimensões culturais e identitárias e, em simultâneo, reclamando, em contrapartida a essa prática, uma cada vez maior capacidade de intervenção no modo como o macrodiscurso oficial de memória e identidade português se vai metamorfoseando desse ponto em diante.

No contacto com novos suportes informativos, mas também com dinâmicas de orientação televisiva e jornalística distintas, Portugal vai rapidamente libertando-se dos ainda persistentes resquícios da sua identidade passadista dos tempos da ditadura, do estigma do anacronismo cultural que anteriormente o assinalara, integrando, por outro lado, referências culturais vindas do exterior, que nele se mesclam com a própria política de memória e identidade que se veio implementando desde Abril de 1974, originando uma outra forma de *ser* português. Uma forma diretamente estabelecida, pelo menos numa perspectiva oficial, sobre a visão de um país moderno, progressista, atual e, acima de tudo, com uma capacidade de comunicação de igual para igual com as restantes nações europeias, porquanto lhe é possibilitado pela vertente mediática o acesso desenfreado às demais realidades planetárias.

O trauma do desaire colonial, a dor excruciante da desagregação do Império, assim como as agruras inerentes ao período salazarista são notas de memória que, há muito, deixaram de poder aceder ao plano de afirmação oficial, pulsando, no entanto, e de acordo com a própria obra romanesca de António Lobo Antunes, por entre uma dispersão de pequenos coletivos, que aguardam de modo resiliente o momento em que verão a sua memória mais recôndita de novo celebrada pela voz pública.

A tais coletivos correspondem, naturalmente, as gerações de portugueses que, a dada altura, se viram deslocar em direção a África, onde iriam permanecer durante anos e, por imposição do processo de libertação das colónias e do evento revolucionário, se viram

novamente obrigadas a regressar ao seu país de origem, sob a obrigatoriedade de silenciar de forma irredutível a memória do período que antecederá esse seu regresso. Direcionando o enfoque para a questão das dinâmicas sociais, no espaço comunitário português, esses microdiscursos da memória colonial, apesar de silenciados pelas gerações que nunca partiram de Portugal (e pela sua política de memória), continuam a perdurar, aguardando apenas uma oportunidade de aceder à esfera de afirmação oficial.

De modo implícito, constata-se, também, na produção do autor, e derivado da sua ilustração da política de apagamento de memória que o macrodiscurso oficial revolucionário implementa, o surgimento de uma nova geração de portugueses, plena herdeira do modelo identitário que se inicia em Abril de 1974. Nascidos já sob o regime democrático, esses novos membros da comunidade portuguesa estão umbilicalmente desligados do processo de readaptação do país a uma nova metáfora de perpétuo movimento, conhecendo unicamente esta última realidade como própria e concebendo-a, por esse motivo, idealmente enquanto de natureza perene. Néscia dos segredos que se escondem por detrás dos rostos dos adultos que a conduzem, tal geração vê-se impossibilitada, por esse motivo, de aceder a uma visão mais holística do percurso que a antecede, precisamente, dado o pacto de silêncio que preside à forma de atuação que os seus pais se viram na obrigação de aceitar, a fim de tornar possível a edificação de um novo caminho para o país, desta feita, no sentido da Europa.

Eis, pois, que o Portugal-europeu, o qual (como demonstrei anteriormente) se consolida por meio da deliberada ausência de comunicação entre gerações, se prepara para deleitar-se com o esplendor dos seus feitos recentes, numa campanha de movimentação generalizada em torno da causa nacional, corporizada simbolicamente sob a forma da Exposição Mundial de Lisboa, em 1998, posicionamento esse que se vê amplamente problematizado (e de modo quase profético) pelo romance em análise.

Para tal efeito, explora o autor o potencial subversivo, mas também de resistência, de uma outra geração, tipicamente esquecida pelo aparelho de poder estatal, porquanto este último a considera plenamente enquadrada nas malhas da sua ação, mas que, na realidade, constitui uma espécie de elemento anómalo que, mais tarde ou mais cedo, será um dos principais responsáveis pelo seu desagregar.

Nascida em pleno território colonial e, por isso, desconhecadora da real especificidade identitária do Portugal para onde se vê deslocada, aquando do regresso de seus progenitores, esta geração tem um contacto temporário, parcial em alguns casos, com a realidade comunitária que rege o seu plano de origem, deste retendo, naturalmente, um

conjunto mais ou menos estruturado de memórias (ainda que em muitos casos não consolidado pela maturidade da idade adulta), que enforma a sua própria identidade, aquando do abandono do território africano.

Uma vez dentro de fronteiras portuguesas, confronta-se, no entanto, tal geração com um modelo identitário que se constitui enquanto completa negação da realidade que até esse ponto conhecera, e que, para além disso, se apresenta como a única forma de integração possível nas dinâmicas comunitárias do novo país em que se encontra. Forçados a renegar publicamente o seu passado como contrapartida para a possibilidade de ter um presente e um futuro nesse novo espaço, esses indivíduos assumem progressiva e publicamente os traços dominantes do macrodiscurso oficial de memória e identidade que aí vigora, constituindo-se, a par e passo, e, pelo menos, temporariamente, enquanto portugueses-europeus, ainda que nunca perdendo verdadeiramente as suas ligações primordiais com o passado africano.

Daqui deriva que é precisamente nesta geração que reside, dada a sua juventude, a mais forte capacidade de perduração dessa vertente de memória colonial, ostracizada pela voz e ação oficial do aparelho de Estado, tanto mais que, no ponto de evolução histórica em que se encontra o país nos finais da década de 1990, começam já a desaparecer os membros da geração que a precede e, com eles, a possibilidade de reabilitação de memória que certamente representariam.

Num claro diálogo com o país do final do século XX, é nesse coletivo geracional que António Lobo Antunes encontra as vozes necessárias para explorar mais uma vertente do íntimo da memória e identidade portuguesas, reabilitando, por um lado, as dimensões interditas que a estas subjazem e, por outro, colocando-as numa nova abordagem irónica, face a face com a imagem em que o Portugal-europeu se revê oficialmente.

O título “O Esplendor de Portugal” apresenta-se, nesse sentido, como um elemento condensador que, à imagem do que vem sendo hábito na produção literária do escritor, abre portas a um complexo exercício de apreciação da especificidade do caso português e que visa, desde logo, servir como ponto de partida para a apreciação das distintas vertentes discursivas que entrarão em jogo, a partir da primeira página do romance.

Em primeiro lugar, e um pouco à imagem dos efeitos da prática da transcontextualização, em *As Naus*, é o evocar do período de grandiosidade do Portugal de 1500 que ressalta de tal expressão, o que, de imediato, vem estabelecer ligações com o próprio período histórico que rodeia a publicação do romance, na medida em que, nele, se prepara também o país para ver consagrada a vertente esplendorosa da sua modernidade e

seus feitos em pleno seio europeu, ainda que, de novo, em íntima associação com uma representação da memória das Descobertas totalmente inócua, porquanto liberta da questão traumática que se lhe associara quase cinco séculos depois. São dois extremos grandiosos do percurso nacional que se fundem numa mesma expressão, abalizando, por um lado, o percurso romanesco de memória que sob esta se desenvolverá e, por outro, com base nesse mesmo percurso, vendo problematizada a inexpugnabilidade discursiva que tipicamente se associa a esses dois momentos grandiosos da história da nação portuguesa.

Enclausurada entre ambas as representações simbólicas de esplendor que o título evidencia e sem pertencer realmente a qualquer uma delas, eis, pois, que essa nova geração de verdadeiros imigrantes provenientes das colónias se movimenta em direção ao passado, quiçá buscando também a sua própria ilusão de esplendor, aparentemente localizada num idealista cenário de reunificação familiar, o qual, por sua vez, é inicialmente resultante de uma reabilitação seletiva do passado que se lhes associara.

É na figura de Carlos, o mais velho dos três jovens irmãos que no presente diegético se encontram em território português, que a viagem de memória e identidade nacional tem início, criando, num primeiro momento, a ilusão de que, de facto, há uma correspondência total entre o modo como aquela personagem se define em termos de memória e identidade e o macrodiscurso oficial vigente no país a que o romance se dirige.

A tónica dominante de satisfação, alegria e, em simultâneo, ansiedade pela chegada dos seus familiares mais próximos para a celebração da quadra natalícia, que ilusoriamente povoa as primeiras palavras dessa personagem, dita claramente os contornos de uma atmosfera em que a especificidade do Portugal-europeu se pressente, porquanto ecoa pelo seu carácter de autorrealização fictícia, o mesmo tipo de sentimento que a voz do aparelho de poder propala no âmbito coletivo. Numa espécie de reprodução da comunidade em que se encontra, também Carlos aparece inicialmente configurado enquanto indivíduo numa situação estável, isenta de complicações existenciais, o mesmo sendo dizer, em total harmonia com as dinâmicas que o envolvem e condicionam ou, de outro modo, atestando, efetivamente, mais do que o triunfo da política de memória derivada da Revolução, a verdadeira consecução do patamar identitário oficial há tanto almejado pelo país.

No entanto, toda essa *mise-en-scène* começa lentamente a desagregar-se, à medida que o final do capítulo introdutório se esboça, deixando no ar a suspeita de que o posicionamento da personagem é uma espécie de verbalização oca, uma real ilusão que a todo o custo tenta manter, o que, de imediato, conduz à necessidade de busca do que de errado se esconde por detrás das suas palavras.

À atmosfera inicialmente amena desse 24 de dezembro romanesco (e que, em certa medida, surge aos olhos de quem lê quase como antagónica à típica imagética literária antuniana), sucede-se um complexo e, não raras vezes, horrendo percurso espiralado, que, para além de dar a conhecer ao leitor as verdadeiras motivações que presidem à mescla de sentimentos iniciais da personagem, o arrastam para as dimensões silenciadas de memória que, inevitavelmente amordaçadas, assistem ao triunfo opressivo do macrodiscurso do Portugal-europeu.

O aparente estado amnésico que ressalta da voz de Carlos, poucas linhas decorridas do início do romance, e do modo como informa a sua esposa acerca do convite que endereçara aos seus irmãos, Rui e Clarisse, para partilhar em família a ceia de Consoada, reforça precisamente o poder dessa já habitual metáfora antuniana acerca do posicionamento de recusa em aceitar ou reviver as experiências traumáticas do passado, típica do coletivo português, na medida em que é também nessa estratégia de atuação que o próprio Carlos se apoia, a fim de conseguir apresentar-se, aos olhos do leitor, enquanto ser plenamente funcional e equilibrado em termos afetivos e familiares.

Cedo, no entanto, cai o pano discursivo que essa personagem tenta em vão erguer, para que, por detrás dele, um cenário bem mais trágico e dilacerante se evidencie. O estado de espírito que se esconde por entre as palavras de Carlos caracteriza-se, isso sim, pela negação, pela fuga ao reconhecimento dos erros por si cometidos no passado, daí derivando também a denúncia de todo um conjunto de circunstâncias que o conduziram a esse presente romanesco, deixando antever que as razões da rutura com os seus irmãos, muito mais do que um simples desaguisado familiar, encerram as suas raízes em causas bem mais complexas, e em íntima ligação com a própria nação portuguesa, sua memória e identidade.

“[...] *os envelopes que guardava numa gaveta sem os mostrar a ninguém, os abrir, os ler, dúzias e dúzias de envelopes sujos, cobertos de carimbos e selos, falando-me do que não queria ouvir, a fazenda, Angola, a vida dela, o empregado dos Correios entregava-mos no patamar e uma extensão de girassóis murmurava campos fora, girassóis, algodão, arroz, tabaco, não me interessa Angola cheia de pretos na fortaleza, no palácio do Governo e nas cabanas da ilha refastelados ao sol a julgarem-se nós, fechava a porta com a carta segura por dois dedos como quem transporta um bicho pela cauda [...]*” (*O Esplendor de Portugal*, 14. Sublinhados meus).⁸⁷

Tal problemática começa, desde logo, a evidenciar-se, a partir do momento em que Carlos confessa (ainda que de forma quase impercetível nesta etapa do romance) a sua recusa (quase temerosa) em abrir e ler as cartas que a mãe, Isilda, lhe escreve

⁸⁷ Referir-me-ei, doravante, à obra, para efeitos práticos no trabalho de citação, através das iniciais *EP*.

frequentemente de Angola, desde que se apartaram em definitivo no momento da sua viagem para Portugal.

Atendendo ao facto de que, dada a sua configuração romanesca, é Carlos quem, de entre os três filhos, notoriamente mais se esforça por se integrar nas dinâmicas de funcionamento do coletivo português, o mesmo sendo dizer que é o que publicamente mais se empenha em manifestar de forma veemente a sua identificação com as linhas de força do macrodiscurso oficial de memória e identidade vigente em território nacional, essa recusa, muito para além do que mais tarde se interpretará primariamente como um desejo de rutura com a própria situação familiar em que crescera, é também indiciadora dos próprios efeitos da ação discursiva a que se viu submetido, após a partida de África. É também o imperativo de reproduzir o posicionamento nacional português em relação à questão colonial, mais particularmente no que ao seu apagamento da esfera pública diz respeito, ou o receio das eventuais repercussões em termos da sua integração nesse novo espaço, caso opte por transgredir tal pressuposto de atuação, o motivo principal que o coíbe realmente de tentar aceder de forma ainda mais direta à vida que deixou para trás em território colonial.⁸⁸

Não é à toa, aliás, que, de forma inequívoca, em contacto com os demais elementos do coletivo, se demarca de toda e qualquer ligação possível com as suas raízes africanas e com os *pretos* de Angola, ao verbalizar essa sua “total identificação” com o *nós* da metrópole portuguesa, a qual só se vê reforçada com o próprio modo como descreve o repúdio com que, diante do carteiro, segura as cartas de Isilda, “[...] iguais a bichos malcheirosos, mortos [...]” (*EP*, 14), que acaba por sepultar em definitivo e sem qualquer alarde numa gaveta.

Muito embora transpareça, neste passo, a dimensão dolorosa do passado familiar que Carlos tenta a todo o custo abandonar, a introdução da figura do empregado dos Correios (à imagem de outras que associei ao aparelho de poder em capítulos anteriores) faz com que o comportamento daquela personagem deva também ser analisado atendendo às dinâmicas de interação social que fui descrevendo anteriormente.

⁸⁸ Problemática essa, aliás, como demonstrarei adiante, que se torna mais visível nos poucos momentos em que Carlos, devido aos comportamentos desviantes de seu irmão, se vê obrigado a interagir publicamente com outros membros do coletivo português, no sentido de sanar eventuais conflitos que desses comportamentos poderão surgir, socorrendo-se, para o efeito, de justificações que aos olhos de quem lê se encontram intimamente relacionadas muito mais com a questão da experiência da vida em África, do que propriamente com os problemas mentais de que padece o seu familiar. Porquanto notória essa recusa da personagem de trazer à esfera pública a questão colonial a todo o custo, é inevitável não ver aí também a manifestação inequívoca dos efeitos da política de memória oficial vigente no espaço comunitário português.

Na verdade, torna-se patente uma atuação orientada especificamente para a esfera pública, que visa perpetuar a integração de Carlos no tecido comunitário nacional, ao reafirmar a sua “identificação total” com o macrodiscurso oficial que o regula, porquanto reproduz em moldes esperados um tipo de comportamento que, à partida, será justificável, dada, não só a sujidade real das tais cartas que recebe, mas, acima de tudo, aquela que, em termos de memória e identidade, a sua proveniência certamente acarretaria para o presente português, o qual, na voz dos órgãos de poder, há muito se viu liberto de qualquer espécie de mácula deste género.

Atendendo a esta hipótese interpretativa, o próprio modo como o romance tem início acaba por revelar também uma profunda alteração nos modos de escrita de António Lobo Antunes, em relação aos romances anteriores, na medida em que a forma como o leitor é atraído para o espaço romanesco, em *O Esplendor de Portugal*, o coloca diretamente num tipo de posicionamento idêntico àquele que assumiria no plano real, diante dos demais elementos que constituem o tecido comunitário nacional em que se vê integrado e com o qual é obrigado a interagir.

O tom confessional que assinala a totalidade de vozes das personagens que conduzem o desenrolar do romance, e, em particular, a de Carlos, estiliza efetivamente a necessidade de existência de uma figura central (tipicamente a de um qualquer narrador), que coordene, por assim dizer, o desenrolar da narrativa e que surgiria tipicamente como responsável, pelo menos, numa primeira etapa, pelo estabelecimento das coordenadas de acesso ao texto, prática essa que remeteria preferencialmente o leitor para um estatuto que, apesar de ativo na construção do processo de significação literária, não lhe permite realmente abandonar essa espécie de condição de observador externo, à qual se viu sempre votado pela convenção que a regula.

No entanto, em *O Esplendor de Portugal*, desde logo, pelo modo como as palavras de Carlos o interpelam e forçam a ocupar também um lugar à sua mesa de Consoada, o leitor vê-se, pelo contrário, inequivocamente arrastado para o espaço textual como o exclusivo interlocutor no processo de comunicação romanesca, mas, mais do que isso, como elemento funcional intrínseco para que esta se possa realmente processar.

A meu ver, é, aliás, nesse sentido, que o próprio Carlos simula inicialmente o tal comportamento de identificação com o macrodiscurso oficial português, na medida em que será também esse o que se espera que o “leitor-personagem” (nesse novo estatuto que lhe é conferido na prosa de António Lobo Antunes) assuma num primeiro momento de contacto com as palavras que lhe chegam (e que, aliás, o próprio título da obra pretende reforçar),

na medida em que, para todos os efeitos, a figura que diante de si se apresenta, para além de naturalmente desconhecida, corporizará idealmente um dos muito elementos que compõem a comunidade a que pertence.

A tentativa de recriação de uma dinâmica de interação coletiva que seja familiar para o leitor, à entrada do texto, surge, assim, como a estratégia fundamental que servirá de ponto de partida para que, gradualmente, dê por si num esforço de exploração de veredas da memória não necessariamente concordantes com a representação oficial que detém do seu país, desenvolvendo, por consequência, um posicionamento irónico e necessariamente crítico em relação a toda a vertente simbólica que enforma essa mesma representação oficial.

Surge, portanto, neste ponto, uma modificação substancial nos mecanismos de que o autor se socorre para a abordagem das questões da memória e identidade portuguesas, uma vez que se, em romances anteriores, e um pouco à imagem da típica convenção romanesca em que a edificação de um ambiente propício à sedução do leitor e ao seu envolvimento na discussão das temáticas que integram o romance se efetua, para depois o conduzir paulatinamente a um qualquer processo analítico esperado, em *O Esplendor de Portugal*, atalha-se efetivamente caminho, ao libertar o texto deste tipo de procedimentos.

Há, por assim dizer, uma espécie de perfil de leitor que é previamente tido em consideração e para o qual o modo de construção do universo romanesco parece claramente orientar-se. Quase como se, desse leitor, fosse já esperado o tipo de atuação que, nele, os efeitos do ato comunicativo inicial de Carlos, à partida, vêm a gerar, e que, por ser desnecessário para a assunção de tal papel, bem como para o trabalho crítico que dele é esperado em contacto com o romance, se acabe por prescindir de um exercício de sedução romanesca inicial, a fim de o conduzir ao plano da discussão da memória e identidade.

Nesse sentido, reitera-se, por um lado, neste ponto da obra de António Lobo Antunes, uma intencionalidade comunicativa muito particular, que assenta (como venho demonstrando) nessa vertente pós-moderna de desconstrução ou, pelo menos, de problematização de todo e qualquer macrodiscurso oficial, porquanto necessariamente politizado. Por outro lado, e mais do que isso, é também manifesta a tentativa de libertação autoral das convenções típicas da escrita romanesca, a qual, em *O Esplendor de Portugal*, se traduz numa clara noção do contributo que os romances anteriormente publicados vieram a oferecer, no sentido de habilitação ou “fabrico” de um tipo de leitor em particular que busca, precisamente, no plano romanesco, o conjunto de ferramentas de que necessita

para levar a cabo, por sua própria iniciativa, tais processos de questionação ou problematização.

Confrontado com a natureza particular da configuração romanesca da figura de Carlos, e ciente do seu verdadeiro papel no plano do romance, o leitor vê-se, portanto, diante de um ser atormentado, dilacerado entre um presente que o pressiona no sentido da adesão a uma imagem que, conscientemente, sabe ser artificial em toda a sua extensão, mas que, ainda assim, lhe surge como algo apetecível (talvez pelo seu caráter apaziguador), e um passado traumático, doloroso, que o impele de forma quase sistemática à tentativa de negação do reconhecimento da sua existência, no sentido, muito provavelmente, de conseguir assegurar a sua própria sanidade enquanto indivíduo e, para além disso, a sua capacidade de preservação.

O problema para esta personagem e, claro está, por arrastamento simbólico, para todos aqueles que consigo partilham a condição de exilados coloniais (ou, posto de outro modo, de proscritos da memória), é que, por mais poderosa ou inebriante que seja a atuação macrodiscursiva oficial do momento presente, há sempre um ou outro elemento, uma qualquer situação ou palavra que nele surgem e rasgam, ainda que momentaneamente, o contínuo dos seus efeitos, trazendo de novo à superfície a memória pungente dos tempos idos, seu caráter interdito e penoso, forçando-os à recolção.

No caso de Carlos, é o comentário de sua esposa em relação às atitudes que teve, anos antes, com os seus irmãos aquele que despoleta todo esse processo de revisitação traumática da sua vida em território africano. “[...] *Como é que te foste lembrar deles se não vês os teus irmãos há quinze anos? [...] Não esperes visitas logo à noite Carlos [...]*” (EP, 20 e 23).

Confrontado de repente com a amarga realidade da sua condição atual, bem como com os avassaladores fantasmas do seu passado e do preço que pagou para a alcançar, mas, para além disso, porquanto a imagem oficial que inicialmente intenta transmitir àquele que o escuta se vê problematizada, Carlos adota inicialmente um comportamento de continuidade daquele que já havia descrito em relação à correspondência de sua mãe, Isilda.

Receoso de se ver por completo desmascarado aos olhos do leitor, a estratégia de defesa que coloca em prática é a de assumir uma postura em tudo coincidente com aquela que seria de esperar no plano do coletivo português. Carlos tenta reafirmar a sua identificação total com o macrodiscurso que o regula, a qual aqui se traduz na forma como, num primeiro momento, se demarca da própria mulher através do discurso, quer tentando

insinuar a sua incapacidade de a reconhecer (como se de uma verdadeira estranha se tratasse), quer, paradoxalmente, recuperando uma etapa da sua existência passada, onde a temática da discriminação entra no plano da discussão, precisamente para reforçar a imagem oficial que pretende veicular, ou, nas palavras de Fanon, a outra “máscara branca” que, em Portugal, enverga há tanto tempo.

É precisamente o lado humilde da vida no musseque em África, por parte da sua esposa e a forma problemática como o seu relacionamento com ela decorreu (apesar de todos os seus esforços), dadas as dinâmicas sociais que os envolviam em Angola, o ponto que Carlos enfatiza na sua conversa, precisamente com a intenção de, por um lado, sobrevalorizar o seu real papel no modo como se bateu para preservar esse relacionamento e, por outro, implicitamente, reforçar a sua posição de superioridade social em relação à própria esposa, ao trazer à memória o nome “*mussequeira*”, contra o qual tantas vezes diz ter-se insurgido.

Para o leitor, essa atitude de luta contra a discriminação que ressalta da fala de Carlos enquadra-se perfeitamente nos ideais de tolerância e respeito pela dignidade do ser humano, que reconhece das linhas de força do macrodiscurso oficial português do presente diegético, o que num primeiro momento cria, de facto, a ilusão de que Carlos continua a enquadrar-se plenamente na ação desse mesmo macrodiscurso. Esta noção é tão mais acentuada quanto, à partida, se contempla a questão da sua superioridade em relação à sua esposa, a qual, apesar de contraditória em relação aos discursos dos órgãos de poder do presente, continua a encontrar núcleos significativos da população portuguesa que a perpetuam, ainda que de forma mais ou menos silenciosa.

Apesar de banido da linguagem oficial, o racismo é ainda um traço dominante em inúmeros indivíduos e grupos nacionais que entendem a tonalidade da pele ou a origem geográfica enquanto critério definidor da hierarquia social, o que revela que aquela personagem tem inicialmente uma intenção de se afirmar ainda mais veementemente do que seria de esperar, no que toca à sua identificação com o “nós” português de que falara há pouco. O modo como salienta a origem no musseque faz com que implicitamente pretenda que o leitor o veja também como um “branco” totalmente diferente daquela a que se refere, mas, mais do que isso, como alguém que se integra, em termos de memória e identidade, num coletivo ainda mais profundo do país, que vê na questão da raça um traço inalienável da superioridade do povo português.

Carlos pretende, pois, esgotar todas as possibilidades ao seu alcance, a fim de garantir que em nada a sua integração no tecido comunitário nacional vem a sofrer, o que,

no entanto, mais uma vez acaba por fracassar. É o tom de fragilidade de que se reveste o modo como relembra a forma desesperada como se dirigia aos seus colegas, dizendo “[...] *Não é mussequeira palavra de honra que não é mussequeira os pais dela têm o apartamento em obras juro-te que é exactamente como nós [...]*” (EP, 24), que o denuncia, revelando que todo o seu comportamento, desde o início do romance, é mera encenação para português ver.

A transição entre esse plano de perpetuação do discurso oficial e o que entendo como o acesso desenfreado ao plano individual de memória e identidade que se esconde por debaixo daquele processa-se através da voz de Isilda, que se apresenta, no capítulo imediatamente seguinte, retomando as questões que Carlos levanta, mas amplificando-as consideravelmente e elevando o patamar de problematização que, à partida, se iniciara.

A introdução da figura de Isilda no romance e, mais em particular, a dimensão funcional que nela é depositada, porquanto assume largamente o leme do percurso de memória que se desenvolve ao longo do texto, é também determinante para a construção dessa complexa imagem alternativa que se desenha em relação ao Portugal de finais do século XX e sua representação oficial. O modo como, após cada capítulo conduzido pela voz de um dos seus filhos, vai surgindo reiteradamente, como se de uma espécie de réplica se tratasse, mas que, no entanto, em nada desconstrói o que é previamente dito, antes pelo contrário, colmatando-o e desenvolvendo-o, demonstra claramente a sua importância em relação ao vastíssimo percurso de memória que há para cumprir.⁸⁹

Dada a impossibilidade cronológica de memória inerente à tenra idade dos seus filhos, é sobre a personagem de Isilda que residirá a enorme responsabilidade de levar a cabo o restante percurso de rememoração que há a desenvolver, para que as construções discursivas acerca do Portugal dos Descobrimentos, mas também o do tempo colonial e de Salazar, se possam cumprir. São as suas vivências, mas também as memórias que recebe de seus pais ou antepassados mais remotos que ajudam à edificação de uma visão muito mais ampla das questões que se problematizam no texto do romance.

Desta arquitetura romanesca que acaba por criar a imagem de uma espécie de “interação” entre a mãe e seus filhos, que, por sua vez, no seu conjunto, vai construindo uma espécie de contínuo de memória, resulta a ilusão de que, de facto, existe um qualquer plano de comunicação entre todos, o que, na verdade, não se verifica. O que temos, posto

⁸⁹ O que, de novo, vem reforçar a ideia de uma tendência de António Lobo Antunes para o engrandecimento da figura feminina, enquanto elemento fundamental na arquitetura da globalidade da sua produção romanesca, traço esse que já havia sido identificado por Maria Alzira Seixo (2002:60-61 e 132).

de outro modo, é não um pequeno coletivo dotado de um microdiscurso de memória particular, mas antes, uma série de indivíduos isolados do seu passado e falsamente integrados num momento presente, em que nada partilham, a não ser a sua condição de verdadeiros párias sociais, elementos que jamais poderão, dada a sua condição particular, integrar realmente um qualquer coletivo maior. Indivíduos de existência fragmentada, que possuem também memórias e identidades fragmentadas e cuja reunificação ou comunicação plena está totalmente impossibilitada.

Somente ao leitor, por meio desse complexo exercício de recolha e partilha de recolção de fragmentos existenciais, que vai pacientemente recebendo de cada uma das personagens, será realmente permitida a reunificação desse conjunto de imagens fragmentadas e, por fim, a edificação de uma visão alternativa do coletivo a que pertence e da imagem oficial em que este se revê. É, portanto, uma forma de comunicação que se constrói precisamente através da impossibilidade de comunicação entre todas as vozes que se fazem ouvir em *O Esplendor de Portugal*.

A data que titula o capítulo inaugural de Isilda é, por si só, significativa, na medida em que assinala precisamente o momento em que a rutura da sua família e, por conseguinte, o surgimento da impossibilidade de comunicação que serve de base ao próprio romance, se vêm a concretizar, com a partida de Carlos, Rui e Clarisse para a metrópole.

Apartam-se, pois, caminhos entre os diferentes membros desta família, revelando, desde logo, no domínio do tratamento das problemáticas da memória e identidade e, para além disso, no que diz respeito à própria arquitetura romanesca, o carácter funcional que a cada um é atribuído. Dos filhos, ainda que de acordo com perspetivas distintas, espera-se fundamentalmente a caracterização do seu processo de adaptação ao macrodiscurso oficial que encontram, uma vez chegados a Portugal, a fim de possibilitar o acesso aos bastidores que se escondem por detrás dessa imagem que regula, não só o país real, mas também o próprio país diegético.

Da mãe, por um lado, espera-se que se estabeleça como elo de ligação entre esse passado que os filhos têm ainda capacidade de recordar e um outro que radica as suas origens em tempos bem mais remotos, no sentido de tornar possível o acesso a outros discursos oficiais que povoaram o percurso histórico da nação. Para além disso, cumprir-lhe-á também a responsabilidade pela ilustração do próprio percurso a que se vê forçada com a sua permanência em território africano, atuando, em última análise (e como demonstrarei adiante), enquanto verdadeira metáfora da prática de apagamento radical

português, no que toca à dimensão colonial que a dada altura assinalara a sua imagem oficial.

É, no mínimo, curioso o episódio que Isilda recupera da sua infância, na viagem de regresso à fazenda, após enviar os seus filhos no barco que parte de Luanda. A forma vívida como procede à descrição do episódio macabro do vitelo, em Nisa, e o do linchamento popular do louco que o esventrara aparentemente sem razão, dá mostras, claro está, desse estado emocional doloroso em que certamente se encontra, derivado da separação recente a que se viu sujeita. É, aliás, também nesse sentido que tenta de algum modo reabilitar o máximo possível de imagens do seu passado, durante a viagem de regresso, como uma espécie de consolo psicológico para esse seu estado de perturbação, tentando, desse modo, anular, por meio da memória, a ausência avassaladora que os seus filhos lhe deixam.⁹⁰

No fundo, ao adotar tal estratégia, essa personagem reproduz aquilo que é um comportamento típico do ser humano face ao trauma, isto é, optar pela negação do mesmo, compensando-a através de um uso seletivo da sua memória, que lhe permita a fuga à carga emocional negativa que o mesmo acarreta. Todavia, este tipo de comportamento ultrapassa em larga medida os horizontes desse episódio de separação familiar, surgindo como verdadeiro traço central da configuração romanesca da personagem de Isilda.

Face ao completo desagregar do modelo civilizacional em que se vira crescer, mas, mais do que isso, ao colapso total do macrodiscurso de cariz colonial que sempre o regulara, é esta conduta de fuga em direção ao idílio do passado a que Isilda coloca em prática, de modo a poder, ainda que progressivamente isolada, manter até ao momento da sua morte a ilusão de esplendor que supostamente comandara a sua existência.

A sua recusa em enfrentar a crua realidade que a envolve a todo o instante é, no fundo, a aplicação de uma estratégia de sobrevivência que evidencia também o tipo de efeitos que a própria ação discursiva dos órgãos de poder de então ainda exercia sobre uma parte considerável do coletivo português. Apesar de justificável neste episódio de separação familiar, ao passar a ser uma nota comportamental dominante em todas as circunstâncias, revela que é a necessidade de permanecer fiel a todo o custo à imagem oficial do país por que se rege aquela que realmente impele a personagem à ação, independentemente dos meios a que tenha de recorrer para o conseguir.

⁹⁰ “ [...] e ao voltar à fazenda no regresso de Luanda mal o barco desapareceu numa confusão imensa carregado de bagagens e de gente, [...] ao voltar à fazenda mesmo antes de pôr os criados na ordem e escrever aos meus filhos a informá-los que cheguei bem, estou bem, estarei bem [...]. (EP, 33).

A tentativa de reabilitar, ainda que exclusivamente no plano do discurso, o seu passado de estabilidade, quando se vê confrontada com o horror diário da guerra, com a expropriação total dos seus haveres, com a condição miserável da sua sobrevivência, podendo assim fingir que nada se alterara, dá mostras do seu verdadeiro estado de alienação, mas, muito para além disso, da sua incapacidade em, por um lado, lidar com esse processo de desintegração da faceta colonial inerente à sua imagem e, por outro, aceitar, de novo, à semelhança do que acontecerá com os seus filhos, submeter-se a um processo de adaptação a um novo macrodiscurso e a um novo Portugal.

A tríade simbólica do *Deus, Pátria e Família* (e respetiva estrutura de poder que a sustenta) é, pois, aquela cuja ação discursiva assinala incontornavelmente a personagem de Isilda, forçando-a em todos os momentos a adotar uma conduta que em tudo se aproxima do próprio *modus operandi* do aparelho de Estado, mais particularmente, na recusa intencional de enfrentar esse processo doloroso de desagregação da imagem oficial em que se revia.

Aparentemente, tudo se justifica e desculpabiliza aos olhos desta personagem, desde que contribua para os interesses do coletivo, isto é, para a manutenção da imagem perfeita e inatacável que, segundo o macrodiscurso de cariz ditatorial, deve ser assegurada em todas as instâncias. Não é, pois, de surpreender que todos os episódios negativos que povoam o seu universo familiar (e constituem a verdadeira dinâmica de interação entre os indivíduos que o compõem) sejam, metódica e cirurgicamente, removidos do plano da discussão pública, precisamente, no intuito de cultivar a inexpugnabilidade da imagem de concordância da sua família com os vetores discursivos da estrutura de poder vigente.

Posto de outro modo, à imagem do que era prática integrada do regime ditatorial, todos os escolhos ou eventos na vida de Isilda, que potencialmente pudessem revelar as suas fragilidades, eram deliberadamente silenciados ou, pura e simplesmente, apagados em definitivo, garantindo, assim, a manutenção ilusória de uma imagem nacional (e pessoal) perfeita.

É o que acontece, por exemplo, com o caso de Carlos, suas problemáticas origens e o modo que Isilda seleciona para o seu tratamento. Carlos é filho ilegítimo do marido desta personagem, situação obviamente embaraçosa para ela, na medida em que ele é a prova viva de uma ligação afetiva condenável em termos sociais, na Angola de então, que mancha indelevelmente o seu casamento. Carlos corporiza em si um dúplice estigma social, que colide diretamente com os valores centrais da memória e identidade de cariz

colonial, caracterizado pelas marcas do adultério e da abominável prática da miscigenação de raças, derivada da ligação com os indivíduos colonizados.

Impossibilitada, naturalmente, de reverter todo o processo como forma de libertação dos seus efeitos, Isilda explora, de imediato, uma estratégia de apagamento no mínimo inventiva, mas que surte (pelo menos, aparentemente) os resultados próximos dos que espera, a qual entendo como um processo de branqueamento de Carlos. Refiro-me, neste caso, ao termo “branquear” na sua mais elementar aceção, ou seja, enquanto ato de tornar branco algo (ou alguém) que difere dessa cor, pois é precisamente isso que, em termos identitários, Isilda faz acontecer, desde o momento em que o compra à sua mãe biológica como se de um qualquer bem transacionável se tratasse.⁹¹

Desse ponto em diante, toda a existência do filho é desenvolvida com o intuito de manter afastado do olhar, ou melhor, do discurso público, qualquer vestígio que possa trazer à memória essa origem vergonhosa que o assinala, sendo educado à imagem dos brancos que o rodeiam (nas palavras de Isilda, sem distinções para com Rui e Clarisse), vendo-se obrigado a simular o mesmo tipo de posicionamento face aos trabalhadores negros da fazenda, mas nunca recebendo verdadeiramente a contrapartida de uma plena inclusão na família que o acolhe. A repulsa que a mãe de Isilda manifesta abertamente no foro privado do seio familiar, sempre que Carlos com ela se cruza, o modo como Isilda tenta sempre (pelo menos, de forma declarada) não interferir no que este faz, dando mostras do quão afetada pela situação vive realmente, revelam que, de facto, o intuito por detrás do acolhimento de Carlos sempre foi o de tentar silenciar em definitivo uma situação fortemente ameaçadora, garantindo, desse modo, a continuidade de funcionamento deste pequeno grupo familiar em Angola.

O próprio episódio de vil agressão e tortura de que Maria da Boa Morte é vítima no contexto do romance (ficando a saber-se mais tarde que fora encomendado pela própria Isilda ao chefe da polícia, o mesmo que viria a ser o seu amante) é demonstrativo do tipo de esforços que se depositam nesta prática de branqueamento da imagem da família, pois deriva precisamente do facto de, não só Carlos ter uma maior proximidade afetiva com aquela personagem, mas, acima de tudo, por ser da boca desta que o fantasma do “ser preto” volta a surgir, quando tenta a seu jeito revelar a Carlos a parte da sua identidade que foi forçado a esquecer.

⁹¹ Ato esse que dá mostras, de imediato, do tipo de dinâmica de convivência social, que se desenvolvia nesse período entre as figuras do colonizador e colonizado, mas, para além disso, da própria estrutura macrodiscursiva que regula esse espaço e torna tal tipo de dinâmica realmente possível.

É também exemplo dessa prática de apagamento das fragilidades familiares do domínio da esfera da discussão pública, o caso do adultério de Isilda, o qual surge, numa primeira linha de interpretação, como espécie de vingança pela traição do marido. O modo como essa relação extraconjugal se desenvolve com o conhecimento e à vista de todos, ainda que não sendo passível de qualquer sanção ou comentário censório por parte de qualquer familiar, revela o tipo de ideologia discursiva subjacente ao modelo de funcionamento desse grupo e, por arrastamento metafórico, à própria conceção de sociedade em que se integra – a fim de garantir a preservação da imagem oficial que os regula, todo e qualquer evento problemático pode e deve ser eliminado, bastando para tal não verbalizá-lo publicamente.

Daqui deriva que, porquanto enraizada que se vê neste modelo de funcionamento comunitário, face ao advento do conflito armado em território angolano, e, apesar da consciência da derrocada da estrutura de poder que apoiara o seu modo de vida até àquele ponto, Isilda opta deliberadamente pela permanência na antiga colónia, pois só aí poderá continuar a viver em moldes, na sua perspectiva, próximos daqueles em que foi formatada.

O manter-se em Angola corresponde a um último expediente para garantir que, pelo menos, a vertente territorial inerente à sua identidade não lhe é subtraída também (o que aconteceria se partisse para a metrópole), podendo, assim, apesar de tudo, continuar a implementar a única estratégia de que dispõe para que a ilusão da imagem em que se revia continue a manter-se. Não partir para Portugal é, desse modo, mais uma forma de negação por parte de Isilda, que visa idealmente permitir-lhe manter a sua existência em ligação com esse esplendor do passado, ainda que, a partir deste ponto, assentando exclusivamente na sua capacidade de rememoração, mas, mais do que isso, do tratamento seletivo a que esse tipo de exercício estará sujeito, a fim de contrariar os progressivos traumas que irão povoar o seu percurso, até ao momento da sua morte, a qual, de forma um tanto macabra, parece reproduzir o episódio do linchamento do louco de Nisa, com que abriu a sua participação no romance.

Aparentemente alheada do que está realmente a acontecer no momento que antecede a sua execução, refugia-se ainda mais profundamente nas veredas da sua memória, numa última esperança vã que a ilusão de Angola que acalenta se volte a concretizar quase por magia ou, pelo menos, que essa mesma ilusão permaneça intacta até ao momento em que cessará a sua existência. Como o louco que, incapaz de integrar a realidade brutal das sucessivas agressões populares que porão término à sua vida, se mostra sempre sorridente e desligado de tudo aquilo que lhe acontece, também Isilda encontra a

tranquilidade que demonstra no momento do seu homicídio, na recusa de integração do que lhe está a acontecer e na fuga para a visão idílica que mantém no seu íntimo, dando azo, em termos metafóricos, a um conjunto de leituras que importa salientar.

À semelhança do incómodo que o louco representa para o funcionamento da comunidade que o acolhe (o qual é eliminado por meio da sua extinção definitiva), também Isilda corporiza um potencial entrave à concretização do novo macrodiscurso que começa a esboçar-se em território angolano, no contexto do pós-Revolução. A cor da sua pele é mais do que suficiente para trazer à memória todo o período de domínio e opressão colonial, o qual tem de ser forçosamente removido, a fim de que esse macrodiscurso se possa realmente implementar, sendo que a morte constitui o mais eficaz método de apagamento irreduzível das marcas simbólicas ou discursivas que consigo acarreta. Posto de outro modo, Isilda morre, pois também ela é portadora de uma forma de *ser* que se pretende banida da esfera pública angolana.

No entanto, mais do que o horrendo ato que põe fim à sua existência, a condição de extremo abandono a que se vê votada nessa última etapa força o leitor a ponderar o verdadeiro papel que a comunidade a que pertence aí veio a desempenhar. Quanto à capacidade desta para integrar os que, como Isilda, mantêm viva a imagem colonial, não restam dúvidas que, de facto, não há a menor possibilidade de veiculação, dada a sua carga traumática, desse tipo de discurso na esfera pública, razão que, aliás (como mencionei anteriormente), está na origem da opção desta personagem de permanecer em território africano.

No espaço do romance, todavia, essa problemática adensa-se pelo facto de o relato da morte de Isilda ser levado a cabo pela sua voz, precisamente, na data em que o seu filho Carlos espera pelos irmãos para a celebração da Consoada, a qual corresponde, grosso modo, também ao próprio presente histórico em que se encontra o coletivo lusitano, isto é, os finais da década de 1990 e a preparação nacional para a celebração apoteótica do triunfo do macrodiscurso do Portugal-europeu, com a Expo 98.

À luz deste processo romanesco de aproximação entre passado e presente é inevitável não ver associado à condição de Isilda o voluntário esquecer, por parte de todo um país, dessa experiência negativa do desaire colonial que ela simboliza, o que, naturalmente, problematiza a própria imagem oficial por que Portugal se rege na atualidade, ao evidenciar o caráter eminentemente politizado que lhe subjaz e que, a dada altura, determinou a recuperação do passado glorioso quinhentista, como estratégia de

agregação dos esforços comunitários em torno de um macrodiscurso de cariz progressista, eliminando convenientemente todos os escolhos traumáticos do seu passado recente.

Por outras palavras, dessa fusão de tempos, memórias e também discursos que se opera no romance, resulta que o abandono vivido por Isilda é, acima de tudo, aquele que a comunidade que a deveria acolher desde o primeiro momento leva a cabo, sendo que, nesse sentido, se não a conivência no próprio ato de extermínio de tal personagem, pelo menos torna evidente a complacência ou indiferença nacional diante de tal horrendo ato, na medida em que este é também conveniente para a manutenção do seu macrodiscurso oficial e respetiva estrutura de poder que o apoia. Aos olhos da nação portuguesa é, portanto, necessário que a voz simbólica de Isilda se silencie em definitivo, a fim de que o processo de recuperação seletiva da memória do Portugal de quinhentos se possa afirmar de modo incontestável e contribuir para o reforço da imagem oficial em que o país se revê no momento presente.

À luz deste raciocínio, a conduta do próprio Carlos, uma vez em território metropolitano e diante da exigência de integração no tecido comunitário que o constitui, torna-se justificável, muito para além da questão dos conflitos familiares que se vão desvelando ao longo do texto. É a consciência da corporização dessa vertente interdita da memória na figura da sua mãe, bem como o tipo de exclusão social a que estará sujeito, caso opte por veiculá-la para a esfera pública, aquilo que o impede a todo o instante de tentar reabilitar uma qualquer ligação real com o país que deixara para trás muitos anos antes.

Como Isilda e seus filhos, também Portugal se apartou em definitivo das suas antigas colónias e a vertente imperial que lhe concediam, sendo que agora pretende seguir um caminho distinto daquelas e onde, preferencialmente, toda a dor desse processo de desagregação que lhe está na base acaba por subsumir-se diante da grandiosidade sedutora da sua imagem atual.

Esta complexa configuração discursiva torna-se bem mais evidente por meio da denúncia das palavras de Isilda, a qual se desenvolve ao longo de todo o capítulo “11 DE OUTUBRO DE 1990”, e que tenta, nesse tremendo esforço de memória que a sua voz veicula, concentrar uma visão alternativa, mas, mais do que isso, problematizante, de toda a história recente do Portugal democrático.

“[...] O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos [...] em África *não era dinheiro nem poder mas pretos sem poder e sem dinheiro algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os*

pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos [...] em degraus sucessivos [...] da miséria [...] África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias [...] dinheiro que valia menos que o dinheiro deles, um dinheiro sem préstimo não fora a crueldade da maneira de o ganhar [...] olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família [...] obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos [...] roubando no Uíje [...] para que nos roubassem em Lisboa [...]” (EP, 263-264. Sublinhados meus.)

O recurso ao testemunho do seu pai, centrando, desde logo, o enfoque da discussão no período do Portugal colonial revela, num primeiro momento, as horrendas dinâmicas de funcionamento do coletivo nacional que se escondiam sob a capa inatacável do macrodiscurso oficial de memória e identidade.

Apesar de nessa etapa do percurso nacional as colónias serem celebradas publicamente como um fator de engrandecimento da imagem do coletivo, o facto é que, por detrás do pano, se esconde um silenciado sentimento de inferioridade, o qual se revela por meio dessa imagética racista e de exploração humana que Isilda faz questão de evidenciar. A *vingança* real da atuação dos membros da comunidade, que se esconde sob a *dignidade* discursiva que os impele, dá mostras dessa tacanhez de espírito, dessa constante necessidade de encontrar um outro grupo ou indivíduo inferior, em termos de poder, que se possa oprimir e explorar, a fim de possibilitar a vivência do carácter grandioso a que todos esses membros realmente aspiram.

No fundo, o que os deslocados para as colónias fazem é tentar reproduzir nesse território o mesmo tipo de dinâmicas em que se desenvolveram no seu país de origem, lutando por posições de domínio que lhes permitam o maior controlo possível daquilo que os rodeia, e usando, nesse sentido, aqueles que se encontram na sua dependência como verdadeiras válvulas de escape para as suas frustrações individuais ou coletivas.

Desse modo, não é, pois, de surpreender que o posicionamento daqueles que permanecem na metrópole seja, apesar de toda a ação discursiva oficial, idêntico ao que Isilda retrata, uma vez que, para todos os efeitos, o universo colonial que lhe está adstrito é aquele que por razões óbvias se apresenta como o nítido inferior e, como tal, equiparando-se em termos funcionais aos restantes “pretos” nessa escala infundável de degradante miséria humana.

No entanto, derivado certamente desse sentimento de posse que o domínio sobre o outro potenciava, reitera-se nesta apreciação alternativa do período colonial a ideia de uma preocupação legítima em manter esses territórios e tudo o que lhes estava afeto sob a

alçada protetora da nação, precisamente no sentido de preservar a ilusão de esplendor que esta tanto deseja.

Para todos os efeitos, na perspetiva de Isilda, o voltar de costas a África, por parte da comunidade portuguesa, e o abandono irresponsável de tudo aquilo que por lá ficará só vem a verificar-se posteriormente, aquando do processo de libertação das colónias, num momento “[em] que os americanos ou os russos ou os franceses ou os ingleses convencessem os pretos em nome da liberdade que não teriam nunca, armando-os e ensinando-os a utilizarem as armas contra nós [,] a substituírem a condição que lhes impúnhamos pela condição que lhes garantiam não impor depois de nos expulsarem de Angola e se instalarem [ali] com as suas máquinas de extrair minério e as suas plataformas de petróleo [...]” (*EP, Ibid.*).

Esse processo de mudança de paradigma discursivo (que o 25 de Abril de 1974 desencadeia) e a estratégia de apagamento oficial que, de imediato, se lhe vê associada, para garantir o triunfo do que se pretende ser o novo Portugal-europeu, começam a evidenciar-se com o regresso a Portugal dos “[...] expulsos através dos angolanos que [os] não aceitam [ali] para [chegarem] a Lisboa onde não [os] aceitam também [...] despachando-os como fardos de quarto de aluguer em quarto de aluguer nos subúrbios da cidade [...] não por estima, não por respeito [...] longe o bastante para não os desgostarmos com a nossa presença [...]” (*EP, 265.*), denunciando, também, o tipo de condicionantes que irão determinar o funcionamento da comunidade portuguesa desse ponto em diante.

Apesar de se afirmar em manifesta rutura com o discurso de poder que o antecede, aquele que começa a implementar-se no período pós-revolucionário explora um tipo idêntico de estratégias de remediação dos seus problemas, optando de igual forma pelas mesmas dinâmicas de interação entre os seus membros, para garantir a sua preservação.

É por esse motivo que a inclusão da voz de Isilda, no seguimento de cada um dos capítulos conduzidos por Carlos, Rui e Clarisse, se revela de extrema importância no romance, uma vez que, ao reavivar e expandir essa vertente proibida da memória nacional portuguesa, agudiza a perceção das agruras inerentes ao processo de adaptação dos seus filhos a um novo território e uma nova política de identidade, mas, para além disso, das incoerências inerentes ao macrodiscurso que os regula na atualidade.

À medida que cada um dos percursos dos três descendentes se desenrola nas páginas do romance, a consciência do verdadeiro preço que lhes é imposto pelo acolhimento a que aspiram torna-se por demais evidente, revelando que, mais do que um

esforço de genuína integração nas dinâmicas de funcionamento comunitário, o seu comportamento é fundamentalmente resultante de um conjunto padronizado de estratégias de recalçamento e silenciamento, que visam torná-los (ainda que de forma parcial) o mais consentâneos possível com o país que os acolhe, o que significa reconhecer e serem capazes de ocupar o lugar que lhes está reservado na hierarquia social da coletividade portuguesa.

O mesmo será dizer que, a partir do momento em que pisam o solo metropolitano, os filhos de Isilda estão condenados a assumir, segundo as suas próprias palavras, a posição de “pretos” de todos aqueles que aí se encontravam antes da sua chegada, o que, por sua vez, permite identificar o tipo de atitudes que são forçados a pôr em prática nesse sentido, assim como o tipo de adaptações que a sua memória e comportamento de matriz colonial se veem sujeitos, de modo a poderem lentamente ver-se livres desse estigma que assinalava a sua origem.

Carlos, o mais velho e, implicitamente, o mais marcado pelo passado problemático da sua origem e infância, é aquele que mais dificuldades terá de ultrapassar, não só pelo papel que lhe é incumbido pela sua mãe no momento da fuga de Angola, mas também pelo facto de, dada a sua idade, ser aquele que, à partida, mais resistências ao esquecimento enfrenta. É ele que tem o estigma da origem, o que dentro da própria família ocupa o lugar mais baixo na hierarquia das relações entre os elementos que a compõem, aquele que, apesar do silêncio comprometido dos seus familiares, sente na pele a marca da inferioridade face aos brancos com quem vive e que, na melhor das hipóteses, o toleram entre si. O mesmo é dizer que é precisamente Carlos que mais barreiras à integração no tecido comunitário nacional vai encontrar, uma vez que também esse tipo de posicionamento discriminatório que sentira em Angola está presente em Portugal.

É, pelo menos, essa a percepção que transparece para o leitor, na medida em que esta personagem está constantemente a tentar, de algum modo, passar despercebido na sociedade que o acolhe. É a constante aspiração a um estado de anonimato aos olhos do coletivo que impele Carlos na sua existência presente, o qual, como demonstrei anteriormente, tudo faz, na esfera pública, para se distanciar desse passado embaraçoso, traumático, mas, acima de tudo, banido do macrodiscurso oficial que regula a sua existência em território metropolitano, esforçando-se para em todas as circunstâncias envergar a sua “máscara de branco” português, apesar da consciência da sua verdadeira *cor*.

Refiro-me, neste caso, claro está, muito para além da própria tez que a personagem apresentaria, à identidade e, acima de tudo, memória que a assinalam. O envergar a “máscara oficial” que lhe impõem no Portugal do pós-Revolução é, em si, a máxima estratégia de defesa que Carlos consegue gizar, a fim de garantir a sua integração (mais ou menos) pacífica no coletivo do país, o que, se se atentar realmente, é, no fundo, uma espécie de reprodução, ainda que com algumas variações, do mesmo tipo de comportamento a que se via obrigado em Angola. Também aí, o preço da sua sobrevivência é ser forçado a simular a adesão a uma forma de identidade que lhe nega, desde logo, o direito ao reconhecimento público das suas origens, o que, mais uma vez, vem reforçar essa ideia de proximidade entre os discursos do seu passado colonial e o do Portugal em que agora vive.

É de forma a manter esse passado inacessível aos olhares dos restantes membros com que interage no plano comunitário nacional que Carlos põe também em prática toda uma série de ações em relação aos seus irmãos e às suas condutas desviantes. O modo como durante os primeiros anos da democracia os mantém sob a sua alçada, protegendo-os e sustentando-os, e cumprindo assim, por um lado, a missão que lhe fora incumbida por sua mãe, apesar dos acessos de loucura e destruição de propriedade privada do seu irmão Rui, ou os devaneios lúbricos de Clarisse, revela que Carlos reconhece a especificidade do coletivo em que se encontram e que tenta a todo o custo, nele, assegurar a sobrevivência de todos.

Não é à toa que sempre que se vê obrigado a assumir as responsabilidades por um qualquer dano que o seu irmão inflige a alguém e se vê questionado acerca da questão, Carlos utiliza exclusivamente a questão dos problemas mentais daquele para justificar o seu comportamento, “esquecendo-se” sistematicamente de mencionar uma razão fundamental que se lhe associa e que está relacionada com o facto de o seu irmão continuar a “viver” como se em Angola estivesse.

Posto de outro modo, por estar consciente dessa incapacidade de Rui em adaptar-se realmente à nova comunidade em que se insere, mas também porquanto consciente do tipo de consequências que adviriam da manifestação pública dos verdadeiros motivos que ditam a conduta do seu irmão, é que Carlos tenta salvaguardá-lo de toda e qualquer possibilidade de aparição pública, precisamente no sentido de não permitir que o seu passado, ainda que de forma indireta, acabe por ressurgir acidentalmente e transformá-lo num alvo de censura dos diferentes indivíduos que o rodeiam.

O mesmo se verifica com Clarisse, a personagem que melhor ilustra a verdadeira natureza da atuação do irmão mais velho. Uma vez em Portugal, o que aquela personagem faz é fundamentalmente retomar o comportamento que assumia em Angola, levando uma vida de deboche e, para além disso, de parasitismo daqueles com quem vive.

Por reconhecer a ameaça que o comportamento da sua irmã representa, não só no que à reputação daquela diz respeito, mas, para além disso, por constituir na sua essência um reatualizar do seu modo de vida colonial, Carlos vê-se forçado a infligir-lhe medidas de repressão física e psicológica, no sentido de garantir que, efetivamente, ela altera o seu comportamento e passa a optar por uma posição necessariamente mais discreta aos olhos da comunidade, assegurando, por conseguinte, a sua integração e sobrevivência. Fazer com que Clarisse deixe de ter encontros casuais com estranhos quase diariamente ou que termine em definitivo com os relacionamentos sórdidos que mantém é, na perspetiva de Carlos, a melhor maneira de eliminar os resquícios de um passado inaceitável no Portugal contemporâneo, assegurando por esse motivo, e ainda que indiretamente, também a sua própria preservação.

No entanto, como o tempo vem a demonstrar, este tipo de conduta acaba por tornar-se insustentável. Carlos revela-se efetivamente incapaz de, por meio da repressão, conter todas essas espécies de denúncia dos tempos passados a que os comportamentos dos seus irmãos dão azo, o que acaba por derivar na expulsão destes de sua casa, como se, por meio desse ato, aquela personagem pretendesse libertar-se em definitivo de uma situação com a qual não consegue lidar ou, de algum modo, forçar a um estado de silenciamento permanente.⁹² Os seus irmãos são, como ele, corporizações constantes da memória e identidade colonial, apresentando, no entanto, um traço distinto que é o facto de, aos seus olhos, aparentemente, não conseguirem simular (da mesma maneira que espera) a adesão aos vetores de força do novo macrodiscurso com que se deparam no presente.

Por atentarem, somente pelo facto de existir, contra os esforços do seu irmão em libertar-se da carga traumática que o assola e obsta à sua integração sem reservas no tecido comunitário, Clarisse e Rui veem-se, pois, à imagem do que é a conduta generalizada da

⁹² Atendendo às considerações que Isilda tece, no espaço do romance, acerca do Portugal revolucionário, que está, como mencionei anteriormente, na base do Portugal-europeu, mas também à política de memória que a estes preside, a análise desta atitude de Carlos para com os irmãos aponta claramente para uma conduta de reprodução do tipo de estratégias de defesa que o próprio macrodiscurso oficial e sua estrutura de poder instigam na esfera pública. Carlos está, portanto, a agir no foro privado do seu pequeno grupo familiar enquanto espécie de prolongamento obcecado do discurso de memória e identidade que regula o país, o que revela o seu elevado grau de empenho em enquadrar-se na comunidade portuguesa, ao assumir em todas as circunstâncias (mesmo na esfera privada e inacessível da família que poderia certamente isentá-lo desse esforço) a sua identificação total com a voz do aparelho de poder e sua metáfora de perpétuo movimento.

metrópole, votados ao abandono completo, enquanto última tentativa desesperada, por parte de Carlos, de os ver, de algum modo, sucumbir também à ação do esquecimento.

No fundo, é já a ação do macrodiscurso oficial do Portugal-europeu que determina os contornos em que se desenvolve a conduta de Carlos, legitimando esse ato de abandono familiar, porquanto constitui a saída mais cómoda para o problema em questão.

Daqui deriva que, pela última vez, este pequeno núcleo familiar se vê de novo fragmentado, cabendo a cada um dos seus elementos desenvolver novas estratégias de adaptação à realidade que os circunda. Rui, dada a sua privilegiada condição psicológica (na medida em que lhe possibilita, por meio da insanidade, a vivência contínua em contacto com a sua memória e identidade original), continua a deambular pelo espaço metropolitano, desta feita, protegido, aparentemente, por uma qualquer instituição de apoio social, que Clarisse, de modos nem sempre ortodoxos, suporta.

Quanto à irmã, no entanto, a problemática acentua-se, uma vez que logo após a sua expulsão pela mão de Carlos, Clarisse continua a desenvolver o mesmo tipo de comportamentos do seu passado, ainda que com uma diferença substancial. A vida de inconsequente devassidão em Angola, que era no fundo uma qualquer forma de diversão para Clarisse, transforma-se, no Portugal-europeu, em verdadeira estratégia de sobrevivência, face ao abandono completo a que se vê sujeita

É fundamentalmente para sobreviver que essa personagem se envolve num relacionamento adúltero com um qualquer político de relevo da sociedade em que se encontra, o qual, a dada altura, pelo modo como reage face à notícia do estado de saúde em que a sua amante se encontra, revela mais uma vez um traço comportamental dominante, derivado da ação do discurso oficial português – o da fuga reiterada a qualquer potencial fonte de problemas através da negação voluntária do seu reconhecimento e, por conseguinte, o da obsessiva manutenção a qualquer preço da imagem ilusória que se projeta para a esfera pública.

No caso do político, é a imagem de homem íntegro e cumpridor, marido dedicado e fiel, que surge como o elemento a preservar, o que implica, naturalmente, que a Clarisse nunca seja dada realmente a hipótese de vir a integrar-se por completo no tecido comunitário que os rodeia. Assim que essa adoece e começa a importunar o seu amante em busca de alguma atenção, o que este faz é, pura e simplesmente, desprezá-la, ignorá-la, forçando-a a assumir um estatuto de total invisibilidade, aliás, do qual, nem ela, nem os seus irmãos, nem tampouco a memória do período colonial português tiveram realmente oportunidade de sair no Portugal-europeu.

O país real, contemporâneo da publicação inicial do romance, surge, assim, na perspetiva da atuação dos órgãos de poder, enquanto prolongamento da espécie de atuações típicas do seu passado, ainda que subordinado a uma nova roupagem, ou melhor dizendo, atuando em função de uma outra metáfora de movimento, em direção a um novo futuro ideal, perfeito e grandioso.

É por esse motivo, aliás, que, paradoxalmente, a estratégia de sobrevivência de Clarisse se acaba por tornar possível quase de forma perfeita (não fosse a pequena “mancha” colonial que carrega) no modelo identitário e de memória do Portugal-europeu. A senda em direção ao progresso que a este é inerente passa também por uma prática de renovação de valores e ideais, entre os quais se vem a tornar aceitável uma conceção mais flexível da própria sexualidade e do relacionamento entre indivíduos na sua esfera mais íntima de convivência.

Para Clarisse, o comportamento de libertinagem do seu passado em Angola, que tanta censura silenciosa lhe custou na família e sociedade envolvente, converte-se no Portugal democrático em algo tendencialmente aceitável, dadas as profundas transformações de valores e abrandamento de costumes, o que se evidencia pela forma assertiva como, numa primeira etapa de contacto com quem lê, se refere a essa faceta da sua vida num tom perfeitamente natural e aparentemente descomplexado, criando, um pouco como Carlos havia feito, a ilusão de uma plena integração nas dinâmicas de interação social portuguesas, mas, mais do que isso, a de uma existência plena, realizada e em total harmonia com o macrodiscurso oficial que preside ao (agora) seu país.

No entanto, e apesar de tentar manter esse seu passado obscuro longe do olhar público de forma mais eficaz que o seu irmão, também Clarisse acaba, no espaço do romance, por ceder à pressão da sua memória mais íntima, deixando escapar de forma iniludível uma apreciação extremamente elucidativa da sua real condição e do tipo de relacionamento que mantém com o macrodiscurso oficial de memória e identidade português.

A imagem inicial que a personagem tenta apresentar (e que se entende consentânea com a nova metáfora de movimento nacional) rapidamente dá lugar a uma outra de um ser amargurado, incompleto, dilacerado entre um passado que, apesar de tudo, preenchia de algum modo a sua conceção de felicidade, e um presente, no qual, apesar de se ver obrigada a simular publicamente um idêntico estado existencial, se revela claramente o oposto daquilo que nele vigora ou é veiculado sobre o coletivo.

Por não ser capaz, apesar de tudo, de se identificar realmente com a imagem do Portugal-europeu, Clarisse foge para o seu passado como estratégia de compensação emocional, trazendo à luz, nesse sentido, o desfasamento real entre o discurso oficial que rege o país de finais da década de 1990 e aquilo que é a sua vivência efetiva por cada um dos indivíduos que sob ele se movimentam, o que se denota, por exemplo, ao desgostar-se face ao telefonema de convite do irmão, o qual encara enquanto “[...] trazendo a Ajuda consigo e a Baixa do Cassanje e Angola, tudo aquilo que não queria lembrar [...]” (EP, 301).

Muito embora este tipo de consideração revele a natureza traumática das suas memórias, justificando, quase de imediato, a sua atitude de repúdio, uma vez que, naturalmente, constituem uma fonte de sofrimento que não quer enfrentar, não deixa, por outro lado, de agudizar a perceção da incompletude do próprio discurso oficial contemporâneo, porquanto dele não consegue efetivamente retirar defesas que lhe permitam erradicar tal fonte de sofrimento pessoal.

O mesmo será dizer que, para que o corte oficial com a memória do passado recente imposto pelo aparelho de poder perdure, é necessário que Clarisse (e todos aqueles que eventualmente partilham a sua condição de alienada de memória) lide por si própria com os efeitos que essa prática de apagamento oficial veio criar. Não será, pois, de surpreender que diante de uma imagem de um Portugal-europeu que claramente a visa deixar para trás e não lhe confere um sentimento de identidade forte o suficiente, se veja forçada a buscar algum consolo possível na revisitação dolorosa do seu tempo em África.

Daqui deriva que, e atendendo também àquela que é a atuação de cada uma das personagens de entre a vasta galeria que povoa o *Esplendor de Portugal*, a imagem do país que acaba por surgir por entre as linhas do romance vê-se amplamente problematizada, revelando o complexo emaranhado de relações entre discursos, memórias, gerações e indivíduos que lhe subjaz, e apontando já para uma futura situação de equilíbrio incomportável entre todas essas vertentes.

Retomando as considerações que avancei no início do presente capítulo, o país a que se acede, em o *Esplendor de Portugal*, é, portanto, um que está nitidamente consolidado sobre a rutura completa com os efeitos do seu passado traumático e que aspira de forma obsessiva à vivência artificial da sua nova imagem europeia.

Sob o domínio daqueles que, por terem permanecido na metrópole, chamam a si a responsabilidade de arquitetar uma nova representação discursiva oficial, silenciam-se em definitivo algumas vozes que, como a de Isilda, o tempo se encarrega de extinguir, e, com

elas, a possibilidade de reatar as ligações com um passado mais remoto da nação. Silenciam-se, de igual modo, as vozes eventualmente problemáticas dessa geração vinda das colónias e aprisionada na mudança entre metáforas de perpétuo movimento, como no caso de Carlos ou Clarisse (e até mesmo Rui), deixando, no entanto, antever que essa obrigatoriedade de silenciamento será efetivamente provisória, dada a tremenda carga emocional que tal geração tem de enfrentar e, para além disso, dado o aparente enfraquecimento da própria estrutura de poder que, até esse ponto, zelara pela sua preservação, o que, naturalmente, aponta já no sentido da explosão para a esfera pública dessa vertente interdita da memória e identidade nacional.

Que país vem a resultar deste cenário?

É a resposta que, a meu ver, António Lobo Antunes tenta oferecer no romance *O meu Nome é Legião*, de cuja análise me ocupo no capítulo que se segue.

Capítulo V

E depois do Adeus? – O meu Nome é Legião

“[...] Quis saber quem sou
O que faço aqui
Quem me abandonou
De quem me esqueci
Perguntei por mim
Quis saber de nós
Mas o mar
Não me traz
Tua voz.
[...]” (Paulo de Carvalho, 1974)

A entrada no novo milénio traz para Portugal o colmatar de um processo evolutivo no qual se vira oficialmente “aprisionado” desde o 25 de Abril de 1974. A metáfora do perpétuo movimento que alimentara o país, durante cerca de três décadas, começa agora a estiolar-se de forma quase sistemática diante do olhar público, dando mostras de uma profunda transformação em curso no seio das dinâmicas de relacionamento entre os diferentes discursos que operam no seio do coletivo, bem como no que aos vetores de poder que os impulsionam diz respeito.

O aparelho governativo, pináculo da estrutura de poder que suportara a aventura do Portugal-europeu ao longo de quase três décadas, encontra-se, no início do século XXI, remetido para uma posição notoriamente subalterna, ou, pelo menos, fortemente comprometida, partilhando agora o tabuleiro de controlo macrodiscursivo da comunidade nacional portuguesa com o vetor mediático.

Dividindo ainda essa esfera máxima de atuação discursiva, a figura do Estado há muito que perdeu a exclusividade de atuação sobre o país, sendo que tal privilégio acaba por se concentrar progressivamente no vetor da comunicação social. Este último, por um lado, vai conquistando o acesso às diversas esferas nacionais, por meio de um discurso que

se recobre de um forte caráter formativo e problematizante, ao potenciar o acesso desenfreado a uma multitude de programas e influências culturais, provenientes dos quatro cantos do planeta. Para além disso, e em muito contribuindo também para aquilo que entendo enquanto uma sua dimensão subversiva, usando essa missão formativa como justificação para as invetivas mediáticas que vai desferindo contra o vetor de poder estatal, com quem disputa o controlo máximo do imaginário coletivo português.

É no espírito da salvaguarda da verdade e do interesse comunitário que os órgãos de comunicação social esmiúçam os mais ínfimos detalhes acerca dos rostos visíveis da estrutura governativa, expondo, sempre que possível, na praça pública, as dimensões sinuosas que esses protagonistas pretendem a todo o custo manter afastadas do conhecimento público.

O escândalo de corrupção, de abuso de poder, desvio de fundos, quando não associado a crimes ainda mais horrendos, converte-se num dos pontos fortes da programação mediática para angariar o apoio da população, no seu esforço de minar a estrutura de poder do Estado, até ao ponto em que consegue efetivamente provocar verdadeiros tumultos no seu modo de funcionamento e relegá-lo para uma posição secundária aos olhos do país.

O aparelho governativo, para além de derrotado pela imensidão de poder que o seu oponente angaria, torna-se, por assim dizer, uma espécie de refém dos média, vendo-se exposto ao metódico escrutínio das falácias entre a imagem que oficialmente tenta projetar para o seio do coletivo e os meandros dúbios que, por detrás dela, se esboçam.

Desde o escandaloso capítulo de fecho da Expo 98, com as práticas ilícitas em torno da urbanização do Mar da Palha – assinalando de modo inequívoco a primeira grande incursão do vetor mediático na luta pelo domínio do coletivo luso –, Portugal vê-se gradualmente face a face com um conhecimento mais profundo das engrenagens que movem a sua estrutura governativa, e diante da desmistificação jornalística de toda a aura de inexpugnabilidade que fora habituado a reconhecer-lhe. De igual forma, o país vai sendo forçado (ainda que de modo progressivo) a refletir acerca de facetas que, por norma, conseguira afastar da esfera de discussão pública e da imagem oficial em que se revia até esse ponto.

Poucos anos decorridos após esse grande evento nacional, e certamente por se pressentir o paulatino enfraquecimento da preponderância do aparelho de poder estatal, começam a despontar no pequeno ecrã, mas também na imprensa escrita e investigação científica, as primeiras tentativas de revisitação desse período excruciante da história

recente que a Revolução do 25 de Abril viera silenciar. O fim da faceta imperial com a guerra nas antigas colónias transforma-se numa espécie de tema privilegiado para a investigação independente, revestindo-se, quase de imediato, de um sucesso enorme em termos de popularidade e consumo, por parte dos diferentes membros da comunidade portuguesa.

É, aliás, nesse sentido, que documentários como *A Guerra*, de Joaquim Furtado (2007), ou publicidades de vídeos acerca da vida idílica em tempo colonial, nas principais cidades do império africano, se veem emitidos em horário nobre televisivo, revelando, desse modo, uma tendencial mudança de abordagem, no que à memória e identidade do coletivo diz respeito ou, posto de outro modo, a manifestação declarada de um outro agente de regulação da comunidade e sua política de memória, que visa suplantar o aparelho de Estado.

A comunicação social explora, assim, em conjugação com os sucessivos ataques que desfere contra o vetor de poder estatal, o confronto aparentemente inócuo com as memórias proibidas pelo macrodiscurso oficial de memória e identidade português como o paradigma central da sua atuação na esfera pública, levando lentamente a população em geral a um posicionamento de crescente questionação da voz oficial que a regula.

Tal facto acaba, em última análise, por reforçar a capacidade de modulação do universo comunitário, por parte do vetor mediático, porquanto este se apresenta como o veículo privilegiado de acesso às dimensões escondidas dos bastidores da estrutura governativa. Por outras palavras, o país assume de forma crescente um comportamento de suspeita em relação à estrutura de poder que regula o seu destino, derivado, precisamente, do conjunto de questionações com que se depara no quotidiano, fomentadas, por sua vez, pela voz e ideologia da comunicação social.

O início do século XXI traz, desse modo, o que considero a transição entre um Portugal-europeu (nos moldes em que o país se fora habituando a reconhecer durante cerca de duas décadas e meia) e um outro Portugal que, apesar de europeu, tenta agora começar a emancipar-se em definitivo da estrutura de poder que o regulara, em busca de novos e mais promissores horizontes para o seu futuro. O mesmo será dizer que, por meio desta atitude, acaba por poder identificar-se também uma tentativa de amadurecimento, por parte da própria coletividade nacional, no que ao enfrentar o seu futuro diz respeito, o que acaba por denunciar a tomada de consciência de uma espécie de condição de “infantilidade” a que se vira remetida, não só no já longínquo período ditatorial, mas também, aparentemente, durante o percurso do pós-25 de Abril de 1974.

Os papéis que habitualmente associara à dimensão decisora do Estado são agora trazidos para a esfera de discussão pública, despoletando um cada vez maior desígnio de intervenção da população em geral na definição do seu destino e, consequência disso, a diminuição contínua da capacidade de adaptação, por parte do aparelho governativo, à progressiva perda de poder e de influência sobre os seus cidadãos. É o que se verifica, por exemplo, aquando da campanha do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 e a iniciativa faraónica estatal de construção dos famigerados estádios para a realização do evento.

Apesar de assumir em linhas mais ou menos próximas uma prática discursiva semelhante à que havia desenvolvido para a agremiação dos esforços comunitários em prol da causa nacional, aquando da Expo 98 (e contando, ironicamente, para esse efeito, com o contributo da própria comunicação social), o aparelho de Estado enfrenta, em simultâneo, uma alternativa mediática ao seu discurso, na preparação do Euro 2004. Esta apresenta essa grande iniciativa portuguesa, não como uma oportunidade (segundo o Governo) para Portugal demonstrar, de novo, ao mundo a sua capacidade de organizar eventos de projeção planetária, mas antes, como um abismo despesista de proporções desastrosas, o qual, certamente, poderá colocar em risco a própria capacidade de sobrevivência nacional num futuro não tão longínquo quanto isso.

O vetor mediático força, assim, o país a refletir sobre a dura realidade do preço a pagar, para que mais esse sonho de grandiosidade, amplamente alimentado pelo aparelho governativo, se concretize. Daqui deriva que a nação começa a posicionar-se de um modo mais crítico (ou pelo menos, problematizante) em relação àquela que é a visão inerente ao seu macrodiscurso oficial de memória e identidade, mas, mais do que isso, em relação à própria estrutura de poder que o suporta.

O Estado já não surge como uma estrutura ampla, poderosa e de clarividência governativa inquestionável, mas antes como uma espécie de núcleo reduzido de indivíduos afetos ao poder e algo desligados da comunidade em geral, cuja visão do destino reservado para Portugal é, aparentemente, falível, mas, mais do que isso, conscientemente danosa para as gerações vindouras. Começa, portanto, a desenhar-se, deste ponto em diante, uma espécie de corte entre o universo coletivo luso e a estrutura de poder que dera origem e suportara a sua metáfora de perpétuo movimento, corte esse que se agrava tendencialmente com o decurso do tempo e com as mutações que se operam no seio do próprio aparelho político.

O ano de realização do Euro 2004 vê-se, também, ensombrado por mais um evento problemático nas esferas do poder nacional, que adensa a consciência generalizada desse

mesmo corte, ao evidenciar de forma pública um aparente desligamento entre os líderes do coletivo e o povo que deveriam representar.

A dissolução do XV Governo Constitucional, desencadeada pelo abandono do cargo de Primeiro-ministro, por parte de José Manuel Durão Barroso, a fim de ocupar a Presidência da Comissão Europeia, põe a nu essa crua evidência que, há já algum tempo, ensombra o quotidiano nacional.

A imagem oficial de uma nação progressista, próspera e, acima de tudo, verdadeiramente europeia dá lugar, nesse período, a uma outra de um país ingovernável, sem rumo e, mais grave ainda, aparentemente sem a capacidade sequer de cativar o seu líder político máximo, que de forma pública (e ainda que tremendamente polémica) decide trocar as funções para as quais fora eleito democraticamente por um cargo de nomeação política de ação à escala planetária.

A enormidade de que se reveste este episódio, aos olhos da esfera pública, para além do seu caráter inaudito, traz, assim, à superfície, ainda que de forma não declarada, mais uma vez esse traço genético do sebastianismo português, porquanto o ato de demissão de Durão Barroso é sentido como um abandono efetivo da própria nação e, para além disso, como o quebrar do elo de ligação entre o universo coletivo e a sua estrutura governativa.

Mais uma vez, portanto, Portugal vê-se a mãos com a ameaça de surgimento de um plano de estagnação e caos, derivado do facto de se ver desprovido subitamente da figura do timoneiro do coletivo, apesar das inúmeras tentativas frustradas, por parte do aparelho de Estado, para salvar eventualmente algum resquício de credibilidade do que resta da sua estrutura de poder. Claramente denunciando a consciência do seu comprometimento irreversível, a designação de um Primeiro-ministro substituto surge como uma espécie de estratégia débil de apaziguamento dos ânimos nacionais, assim como uma forma de tentar restaurar a ligação com a comunidade e, conseqüentemente, o seu controlo.

No entanto, o tremendo desaire com que se extingue o governo de coligação centro-direita sela em definitivo a perda considerável de poder de atuação sobre a comunidade nacional, por parte da máquina do Estado, e a assunção irreversível do vetor mediático à esfera máxima de modulação discursiva nacional.

Daí deriva que, desse ponto em diante, a própria forma como a imagem do aparelho de poder é configurada em termos de comunicação para a esfera pública, pelos seus vários protagonistas, acaba por sofrer profundas transformações, precisamente, de modo a poder

dar uma resposta de atuação mais adequada às constantes invetivas que sofre por parte do vetor mediático.⁹³

Não raras vezes, no entanto, este esforço de adaptação estatal à linguagem mediática acaba por vaziar para o domínio público, revelando em toda a sua extensão o que na realidade nada mais é do que uma mera encenação de um evento ou algo do género, exclusivamente com o intuito de criar uma imagem positiva junto do aglomerado de cidadãos.⁹⁴

Muito por causa deste quase contínuo problematizar da estrutura de poder governamental e seu progressivo enfraquecimento, o próprio macrodiscurso oficial de memória e identidade portuguesas acaba por fragmentar-se, dando azo, por entre as brechas que em si vê abrir, ao surgimento de outros macrodiscursos, há muito silenciados ou esquecidos na memória do coletivo.

A ausência de um único polo agregador do imaginário nacional faz com que as diferentes forças de memória que haviam sido votadas ao ostracismo, desde a Revolução de 1974, se vejam diante da possibilidade de ascender, de novo, à esfera da discussão pública, e, aí, verem todo o seu potencial problematizante minar esse clima de marasmo de memória e identidade que o país estava habituado a reconhecer como próprio.

Num mesmo espaço geográfico, e apesar da percepção da presença de uma imagem oficial que ainda tenta impor-se e preservar-se, veem-se frente a frente, por exemplo, as vozes dos sobreviventes do período ditatorial (com suas representações da nação profundamente inculcadas no ideário Ultramarino), quer no que toca àqueles que passaram por África e foram confrontados com a obrigatoriedade de retornar ao país no decurso da descolonização quer no que diz respeito aos que nunca saíram da metrópole e que, por esse

⁹³ É sobejamente conhecido, em particular, com o início do século atual, o investimento crescente, por parte das diferentes forças partidárias nacionais, em campanhas de imagem e comunicação pública. Tal facto revela claramente uma espécie de consciência de subordinação em relação aos média, por parte do Estado, na medida em que é este quem tem, de facto, de se adaptar a uma nova realidade macrodiscursiva, onde já não é somente a si que está entregue a capacidade de modulação da comunidade nacional.

⁹⁴ Se se atentar, neste sentido, naquele que vem a ser o modo de atuação do governo de José Sócrates e seu relacionamento com os órgãos de comunicação social, constata-se facilmente que, de facto, desde o primeiro momento, há um enorme cuidado no tipo de imagem que se projeta para a esfera pública, mas, mais do que isso, que é com base num conhecimento bastante meticuloso da própria natureza desses mesmos órgãos que tal comunicação estatal é explorada e desenvolvida. Recordo, a este propósito, a tão propalada campanha de distribuição dos computadores Magalhães pelas escolas nacionais, e o envolvimento pessoal de várias das figuras maiores do regime na sua condução, inclusive, a do próprio Primeiro-ministro. Apesar da grande cobertura mediática de tais iniciativas, o que acontecia geralmente, uma vez findo o processo de captação de imagens dos eventos, era que os mesmos equipamentos distribuídos em direto pelas crianças eram posteriormente recolhidos pela assessoria do governo, a fim de serem utilizados no evento seguinte, e assim por diante. Ainda que noticiado por alguma imprensa, este último facto só muito tardiamente chegaria ao horário nobre televisivo (e, ainda assim, de forma episódica), revelando, no entanto, a verdadeira estratégia de encenação estatal que presidia a todos os momentos de contacto com a voz preponderante dos média.

motivo, alicerçavam a sua existência numa visão oficialmente filtrada pelo aparelho governativo.

Para além desses, o Portugal do século XXI vê também no seu seio a manifestação das vozes que se desenvolvem já sob o cunho da política de memória do pós-25 de Abril, e que, dada a estratégia discursiva de conveniente afastamento da memória do passado a que foram sujeitas, encaram tanto o regime democrático como a via da plena integração europeia enquanto factos (mais do que consumados) realmente atemporais, dada a sua incapacidade de reatar ligações com o que está na base do modelo de funcionamento comunitário que entendem como próprio.

O legado do Portugal contemporâneo que a essas jovens vozes de memória se transmite é, pois, o de um país em que (dada a convivência silenciosa das gerações anteriores) impera potencialmente a incapacidade de compreensão de visões alternativas da comunidade e seu futuro, precisamente, por assentar numa imagem que surge quase do nada, isto é, não sob a forma de uma etapa integrada num percurso de desenvolvimento nacional muitíssimo mais vasto e remoto, mas antes como uma espécie de epifenómeno que resulta da opção de esquecimento consciente do verdadeiro país que lhe está na base.

Todos esses grupos, todos esses indivíduos, todos os seus discursos enclausurados num mesmo tecido comunitário, em que o poder restritivo ou modulador do aparelho de Estado se deixa, cada vez mais, de fazer sentir, irrompem, por isso (e finalmente), de dentro da caixa de Pandora das políticas de memória portuguesas, porquanto a capacidade de se fazerem ouvir publicamente através da voz do aparelho mediático é agora uma realidade incontornável.

Mais do que unido sob uma mesma imagem oficial, Portugal converte-se, doravante, numa espécie de mosaico de formas alternativas de se encarar, suportadas por diferentes aglomerados de indivíduos que continuam, no entanto, a ter de interagir com os demais que os rodeiam. Todavia, desta feita, essa interação desenvolve-se, aparentemente, com pouca ou nenhuma restrição no que toca à possibilidade de tais formas alternativas darem a conhecer as suas representações de memória e identidade, indiciando, em última análise, o surgimento de um plano futuro de carácter potencialmente desastroso ou, pelo menos, altamente problematizante do tipo de imagem de unidade nacional que aos olhos do coletivo sempre fora professada pelo vetor do poder político.

Numa clara manifestação da sensibilidade já habitual de toda a sua produção literária anterior, e, para além disso, do carácter visionário que sistematicamente a integra, de novo, António Lobo Antunes parece detetar no seio da comunidade nacional, e ainda

que num estado incipiente de desenvolvimento, todo este panorama de drástica mudança entre paradigmas de memória e identidade, o que, por sua vez, se deixa evidenciar, desde logo, por meio do título que escolhe para o romance *O meu Nome É Legião* (2007), o qual, à imagem de uma sua prática também habitual, abre portas a diversas hipóteses interpretativas.

A evocação do texto do Novo Testamento, em particular no que ao relato do percurso de Cristo diz respeito, é aquela que se evidencia mais facilmente, trazendo, de imediato, à memória o episódio em que, a dada altura, Cristo expulsa do corpo de um homem, há muito atormentado, os inúmeros demónios que dele tomaram conta e que o forçam, aparentemente, a adotar comportamentos desviantes das normas de convivência estipuladas pela sociedade de então, leitura essa que se confirma e amplia, pelo posterior recurso autoral à citação dessa passagem bíblica, em jeito de preparação para o texto do romance que se lhe seguirá.

“Abordaram à região dos gerasenos, situada defronte da Galileia. Quando desceu para terra veio-lhes ao encontro um homem da cidade, *possesso de vários demónios*, que desde há muito não se vestia nem vivia em casa *mas nos túmulos*. Ao ver Jesus prostrou-se diante dele, gritando em alta voz: «Que tens que ver comigo, Jesus, filho de Deus altíssimo? Peço-te que não me atormentes!» Jesus, efectivamente, *ordenava ao espírito maligno que saísse do homem, pois apoderava-se dele com frequência. Prendiam-no com correntes e grilhões para o manterem em segurança, mas ele partia as cadeias* e o demónio impelia-o para os desertos. Jesus perguntou-lhe: «Qual é o teu nome?» «*O meu nome é Legião*» - respondeu. (António Lobo Antunes, 2007: 11. Sublinhados meus.)⁹⁵

A promessa de abordagem literária que se esboça a partir deste momento parece apontar, novamente, no sentido de uma arquitetura romanesca fundada num discurso de matriz confessional (estratégia essa, aliás, permanente na restante produção do autor), porquanto, de imediato, no confronto com a citação ressalta aos olhos de quem lê, por um lado, o ilustrar de um estado de afetação traumática, derivado dos efeitos de uma dimensão íntima em permanente conflito, mas, por outro (e acima de tudo), o desejo avassalador de libertação desse mesmo impasse existencial.

O recurso à imagem do desesperado homem “possesso de vários demónios”, que encontra em Cristo a estratégia de resposta para os seus problemas, potencia a criação de uma atmosfera de contornos similares à entrada do romance, que prepara implicitamente o leitor para assumir uma espécie de posição de libertador ou, pelo menos, de auxiliar desse processo de purga “demoníaca” que irá processar-se de seguida, forçando-o, para além

⁹⁵ Referir-me-ei doravante, à obra, para efeitos práticos de citação, através das iniciais *NL*.

disso, à reflexão prévia acerca dos contornos de que se revestirá o seu contacto com o texto romanesco.

Que demónios a expulsar serão esses, em *O meu Nome É Legião*? Que homem se encontrará debaixo do seu domínio? Que correntes e grilhões o aprisionam para o manter em segurança? Que ameaça representará para si e para os outros, ao ponto de se ver aprisionado? Que forças o obrigam a refugiar-se nos túmulos, evitando o contacto com os outros seres humanos que o rodeiam?

Decorridas algumas páginas do romance, torna-se evidente que, pelo menos, numa primeira linha de análise, é vasta a galeria de personagens que dá voz à obra, sendo que praticamente todas se enquadram nessa imagética inicial do ser profundamente atormentado pelos seus demónios e conflitos internos, o qual, de algum modo, busca, por meio da tentativa de exteriorização das suas faltas passadas, uma qualquer forma de absolvição que lhe restitua o estado de paz e felicidade a que tanto aspira e que a vida faz questão de negar.

No entanto, ainda que pela sua reconhecível familiaridade (tendo em conta a natureza particular da mundividência antuniana), este pano de fundo romanesco crie a impressão de que se está diante da reaplicação de uma já testada fórmula de construção literária, o facto é que tal hipótese se desmembra em simultâneo com o avanço do texto do romance, deixando a descoberto, no seu final, um nível interpretativo de tipo distinto, centrado, muito para além do plano da própria intriga, num outro que diz respeito à problemática da conceção literária, bem como ao posicionamento que em relação a esse aspeto assume o autor.

O carácter pós-moderno que enforma tipicamente a produção literária de António Lobo Antunes ganha novos contornos neste romance, porquanto, nele, se veem subvertidas, mais uma vez, as convenções que tradicionalmente regulam o processo de relacionamento com o texto narrativo, nomeadamente no que toca à separação exigível entre a esfera estética, propriamente dita, e aquela que, no plano da realidade, é a responsável pela sua concretização.

À medida que o final do último capítulo se aproxima e o ato de narração, nele, se vê aumentar a um ritmo quase estonteante, esbate-se a igual passo a distinção entre as vozes da personagem inicialmente responsável pela sua condução e a de um outro narrador que, apesar de se pressentir por detrás de toda a galeria de figuras que povoam *O meu Nome É Legião*, só episodicamente faz ouvir a sua voz, regra geral, sob a forma algo encapotada de um aparte diluído nas falas das personagens. O tom confessional acentua-se, as

interpelações diretas ao leitor sucedem-se, num derradeiro esforço de exteriorização das emoções tumultuosas que inundam o discurso⁹⁶, até ao ponto em que, ao emaranhado de vozes que narram na obra, se associa a (aparentemente) inusitada frase de encerramento: “(Escrito por António Lobo Antunes em 2005 e 2006)” (NL, 380).

Introduz-se, assim, de forma deliberada e incontornável, a figura do próprio escritor no universo romanesco, nela forçosamente, por esse motivo, concentrando a responsabilidade pelo surgimento do artefacto literário, mas, mais do que isso, sobrepondo-a à entidade do(s) próprio(s) narrador(es) que conduz(em) o texto até à sua conclusão – o que anula, em certa medida, o estatuto que a este(s) fora consignado pela tradição literária – e pondo, por conseguinte, a nu a vertente de simulacro e artificialidade sobre as quais assenta inevitavelmente o ato de criação estética.

O mesmo será dizer que, ao quebrar por meio de tal estratégia esse contrato de convencional separação entre os domínios da vida real e a ficcionalidade, e ao expor o verdadeiro ludíbrio em que o leitor aceitou voluntariamente tomar parte, a fim de usufruir da obra literária, António Lobo Antunes convida-o, num último momento, a olhar de novo para o texto, desta feita, de acordo com uma perspetiva totalmente distinta da leitura que inicialmente esperara levar a cabo.

A entrada do escritor nas páginas do romance amplia o potencial significativo do próprio título com que o batiza, conduzindo a discussão para o plano da criação literária, se, à partida, se entender “O meu nome é Legião” enquanto espécie de metáfora dos mecanismos que concorrem para o surgimento de uma qualquer obra sua ou, posto de outro modo, enquanto espécie de afirmação autoral que visa sintetizar todo o processo criativo.

O escritor surgirá, assim, configurado inicialmente como uma espécie de demiurgo, um recetáculo assoberbado pela multitude de “demónios” que o assolam, verdadeiras vozes de memória e identidade portuguesas, que disputam entre si a capacidade de se fazerem ouvir (ainda que temporariamente), fazendo uso, para esse efeito, desse (também) instrumento ou veículo de expressão humana que as enclausura.

Um pouco à imagem do milagre que o título evoca, o romance assume a forma de aparelho de catarse, onde progressivamente se reproduzem os jogos de força e as dinâmicas de interação entre esse aglomerado de vozes, as quais, muito embora no início

⁹⁶ “[...] concentrem-se meus senhores, retomo eu, que nos aproximamos a passos largos e rápidos do final do ditado, um minuto, dois minutos no máximo e para vossa satisfação e alívio o suplício termina [...] (não consigo dizer isto devagar desculpem têm de correr ao meu lado) [...] (acabaram-se as vírgulas é só correr senhores) [...] (mais rápido) [...]” (NL, 378-379).

se sobreponham inequivocamente àquela que é própria do homem que as contém, uma vez libertadas na mancha textual, veem-se, de algum modo, apaziguadas, dando azo, por fim, ao surgimento da figura autoral, liberta dessa “possessão” a que se vira sujeita. Como se, na realidade, o texto fosse o testemunho vivo do eterno conflito pela supremacia entre o escritor e o seu génio criativo ou, pelo menos, as diferentes facetas que (aparentemente) o constituem.

Com isto não pretendo denotar, claro está, que a escrita romanesca em António Lobo Antunes é fruto de um qualquer automatismo involuntário, tal qual escrita mediúnicamente ou de inspiração sobrenatural se tratasse, como o texto no seu final parece querer sugerir.⁹⁷ Pelo contrário, é precisamente pelo domínio constante do autor sobre a palavra, mas, mais do que isso, pela meticulosa e cerebral acuidade com que, por meio dela, enforma os meandros mais recônditos da psique humana, que se vê surgir a obra em toda a sua grandiosidade e sedução.

“O meu nome é Legião” acaba, desse modo, por se converter num ponto de partida para uma prática de leitura multifacetada, sendo que, para além de indiciar aquela que será a própria arquitetura que enformará o romance (com toda a tumultuosa sucessão de vozes que nele se fazem ouvir e lhe dão corpo), alastra também o seu potencial significativo para o domínio da criação literária, um pouco à imagem do que se verificara, por exemplo, em *As Naus*.

No entanto, à imagem do que vim apontando nos capítulos anteriores, seria redutor não contemplar tal expressão à luz da especificidade do universo comunitário português, uma vez que também evidencia essa intencionalidade autoral de problematização do macrodiscurso oficial de memória e identidade que o regula, e, para além disso, de levar a cabo uma análise desapiedada da especificidade que assinala o tipo de dinâmicas que enformam o relacionamento entre os seus membros, no início do século XXI.

⁹⁷ O que, aliás, julgo ser também uma consequência da introdução dessa frase de encerramento a que me referi anteriormente. Convém salientar que, dada a ambiência que se constrói no romance, em primeiro lugar, com o título, e posteriormente com o recurso à citação da passagem bíblica, assim como o cuidado com que, por meio desta, se tenta ilustrar essa dimensão de domínio completo a que o “homem possesso” da Bíblia se vê sujeito, é inevitável passar ao lado da ilusão de um quase involuntarismo no ato de criação literária que o autor aqui tenta recriar. Não é à toa que a ênfase nessa última frase recai precisamente sobre o “Escrito por...” como se o papel de António Lobo Antunes fosse exclusivamente o de agir sob os desígnios de uma ou várias entidades que o controlariam a dado momento. Esta hipótese interpretativa vê-se, também, reforçada pelo modo como, particularmente no capítulo final do romance, se insiste numa simulação do ato de escrita, fundada, não na criatividade autoral, mas antes, na prática do “ditado” a que esta se vê sujeita, o que constitui, no fundo, um replicar do tipo de conduta a que o leitor assiste na figura do homem curado por Cristo. Cf. nota anterior.

Nesse sentido, “o meu nome é Legião” poderá ser visto, de imediato, também enquanto espécie de metáfora para a própria comunidade nacional, onde, muito embora a questão da unidade coletiva esteja ainda presente (entendendo-se, claro está, responsável por tal facto, a existência de um qualquer discurso ou organismo de poder que tenta agregar os indivíduos sob uma mesma construção simbólica), se indicia, também, a questão da pluralidade de vozes que se esconde por debaixo dela, bem como o seu contributo para o cenário de profunda fragilização a que, aparentemente, está sujeita essa “Legião” nacional.

Daqui deriva que o Portugal retratado em *O meu Nome é Legião*, mais do que uma nação una e indivisa, assente sobre uma imagem oficial de carácter inexpugnável, corresponderá, pelo contrário, a um aglomerado de coletivos de menor dimensão que se reveem forçosamente em discursos de memória e identidade incompatíveis entre si, o que, naturalmente, desembocará, mais tarde ou mais cedo, num inoportável cenário de fragmentação identitária nacional.

Para que esta ideia se torne ainda mais clara, é preciso contemplar o resto do episódio que António Lobo Antunes cita no início do romance, em particular, no momento em que o tal homem possesso continua a responder a Cristo, justificando a razão de ser do seu nome. Nas palavras do texto bíblico, “Legião” deve-se ao facto de, no seu íntimo, estarem presentes inúmeros demónios, todos eles distintos, com agendas próprias e (obviamente) dissonantes da vontade pessoal do recetáculo em que se encontram. “Legião” é, portanto (aliás, como cedo se verifica neste romance) a manifestação explícita, não de um todo estruturado que funciona de acordo com uma mesma voz de regulação comum, mas antes, a de uma realidade instável, dado o seu carácter multiforme, assim como o facto de estar dividida entre a ação macrodiscursiva de vetores de poder diametralmente opostos.

O país que se retrata nesta obra de António Lobo Antunes será, pois, um Portugal-legião de igual natureza, onde se pressente a exaustão em definitivo da capacidade de atuação, por parte do vetor de poder estatal que o regulara durante largas décadas, em função de uma outra de natureza mediática, que o passa (aparentemente) a reger.

Nesse cenário de incontornável e incontável dispersão dos esforços dos diferentes membros da comunidade portuguesa, assiste-se, assim, inevitavelmente à implosão da metáfora de perpétuo movimento europeu que, até esse ponto, comandara os seus destinos, abrindo-se portas, por esse motivo, a mais um período de dolorosa estagnação e de busca desesperada por metas ou novas imagens que possam inspirar, mais uma vez, o país a avançar como um todo, rumo ao seu futuro.

É sintomática a opção autoral de dar início ao texto do romance com a figura de um agente policial, compenetrado no “meticuloso” exercício de relato da investigação acerca do gangue de jovens delinquentes cuja onda de crimes constitui o fio condutor que desencadeia toda a intriga em *O meu Nome É Legião*. Não só por assumir uma parte considerável da responsabilidade pela narração no decurso do romance, mas, acima de tudo, porquanto a sua configuração romanesca determina os moldes em que a caracterização desse país “mosaico” se começa a desenvolver, o polícia assume, de facto, um papel preponderante na arquitetura de toda a obra, que importa aqui considerar.

Atendendo ao seu estatuto profissional, é forçoso estabelecer uma ligação interpretativa com a própria atuação da estrutura maior de poder que o regula, pois, à imagem do que apontei em capítulos anteriores, também ele constitui uma faceta reconhecível dessa ação macrodiscursiva estatal sobre o universo comunitário.

Nesse sentido, aliás, justifica-se o seu ato de comunicação inicial por meio do relatório que está a redigir, uma vez que esse tipo de texto se reveste idealmente de uma natureza próxima do conjunto de linhas fundamentais que a própria máquina estatal projeta para o domínio do conhecimento público, isto é, visando a criação de uma imagem que se pretende (aos olhos da comunidade), clara, concisa, mas, acima de tudo, inquestionável, porquanto assente na descrição pormenorizada e ideologicamente neutra de todos os factos ocorridos.

A estrutura de poder que tradicionalmente regulara a metáfora de perpétuo movimento português vê-se, desse modo, como que simbolicamente reatualizada através da figura do agente e seu discurso inicial, criando-se a ilusão de que, de facto, a situação nacional permanece sensivelmente idêntica àquela que se encontrara em romances anteriores.

Cedo, no entanto, se começa a desconstruir tal noção, uma vez que, apesar de consciente do tipo de desempenho que lhe é exigível enquanto representante do aparelho governativo, o agente policial parece esquecer-se do que tem de fazer, na medida em que, cada vez mais frequentemente e com mais intensidade, subverte a lógica discursiva de que o seu relatório se deveria revestir, passando a configurá-lo a dada altura quase sob a forma de um diário pessoal.

O que daqui resulta, quer pelo sentimento de frustração e negatividade que perpassa as suas palavras quer pela aparente manifestação de impunidade com que, no texto, decide em dado momento dar voz ao que vai no seu íntimo, é que, de facto, a máquina do Estado está a enfraquecer a passo acelerado ou que, pelo menos, essa fragilização se torna agora

mais notória, legitimando de certo modo a sua atuação (e por arrastamento, a dos restantes membros da comunidade a que pertence). Simbolicamente, os membros que integram essa gigantesca estrutura de poder estatal estão (à semelhança do polícia), na sua generalidade, conscientes do caráter artificial e fragilizado do macrodiscurso que servem oficialmente, mas, ainda assim, muito provavelmente num instinto de sobrevivência, continuam a servi-lo, se bem que de forma cada vez mais deficitária, e expondo, desse modo, as ruturas que nele se vão desenvolvendo.

É, portanto, a imagem de um Estado-simulacro aquela que se institui à entrada de *O meu Nome É Legião*, uma vez que, apesar do conhecimento notório do seu enfraquecimento generalizado enquanto regulador social, este continua agarrado a uma espécie de prática de negação, ao projetar obstinadamente para o olhar público o mesmo tipo de discurso que pautava a sua completa dominância cerca de uma década antes, mas que, no momento presente, corresponde a algo muito distante da realidade.

Não é, pois, de surpreender que, diante de um Portugal nestes moldes, o inspetor de polícia (tentando, certamente, iludir-se num primeiro momento) afirme a dada altura que, apesar de tudo, “[...] há coisas que funcionam valha-nos isso num país em decadência [...]” para, quase de imediato, chegar à conclusão que “[...] afinal nem uma só coisa trabalha num país em decadência [...]” (NL, 20).

O reconhecimento de que Portugal é, nessa altura, um país à deriva, fragmentado entre diversas forças que pugnam pelo poder, e em que o macrodiscurso que o condicionara durante cerca de três décadas se desmorona agora diante dos olhos de toda a população, faz com que o inspetor se sinta liberto o suficiente para trazer à luz do dia a sua verdadeira identidade e afiliação discursiva. Essa fuga às garras da atuação estranguladora da máquina estatal desenha-se, no texto, aquando do momento em que, ao descrever no seu relatório a aparência física dos jovens delinquentes que perseguira, o agente declara que:

“[...] ao mesmo tempo que os suspeitos em número de 8 (oito) e de idades compreendidas entre os 12 (doze) e os 19 (dezanove) anos no Bairro 1º de Maio situado na região noroeste da capital e conhecido pela sua degradação física e inerentes problemas raciais isto é um pudim de edifícios de matérias não nobres, fragmentos de andaime, restos de alumínio, canas e habitado por gente de Angola, criaturas mestiças ou negras e portanto propensas por natureza à crueldade e à violência o que leva o signatário a questionar-se de novo preocupado à margem do presente relatório sobre a justiça da política de imigração em curso [...]” (NL, 30. Sublinhados meus.) .

A nota inicial da “preocupação” que salienta no seu discurso é a marca de que, apesar de tudo, o agente pretende que a estrutura de poder a que pertence continue a perdurar, quanto mais não seja, por que isso garantirá implicitamente a sua subsistência. No entanto, rapidamente demonstra estar afeto, em termos de memória e identidade, a um

macrodiscurso de matriz distinta, o qual funda as suas raízes num passado bem mais remoto e que, até esse ponto, fora forçado a silenciar.

O tom preconceituoso e xenófobo com que se reporta aos miúdos do Bairro 1º de Maio, para, logo a seguir, estender as suas palavras à generalidade dos habitantes que aí residem, traz à superfície esse imaginário colonial da época da ditadura, que, muito embora amordaçado pela ação controladora dos macrodiscursos revolucionário e europeu, encontrou meios para subsistir no universo comunitário, metamorfoseando-se, mas nem por isso deixando de se manifestar, ainda que de forma latente, um pouco por toda a sociedade.

É a geração de portugueses que viveu e conheceu o processo que conduziu à desagregação da imagem ultramarina de Portugal, e que, para além disso, se viu embarcar numa nova metáfora de perpétuo movimento de cariz europeu, aquela que se vê representada nas palavras desta personagem, demonstrando, mais uma vez, a impressionante capacidade de sobrevivência da memória. Apesar de todos os esforços e estratégias oficiais de apagamento desse período negro da história nacional, eis que essa pernicioso visão saudosista dos tempos do Império retorna, para se confrontar com as restantes visões, imagens ou discursos que pululam no seio do coletivo.

Ao agente da polícia corresponderá, por um lado, esse setor da população que, permanecendo ou não exclusivamente em território metropolitano, foi condicionado a rever-se enquanto parte integrante de uma nação grandiosa de domínio colonial, entendendo-se, nesse sentido, enquanto inquestionavelmente superior aos povos e territórios que se encontravam na sua dependência.

O tom amargurado que se presente na sua voz será, portanto, a marca da desilusão face à obrigatoriedade de abdicar dessa imagem original, em função de uma outra que a veio erradicar de forma completa da esfera da celebração pública, para no momento do presente da enunciação se ver sujeita a um idêntico cenário de desagregação discursiva.

Por sua vez, no Bairro 1º de Maio encontra-se simbolicamente representada a outra fatia da comunidade portuguesa que, embora coetânea daquela que o polícia corporiza, ocupa o extremo oposto da ação macrodiscursiva do vetor de poder estatal. Os anciãos que aí residem e se dedicam a práticas aparentemente incompreensíveis pela generalidade dos que os observam (porquanto importadas das suas culturas de origem) integram a outra face da moeda do período imperial que perdurou até ao presente.

Testemunhos, apesar de tudo, vivos da desagregação do império, os velhos negros, pela condição de apagamento a que se veem votados em território metropolitano,

constituem o resquício vergonhoso da política de memória e identidade instaurada no período do pós-25 de Abril de 1974, assim como da incapacidade nacional de integrar na sua vivência comum a experiência traumática do final da ditadura.

Contrariamente ao polícia, no entanto, os velhos negros não dispõem de qualquer estrutura de poder que os suporte, submetendo-se implicitamente e de forma incondicional ao efeito de autoanulação e silenciamento que lhes fora imposto pelo restante coletivo e adotando essa conduta em todas as circunstâncias, inclusive, no que toca à vertente da interação com os próprios descendentes. Apesar de naturalmente questionados pelas gerações mais jovens acerca do passado africano que enforma as suas raízes, estes recusam-se determinadamente a visitar ou exteriorizar essa dimensão oficialmente interdita da sua memória, sem que, no entanto, o estigma de ostracismo comunitário que consigo carregam não deixe de ser transmitido aos que, no seu seguimento, se veem nascidos já no período do Portugal democrático.⁹⁸

Daqui deriva que a questão da incomunicabilidade intergeracional a que fui aludindo no decurso da presente dissertação, enquanto motivação preponderante para o complexo cenário em que se encontra Portugal no início do século XXI, ganha corpo, também, em *O meu Nome É Legião*, alastrando os seus efeitos à generalidade dos indivíduos que o integram. É por esse motivo que, independentemente dos esforços que as várias personagens possam levar a cabo no decurso do romance, a fim de tornarem mais clara a comunicação entre si (ou entre o coletivo em que se encontram e aqueles a que pertencem os restantes indivíduos com que interagem no seu quotidiano), o resultado é sempre idêntico em todas as circunstâncias – a obrigatoriedade de coexistir num universo comunitário, sem que, para isso, se reúnam as condições mínimas necessárias que permitam essa coexistência.

Posto de outro modo, é precisamente por causa do voluntarioso silêncio que, em relação ao passado ditatorial, o agente da polícia, mas também os anciãos do Bairro 1º de Maio, mantêm que se instaura a impossibilidade de compreensão, por parte das gerações mais novas, daquele que é o seu verdadeiro lugar na comunidade portuguesa e, por

⁹⁸ “[...] Como é a África senhora?

E a minha mãe imediatamente, de golpe, sem esperar um segundo

Cala-te

incomodada com a pergunta ou incomodada comigo ou incomodada com África não sei de modo que eu [...]

e o que haverá em África que transtorna a memória, vi no cinema gente nua, bicharadas, cubatas e não senti fosse o que fosse, se tocasse no ombro da minha mãe

África é igual ao cinema?

talvez que não

Cala-te [...]” (NL, 199 e 202).

consequente, também a impossibilidade de acesso ao substrato comum que abriria portas a uma comunicação eficaz entre todos os seus elementos – o das facetas da memória que foram ideologicamente removidas da esfera macrodiscursiva estatal, a fim de permitir a viagem de Portugal em direção à Europa.

Daqui deriva a imagem de um país, muito mais do que regido pela prática oficial do silenciamento, efetivamente condenado à estagnação, pela incapacidade comunicativa entre os diversos coletivos que o compõem ou, se se pretender, ilusoriamente cultivando, no plano oficial, a imagem de uma identidade unívoca, quando, à partida, nas palavras de António Lobo Antunes, esta se encontra realmente dilacerada entre (pelo menos) três macrodiscursos de memória e identidade de tipo distinto, forçados a conviver num mesmo espaço que, no entanto, os não consegue comportar de forma pacífica.

Independentemente do que possa dizer ou fazer, o agente policial será sempre um elemento anómalo para os seus colegas, uma vez que, como faz questão de notar, para além da tendência letárgica que a sua provectoria idade já potencia, este enquadra-se numa forma de atuar ou de *ser* em comunidade totalmente incompreensível aos olhos atuais. Para os jovens polícias que integram a sua equipa de intervenção, os delinquentes que perseguem e acabam eventualmente por abater quase na totalidade, no Bairro 1º de Maio, não passam disso mesmo, isto é, são membros do universo comunitário português que, por transgredirem as leis que regulam as relações possíveis entre cidadãos, se convertem em elementos desviantes que têm de ser forçosamente detidos, para bem da restante comunidade.

O velho polícia, no entanto, rege-se por uma espécie de motivação adicional, para além do mero e simples cumprimento do dever, porquanto encontra nesta situação raízes de memória bem mais profundas que legitimam, a seu ver, os próprios contornos de extrema violência por que decide pautar a sua incursão no Bairro, a fim de apreender os fora da lei. O facto de estes pertencerem a um setor da população que, pelas suas características históricas, sociais, económicas, mas, acima de tudo, ráticas, sempre constituiu um incómodo para os fundadores da imagem do país atual, faz com que, de facto, todos os meios aplicados, quer na investigação quer na própria tentativa de detenção dos infratores, se convertam em algo realmente insignificante aos olhos do polícia, quando comparado com a selvajaria da atuação dos jovens negros nos seus vários atos de criminalidade.

Tudo isto indicia, em *O meu Nome É Legião*, a prevalência de um modelo estatal que independentemente das circunstâncias ou do grau de real comprometimento a que se

vê votado em termos de capacidade de atuação sobre o coletivo nacional, não abdica daquela que fora a sua configuração inicial em termos de poder, tentando a todo o custo preservar a imagem de omnipresença e regulação alargada que outrora detivera.

É, aliás, nesse sentido que o próprio superior hierárquico do velho agente policial, ao comunicar-lhe as instruções de atuação sobre o caso do gangue dos miúdos, lhe atribui:

“[...] 5 (cinco) agentes de segunda classe e 2(dois) estagiários a fim de proceder à detenção dos suspeitos pelos meios que entendesse adequados [comunicando-lhe] verbalmente [...] quase de amigo para amigo, quase a apertar[-lhe] a mão ele que nunca [lhe] apertava a mão nem [lhe] permitia a entrada no gabinete [...]

– Chegue-se um bocadinho [...]

– Como o amigo compreende a gente não pode escrever estas coisas ou seja

– Se der para o torto é você quem paga

(como se não soubéssemos ambos que se desse para o torto era eu quem pagava)

sendo-me comunicado verbalmente a possibilidade, segundo o meu critério [...] do uso da força e inclusive da utilização por necessidade extrema de armas de fogo de modo a uma resposta satisfatória às instruções do Comando [...]" (NL, 33-34).

A primeira leitura que resulta da presente citação aponta claramente no sentido desse permanente esforço, por parte do vetor estatal, de projetar para o domínio público uma imagem de inexpugnabilidade no que toca à sua capacidade de controlo da vida comunitária, expressa neste caso, nessa alusão às pressões exercidas pelo “Comando”, para que o caso se resolva o mais rápida e discretamente possível.

O objetivo por detrás dessa forma de atuação (definida pelo chefe, pelo Comando e, implicitamente, pela estrutura de poder que simbolizam e representam) será, não tanto resolver um problema de simples criminalidade, mas antes o de assegurar que a ilusão da capacidade estatal de eliminação de todas as ameaças ao universo nacional continua em pleno vigor aos olhos dos elementos que a integram. Por meio da manutenção dessa função protetora da comunidade que, desde cedo, se lhe viu associar-lhe, tenta, pois, o vetor de poder estatal preservar a sua centralidade no plano da regulação macrodiscursiva.

No entanto, o caráter de artificialidade que lhe é inerente, ou de outra forma, a manifestação clara de que, nesta altura, se está diante de uma verdadeira encenação para o olhar público, que revela implicitamente a discrepância entre a imagem oficial projetada pelo Estado e a realidade oficiosa que se esconde por debaixo dela, deriva desse tom de secretismo cúmplice que o chefe de polícia imprime à sua conversa com o agente responsável pelo caso. A sua insistência em não documentar sob qualquer forma essa autorização de uso da repressão violenta sobre os delinquentes ou, muito para além deles, sobre todos os outros indivíduos que venham a ser forçados a colaborar com investigação,

revela que a ideologia que se esconde por debaixo da versão oficial dos acontecimentos é muitíssimo distante da que é efetivamente projetada nas comunicações com o público.

Contrariamente aos ideais de igualdade, liberdade, respeito pela diversidade étnica e cultural, tão amplamente professados pela voz oficial do Estado, o da segregação consciente é aquele que realmente determina os moldes da sua atuação, havendo, claro está, em todas as circunstâncias a preocupação em garantir que nada desta dimensão venha a vazar para o conhecimento público.

Daí o alerta do chefe de polícia para a falta de patrocínio estatal no que toca à legitimação das eventuais opções que o inspetor venha a tomar. Apesar de recomendar officiosamente o uso da violência como estratégia para a resolução do problema, em momento algum poderá comprometer-se a estrutura de poder que a isso incita, pela possibilidade de revelação dessa faceta totalmente contraditória do seu macrodiscurso oficial de memória e identidade português.

Por tudo isto, torna-se também evidente essa consciência do enfraquecimento do vetor estatal, que aqui se traduz através da preocupação sistemática em manter escondidos os meandros dúbios que se movimentam por detrás dos bastidores da sua ação, mas, para além disso, da sua posição de completa dependência ou sequestro, em relação ao vetor mediático.

O cuidado recomendado na condução de todo o processo de investigação pelo chefe de polícia é também demonstrativo de que o grande receio dos diferentes órgãos de poder nacional se prende com a possibilidade de ver essa informação divulgada descontroladamente pelos meios de comunicação social, evidenciando, assim, ainda mais o grau de irreversível comprometimento e de simulação a que o aparelho governativo se encontra votado.

Portugal vê-se, pois, em certa medida entregue a si próprio no plano ficcional, assim como no da realidade a que este se reporta, porquanto se depara com uma estrutura de poder em completa implosão, que há muito deixou de servir o interesse comunitário e visa, no momento presente, garantir fundamentalmente a sua sobrevivência a todo o custo. Para além disso, é também a imagem oficial que ao longo de três décadas fora aprendendo a integrar, que se rompe diante dos seus olhos a um ritmo assustador, expondo-o progressivamente a um conjunto cada vez mais alargado de microdiscursos que, apesar de latentes, persistiram no tempo e se encontram agora em condições de se darem a (re)conhecer numa esfera mais elevada de influência comunitária.

Aliados ao poder massificante dos meios de comunicação social, esses microdiscursos de memória e identidade espriam-se por coletivos cada vez mais alargados, acentuando as discrepâncias que os separam dos restantes com que interagem e inculcando também nas mentes dos indivíduos uma certa tendência para a aceitação da ideia de uma diversidade discursiva, apontando no sentido do que considero uma profunda metamorfose no domínio da identidade e memória coletiva.

O país encontra-se repartido no seu íntimo em setores populacionais completamente distintos, que se identificam de forma arreigada com modelos de identidade antagónicos e virtualmente irreconciliáveis, dadas as lacunas de memória que se lhe veem associadas.

No que transparece em *O meu Nome É Legião*, Portugal é, na verdade, um mero nome, uma espécie de invólucro sob o qual se desenvolvem várias tribos condenadas a coexistir, mas impossibilitadas de o fazer de forma mais pacífica, por causa das políticas de memória e identidade a que se viram sujeitas ao longo de várias décadas.

O cenário real da convivência entre essas tribos que dão corpo ao Portugal-legião é, pois, um de constantes fricções, conflitos e, em muitos casos, tentativa de extinção dos restantes microdiscursos (e indivíduos que lhes são afetos), precisamente, porque a dado momento se viram privadas de aceder a uma qualquer faceta da memória do passado, que lhes possibilitaria a criação de uma ponte de diálogo com as restantes com que interagem.

Pelo que referi anteriormente, a geração simbolizada pelo velho inspetor e os anciãos do Bairro 1º de Maio ou, de outro modo, a “tribo colonial”, é aquela que um maior conhecimento tem da viagem nacional ao longo dos tempos, desde o período ditatorial. Independentemente do ponto geográfico em que se encontraram nessa época (nas colónias ou na metrópole), ou do extremo de ação discursiva a que se viram submetidos, o facto é que, aquando do desaire colonial e a explosão do ideal revolucionário, todos acederam à prática do silenciamento dessa memória traumática, a fim de instilar a confiança necessária à nação para se aventurar numa nova metáfora de movimento em direção ao futuro.

Ainda que de algum modo vantajoso nesse novo começo nacional, a duração excessiva e obstinada desse apagamento deliberado instaura um corte profundíssimo na memória, que se torna realmente notório com o surgimento de gerações posteriores que vêm a herdar essa representação viciada da imagem oficial do país.

Por não verem reatualizada a memória traumatizante do seu passado recente, as gerações que surgem pouco antes do 25 de abril acabam por esquecer o pouco que dela teriam conhecido, perdendo, também, a hipótese de reatar a comunicação plena com a geração dos seus pais. É o caso, por exemplo, dos agentes de 2ª classe que são destacados

para a equipa do inspetor, ou dos casais de meia-idade que vivem no Bairro 1º de Maio. Todos eles, muito embora reconheçam alguns episódios desse período de transição, já não os conseguem descodificar devidamente face à ação da sua identidade e memória atuais, muito porque as causas que concorreram para esses episódios não lhes foram transmitidas.

Assim sendo, esta espécie de “tribo-revolução” ou “evolução” desenvolve-se sob a plena força do discurso de rutura que caracteriza o imediato de abril de 1974 (e a sua reconfiguração posterior em direção ao caminho europeu), acentuando com o passar dos anos as distâncias que a separam do Portugal retrógrado de seus antepassados, e tornando-se, por esse motivo progressivamente incapaz de compreendê-lo.

O modo como os agentes de 2ª classe se comportam e avaliam a atuação do seu superior, aquando da investigação em que se veem envolvidos, é disso demonstrativo, pelo estranhamento que manifestam praticamente em todas as ocasiões, muito do qual se fica a dever ao facto de não serem capazes de identificar essa afiliação colonial que ele transporta no seu íntimo.

Por sua vez, o casal do bairro sente na pele a continuidade do estigma que já conhece de há muito (e que fora realidade também da vida de seus pais), ainda que, na sua perspetiva, este se fique essencialmente a dever ao miserável estatuto económico e social em que o destino o colocou. Habitados ao ostracismo e rebaixamento comunitário, ambos mal reconhecem a dimensão metamorfoseada dessa prática de segregação rática colonial, que, apesar de silenciada pelos que a praticaram e sofreram, continua a fazer sentir os seus efeitos na comunidade.

Numa última tribo surgem, por fim, as gerações que se desenvolvem no período do Portugal-europeu e que, por isso, estão totalmente separadas das que identifiquei anteriormente.

Amputadas de uma porção fundamental da memória do seu passado coletivo, mas, mais do que isso, porquanto formatadas numa imagem da nação muitíssimo diferente e tendencialmente plural (ainda que isso não signifique mais tolerante), tais gerações são também naturalmente amputadas dos laços que as uniriam indelevelmente a todos os que as precederam, e revelando também em relação a estes um desprendimento e uma incompreensão total.

Os dois estagiários de polícia, e de modo ainda mais evidente, o gangue do miúdo negro do avião dão mostras desse vasto abismo de memória e identidade que os separa do resto do universo comunitário português, uma vez que em momento algum esboçam a mais leve tentativa de aproximação ou comunicação com os membros das outras “tribos” com

que se deparam. Pelo contrário, é normalmente pelo afastamento completo dos olhares dos mais velhos que a sua conduta se pauta, demonstrando, claramente que a hipótese da sua integração pacífica numa imagem oficial partilhada com os restantes indivíduos que constituem Portugal é virtualmente impossível de concretizar.

A convencional ideia de um país uno e coeso, em torno de um macrodiscurso oficial de memória e identidade, constitui, desse modo, em *O meu Nome é Legião*, a fundamental problemática que se vê desconstruída, por meio dessa “demoníaca” pluralidade de vozes e grupos que se digladiam pela supremacia final no espaço do romance, corporizando uma grande metáfora do estado contemporâneo da nação, na qual o leitor é forçado também a rever-se.

De novo, e à semelhança do que havia constatado em *Fado Alexandrino*, Portugal encontra-se num plano de estagnação, face a face com a dura vertente da sua tremenda fragilidade e aparente falta de objetivos ou metas a atingir, mas, desta feita, pela incomunicabilidade generalizada e a fragmentação das dinâmicas que outrora interligavam os seus membros, com uma missão bem mais árdua para cumprir, nesse seu permanente e obcecado sonho de um destino grandioso. A falta de uma voz de comando que agregue o universo comunitário em seu redor é precisamente o traço distintivo que assinala “este” Portugal em relação a todos os outros que o antecederam, tornando essa “legião” nacional, não um todo coeso, movimentando-se em direção a um destino comum, mas antes uma realidade dividida entre as vozes de memória e identidade que, dos mais diversos setores, se fazem escutar e que a dilaceram, empurrando-a em direção a destinos diametralmente opostos.

Que etapas se seguirão? Que metáforas de perpétuo movimento irão desenhar-se deste ponto em diante? Que caminho, enfim, para Portugal?

Talvez descubramos um dia, num outro romance de António Lobo Antunes.

Conclusão

No momento presente, Portugal encontra-se, de novo, imerso numa imensa espiral traumática. Espécie de corporização involuntária de um regresso do recalcado, a comunidade nacional depara-se com um cenário de total implosão da imagem oficial que se esforçara por acalantar ao longo de, aproximadamente, quatro décadas, cenário esse que a coloca face a face com a diária constatação do fracasso da sua política de memória e identidade.

Todos esses discursos de teor fatalista ou alarmista que, no país, se ouvem, se desenvolvem e o dilaceram constantemente são, no fundo, manifestações dos dois vetores de poder distinto que, muito embora de modo particular, lutam entre si pela hegemonia sobre o universo comunitário português. De um lado, encontra-se o vetor mediático com o seu avassalador domínio sobre a população, por meio do acesso desenfreado a fontes de informação variadas que a moldam e lhe abrem novas possibilidades de relacionamento com a sua memória, mas sem nunca abdicar de uma política de tratamento bem determinada em relação a esta última. Do outro, e nitidamente com menos capacidade de exercício de poder, o aparelho de Estado, por sua vez, luta por permanecer em cena e determinar, à imagem do passado, o processo de condução de um novo caminho em direção a um qualquer futuro prometido.

O país encontra-se, portanto, numa nova espécie de etapa de estagnação e, acima de tudo, de hesitação perante o futuro, dividido entre forças que dominam em graus e esferas de influência distintos a comunidade nacional, mas que, apesar disso, não conseguem agregar sob uma mesma imagem idealizada ou construção discursiva, a totalidade dos seus membros.

Daqui resulta que, dada a ausência de uma única estrutura reguladora de poder que se institua enquanto representante máxima do universo nacional, os microdiscursos de memória e identidade que nesse espaço se desenvolvem passam a estar libertos para se

fazerem escutar de forma mais alargada, por um cada vez maior conjunto de indivíduos, dando corpo, em última análise, a uma efetiva dinâmica discursiva de tipo bidirecional.

De novo, em Portugal, assiste-se à fragmentação de um macrodiscurso oficial de memória e identidade que, por entre as brechas que nele vão abrindo, dá lugar ao surgimento de novas representações na esfera pública, novos discursos que disputam entre si o direito de acesso à escala máxima de controlo sobre o coletivo, até ao ponto em que, eventualmente, um ou mais passem a ocupar essa posição, apoiados, naturalmente, por uma estrutura de poder que suporte a promulgação da(s) sua(s) política(s) de memória e identidade.

Esse momento, no entanto, parece ainda muito afastado da realidade nacional, uma vez que esta se demonstra obcecada pela vivência dolorosa do seu presente, e, por isso, incapaz de olhar para os possíveis caminhos que se desenham diante de si, em direção a uma nova metáfora do perpétuo movimento.

Em linhas gerais, e se, de facto, se considerar que à problemática da memória e identidade se pode atribuir uma espécie de caráter cíclico, o país está agora a percorrer uma etapa virtualmente idêntica (ou quase) à que se viu forçado a cumprir na transição do regime ditatorial para o de cariz democrático, em 1974, levantando-se, assim, a questão se as estratégias que vai ensaiando no presente, diante do trauma, também virão a imitar as que adotou no passado.

Irá Portugal voltar a submeter-se à visão de uma só estrutura de poder, recusar-se a questioná-la em todas as situações ou, pelo menos, assumir publicamente um grau elevado de adesão à política que lhe está na base? Será, de novo, o apagamento oficial deste período negro da sua história contemporânea a estratégia preferencial para purgar as engrenagens portuguesas do atrito traumático que a aflige? Em que moldes é que tal estratégia se virá a implementar? Que efeitos dela derivarão num futuro ainda mais longínquo?

Foi no intuito, não de responder a tais questões, mas, de contribuir para uma eventual metodologia aplicável ao seu estudo que me propus levar a cabo a presente dissertação, encetando uma abordagem da problemática da memória e identidade nacionais, como forma de rastreio das diferentes etapas presentes na sua configuração.

Em jeito de fundamentação teórica, vi-me, num primeiro momento, diante da necessidade de visitar o conceito de memória nas suas mais variadas aceções, a fim de

tentar ilustrar as facetas que a constituem quer no plano do indivíduo quer, por outro lado, no plano comunitário, assim como o conjunto de dinâmicas de relacionamento que entre estes dois níveis se desenvolvem normalmente.

Ocupando a secção 1.1 do primeiro capítulo, esse tratamento inicial do termo “memória” conduziu-me, de seguida, a uma tentativa de aprofundar o conhecimento acerca dos mecanismos da sua atuação no domínio mais alargado de influência nacional, conhecimento esse que, por sua vez, acabou por derivar na necessidade de abandonar a designação de “memória coletiva” em prol da de macrodiscurso oficial de memória e identidade. Com tal opção visei essencialmente eliminar alguma da ambiguidade a que a noção de “coletiva” tradicionalmente dá azo, tornando-a, desse modo, mais consentânea com o caso da nação portuguesa e, por isso mesmo, representativa da sua especificidade.

Com essa designação que propus para a imagem em que um dado país se revê a dada altura do seu percurso, pretendi salientar a dimensão comunitária ou de grupo que inevitavelmente a integra, mas, muito para além disso, tentando ilustrar também a vertente incontornável dos vetores de poder que determinam a sua configuração e, claro está, a faceta discursiva pela qual a atuação destes últimos se faz veicular.

Estabelecidos tais pressupostos, seguiu-se a tentativa da sua aplicação ao caso nacional português, delimitando, enquanto enquadramento temporal para tal exercício, o período compreendido entre o 25 de abril de 1974 e a atualidade, sobre o qual me debrucei na secção 1.2. Aí, uma vez identificado o aparelho governativo como vetor máximo de poder associado à gestão dos destinos do país, optei por acompanhar aquele que, na sua interpretação mais elementar, corporiza a máxima afirmação da sua voz oficial, isto é, o texto da Constituição da República Portuguesa, o qual, por sua vez, permitiu a identificação de quatro grandes etapas evolutivas que estão na base daquela que é a realidade dos dias de hoje para os portugueses.

Portugal-revolução, Portugal-evolução e Portugal-europeu foram os termos com que denominei as fases que antecedem o Portugal-legião da atualidade, sendo que a cada uma delas fiz corresponder, por um lado, uma dada estrutura de poder (e respetiva política de memória e identidade), e, por outro, o conjunto de transformações a que a imagem apresentada à nação foi sujeita, no sentido de a manter permanentemente afeta a esse ideal de perpétuo movimento tão arduamente acalentado pelo universo comunitário e que, sobre este, exerceu sempre uma espécie de efeito de fascínio ou obsessão.

Daqui derivou, também, a possibilidade de assistir ao processo de reconfiguração dos próprios órgãos de poder nacional, assim como às transformações que se foram instaurando no domínio do seu relacionamento com a comunidade de indivíduos que a eles se encontra afeta. De um modelo de Estado-forte ou Estado-nação, incontestável e omnipresente na existência quotidiana do país, a estrutura de poder por detrás da sua imagem oficial foi gradualmente dando lugar a um tipo de Estado enfraquecido, muito por causa, não só do tipo de orientação progressista que se advogava para Portugal, mas também, e acima de tudo, devido às constantes cedências que, nesse sentido, a máquina do poder estatal se viu forçada a fazer diante das pressões inerentes ao processo de integração no espaço da União Europeia.

O irreversível grau de comprometimento a que os órgãos governativos se viram sujeitos acaba por dar azo ao surgimento de uma outra configuração, desta feita, de natureza exclusivamente discursiva, porquanto, apesar de conscientes da sua perda de domínio coletivo para um outro vetor de poder de natureza mediática, continuam obstinadamente a simular a sua imutabilidade e incontestabilidade em todas as circunstâncias.

Confrontado com um modelo de Estado-simulacro que, teimosamente, pretende manter a ilusão de um carácter inalterado no que toca à sua imagem oficial, bem como no que diz respeito ao conjunto de compromissos que supostamente deveria honrar para com toda a comunidade, Portugal afasta-se tendencialmente dessa representação discursiva de teor idílico, em que se revira durante várias décadas, em direção a um cenário cada vez mais acentuado de autoquestionação e de novo confronto com uma dimensão traumática generalizada, assente na tomada de consciência do desmoronamento da sua política de memória e identidade contemporânea e, para além disso, da aparente incapacidade de se reinventar ou descobrir caminhos alternativos para esse efeito.

No entanto, o acesso à real dimensão de funcionamento do aglomerado de indivíduos que se movimenta sob a ação ilusoriamente unificadora da voz oficial do Estado jamais seria concretizável se se desenvolvesse exclusivamente com base na apreciação das construções discursivas que essa voz veicula. Tornou-se necessário, portanto, fazer uso de outro tipo de instrumentos que possibilitassem o rastreio das dinâmicas de inter-relacionamento entre as várias formas de representação discursiva que, dada a especificidade da política de memória e identidade oficial portuguesa, se viram

sistematicamente afastadas da possibilidade de aceder à esfera de afirmação pública mais elevada.

A secção 1.3 do primeiro capítulo tratou precisamente da apresentação sistemática desse tipo de instrumentos, contando com o precioso apoio, nesse sentido, da produção romanesca de António Lobo Antunes, a qual tentei caracterizar sob a forma de uma poética da memória.

Assumindo, desde o primeiro instante, uma clara intencionalidade de revisitação dessa dimensão proibida das memórias nacionais e de problematização do próprio carácter incontestável de que a representação oficial da sua imagem tipicamente se pretende revestir, a obra literária do autor em questão permitiu, não só a identificação clara das fases de evolução nacional a que me reportei anteriormente (na perspetiva da voz estatal), mas também a ilustração inequívoca do tipo de efeitos que delas derivaram para o coletivo português.

Explorando estratégias diferenciadas em cada momento da sua produção literária, António Lobo Antunes dá mostras de uma impressionante acuidade no modo como vai apresentando a cada passo hipóteses alternativas de leitura do panorama nacional, as quais, apesar de se revestirem de um carácter ficcional, em momento algum perdem a sua eficácia problematizante. Para este facto, contribui certamente uma consciência avançada do tipo de mecanismos que concorrem para a implementação de uma determinada representação de memória e identidade num qualquer coletivo, por parte do autor, o qual, por sua vez, nos momentos-chave da reconfiguração identitária nacional que identifiquei, surge curiosamente com uma nova proposta literária que os denuncia e revela o que de pernicioso se esconde nos bastidores da ação da estrutura de poder que os impulsiona.

Dessa forma, à imagem do que havia feito para o macrodiscurso oficial de memória e identidade português, optei por categorizar a sua produção romanesca em quatro etapas fundamentais, não só devido ao diálogo que cada uma das obras do autor estabelece com o período histórico em que se vê surgir originariamente, mas também porque nessa tentativa de diálogo, dá azo sempre a uma alteração profunda no modo como a própria arquitetura romanesca e as estratégias que nela se integram se vêm a concretizar, correspondendo, implicitamente, também, a momentos de viragem na forma como a restante obra de Lobo Antunes se desenvolve, desse ponto em diante.

O capítulo II da presente dissertação tratou, pois, o que considerei o ponto de

partida para a abordagem da problemática da memória e identidade portuguesas, ao colocar em confronto a representação oficialmente veiculada do país no período imediato ao 25 de Abril de 1974, a qual designei de Portugal-revolução, e aquela que em *Fado Alexandrino* se lhe vem oferecer enquanto contraponto.

A opção por este romance ficou a dever-se essencialmente ao facto de, nele, se verificar já um incontornável afastamento da matriz autobiográfica que se verificara nos romances iniciais de Lobo Antunes, mas, acima de tudo, por constituir, dado o seu distanciamento cronológico desse evento inaugural do Portugal democrático, uma representação alternativa da comunidade nacional devidamente ponderada e liberta desse carácter excessivamente emocional, que, aparentemente, assinalara o período da sua transição entre a ditadura e a democracia.

O acesso ao conhecimento dos meandros escondidos por detrás do macrodiscurso oficial de memória e identidade português processa-se, em *Fado Alexandrino*, fundamentalmente, por meio de uma estratégia autoral de fragmentação da voz que narra em múltiplas vozes distintas, as quais, para além de seduzirem o leitor para o espaço do romance, pela vida que inegavelmente consigo transportam, colocam-no diante de um cenário de profunda autoquestionação da realidade identitária e de memória em que fora habituado a rever-se.

Do contacto com esse romance acaba por surgir uma visão do país muitíssimo distinta daquela que tradicionalmente se cultivava em termos oficiais, do nascimento do Portugal contemporâneo, com a revelação de um complexo jogo de forças entre discursos que se concretizou no seu íntimo, o qual, para além de uma tendencial orientação de rutura extrema com tudo o que o antecederá, explora a estratégia do silenciamento forçado de eventuais microdiscursos alternativos ou de potencial problematizante como a ferramenta privilegiada para a sua consolidação. O mesmo será dizer que a metáfora do perpétuo movimento que a voz do aparelho de Estado consegue, de algum modo, concretizar enquanto elemento integrante da sua visão oficial do país pós-revolução se desmonta por completo, desde logo, porquanto, em *Fado Alexandrino*, se evidencia a sua natureza exclusivamente discursiva, mas, mais do que isso, falaciosa e perigosamente próxima do tipo de estratégias que caracterizaram as políticas de memória e identidade do período ditatorial.

As Naus, romance de cuja abordagem me ocupei no capítulo seguinte, retoma esta

questão do apagamento forçado promovido pelo aparelho estatal, aliando-lhe, no entanto, uma nova dimensão que permite deslindar os sinais de irreversível afastamento desse projeto de cariz revolucionário que se advogara inicialmente para o Portugal contemporâneo. Claramente seduzido pelo poder libertador que o esquecimento lhe concede face ao trauma e à estagnação, o país movimenta-se, dessa feita, em direção a um novo destino idealizado na Europa, o qual se vê ratificado pelo processo de conquista do estatuto de Estado-membro da União, em meados da década de 1980.

Confiante na sua marcha em direção ao futuro progressista que, nesse ponto, se assume como o sonho partilhado pela comunidade nacional, o Portugal-evolução enceta um processo de acelerada libertação dos seus resquícios passadistas, processo esse que, no espaço do romance em questão, se traduz no esvaziamento progressivo do tipo de representações simbólicas que outrora foram marca de uma imagem imperial e grandiosa e que dão corpo, aos olhos do leitor, a uma visão de total e deliberado abandono da intencionalidade de revisitação desse período doloroso, como forma desejável da sua integração nos horizontes de memória e identidade nacionais.

Essa atitude de constante recusa de aceitação da dimensão derrotista que o trauma forçosamente acarreta é aquela que se pressente, por sua vez, em *O Esplendor de Portugal*, de cuja análise me ocupei no quarto capítulo.

O Portugal-europeu que se celebra, aquando da publicação desse romance, é efetivamente um em que o sentimento de realização coletiva surge como aparentemente inquestionável, pelo menos, numa perspetiva oficial, ainda que, na realidade, a situação que se verifica ao nível dos elementos que a ela estão ligados aponte num sentido oposto.

Pelo que ressalta da proposta romanesca de António Lobo Antunes neste período, é precisamente a tomada de consciência da artificialidade inerente à imagem do país que oficialmente se veicula aquela que está presente no horizonte existencial dos diferentes indivíduos que a ela se encontram vinculados. A interdição sistemática de acesso às representações de memória banidas da esfera pública faz com que, à medida que o tempo avança, cada vez mais se instaure um verdadeiro clima de incomunicabilidade no seio da nação portuguesa, o que se, por um lado, leva os membros que a compõem a que se vejam progressivamente impossibilitados de se manifestarem de uma forma mais plena, por outro, vai sistematicamente escavando o fosso que os separa na realidade, por se identificarem com representações alternativas de memória e identidade que, em nada, se

reveem na versão oficial que lhes é imposta.

Associada à inoperância efetiva do modelo de Estado-simulacro que a tenta encabeçar, e dividida, também, entre o seu discurso e aqueles que o vetor de poder mediático faz veicular pela generalidade do coletivo, eis, pois, que a nação acaba por derivar no plano de tremenda fragmentação identitária em que se encontra no momento atual.

O quinto e último capítulo da dissertação, no qual desenvolvi o estudo de *O meu Nome É Legião*, revela, precisamente, que é por causa dessa ausência reiterada de comunicação entre membros do coletivo que o sentimento generalizado de crise nacional, assim como a incapacidade de deslindar um qualquer ponto de convergência que os possa agregar de novo, se apresentam como virtualmente inultrapassáveis.

Ao surgirem em momentos diferentes do percurso contemporâneo do país, as gerações que nele se encontram estão também formatadas de acordo com perspetivas distintas e, em certa medida, irreconciliáveis, dado o papel incontornável que os apagamentos sucessivos de memória e as reconfigurações discursivas nelas vieram a desempenhar.

Por lhes ter sido deliberadamente vedado o acesso a várias das dimensões do passado do universo comunitário que as envolve, foi-lhes implicitamente sonegada a possibilidade de vivenciar esse carácter tendencialmente unificador que a memória lhes concederia, sendo que, por esse motivo, mais do que uma incapacidade de identificação com uma eventual imagem comum que (oficial ou mediaticamente) lhes possa vir a ser apresentada, é, acima de tudo, a incapacidade de compreensão e interação com os restantes membros da comunidade portuguesa aquela que está na base do cenário de estagnação traumática em que se encontram.

Diante deste cenário, a obra literária de António Lobo Antunes reveste-se de uma faceta ainda mais importante, na medida em que revela claramente uma intencionalidade de recuperação de todas essas dimensões de memória esquecidas ou forçadas ao silenciamento no percurso nacional das últimas quatro décadas, o que, em certa medida, evidencia o que entendo como uma espécie de verdadeira consciência cívica, por parte do autor, que tem como alvo principal contribuir precisamente para a eliminação desses bloqueios comunicativos nacionais através da ficção romanesca.

Não é, pois, de surpreender que, apesar da vasta dimensão de que se reveste a sua

obra, e de todas as variações que a mesma vai naturalmente conhecendo, se crie, aos olhos do leitor, sempre a impressão de que está diante de um mesmo romance ainda que, naturalmente, reconfigurado ou reinventado. O tema comum que subjaz a toda a obra – Portugal, sua memória e identidade – determina esse caráter de “familiaridade” que todos os romances inevitavelmente apresentam, independentemente do modo como se venham a configurar em termos literários.

Ao leitor, e conforme demonstrei em diversos momentos da presente dissertação, mais do que o de um consumidor passivo do artefacto literário, reserva-se efetivamente o papel de interveniente dinâmico, não só no processo de rastreio da significação inerente a todas as obras, mas, acima de tudo, na permanente questionação das representações simbólicas e discursivas que se movimentam na sua comunidade, as quais se tornam por demais evidentes no contacto com a prosa de António Lobo Antunes.

Representará realmente este período o fim do Portugal que conhecemos?

Estarão os seus membros condenados a um futuro de progressivo alheamento de todos aqueles que os rodeiam, por causa das políticas de memória e identidade em que se viram enformados ao longo das últimas décadas?

Para que direção orientará o país, desta feita, o seu olhar?

Referências Bibliográficas

Do Autor:

ANTUNES, António Lobo (2008, *ed. ne varietur*). *Memória de Elefante*, Lisboa, Dom Quixote.

- (2009, *ed. ne varietur*). *Os Cus de Judas*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2004, *ed. ne varietur*). *Conhecimento do Inferno*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2004, *ed. ne varietur*). *Explicação dos Pássaros*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2003, *ed. ne varietur*). *Boa Tarde às Coisas aqui em baixo*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *Fado Alexandrino*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2007, *ed. ne varietur*). *Auto dos Danados*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2006, *ed. ne varietur*). *As Naus*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2005, *ed. ne varietur*). *Tratado das Paixões da Alma*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *A Ordem Natural das Coisas*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *A Morte de Carlos Gardel*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2005, *ed. ne varietur*). *O Manual dos Inquisidores*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2007, *ed. ne varietur*). *O Esplendor de Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2006, *ed. ne varietur*). *Livro de Crónicas*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *Exortação aos Crocodilos*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *Não Entres tão depressa nessa Noite Escura*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *Que Farei quando tudo Arde?*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2007, *ed. ne varietur*). *Segundo Livro de Crónicas*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2003, *ed. ne varietur*). *Boa tarde às Coisas aqui em baixo*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2004, *ed. ne varietur*). *Eu Hei-de Amar uma Pedra*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2006, *ed. ne varietur*). *Terceiro Livro de Crónicas*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2006, *ed. ne varietur*). *Ontem não te Vi em Babilónia*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2007, *ed. ne varietur*). *O Meu Nome é Legião*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *O Arquipélago da Insónia*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2005). *D'este Viver aqui neste Papel Descrito*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2008, *ed. ne varietur*). *Que Cavalos São aqueles que Fazem Sombra no Mar?*, Lisboa, Dom Quixote.

Sobre o Autor:

ARNAUT, Ana Paula (2008). *Entrevistas com António Lobo Antunes – 1979-2007-Confissões de Trapeiro*, Coimbra, Almedina.

- (2009). *António Lobo Antunes*, Lisboa, Edições 70.
- (2011). *António Lobo Antunes: a crítica na imprensa*, Coimbra, Almedina.
- (2012). *As Mulheres na Ficção de António Lobo Antunes - (In)Variantes do Feminino*, Lisboa, Texto Editores.

BLANCO, María Luisa (2002). *Conversas com António Lobo Antunes*, Carlos Aboim de Brito (trad.), Lisboa, Publicações Dom Quixote.

BRASIL, Maria Regina (2003). «Silêncios em *Memória de Elefante*». In: CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 103-111.

CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote.

CAMMAERT, Felipe (2009). *L'écriture de la mémoire dans l'oeuvre d'Antonio Lobo Antunes et de Claude Simon*, Paris, L'Harmattan.

- (org.) (2011). *António Lobo Antunes: a Arte do Romance*, Lisboa, Texto Editores.

COELHO, Tereza (2002), “Lobo Antunes livro a livro”, entrevista a Maria Alzira Seixo. In: *Os Meus Livros*, 2, Julho de 2002, pp.38-44.

COSTA, Jorge Manuel de Almeida Gomes da (2011). “A ficção de António Lobo Antunes ou espelhos da nação portuguesa”. In. ROANI, Gerson (org.) (2011). *O Romance Português Contemporâneo: história, memória e identidade*, Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, pp.145-168.

DIAS, Eduardo Mayone (2001). «A novelística de duas guerras perdidas: Vietname e o Ultramar português». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 409-417.

DUARTE, Mimoso-Ruiz (2000). «Du miel des colonisateurs portugais aux cendres des colonisés: messianisme sébastianiste et salazarisme au regard de la littérature». In: D’HAEN, Theo & KRÜS, Patricia (ed.) (2000). *Colonizer and Colonized. Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association “Literature as Cultural Memory”*, Vol. 2, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, pp. 577-587.

FONSECA, Eduardo (2001). «A metaforização em *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 361-373.

FONSECA, Eduardo (2002). «Nótulas acerca de *Memória de Elefante*». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2002). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção. Livro de Actas*

do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 61-79.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (2001). «Capelas Imperfeitas: Configurações Literárias da Identidade Portuguesa». In: RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (orgs.) (2001). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 307-348.

MARTINS, Adriana Alves de Paula (2003). «A Configuração do Outro em *As Naus* de António Lobo Antunes». In: CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote, pp.113-121.

MEDEIROS, Paulo de (2000). «Hauntings: Memory, Narrative and the Portuguese Colonial Wars». In : OUTEIRINHO, Maria de Fátima & MARTELO, Rosa Maria (orgs.) (2000). *Cadernos de Literatura Comparada – I*, Porto, Granito, Editores e Livreiros, pp.47-75.

– (2003). «Casas Assombradas». In : RIBEIRO, Margarida Calafate & FERREIRA, Ana Paula (orgs.) (2003). *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, pp. 127-149.

– (2005). «Postcolonial memories and lusophone literatures», In: *European Review*, Vol. 13, No. 1, pp. 151-161.

MENDES, Victor J. (2003). «Salazar como Metonímia em António Lobo Antunes». In: CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 65-74.

OLIVEIRA, Silvana (2003). «Sob o Céu de Lisboa – Espaço e Negatividade na Ficção de António Lobo Antunes». In: CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 207-213.

RAMON, Maria Micaela (2003). «A Vida, a Morte, a Ausência de Amor e a Incomunicabilidade – Tópicos da Visão do Mundo de Lobo Antunes na Construção de Sensibilidades Contemporâneas». In: CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J.F. & ZURBACH, Christine (orgs.) (2003). *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 187-194.

RUAS, Joana (2001). «A Guerra Colonial e a memória do futuro». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 301-305.

SEIXO, Maria Alzira (2002). *Os Romances de António Lobo Antunes: Análise, Interpretação, Resumos e Guiões de Leitura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

– (2010). *As Flores do Inferno e Jardins Suspensos*, Alfragide, Publicações Dom Quixote.

– ;et al. (2010). *Memória Descritiva da Fixação para a edição ne varietur da Obra de António Lobo Antunes*, Alfragide, Publicações Dom Quixote.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2001). *A Guerra e a Literatura*, Lisboa, Vega.

VECCHI, Roberto (2001). «Experiência e representação: dois paradigmas para um cânone literário da Guerra Colonial». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 389-399.

VECCHI, Roberto (2003). «Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial». In: RIBEIRO, Margarida Calafate & FERREIRA, Ana Paula (orgs.) (2003). *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, pp. 187-202.

WARROT, Catarina Vaz (2013). *Chaves de Escrita e Chaves de Leitura nos Romances de António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote.

GERAL

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000). *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras, Celta Editora.

AMARAL, Diogo Freitas do (1984). *Sá Carneiro, primeiro-ministro*, Lisboa, Cognitivo.

AMARAL, Diogo Freitas do (1986, 11ª ed.). *Uma solução para Portugal*, Mem Martins, Europa-América.

ANDERSON, Benedict (1991, 2nd rev. ed.). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York, Verso.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (2002). *Post-Colonial Studies – The Key Concepts*, London and New York, Routledge.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (2003). *The Empire Writes Back*, London and New York, Routledge.

ASSMAN, Aleida (2010). “From collective violence to a common future: Four models for dealing with a traumatic past”. In: SILVA, Helena Gonçalves da; et al (2010). *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing

ASSMANN, Jan (2006). *Religion and Cultural Memory: Ten Studies*, trad. Rodney Livingstone, Stanford, Stanford University Press.

BERGSON, Henri (2005). *Time and Free Will – An Essay on the Immediate Data of Consciousness*, facsimile of George Allen, Ltd's edition (1913), Elibron Classics Series, (s.l.), Adamant Media Corporation.

BHABHA, Homi K. (2000). «DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation». In: BHABHA, Homi K. (ed.) (2000). *Nation and Narration*, London and New York, Routledge, pp. 291-322.

- (2003). *The Location of Culture*, London and New York, Routledge.
- BOEHMER, Elleke (1995). *Colonial and Postcolonial Literature – Migrant Metaphors*, Oxford and New York, Oxford University Press.
- BRONNER, Stephen Eric (1997). *Twentieth century political theory: a reader*, London and New York, Routledge.
- BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (eds.) (1992). *Feminists theorize the political*, New York, Routledge.
- BUTLER, Judith (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*, London and New York, Routledge.
- BUTLER, Judith (2004). *Precarious Life – The powers of Mourning and Violence*, London and New York, Verso.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri (2012). *Quem canta o Estado-Nação?: linguagem, política, pertença*, Fernando Ramalho (trad.), Lisboa, Unipop.
- CAETANO, Marcello (Março de 1974). *Reflexão sobre o Ultramar – Discurso na Assembleia Nacional em 5 de Março de 1974*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- CALINESCU, Matei (1996). *Five Faces of Modernity*, Durham, Duke University Press.
- CAMÕES, Luís de (1988). *Os Lusíadas*, (s.l.), Instituto Português do Livro e da Leitura.
- CARVALHO, Paulo (1974). *E depois do Adeus*. Consultado a 18 de fevereiro, em: <http://letras.mus.br/paulo-de-carvalho/502366>.
- (1974). *E depois do Adeus*. Consultado a 18 de fevereiro, em: <http://www.youtube.com/watch?v=MrW6zP161QI>.
- Constituição da República Portuguesa – redação decorrente da Lei Constitucional 1/89 de 8 de Julho*. Consultado a 15 de março de 2012, em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1989.html.
- Constituição da República Portuguesa – redação decorrente da Lei Constitucional 1/97 de 20 de Setembro*. Consultado a 15 de março de 2012, em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1989.html.
- Constituição da República Portuguesa – texto originário da Constituição, aprovado em 2 de Abril de 1976*. Consultado a 15 de março de 2012, em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1976.html.
- Constituição da República Portuguesa – texto resultante da revisão constitucional de 1982*. Consultado a 15 de março de 2012, em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1982.html.
- Constituição da República Portuguesa – texto resultante da revisão constitucional de 1992*. Consultado a 15 de março de 2012, em: http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/cons1992.html.

- COSME, LEONEL (2001). «Aviso aos ainda Navegantes ou a outra Face da História». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 315-321.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1994), “Guerra Colonial: entre o recalçamento e a denegação”. In: *Vértice*, 58, pp.5-7.
- DOUGLASS, Ana & VOGLER, Thomas A. (eds.) (2003). *Witness & Memory – The Discourse of Trauma*, New York and London, Routledge.
- DURKHEIM, Émile (2007). *O Suicídio – Estudo Sociológico*. Trad. Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves, Lisboa, Editorial Presença.
- FANON, Frantz (2008). *Black Skin White Masks*. trad. Charles Lam Markmann, London, Pluto Press.
- FISKE, John (2002). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto, Asa Editores.
- FERREIRA, João Monteiro (2001). «Stress pós-traumático e adaptação». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 231-241.
- FOGU, Claudio & KANSTEINER, Wulf (2006). “The Politics of Memory and the Poetics of History”. In: LEBOW, Richard Ned; KANSTEINER, Wulf; FOGU, Claudio (eds.) (2006). *The Politics of Memory in Postwar Europe*, Durham and London, Duke University Press, pp. 284-310.
- FOUCAULT, Michel (1969). *L’archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.
- (1988). *As Palavras e as Coisas*, trad. Isabel Dias Braga, Lisboa, Edições 70.
- FREITAS, Frederico (1999). “Fado”. In: *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura – Edição Século XXI*, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, Vol. II, pp.723-729.
- FREUD, Sigmund (2006). *The Penguin Freud Reader*. London, Penguin.
- FURTADO, Joaquim (2007). *A Guerra*. Consultado a 25 de março, em: <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonial>.
- GANDHI, Leela (1998). *Postcolonial Theory – A critical introduction*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- GAUQUELIN, Michel, et al. (s.d.). *Dicionário de Psicologia*, s.l., Verbo.
- GIDDENS, Anthony (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*, trad. Miguel Vale de Almeida, Oeiras, Celta Editora.
- GIL, José (1995). *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*, trad. Maria de Fátima Araújo, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- (2004). *Portugal, hoje – o Medo de Existir*, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- (2011). “Psicanálise e o Poder”. In: GIL, Isabel Capelo; MARTINS, Adriana (Coord.) (2011) *A Cultura Portuguesa no Divã*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 19-36.

GUERRA, João Paulo (1996). *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

HAAR, Michel (1987). *Introdução à Psicanálise de Freud*, Manuela Torres (trad.), Lisboa, Edições 70.

HALBWACHS, Maurice (1992). *On Collective Memory*, Lewis A. Coser (trad.), The Heritage of Sociology, Chicago and London, University of Chicago Press.

HIRSCH, Marianne; SPITZER, Leo (2010). *Ghosts of Home: the Afterlife of Czernowitz in Jewish Memory*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.

HUTCHEON, Linda (1995). *The Politics of Postmodernism*, London and New York, Routledge.

– (2000). *A Poetics of Postmodernism – History, Theory, Fiction*, London, New York and Canada, Routledge [1988].

– (2000). *A Theory of Parody – The Teachings of Twentieth Century Art Forms*, Urbana and Chicago, University of Illinois Press.

HUXLEY, Aldous (2004). *The Doors of Perception and Heaven and Hell*, London, Vintage Books.

INFANTE, Teresa (2001). «As consequências psicológicas da Guerra Colonial nos indivíduos com PTSD». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 211-215.

JIANGUO, Chen (2000). «Against Silence: The Cultural Revolution and Literary Memory». In: IBSCHE, Elrud (ed.) (2000). *The Conscience of Humankind – Literature and Traumatic Experiences. Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association “Literature as Cultural Memory”*, Vol. 3, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, pp. 163-181.

KRYSINSKI, Wladimir (2000). «Voyages modernes et postmodernes : mythe ou réalité des déplacements cognitifs». In: SEIXO, Maria Alzira (ed.) (2000). *Travel Writing and Cultural Memory. Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association “Literature as Cultural Memory”*, Vol. 9, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, pp. 1 23-33.

LACAPRA, Dominick (2001). *Writing History, Writing Trauma*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

LEADER, Darian (2008). *The New Black: Mourning, Melancholia and Depression*, London and New York, Penguin.

LEBOW, Richard Ned; KANSTEINER, Wulf; FOGU, Claudio (eds.) (2006). *The Politics of Memory in Postwar Europe*, Durham and London, Duke University Press.

LECHNER, Frank J; BOLI, John. (eds.) (2008). *The Globalization Reader*, Malden, Oxford & Victoria, Blackwell Publishing.

- Lei Constitucional Nº1/2001 – Quinta Revisão Constitucional. *Diário da República n.º 286 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei Constitucional Nº1/2004 – Sexta Revisão Constitucional. *Diário da República n.º 173 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei Constitucional Nº1/2005 – Quinta Revisão Constitucional. *Diário da República n.º 155 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- LOOMBA, Annia (1998). *Colonialism/Postcolonialism*, London/New York, Routledge.
- LOURENÇO, Eduardo (1986). «Da Contra-Epopéia à Não-Epopéia: de Fernão Mendes Pinto a Ricardo Reis». In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18 / 19 / 20, Fevereiro de 1986, pp.27-35.
- (1988). *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 3ª ed. [1978].
- LYOTARD, Jean-François (1989, 2ª ed.). *A Condição Pós-Moderna*, trad. José Navarro, Lisboa, Gradiva.
- (1997, 2ª ed.). *O Inumano – Considerações Sobre o Tempo*, trad. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre, Lisboa, Editorial Estampa.
- MACHADO, António (1992). *Campos de Castilla*, Madrid, Catedra.
- MAIOR, Dionísio Vila (2001). «Cantos da Alma e do Sangue». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 331-340.
- MARTINS, Adriana Alves de Paula (1994). *História e Ficção: um Diálogo*, Lisboa, Fim de Século.
- (2006). *A Construção da Memória da Nação em José Saramago e Gore Vidal*, Frankfurt-am-Main, Peter Lang.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2002). *The Communist Manifesto*. trad. Samuel Moore, London/New York, Penguin.
- McCORKLE, James (2000). «Cannibalizing Texts: Space, Memory, and the Colonial in J.M. Coetzee’s *Foe*». In: D’HAEN, Theo & KRÜS, Patricia (ed.) (2000). *Colonizer and Colonized. Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association “Literature as Cultural Memory”*, Vol. 2, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, pp. 487-499.
- MENDES, José Manuel Oliveira (2002) «O desafio das identidades». In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002, 2ª ed.). *Globalização: fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 489-523.
- MENEZES, Filipe Ribeiro de (2009). *Salazar – A political biography*, New York, Enigma Books.
- MESQUITA, António Pedro (1993). *Salazar na História Política do seu Tempo*, Lisboa, Caminho.

- MORRISON, Jim (1993). *An American Prayer*, Baton Rouge, Zeppelin Publishing Company.
- NORA, Pierre (1996). “Introduction to Volume1: Conflicts and Divisions”. In: NORA, Pierre (ed.) (1996). *Realms of memory: Conflicts and Divisions Vol. 1: The Construction of the French Past*, Arthur Goldhammer (trad.), New York, Columbia University Press.
- ORLA-BUKOWSKA, Annamaria (2006). “New Threads on an Old Loom: National memory and Social identity in Postwar and Post-Communist Poland”. In: LEBOW, Richard Ned; KANSTEINER, Wulf; FOGU, Claudio (eds.) (2006). *The Politics of Memory in Postwar Europe*, Durham and London, Duke University Press, pp. 177-209.
- Partido Socialista (2005). *Campanha – Legislativas 2005*. Consultado a 14 de abril, em: <http://www.ps.pt/campanhas/legislativas-de-2005>.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes (1986). «Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de Abril». In: *Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 18 / 19 / 20*, Fevereiro de 1986, pp. 63-70.
- RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (2001). «Identidade e Nação na(s) Poética(s) da Modernidade: Os Casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal». In: RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (orgs.) (2001). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 411-435.
- RAMALHO, Maria Irene (2002) «A sogra de Rute ou intersexualidades». In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002, 2ª ed.). *Globalização: fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 525-555.
- REBER, Arthur (1995). *The Penguin Dictionary of Psychology*, London, Penguin.
- RIBEIRO, António Sousa (1986). «O Povo e o Público. Reflexões sobre a Cultura em Portugal no Pós-25 de Abril». In: *Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 18 / 19 / 20*, Fevereiro de 1986, pp. 11-26.
- (2002) «A Retórica dos Limites: Notas sobre o Conceito de Fronteira». In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002, 2ª ed.). *Globalização: fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 463-488.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2002). «Empire, Colonial Wars and Post-Colonialism in the Portuguese Contemporary Imagination», In: *Portuguese Studies, Vol. 18*, pp. 132-214.
- (2004). *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento.
- RICOEUR, Paul (2000). *La Mémoire, L’Histoire, L’Oubli*, Paris, Seuil.
- ROCHA, Clara (1997). «Jornada de África: determinação e autodeterminação do herói». In: *Máthesis*, 6, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, pp. 125-152.
- RODRIGUES, Avelino; et al. (1997). *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Dom Quixote.

RTP Online (07 de Maio 2008). *Caldeira é má memória para cooperantes da Mar da Palha que ainda esperam milhões desviados*. Consultado a 12 de janeiro, em: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=61697&visual=3&layout=10>.

SALAZAR, António Oliveira (1943). *Discursos, I*, Coimbra, Coimbra Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993). *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento.

- (1996, 5ª ed.). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- ; et al. (1997). *O pulsar da revolução: cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Porto, Afrontamento.
- ; et al. (1997). *O Estado e os modos de produção de poder social*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- (2001) «Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade». In: RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (orgs.) (2001). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 23-85.
- (2002a). *Os processos de globalização*. Consultado a 6 de janeiro, em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html#>.
- (org.) (2002b, 2ª ed.). *Globalização: fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (2000, 17ª ed.). *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

SCARRY, Elaine (1985). *The Body in Pain – The Making and Unmaking of the World*, New York, Oxford University Press.

- (1994). *Resisting Representation*, New York, Oxford University Press.

SERTÓRIO, Humberto (2001). «A Guerra Colonial ainda não acabou». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 217-229.

SMITH, Anthony D. (1991). *National Identity*, Nevada, University of Nevada Press.

STEGER, Manfred B. (2008). *The Rise of The Global Imaginary – Political Ideologies from the French Revolution to the Global War on Terror*, Oxford & New York, Oxford University Press.

- (2009). *Globalization – A Very Short Introduction*, Oxford & New York, Oxford University Press.

STÉTIE, Salah (2000). «Géographie et théologie du voyage». In: SEIXO, Maria Alzira (ed.) (2000). *Travel Writing and Cultural Memory. Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association “Literature as Cultural Memory”*, Vol. 9, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, pp. 7 -21.

THIESSE, Anne-Marie (1993). *La Création des Identités Nationales*, Paris, Éditions du Seuil.

TODOROV, Tzvetan (1995). *Les Abus de la Mémoire*, Paris, Arléa.

VENTURA, Margarida (2001). «Angola: Guerra Colonial – os dois lados do conflito». In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) (2001). *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 243-248.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1987). *Tratado lógico-filosófico: investigações filosóficas*, (trad.) M. S. Lourenço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

WOOD, Nancy (1999). *Vectors of Memory – Legacies of trauma in Postwar Europe*, Oxford & New York, Berg.

ZELIZER, Barbie (1998). *Remembering to Forget: Holocaust Memory through the Camera's Eye*, Chicago and London, University of Chicago Press.

